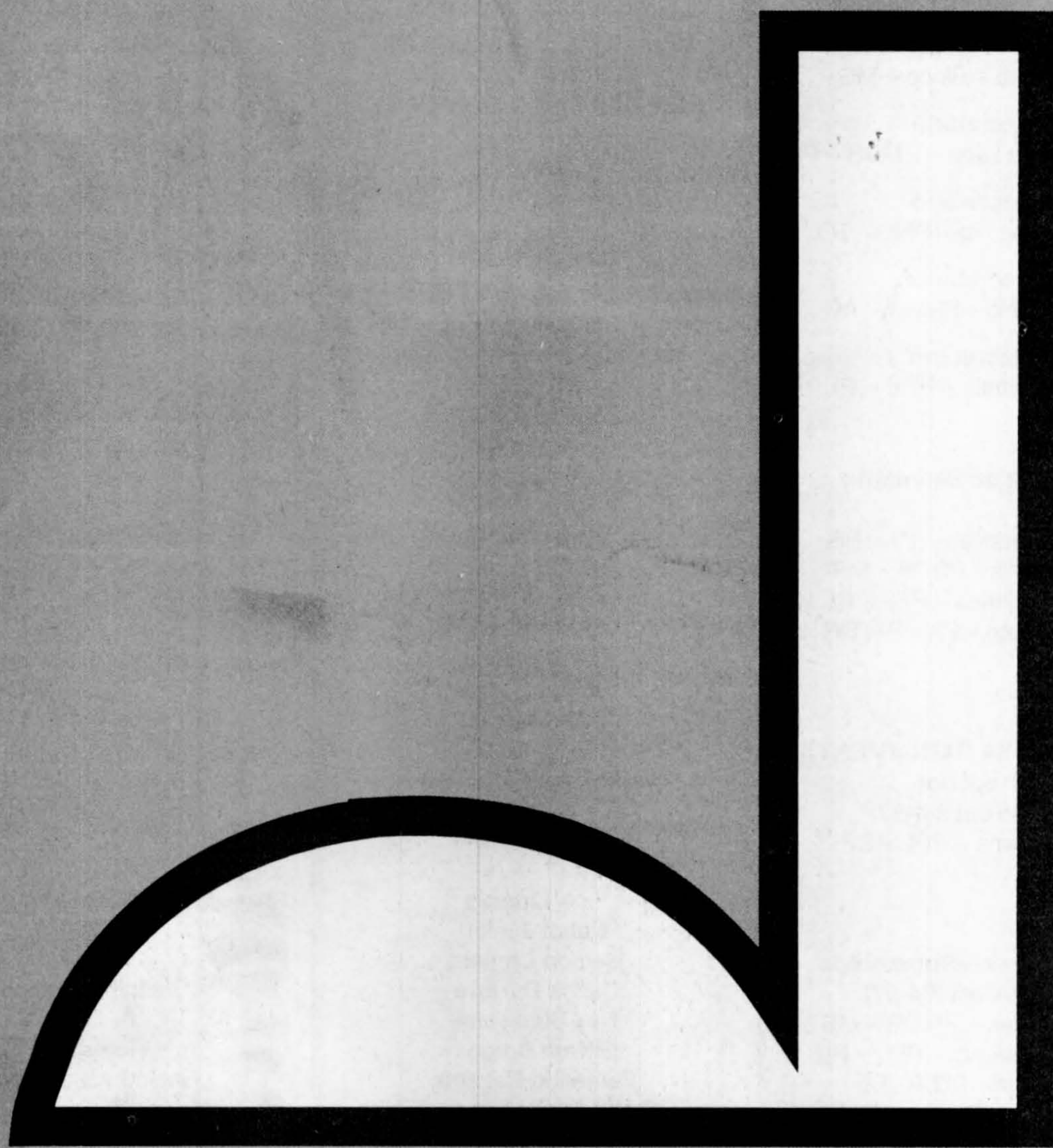




EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LII - Nº 141

QUINTA-FEIRA, 14 DE AGOSTO DE 1997

BRASÍLIA-DF

EXEMPLAR ÚNICO

<p>MESA Presidente Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA</p> <p>1º Vice-Presidente Geraldo Melo – PSDB – RN</p> <p>2º Vice-Presidente Júnia Marise – Bloco – MG</p> <p>1º Secretário Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB</p> <p>2º Secretário Carlos Patrocínio – PFL – TO</p> <p>3º Secretário Flaviano Melo – PMDB – AC</p> <p>4º Secretário Lucídio Portella – PPB – PI</p> <p>Suplentes de Secretário</p> <p>1ª – Emília Fernandes – (*) – RS 2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS 3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE 4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR</p>	<p>PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior – PMDB – AC Waldeck Omelas – PFL – BA Emília Fernandes – (*) – RS José Ignácio Ferreira – PSDB – ES Lauro Campos – Bloco – DF</p> <p>LIDERANÇA DO GOVERNO</p> <p>Líder Elcio Alvares – PFL – ES</p> <p>Vice-Líderes José Roberto Arruda – PSDB – DF Vilson Kleinübing – PFL – SC Ramez Tebet – PMDB – MS</p> <p>LIDERANÇA DO PFL Líder Hugo Napoleão</p> <p>Vice-Líderes Edison Lobão Francelino Pereira Gilberto Miranda Romero Jucá Romeu Tuma Júlio Campos</p>	<p>LIDERANÇA DO PSDB</p> <p>Líder Sérgio Machado</p> <p>Vice-Líderes Osmar Dias Jefferson Péres José Ignácio Ferreira Coutinho Jorge</p> <p>LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO</p> <p>Líder José Eduardo Dutra</p> <p>Vice-Líderes Sebastião Rocha Antônio Carlos Valadares Roberto Freire</p>
<p>CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Reeleito em 2-4-97) Romeu Tuma – PFL – SP</p> <p>Corregedores – Substitutos (Reeleitos em 2-4-97) 1º – Ramez Tebet – PMDB – MS 2º – Joel de Hollanda – PFL – PE 3º – Lúcio Alcântara – PSDB – CE</p>	<p>LIDERANÇA DO PMDB Líder Jáder Barbalho</p> <p>Vice-Líderes Nabor Júnior Gerson Camata Carlos Bezerra Ney Suassuna Gilvam Borges Fernando Bezerra</p>	<p>LIDERANÇA DO PPB</p> <p>Líder Epitacio Cafeteira</p> <p>Vice-Líderes Leomar Quintanilha Esperidião Amin</p> <p>LIDERANÇA DO PTB</p> <p>Líder Valmir Campelo</p> <p>Vice-Líder Regina Assumpção</p>

(*) Sem Partido

Atualizada em 8-8-97.

EXPEDIENTE		
<p>AGACIEL DA SILVA MAIA Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p>CLAUDIONOR MOURA NUNES Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p>JÚLIO WERNER PEDROSA Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p>RAIMUNDO CARREIRO SILVA Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>MANOEL MENDES ROCHA Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p>DENISE ORTEGA DE BAERE Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>	<p>DIÁRIO DO SENADO FEDERAL</p> <p>Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF)</p>

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – RESOLUÇÃO

Nº 72, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTTEM, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. 16147

2 – ATA DA 101ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 13 DE AGOSTO DE 1997

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Pareceres

Referentes às seguintes matérias

Ofício "S" nº 45, de 1997 (nº 1.592/97, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Minas Gerais, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1997 (**Projeto de Resolução nº 92, de 1997**). 16150

Ofício "S" nº 58, de 1997, do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997 (**Projeto de Resolução nº 93, de 1997**). 16152

Ofício "S" nº 62, de 1997, do Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTTEM, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997 (**Projeto de Resolução nº 94, de 1997**). 16154

Mensagem nº 135, de 1997 (nº 865/97, na origem), do Senhor Presidente da República, encaminhando ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da

economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes (**Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997**). 16157

Ofício "S" nº 61, de 1997 (nº 2.304/97, na origem), do Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Alagoas sobre aditamento a contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário – PDV (**Projeto de Resolução nº 95, de 1997**). 16158

Mensagem nº 120, de 1997 (nº 510/97, na origem), do Presidente da República, solicitando autorização para o reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname (**Projeto de Resolução nº 96, de 1997**). 16164

2.2.2 – Ofícios

Nº 2.389/97, de 11 do corrente, do Presidente do Banco Central do Brasil, informando que até a data em epígrafe, a Prefeitura de São Paulo não completou a documentação necessária à análise do processo referente às Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTMSP, vencíveis em 1-9-97, e que aquele Órgão procederá à referida análise e encaminhará o parecer técnico à esta Casa Legislativa, observando o prazo estabelecido no art. 13, parágrafo 1º, da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal. 16166

Nº 1.340/97, de 11 do corrente, da Liderança do PFL na Câmara dos Deputados, de substituição de membros na Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.556-13, de 1997. 16166

Nºs 175 a 177, de 12 do corrente, da Liderança do PL na Câmara dos Deputados, de subs-

tituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a emitir pareceres às Medidas Provisórias nºs 1.537-41, 1.547-33 e 1.574-3, de 1997, respectivamente.

16166

2.2.3 – Comunicações da Presidência

Abertura de prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Resolução nºs 92 a 96, de 1997, e ao Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, resultantes de pareceres lidos anteriormente.

16166

Recebimento do Ofício nº 396/97, de 4 do corrente, da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, encaminhando, através da Secretaria Municipal da Fazenda, a documentação referente à emissão de títulos com data-base em 1º de agosto de 1997.

16167

2.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR OTONIEL MACHADO – Mobilização e reivindicações de prefeitos goianos, reunidos hoje na Assembléia Legislativa do Estado, num movimento que visa chamar a atenção do País para a dramática crise financeira que atinge os municípios brasileiros.

16167

SENADOR COUTINHO JORGE – Indicação de S. Exª como relator da avaliação do Plano Plurianual, relativo ao exercício de 1996, pela Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

16168

SENADOR CASILDO MALDANER – Alerta para o fenômeno meteorológico *El Niño* que, segundo afirmação de cientistas, terá efeitos devastadores não só na América do Sul como em várias outras regiões do mundo. Apelo dos órgãos competentes às autoridades públicas, para que adotem medidas preventivas que amenizem as conseqüências do *El Niño*.

16171

SENADOR JONAS PINHEIRO – Aprovação, pelo Senado, de autorização de contrato de empréstimo do Banco Mundial ao Incra, a ser aplicado no processo de reforma agrária do Brasil. Parabenizando o Congresso Nacional pela aprovação e o governo federal pela sanção de projeto de lei que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores de borraça natural.

16191

SENADOR ROBERTO REQUIÃO – Documento da bancada do PMDB paranaense, intitulado "Alerta Vermelho, Paraná", resultante de análise do balanço geral daquele Estado, examinado pelo Tribunal de Contas.

16192

SENADOR ROMEU TUMA – 170º ano de instalação dos cursos jurídicos no Brasil, transcorrido no último dia 11. Campanha de desarmamento da população em São Paulo, lançada por

estudantes paulistas, membros do Centro Acadêmico Onze de Agosto, da USP.

16194

SENADOR BENI VERAS – 45 anos do Banco do Nordeste.

16195

2.2.5 – Requerimentos

Nº 559, de 1997, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

16196

Nº 560, de 1997, de urgência para o Projeto de Resolução nº 94, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

16196

Nº 561, de 1997, de urgência para o Ofício "S" nº 61, de 1997, que encaminha solicitação do Governo do Estado de Alagoas sobre aditamento ao contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

16197

Nº 562, de 1997, de autoria do Senador José Ignácio Ferreira, solicitando a reconstituição do processado do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996, que dispõe sobre a prevenção, o tratamento, a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências. **Deferido.**

16197

Nº 563, de 1997, de urgência para o Projeto de Resolução nº 92, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

16197

Nº 564, de 1997, de autoria do Senador Carlos Patrocínio, solicitando ao Ministro Extraordinário de Política Fundiária as informações que menciona.

16197

Nº 565, de 1997, de autoria do Senador Eduardo Suplicy e outros Srs. Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária, composta de 7 membros, para no prazo de 90 dias, realizar um diagnóstico das condições da população brasileira vivendo em estado de miséria e fome, visitando os locais onde é mais grave a situação segundo os dados reunidos pelo IBGE,

IPEA e órgãos que fazem levantamento de indicadores sócio-econômicos, examinando os efeitos dos programas que têm sido implementados e propor medidas que visem, no menor prazo possível, o efetivo cumprimento do disposto no art. 3º e seus incisos da Constituição Federal, que determina, dentre os princípios fundamentais, "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais".

16197

Nº 566, de 1997, de autoria do Senador Mauro Miranda, solicitando licença para se afastar dos trabalhos da Casa, pelo prazo de 121 dias, a partir do próximo dia 19, a fim de tratar de interesses particulares. **Aprovado**.....

16199

2.2.6 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1997, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre o assédio sexual no contrato individual de trabalho e dá outras providências

16199

2.2.7 – Comunicações da Presidência

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.463-16, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16200

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.469-21, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYDBRAS, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16201

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.473-34, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

16201

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.475-30, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que altera as Leis nºs 8.019, de 11 de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

16202

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.479-31, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

16203

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.480-33, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16203

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.481-52, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16204

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.482-39, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16204

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.512-13, em 8 de agosto de 1997, publicada no dia 11 do mesmo mês e ano e retificada em 12 de agosto de 1997, que dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.

16205

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.520-11, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março

de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16205

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.554-18, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16206

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.559-16, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que altera a legislação do Imposto de Renda e da contribuição social sobre o lucro. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16206

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.562-8, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que define diretrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16207

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.567-6, em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para a tramitação da matéria.....

16208

2.2.8 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 552, de 1997, do Senador Osmar Dias e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 16 de outubro próximo, seja dedicado a homenagear o Dia Mundial da Alimentação. **Aprovado**.....

16208

Requerimento nº 550, de 1997, do Senador José Roberto Arruda e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 20 de agosto próximo, seja dedicado a homenagear o Dia do Maçom. **Aprovado**.....

16208

Requerimento nº 547, de 1997, do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores, lido em sessão anterior, solicitando que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 21 de agosto próximo, seja dedicado a homenagear o Sociólogo Herbert de Souza (Betinho). **Aprovado**, nos termos das alterações propostas no Requerimento nº 567, de 1997, de autoria do Senador Lúcio Alcântara e outros Senadores.....

16208

2.2.9 – Requerimentos

Nº 568, de 1997, de autoria do Senador Romero Jucá, solicitando ao Ministro de Minas e Energia as informações que menciona.....

16208

Nº 569, de 1997, de autoria do Senador Gilberto Miranda, solicitando ao Ministro do Planejamento e Orçamento as informações que menciona.....

16208

2.3 – ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Waldeck Omelas, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS. **Não houve oradores no 2º dia de discussão, em 1º turno.**

16210

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. (Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996). **Usam da palavra no 2º dia de discussão, em 1º turno**, os Srs. Sebastião Rocha, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, após leitura das Emendas nºs 8 e 21-Plen.....

16210

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire e outros senhores Senadores, que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências. **Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996**.....

16210

Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1996 – Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona e dá outras providências. **Aprovado**, após usarem da palavra os Srs. Eduardo Suplicy e Hugo Napoleão. À Comissão Diretora para redigir o vencido para o turno suplementar.....

16234

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem

nº 125, de 1997 (nº 759/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Bassul Athuil Netto, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun. **Apreciado em sessão secreta.**.....

16238

Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 1997 (nº 812/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor Luciano Ozorio Rosa, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria. **Apreciado em sessão secreta.**.....

16238

2.3.1 – Matérias apreciadas após a Ordem do Dia

Projeto de Resolução nº 93, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. **Aprovado** em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 570, de 1997. À Comissão Diretora para redação final.....

16239

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1997. **Aprovada.** À promulgação.....

16239

Projeto de Resolução nº 95, de 1997, que aprova o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal, em 10-12-96, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV. **Aprovado** em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 561, de 1997. À Comissão Diretora para redação final.....

16240

Redação final do Projeto de Resolução nº 95, de 1997. **Aprovada.** À promulgação.....

16241

Projeto de Resolução nº 94, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTEMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. **Aprovado com a Emenda nº 1-Plen**, em regime de urgência, nos

termos do Requerimento nº 560, de 1997. À Comissão Diretora para redação final.

16242

Redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1997. **Aprovada.** À promulgação.....

16243

Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997. **Aprovado** em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 559, de 1997. À Comissão Diretora para redação final....

16248

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997. **Aprovada.** À Câmara dos Deputados.....

16248

Projeto de Resolução nº 92, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997. **Aprovado** em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 563, de 1997. À Comissão Diretora para redação final.

16248

Redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1997. **Aprovada.** À promulgação.....

16249

2.3.2 – Discursos após a Ordem do Dia

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Transcurso, hoje, dos 41 anos do histórico discurso da então Deputado Emival Caiado, defendendo a transferência da capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília e que deu origem à Lei nº 3.273, chamada Lei Emival Caiado, que autorizou a transferência da capital para Brasília, no dia 21 de abril de 1960.

16250

SENADOR ADEMIR ANDRADE, como Líder – Expectativa vaga, cada vez mais distante de se tornar realidade, da implantação de uma refinaria no Norte ou Nordeste, tendo em vista a desestatização do setor e o afastamento da Petrobras do projeto. Necessidade de uma política desenvolvimentista para o País. Debates sobre a implantação de uma refinaria na Amazônia, a serem travados no seminário patrocinado pela Comissão Especial para o Desenvolvimento da Amazônia, que será realizado em Belém-PA, nos dias 25 e 26 próximos.....

16251

SENADOR CARLOS BEZERRA – Importância da implantação da hidrovía Paraguai-Paraná, cuja retomada acaba de ser anunciada pelo governo federal. Preocupação descabida de ecologistas concernente à defesa do meio ambiente, que levou à paralização daquela hidrovía, determinada por sentença judicial.

16252

SENADORA BENEDITA DA SILVA – 8ª Edição da Bienal do Livro, em realização na cida-

de do Rio de Janeiro. Enfatizando a importância das medidas e implementações adotadas pela Secretaria de Comunicação da Casa, sob a direção do jornalista Fernando César Mesquita, no intuito de aperfeiçoar a imagem da Instituição e dos parlamentares mas, principalmente, de melhor divulgar seus trabalhos junto à população brasileira. 16254

SENADOR *EDUARDO SUPLICY* – Reflexão sobre a decisão do Governador Vitor Buaiz, do Espírito Santo, de se desligar do Partido dos Trabalhadores. Solicitando a transcrição nos anais do Senado da carta do Governador Vitor Buaiz à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores. 16256

SENADOR *CARLOS WILSON* – Audiência recente com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual tratou de projetos de interesse do Estado de Pernambuco, como a Ferrovia Transnordestina, a construção de uma siderúrgica e de uma usina termoeletrica no porto de Suape, entre outros. 16260

2.3.3 – Discursos encaminhados à publicação

SENADOR *GILBERTO MIRANDA* – Satisfação pela profícua atuação da diplomacia brasileira em prol do nosso progresso. 16261

SENADOR *ODACIR SOARES* – Autorização do Senado Federal à União, para contratação de operação de crédito externo junto ao Bird, destinada a financiar, parcialmente, o "Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária". 16262

SENADOR *GILVAM BORGES* – Proposta de alteração da Lei Eleitoral em tramitação na Câmara dos Deputados. Apelando para a sua cé-

lere apreciação por aquela Casa, a fim de que seja discutida e votada em tempo hábil no Senado. 16264

SENADOR *GUILHERME PALMEIRA* – Homenagem de pesar pelo falecimento do sociólogo Herbert de Souza. 16265

2.3.4 – Designação da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária

2.4 – ENCERRAMENTO

3 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Roberto Freire, proferido em 12-8-7. 16266

Do Senador Joel de Hollanda, proferido em 20-5-96 (republicação). 16270

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, EM 13-8-97

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Apostila referente à aposentadoria de Alcides José Kronemberger, matrícula nº 0247. 16271

Nºs 2.623 a 2.680, de 1997. 1627

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente, nos termos do art. 48, item 28 do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº 72, DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado do Mato Grosso autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, sem deduções;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimento: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) prazo: até cinco anos;

e) valor nominal: R\$ 1,00 (um real);

f) características dos títulos a serem substituídos:

SELIC		
TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
640365	01.08.1997	385.868
640456	01.08.1997	374.384
640547	01.08.1997	379.508
640639	01.08.1997	384.666

640731	01.08.1997	324.391
640365	15.08.1997	3.335.747
640457	15.08.1997	3.223.572
640547	15.08.1997	2.871.336
640638	15.08.1997	2.533.918
640731	15.08.1997	1.924.909
640364	01.09.1997	1.833.899
640455	01.09.1997	2.047.568
640549	01.09.1997	1.441.418
640640	01.09.1997	1.394.008
640731	01.09.1997	894.434
640365	01.11.1997	393.908
640457	01.11.1997	385.868
640548	01.11.1997	374.384
640639	01.11.1997	379.508
640731	01.11.1997	384.670
640362	15.11.1997	3.474.828
640457	15.11.1997	3.335.747
640549	15.11.1997	3.223.572
640639	15.11.1997	2.871.336
640730	15.11.1997	2.533.922
640364	01.12.1997	2.212.325
640455	01.12.1997	1.833.899
640546	01.12.1997	2.047.568
640640	01.12.1997	1.441.418
640731	01.12.1997	1.394.009

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC			
COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
01.08.1997	01.08.1998	640365	01.08.1997
01.08.1997	01.11.1998	640457	01.08.1997
01.08.1997	01.02.1999	640549	01.08.1997
01.08.1997	01.05.1999	640638	01.08.1997
01.08.1997	01.08.1999	640730	01.08.1997
15.08.1997	15.08.1998	640365	15.08.1997
15.08.1997	15.11.1998	640457	15.08.1997
15.08.1997	15.02.1999	640549	15.08.1997
15.08.1997	15.05.1999	640638	15.08.1997
15.08.1997	15.08.1999	640730	15.08.1997
01.09.1997	01.09.1998	640365	01.09.1997
01.09.1997	01.12.1998	640456	01.09.1997
01.09.1997	01.03.1999	640546	01.09.1997
01.09.1997	01.06.1999	640638	01.09.1997
01.09.1997	01.09.1999	640730	01.09.1997
03.11.1997	01.11.1998	640363	03.11.1997
03.11.1997	01.02.1999	640455	03.11.1997
03.11.1997	01.05.1999	640544	03.11.1997

03.11.1997	01.08.1999	640636	03.11.1997
03.11.1997	01.11.1999	640728	03.11.1997
17.11.1997	15.11.1998	640363	17.11.1997
17.11.1997	15.02.1999	640455	17.11.1997
17.11.1997	15.05.1999	640544	17.11.1997
17.11.1997	15.08.1999	640636	17.11.1997
17.11.1997	15.11.1999	640728	17.11.1997
01.12.1997	01.12.1998	640365	01.12.1997
01.12.1997	01.03.1999	640455	01.12.1997
01.12.1997	01.06.1999	640547	01.12.1997
01.12.1997	01.09.1999	640639	01.12.1997
01.12.1997	01.12.1999	640730	01.12.1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 4.660, de 7 de fevereiro de 1984, e Decretos nºs 1.605, de 19 de junho de 1989, e 1.564, de 9 de julho de 1997.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado do Mato Grosso encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º No prazo máximo de catorze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente do Senado Federal

Ata da 101ª Sessão Deliberativa Ordinária em 13 de agosto de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência do Sr.: Antonio Carlos Magalhães, da Sra. Júnia Marise
e dos Srs. Carlos Patrocínio, Mauro Miranda e Romeu Tuma*

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE
PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Abdias Nascimento – Ademir Andrade – Antonio Carlos Magalhães – Antonio Carlos Valadares – Bello Parga – Benedita da Silva – Beni Veras – Bernardo Cabral – Carlos Bezerra – Carlos Patrocínio – Carlos Wilson – Casildo Maldaner – Coutinho Jorge – Edison Lobão – Eduardo Suplicy – Elcio Alvares – Emilia Fernandes – Ernandes Amorim – Esperidião Amin – Fernando Bezerra – Flaviano Melo – Francelino Pereira – Freitas Neto – Gerson Camata – Gilberto Miranda – Gilvam Borges – Guilherme Palmeira – Hugo Napoleão – Jader Barbalho – Jefferson Peres – João França – João Rocha – Joel de Hollanda – Jonas Pinheiro – Josaphat Marinho – José Agripino – José Alves – José Bianco – José Eduardo – José Eduardo Dutra – José Fogaça – José Ignácio Ferreira – José Roberto Arruda – José Sarney – José Serra – Júlio Campos – Júnia Marise – Lauro Campos – Leomar Quintanilha – Levy Dias – Lucídio Portella – Lúcio Alcântara – Marina Silva – Marluce Pinto – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Ney Suasuna – Odacir Soares – Onofre Quinan – Osmar Dias – Otoniel Machado – Ramez Tebet – Regina Assumpção – Renan Calheiros – Roberto Freire – Roberto Requião – Romero Jucá – Romeu Tuma – Ronaldo Cunha Lima – Sebastião Rocha – Sergio Machado – Teotônio Vilela Filho – Valmir Campelo – Vilson Kleinubing – Waldeck Ornelas.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) – A lista de presença acusa o comparecimento de 75 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senadora Benedita da Silva, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

PARECERES

PARECER Nº 395, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre o Ofício "S" nº 45, de 1997 (Ofício PRESI Nº 1.592, de 10-6-97, na origem), do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil encaminhando solicitação do Governador do Estado de Minas Gerais, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, cujos recursos serão destinados ao giro da Dívida Mobiliária do Estado, vencível no 2º semestre de 1997.

RELATOR: Senador FRANCELINO PEREIRA

I - RELATÓRIO

Através da Resolução nº 60, de 24 de junho de 1997, o Senado Federal autorizou a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

A solicitação do Estado de Minas Gerais se referia aos oito vencimentos previstos para o segundo semestre, sendo o primeiro em 01.07.1997 e o oitavo e último em 01.12.1997.

Designado relator, elaborei o parecer mas tive de ausentar-me de Brasília no dia da votação, para acompanhar visita presidencial ao meu Estado, solicitando ao nobre senador Waldeck Ornelas a especial gentileza de substituir-me nessa função.

Examinando a matéria e atendendo à ponderação do nobre senador Esperidião Amin, esta Comissão achou por bem autorizar a rolagem de apenas três vencimentos, sendo dois no dia 1º de julho e um no dia 1º de agosto do corrente ano.

Ficaram restando ainda cinco vencimentos: o primeiro no dia 15 de agosto corrente, e os demais nos dias 1º de setembro, 1º de outubro, 3 de novembro e 1º de dezembro.

Por ocasião da votação autorizando a rolagem de três parcelas da dívida vencível no segundo semestre deste ano, definiu-se que posteriormente seria feita nova solicitação relacionada à autorização de rolagem dos demais vencimentos, atendendo ao cronograma especificado no processo enviado a esta Casa pelo Banco Central.

O pedido foi agora renovado pelo Governador do Estado de Minas Gerais, através de ofício (Of.GAB.341/97) ao Presidente do Senado Federal, salientando que a emissão do saldo remanescente das Letras do Tesouro de Minas Gerais - LFTMG será feita de acordo com o cronograma prescrito no expediente de 21 de março de 1997.

O próximo vencimento, em 15 de agosto, envolve um lote de quase 162 milhões de títulos, aproximadamente R\$ 160 milhões. Daí a necessidade de uma manifestação urgente desta Comissão, pois o tesouro estadual não tem condições de resgatar tal volume de letras, se até aquela data a autorização de rolagem não tiver sido dada pelo Senado, e publicada no Diário Oficial da União a respectiva Resolução autorizativa.

II - VOTO

As razões aduzidas pelo Estado de Minas Gerais para a rolagem da dívida, assim como as providências que estão sendo adotadas em relação à existência de margem de poupança negativa e ao descumprimento do disposto na Lei Rita Camata, estão expressas no parecer nº 323, de 1997, aprovado por esta Comissão, na forma do Projeto de Resolução nº 78, de 1997.

Em vista disso, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado de Minas Gerais, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 92, DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para efetivar a operação de crédito autorizada no art. 2º desta Resolução.

Art. 2º É o Estado de Minas Gerais autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do

Tesouro do Estado de Minas Gerais - LFTMG, para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 3º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível no segundo semestre de 1997;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimentos*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro Nacional - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) *prazo*: cinco anos;

e) *valor nominal*: R\$ 1,00 (um real) - SELIC;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC		
TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
511824	15.08.97	161.982.570.742
511826	01.09.97	188.539.645.745
511826	01.10.97	240.885.980.783
511824	01.11.97	456.958.481.253
511826	01.12.97	550.693.136.802

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem*

emitidos:

SELIC

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
15.08.1997	01.08.2002	511812	15.08.1997
01.09.1997	01.09.2002	511826	01.09.1997
01.10.1997	01.10.2002	511826	01.10.1997
03.11.1997	01.11.2002	511824	03.11.1997
01.12.1997	01.12.1997-2002	511826	01.12.1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 9.589, de 9 de junho de 1988, Decreto nº 29.200, de 19 de janeiro de 1989, e Resolução nº 1.837, de 23 de janeiro de 1989.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado de Minas Gerais encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 4º No prazo máximo de catorze dias após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 5º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997.

JOSÉ SERRA, Presidente
FRANCELINO PEREIRA, Relator

NEY SUASSUNA
FREITAS NETO
JEFFERSON PERES
ESPERIDIÃO AMIN
LEVY DIAS
VILSON KLEINÜBING
JOSÉ EDUARDO DUTRA
JONAS PINHEIRO
FERNANDO BEZERRA
WALDECK ORNELAS
BELLO PARGA
OSMAR DIAS.

PARECER Nº 396, DE 1997

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício "S" 058, de 1997, do Presidente do Banco Central que encaminha ao Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997.

RELATOR: Senador JOSÉ FOGAÇA

I - RELATÓRIO

O Senhor Presidente do Banco Central do Brasil dirigiu a esta Casa, o Ofício "S" nº 058, de 1997, encaminhando solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, para que o Senado Federal autorize a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do estado, vencível no 2º semestre de 1997.

A operação em tela apresenta as seguintes características:

a) **quantidade:** a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 03, deduzida a parcela a ser definida pelo Senado Federal;

b) **modalidade:** nominativa-transferível;

c) **rendimento:** igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87;

d) **prazo:** 5 (cinco) anos;

e) **valor nominal:** R\$ 1,00 (SELIC);

f) **características dos títulos a serem substituídos:**

SELIC

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
531824	15.08.1997	378.766.386.827
531838	15.08.1997	36.116.183.339
531825	15.11.1997	672.079.732.128
531838	15.11.1997	432.596.902.439

g) **previsão de colocação dos títulos a serem emitidos:**

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
15.08.1997	15.08.2002	531826	15.08.1997
17.11.1997	15.11.2002	531824	17.11.1997

h) **forma de colocação:** através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) **autorização legislativa:** Leis nºs 6.465 e 8.822, de 15.12.72 e 15.02.89, respectivamente, e Decreto nº 37.189, de 03.02.97.

Observe-se que a quantidade total de títulos decorre do fato de que as emissões foram realizadas em 1992, quando a moeda corrente era o cruzeiro que foi transformado em cruzeiro real, com a divisão por 1.000, e em seguida em real, com a divisão por 2.750. O valor financeiro, em 30.04.97, correspondia a R\$ 863.005.323,19.

O pleito encontra-se instruído nos termos dos arts. 13 e 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias, nos quais se inclui o lançamento de títulos de dívida mobiliária.

O Parecer do Banco Central do Brasil (Parecer DEDIP/DIARE-97/0518, de 16.07.97) faz as seguintes observações ao pleito sob exame:

a) o exame da situação de endividamento do estado à luz dos parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 69/95, já referida, demonstra que a operação pleiteada não se enquadra nos limites do art. 4º daquela norma;

b) o Governador do Estado do Rio Grande do Sul apresentou declaração atestando a adimplência do estado junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e aos Financiadores Externos, mas reconhece a pendência referente às operações de crédito por Antecipação de Receita Orçamentária - ARO. O parecer do Banco Central menciona a situação de inadimplência, segundo o registrado no Cadastro da Dívida Pública - CADIN. Foi anexado ao processo em exame o Ofício nº 223/97, da Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul, remetido ao Departamento de Dívida Pública do Banco Central - DEDIP, no qual explica que os débitos referentes às operações ARO, assim como toda a dívida pública do estado, encontram-se em fase de negociação para refinanciamento pela Caixa Econômica Federal, ao amparo do Voto CMN 162/95 e complementares e da Resolução nº 2.366/97 do Banco Central. Tão logo sejam concluídas aquelas negociações e firmado o contrato com a CEF, que deverá ser objeto de aprovação pelo Senado Federal, as instituições financeiras excluirão o Estado do Rio Grande do Sul dos registros do CADIN;

c) de acordo com a certidão do Tribunal de Contas do Estado, o Governo do Rio Grande do Sul, no exercício de 1995, cumpriu o estabelecido nos arts. 27 e 212 da Constituição Federal. No entanto, ressalva que as despesas correntes com pessoal, ativo e inativo, no mesmo exercício, foram da ordem de 71,53%, descumprindo, portanto, o disposto no art. 13, inciso VII, da Resolução 69/95. Cabe assinalar que o Governo do Estado anexou ao processo a relação de ações que vem desenvolvendo, tendo em vista adequar sua folha de pagamentos ao limite legal de 60% da receita líquida corrente (Of. nº 028/97 - SEFAZ-GSF, de 14.01.97);

d) a dívida total do Estado do Rio Grande do Sul montava R\$ 8.848,0 milhões em abril/97. Desse conjunto, 79,0% correspondia à dívida mobiliária, destacando-se na parte restante a dívida fundada contratual interna estimada em 17,3% do total. Entre dezembro de 1994 e abril de 1997, a dívida mobiliária do estado cresceu 109,7%, abaixo, portanto, da elevação do estoque da dívida do conjunto dos estados e municípios, no mesmo período, que chegou a 121,8%. Ainda assim, o crescimento da

dívida mobiliária do estado, em termos reais, no período de 1994 a 1997, esteve abaixo da elevação das receitas provenientes do ICMS e transferências governamentais (55,9% contra 59,3%, respectivamente);

e) a rolagem de títulos da dívida mobiliária pleiteada estabelecerá uma mudança no perfil de vencimentos hoje previsto, pelo qual uma parte correspondente a 41,9% dos títulos têm vencimento até 1998, 22,7% em 1999 e os restantes 35,4% entre 2000 e 2001. Com a nova emissão, esses vencimentos passam a concentrar-se no período de 2000 a 2002 (53,4%);

f) com base no critério estabelecido no art. 27 de Resolução nº 69/95 o Estado possui margem de resgate (3,48%), sendo sugerido o percentual de 96,52% para rolagem.

É o relatório.

II - VOTO

Conforme se depreende da análise realizada no relatório, a situação da dívida mobiliária do Estado do Rio Grande do Sul apresenta problemas comuns a vários estados da federação, não enquadrando-se nos limites de endividamento previstos na Resolução nº 69/95, do Senado Federal, que rege a matéria. Há que se considerar, no entanto, que o estado encontra-se ultimando as negociações para refinanciamento de suas dívidas, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. O Protocolo de Acordo já foi firmado entre o Estado do Rio Grande do Sul e o Governo Federal e referendado pelo Senado Federal por intermédio da Resolução nº 104, de 19.12.96.

Segundo assinalado pelo Banco Central em seu parecer, uma vez que o referido acordo alcança as dívidas contratadas até 31.03.96, nos termos da Medida Provisória nº 1.560, os títulos emitidos em decorrência da rolagem ora pleiteada serão incluídos no refinanciamento. Ressalte-se ainda, que todos os contratos previstos no Protocolo de Acordo serão remetidos ao exame desta Casa, por força do que estabeleceu a Resolução nº 12/97.

Pelo exposto, entendo que, embora as condições atuais do Estado do Rio Grande do Sul não se enquadrem nas normas do Senado para autorização a pleitos da espécie, existem circunstâncias especiais a considerar. O problema do endividamento de estados e municípios brasileiros, pelas dimensões assumidas, vem sendo equacionado no âmbito de uma ação mais global, o Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, examinando-se caso a caso as condições de cada estado. Os acordos e compromissos que estão sendo negociados pelos estados vêm sendo acompanhados e examinados de perto pelo Senado Federal, de forma que seja possível controlar e cobrar sua adequada execução. Nesse contexto, e considerando ainda que os títulos objeto do giro da dívida que ora se examina, serão incluídos no bojo do Acordo firmado entre o estado e o Governo Federal, entendo não existirem óbices à autorização solicitada pelo Estado do Rio Grande do Sul.

Ainda assim, no sentido de manter os princípios que vem norteando as decisões desta Comissão de Assuntos Econômicos, em relação a matérias similares, e com base na avaliação da situação conjuntural que ora se apresenta, considero adequada a rolagem de parcela equivalente a 98,00 % da dívida mobiliária estadual, vincenda no 2º semestre de 1997.

Igualmente, com vistas ao perfeito conhecimento desta Casa sobre as condições de negociação dos títulos a serem emitidos, e a exemplo do que foi determinado para outras autorizações da espécie, considero adequado incluir os §§ 1º e 2º do art. 2º e o art. 3º, no Projeto de Resolução ora submetido à apreciação dos ilustres pares.

Concluindo, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 93, DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Sul autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) **quantidade:** a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 03, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível no segundo semestre de 1997;

b) **modalidade:** nominativa-transferível;

c) **rendimento:** igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87;

d) **prazo:** 5 (cinco) anos;

e) **valor nominal:** R\$ 1,00 (SELIC);

f) **características dos títulos a serem substituídos:**

SELIC

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
531824	15.08.1997	378.766.386.827
531838	15.08.1997	36.116.183.339
531825	15.11.1997	672.079.732.128
531838	15.11.1997	432.596.902.439

g) **previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:**

SELIC

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
15.08.1997	15.08.2002	531826	15.08.1997
17.11.1997	15.11.2002	531824	17.11.1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) *autorização legislativa*: Leis nºs 6.465 e 8.822, de 15.12.72 e 15.02.89, respectivamente e Decreto nº 37.189, de 03.02.97.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º No prazo máximo de quatorze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias contados a partir da sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997.

JOSÉ SERRA, Presidente

JOSÉ FOGAÇA, Relator

FREITAS NETO

ESPERIDIÃO AMIN

LEVY DIAS

JONAS PINHEIRO

WALDECK ORNELAS

FRANCELINO PEREIRA

VILSON KLEINÜBING

FERNANDO BEZERRA

JEFFERSON PERES

BELLO PARGA

JOSÉ EDUARDO DUTRA

OSMAR DIAS.

PARECER Nº 397, DE 1997

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Ofício "S" 062, de 1997, do Presidente do Banco Central que encaminha ao Senado Federal, solicitação do Governo do Estado do Mato Grosso, para que possa emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997.

RELATOR: Senador Jonas Pinheiro

I - RELATÓRIO

O Senhor Presidente do Banco Central do Brasil dirigiu a esta Casa, o Ofício "S" nº 062, de 1997, encaminhando solicitação do Governo do Estado

do Mato Grosso, para que o Senado Federal autorize a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária do estado, vencível no 2º semestre de 1997.

A operação em tela apresenta as seguintes características:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 03, deduzida a parcela a ser definida pelo Senado Federal;

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87;

d) *prazo*: até 5 (cinco) anos;

e) *valor nominal*: R\$ 1.00;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
640365	01.08.1997	385.868
640456	01.08.1997	374.384
640547	01.08.1997	379.508
640639	01.08.1997	384.666
640731	01.08.1997	324.391
640365	15.08.1997	3.335.747
640457	15.08.1997	3.223.572
640547	15.08.1997	2.871.336
640638	15.08.1997	2.533.918
640731	15.08.1997	1.924.909
640364	01.09.1997	1.833.899
640455	01.09.1997	2.047.568
640549	01.09.1997	1.441.418
640640	01.09.1997	1.394.008
640731	01.09.1997	894.434
640365	01.11.1997	393.908
640457	01.11.1997	385.868
640548	01.11.1997	374.384
640639	01.11.1997	379.508
640731	01.11.1997	384.670
640362	15.11.1997	3.474.828
640457	15.11.1997	3.335.747
640549	15.11.1997	3.223.572
640639	15.11.1997	2.871.336
640730	15.11.1997	2.533.922
640364	01.12.1997	2.212.325
640455	01.12.1997	1.833.899
640546	01.12.1997	2.047.568
640640	01.12.1997	1.441.418
640731	01.12.1997	1.394.009

g) *previsão de colocação dos títulos a serem emitidos*:

SELIC

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
01.08.1997	01.08.1998	640365	01.08.1997
01.08.1997	01.11.1998	640457	01.08.1997
01.08.1997	01.02.1999	640549	01.08.1997
01.08.1997	01.05.1999	640638	01.08.1997
01.08.1997	01.08.1999	640730	01.08.1997
15.08.1997	15.08.1998	640365	15.08.1997
15.08.1997	15.11.1998	640457	15.08.1997
15.08.1997	15.02.1999	640549	15.08.1997
15.08.1997	15.05.1999	640638	15.08.1997
15.08.1997	15.08.1999	640730	15.08.1997

01.09.1997	01.09.1998	640365	01.09.1997
01.09.1997	01.12.1998	640456	01.09.1997
01.09.1997	01.03.1999	640546	01.09.1997
01.09.1997	01.06.1999	640638	01.09.1997
01.09.1997	01.09.1999	640730	01.09.1997
03.11.1997	01.11.1998	640363	03.11.1997
03.11.1997	01.02.1999	640455	03.11.1997
03.11.1997	01.05.1999	640544	03.11.1997
03.11.1997	01.08.1999	640636	03.11.1997
03.11.1997	01.11.1999	640728	03.11.1997
17.11.1997	15.11.1998	640363	17.11.1997
17.11.1997	15.02.1999	640455	17.11.1997
17.11.1997	15.05.1999	640544	17.11.1997
17.11.1997	15.08.1999	640636	17.11.1997
17.11.1997	15.11.1999	640728	17.11.1997
01.12.1997	01.12.1998	640365	01.12.1997
01.12.1997	01.03.1999	640455	01.12.1997
01.12.1997	01.06.1999	640547	01.12.1997
01.12.1997	01.09.1999	640639	01.12.1997
01.12.1997	01.12.1999	640730	01.12.1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 4.660, de 07.02.84, e Decretos nº 1.605 e 1.564, de 19.06.89 e 09.07.97, respectivamente.

O pleito encontra-se instruído nos termos dos arts. 13 e 16 da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, que dispõe sobre limites globais e condições para as operações de crédito interno e externo dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e suas autarquias, nos quais se inclui o lançamento de títulos de dívida mobiliária.

O Parecer do Banco Central do Brasil (Parecer DEDIP/DIARE-97/0592, de 07.08.97) faz as seguintes observações ao pleito sob exame:

a) o exame da situação de endividamento do estado à luz dos parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 69/95, já referida, demonstra que a operação pleiteada não se enquadra no limite do art. 4º, inciso II, daquela norma;

b) o Governador do Estado do Mato Grosso encontra-se inadimplente junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, conforme informação constante do Cadastro da Dívida Pública - CADIP;

c) de acordo com a certidão do Tribunal de Contas do Estado, o Governo do Mato Grosso, no exercício de 1995, cumpriu o estabelecido nos arts. 27 e 212 da Constituição Federal. No entanto, ressalva que as despesas correntes com pessoal, ativo e inativo, no mesmo exercício, foram da ordem de 75,82%, descumprindo, portanto, o disposto no art. 13, inciso VII, da Resolução 69/95. Cabe assinalar que o Governo do Estado realizou uma redução nos gastos com pessoal, em relação ao exercício de 1995, da ordem de 9,15% cumprindo, assim, o disposto no art. 1º, § 1º, da Lei Complementar nº 82/95.

d) com base no critério estabelecido no art. 27 de Resolução nº 69/95 o Estado não possui margem de resgate da dívida mobiliária.

É o relatório.

II - VOTO

Conforme se depreende da análise realizada no relatório, a situação da dívida mobiliária do Estado do Mato Grosso apresenta problemas comuns a vários estados da federação, não enquadrando-se nos limites de endividamento previstos na Resolução nº 69/95, do Senado Federal, que rege a matéria.

Há que se considerar, no entanto, que o estado já assinou, em 11/07/97 contrato com a União, através do qual toda sua dívida mobiliária é refinanciada, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. Com efeito, reza o art. 1º da Medida Provisória nº 1560-7, de 11.07.97, que:

Art. 1º Fica a União, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e nos termos desta Medida Provisória, autorizada, até 30 de junho de 1997, a:

I - assumir a dívida pública mobiliária dos Estados e do Distrito Federal, (...)

§ 1º As dívidas de que trata o inciso I são aquelas constituídas até 31 de março de 1996 e as que, constituídas após essa data, consubstanciam simples rolagem de dívidas anteriores."

A simples assinatura do contrato de refinanciamento, contudo, não viabiliza a imediata assunção da dívida do Estado de Mato Grosso pela União. Há, no momento, dois obstáculos à plena eficácia do contrato em tela: a aprovação do contrato pelo Senado Federal, nos termos da Resolução nº 12/97 desta Casa, e a aprovação de suplementação orçamentária da União para que esta possa emitir títulos que financiarão a assunção da dívida.

Pelo exposto, entendo que, embora as condições atuais do Estado do Mato Grosso não se enquadrem nas normas do Senado para autorização a pleitos da espécie, existe circunstância especial a considerar: a atual rolagem representa, apenas, uma "ponte" entre o vencimento dos títulos e a efetiva assunção da dívida pela União. Isto posto, considero adequada a rolagem de 100% da dívida mobiliária estadual vincenda no 2º semestre de 1997: procedimento já adotado por esta Comissão em relação a outras unidades federativas que se encontravam em situação semelhante.

Não é ocioso ressaltar o sério esforço que o Estado de Mato Grosso vem realizando no sentido de ajustar suas contas e cumprir o acordo firmado com a União, o que é demonstrado pela redução do comprometimento de suas receitas com a folha de pagamentos, conforme mostrado acima.

Com vistas ao perfeito conhecimento desta Casa sobre as condições de negociação dos títulos a serem emitidos, e a exemplo do que foi determinado para outras autorizações da espécie, considero adequado incluir os §§ 1º e 2º do art. 2º e o art. 3º, no Projeto de Resolução ora submetido à apreciação dos ilustres pares.

Concluindo, sou de parecer favorável ao atendimento do pleito do Governo do Estado do Mato Grosso, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 94, DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Mato Grosso autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, cujos recursos serão

destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 03, deduzida a parcela de dois por cento

b) *modalidade*: nominativa-transferível;

c) *rendimento*: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25.11.87;

d) *prazo*: até 5 (cinco) anos;

e) *valor nominal*: R\$ 1,00;

f) *características dos títulos a serem substituídos*:

SELIC

TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
640365	01.08.1997	385.868
640456	01.08.1997	374.384
640547	01.08.1997	379.508
640639	01.08.1997	384.666
640731	01.08.1997	324.391
640365	15.08.1997	3.335.747
640457	15.08.1997	3.223.572
640547	15.08.1997	2.871.336
640638	15.08.1997	2.533.918
640731	15.08.1997	1.924.909
640364	01.09.1997	1.833.899
640455	01.09.1997	2.047.568
640549	01.09.1997	1.441.418
640640	01.09.1997	1.394.008
640731	01.09.1997	894.434
640365	01.11.1997	393.908
640457	01.11.1997	385.868
640548	01.11.1997	374.384
640639	01.11.1997	379.508
640731	01.11.1997	384.670
640362	15.11.1997	3.474.828
640457	15.11.1997	3.335.747
640549	15.11.1997	3.223.572
640639	15.11.1997	2.871.336
640730	15.11.1997	2.533.922
640364	01.12.1997	2.212.325
640455	01.12.1997	1.833.899
640546	01.12.1997	2.047.568
640640	01.12.1997	1.441.418
640731	01.12.1997	1.394.009

g) *previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos*:

SELIC

COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
01.08.1997	01.08.1998	640365	01.08.1997
01.08.1997	01.11.1998	640457	01.08.1997
01.08.1997	01.02.1999	640549	01.08.1997
01.08.1997	01.05.1999	640638	01.08.1997
01.08.1997	01.08.1999	640730	01.08.1997
15.08.1997	15.08.1998	640365	15.08.1997
15.08.1997	15.11.1998	640457	15.08.1997
15.08.1997	15.02.1999	640549	15.08.1997
15.08.1997	15.05.1999	640638	15.08.1997
15.08.1997	15.08.1999	640730	15.08.1997
01.09.1997	01.09.1998	640365	01.09.1997

01.09.1997	01.12.1998	640456	01.09.1997
01.09.1997	01.03.1999	640546	01.09.1997
01.09.1997	01.06.1999	640638	01.09.1997
01.09.1997	01.09.1999	640730	01.09.1997
03.11.1997	01.11.1998	640363	03.11.1997
03.11.1997	01.02.1999	640455	03.11.1997
03.11.1997	01.05.1999	640544	03.11.1997
03.11.1997	01.08.1999	640636	03.11.1997
03.11.1997	01.11.1999	640728	03.11.1997
17.11.1997	15.11.1998	640363	17.11.1997
17.11.1997	15.02.1999	640455	17.11.1997
17.11.1997	15.05.1999	640544	17.11.1997
17.11.1997	15.08.1999	640636	17.11.1997
17.11.1997	15.11.1999	640728	17.11.1997
01.12.1997	01.12.1998	640365	01.12.1997
01.12.1997	01.03.1999	640455	01.12.1997
01.12.1997	01.06.1999	640547	01.12.1997
01.12.1997	01.09.1999	640639	01.12.1997
01.12.1997	01.12.1999	640730	01.12.1997

h) *forma de colocação*: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20.09.79, do Banco Central;

i) *autorização legislativa*: Lei nº 4.660, de 07.02.84, e Decretos nº 1.605 e 1.564, de 19.06.89 e 09.07.97, respectivamente.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Governo do Estado do Mato Grosso encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º No prazo máximo de quatorze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de duzentos e setenta dias contados a partir da sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997

JOSÉ SERRA, Presidente
JONAS PINHEIRO, Relator

CARLOS BEZERRA
JOSÉ FOGAÇA
BELLO PARGA
LEVY DIAS
JOSÉ EDUARDO VIEIRA
ESPERIDIÃO AMIN
JOSÉ EDUARDO DUTRA
WALDECK ORNELAS
EDUARDO SUPPLY
VILSON KLEINÜBING
FREITAS NETO
OSMAR DIAS.

PARECER Nº 398, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, sobre a Mensagem nº 135, de 1997 (Mensagem nº 865, de 04.08.97, na origem), do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, que "encaminha ao Senado Federal a programação monetária relativa ao 3º trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes."

RELATOR: Senador WALDECK ORNELAS

I. RELATÓRIO

Conforme estabelece o parágrafo 1º, inciso II, art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995, o Senhor Presidente da República encaminhou ao Senado Federal a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, com estimativas das faixas de variação dos principais agregados monetários, análise da evolução da economia nacional prevista para o trimestre e as justificativas pertinentes.

De acordo com a norma citada, o Banco Central do Brasil submeteu, em 31.07.97, a programação monetária ao Conselho Monetário Nacional. Tendo sido aprovada, a programação foi então encaminhada ao Senado Federal em 04.08.97, nos termos do §1º, art. 6º da Lei 9.069/95.

A esta Comissão, conforme disposto no parágrafo 2º do art. 6º da referida lei, cabe emitir parecer sobre a programação monetária que, desse modo, servirá de base para a aprovação ou rejeição *in totum* da matéria pelo Congresso Nacional, vedada a introdução de qualquer alteração (§ 3º do art. 6º da mesma lei).

O documento descreve os dados da economia no segundo trimestre de 1997, os quais indicam que o PIB do primeiro trimestre de 1997 registrou queda de 0,6 % em relação ao quarto trimestre de 1996, não havendo ainda informações sobre o segundo trimestre de 1997. A dívida líquida do setor público totalizou R\$ 282,1 bilhões equivalendo a 34,2 % do PIB, mesmo nível observado ao final de 1996, ressaltando-se que a manutenção da relação Dívida Líquida/PIB está associada aos superávits primários obtidos ao longo de 1997, e à redução de dívidas propiciada pela privatização da Cia. Vale do Rio Doce.

As necessidades de financiamento do setor público apresentaram déficit nominal de 5,53 % do PIB, inferior aos 7,8 % observados em igual período do ano anterior, em decorrência do decréscimo das despesas com juros nominais, ao lado dos já citados superávits.

No primeiro semestre de 1997, o superávit do Tesouro Nacional alcançou R\$ 4,1 bilhões, ante superávit de R\$ 2,9 bilhões em igual período de 1996. As obrigações líquidas com juros reais atingiram R\$ 6,4 bilhões, determinando déficit operacional de R\$ 2,2 bilhões, contra déficit de R\$ 1,7 bilhão, em igual período de 1996.

O documento também aponta para o fato de que, no segundo trimestre de 1997, a base monetária, no conceito de base monetária restrita, alcançou níveis situados dentro dos intervalos estimados por meio da

programação financeira para o período, enquanto no conceito de base monetária ampliada, alcançou níveis situados abaixo dos valores mínimos estimados por meio da programação financeira para o período, fato decorrente da não-efetivação, no trimestre, da reestruturação das dívidas estaduais, fator de caráter expansionista sobre a base monetária ampliada, cujos processos se encontram em tramitação no Congresso Nacional. O quadro I a seguir resume as variações previstas e ocorridas na base monetária do segundo trimestre de 1997.

Discriminação	Previsto		Ocorrido	
	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses 1/	R\$ bilhões	Variação percentual em 12 meses
M1 2/	35,1 - 41,2	59,3	36,8	53,6
Base restrita 2/	24,0 - 28,1	49,3	24,7	41,6
Base ampliada 3/	220,3 - 258,7	52,1	203,6	29,3
M4 3/	337,5 - 396,2	30,9	351,3	25,4

1/ Para o cálculo das variações percentuais considera-se o ponto médio das previsões.

2/ Média dos saldos nos dias úteis do último mês do período.

3/ Saldo em fim de período.

Em justificando a programação financeira para o terceiro trimestre de 1997, o Banco Central afirma que "a política monetária permanece condicionada ao comportamento do nível de atividade econômica, em regime de baixa inflação, e adequada às restrições determinadas pelo setor externo. O processo de redução gradual das taxas de juros, verificado no primeiro trimestre de 1997, foi contido no segundo trimestre diante da indefinição quanto ao comportamento das principais variáveis indicativas do nível de atividade econômica e da conveniência de assegurar nível confortável de reservas, frente a possíveis mudanças nas taxas de juros internacionais."

Salienta ainda que "a taxa de crescimento do PIB em 1997 deverá ser superior à do ano anterior (3 %), com melhor desempenho esperado nos três setores (agropecuária, indústria e serviços), destacando-se a recuperação das lavouras, o melhor desempenho da construção civil, associado em parte ao processo de privatização, e os resultados favoráveis de comunicações e transportes."

Por sua vez, a programação dos agregados monetários para o terceiro trimestre de 1997 e suas estimativas dos indicadores para o final do ano levaram em consideração o cenário provável de comportamento e as metas governamentais para a inflação, o PIB, as taxas de juros e os impactos monetários decorrentes das operações do Tesouro Nacional, das intervenções do Banco Central no mercado de câmbio e das operações de redesconto ao sistema financeiro.

A forte migração de recursos dos FIF-CP para depósitos a vista, decorrentes da introdução da CPMF, observada no primeiro trimestre de 1997, não mais se observou no segundo trimestre.

As faixas projetadas para os agregados monetários ao final do terceiro trimestre e ao final de 1997^{1/} estão apresentadas no quadro a seguir:

Discriminação	Terceiro Trimestre	Ano
M1 2/	33,8 - 39,7	41,0 - 50,1
Base restrita 2/	22,7 - 26,7	26,8 - 32,7
Base ampliada 3/	225,8 - 265,1	230,3 - 281,5
M4 3/	340,4 - 399,6	346,8 - 423,8

1/ Refere-se ao último mês do período.

2/ Média dos saldos nos dias úteis do mês.

3/ Saldo em fim de período.

É o relatório

II. VOTO

Considerando que a programação monetária referente ao segundo trimestre de 1997, já foi executada, cabe uma análise de sua performance em relação às metas previstas, aprovadas pelo Congresso Nacional. O Quadro 1, constante de nosso relatório, mostra as comparações correspondentes.

Os motivos para a menor variação da base monetária ampliada refletem unicamente o adiamento da concretização dos processos de renegociação de dívidas estaduais, ainda em tramitação no Senado Federal, conforme já comentado.

Do ponto de vista geral de condução da política monetária pode-se concluir pela atuação consistente e regrada do Banco Central do Brasil, mantendo uma postura conservadora e apoiando, em suas ações, os rumos globais da política econômica do governo.

Finalmente, é indubitável que o tratamento dispensado pela Lei 9.069/95 à operacionalização da política monetária atribuiu ao Congresso Nacional a corresponsabilidade nas decisões quanto à evolução da oferta de moeda e, conseqüentemente, das próprias taxas de juros a serem praticadas pelos agentes econômicos.

Todavia, não há como negar que, mesmo diante dessa formulação institucional mais aprimorada, o Poder Executivo vem dando conseqüência à citada norma em prazos que, em verdade, reduzem ou eliminam a possibilidade de uma efetiva participação do Congresso Nacional na apreciação da programação monetária trimestral. Assim, essa Programação, que deveria ser submetida pelo Presidente do Banco Central ao Conselho Monetário Nacional no início do trimestre, para pronto encaminhamento a esta Comissão Econômica, só foi apreciada pelo CMN em 31 de julho de 1997, quando o procedimento que vem sendo habitualmente adotado, em prejuízo da apreciação tempestiva da matéria pelo Congresso Nacional.

Transcorrido mais de um mês do trimestre, a apreciação da matéria pela Comissão de Assuntos Econômicos torna-se de pouca ou nenhuma relevância. O Poder Legislativo, apesar da competência a ele atribuído nessa área monetária, tem, na prática, uma atuação meramente homologatória. Mesmo que rejeitasse a programação monetária, adotaria decisão sem efeitos práticos e legais, simplesmente porque a mesma Lei nº 9.069/95, em seu art. 6º, § 6º, fixa que, "caso o Congresso Nacional não aprove a programação monetária até o final do primeiro mês do trimestre a que se destina, fica o Banco Central do Brasil autorizado a executá-la até sua aprovação".

Resta, portanto, mais uma vez a essa Comissão dar conseqüência às formalidades previstas na Lei nº 9.069/95, concedendo, em verdade, homologação à programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

Somos, face ao exposto, favoráveis à aprovação da programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, nos termos do seguinte Projeto de Decreto Legislativo, a ser submetido ao Congresso Nacional, conforme o § 2º do art. 6º da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 61, DE 1997

Aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, com as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997.

JOSÉ SERRA, Presidente
WALDECK ORNELAS, Relator
CARLOS BEZERRA
JOSÉ FOGAÇA
JOSÉ EDUARDO VIEIRA
ESPERIDIÃO AMIN
LEVY DIAS
NEY SUASSUNA
FREITAS NETO
VILSON KLEINÜBING
BELLO PARGA
JONAS PINHEIRO
OSMAR DIAS
JOSÉ EDUARDO DUTRA (Vencido)
EDUARDO SUPLEY (Vencido).

PARECER Nº 399, DE 1997

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS sobre o Ofício S nº 61, de 1997 (Ofício PRESI-97/2304, de 31.07.97, na origem), do Sr. Presidente do Banco Central do Brasil, encaminhando solicitação do Governo do Estado de Alagoas sobre aditamento a contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

RELATOR: Senador Ney Suassuna

I. Relatório

O Senhor Presidente do Banco Central do Brasil - BACEN encaminhou a esta Casa, mediante a correspondência em epígrafe, solicitação do Governo do Estado de Alagoas a respeito de aditamento a contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal - CEF, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

Trata-se do terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao contrato de abertura de crédito firmado em 10.12.96 entre o Estado e a CEF, com a garantia da União, dentro do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, criado pelo Voto nº 162/95, e alterado pelo Voto nº

175/95, ambos do Conselho Monetário Nacional, e autorizado pela Resolução nº 70, de 1995, alterada pela Resolução nº 12, de 1997, ambas deste Senado Federal.

O valor do contrato original era de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), tendo sido elevado para R\$ 135.000.000,00 (cento e trinta e cinco milhões de reais) pelo segundo termo aditivo. O termo aditivo em tela, assinado em 30.06.97 e submetido a esta Casa nos termos do § 2º do art. 1º da citada Resolução nº 70, de 1995, adiciona mais R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), o que eleva o valor total do empréstimo para R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

A totalidade dos recursos acima descritos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV, que visa reduzir o quadro de servidores do Estado, mediante incentivos à demissão voluntária.

O pleito encontra-se instruído nos termos da Resolução nº 69, de 1995, que disciplina o endividamento dos Estados e Municípios, e com as regras específicas da Resolução nº 70, de 1995.

Ressalte-se que, conforme informação do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, os dispêndios do Estado com pagamento de pessoal próprio excede a 60% (sessenta por cento) de suas receitas correntes, estando tal excedente sendo reduzido ao referido limite nos termos da Lei Complementar nº 82, de 27.03.95, ou seja, à razão de 1/3 (um terço) ao ano.

Cabe, também, informar que, segundo o Parecer DEDIP/DIARE-97/547, de 24.07.97, encaminhado pelo Presidente do BACEN, o Estado de Alagoas se encontra inadimplente junto às instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional, o que contraria o disposto no art. 13, III, da Resolução nº 69, de 1995. O mesmo Parecer demonstra, ainda, que a operação não se enquadra nos limites do art. 3º da supracitada resolução.

A operação pleiteada tem as seguintes características:

a) valor: R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões);

b) condições de pagamento: 18 (dezoito) prestações mensais e consecutivas, calculadas com base na Tabela Price;

c) encargos financeiros:

1. sobre os saldos devedores incidirão encargos financeiros de 2,2402% a.m., equivalentes, em 10.12.96, ao custo de captação médio da CEF, acrescido de juros de 0,5% a.m., calculados sobre o saldo devedor atualizado e capitalizado mensalmente;

2. os encargos serão repactuados trimestralmente com base no último balancete da CEF;

3. a CEF fará jus à comissão de abertura de crédito, incidente no ato de liberação de cada parcela;

d) destinação dos recursos: financiar o programa de incentivo à exoneração voluntária para os servidores da administração direta autárquica e fundacional do Estado de Alagoas.

2. Voto

A situação financeira dos Estados-membros da Federação é dramática, com o crescimento das despesas ocorrendo em proporção maior que o que das receitas, face a existência de despesas incompressíveis. Um dos fatores que agrava tal problema é o crescimento vegetativo da folha de pagamento.

O caso de Alagoas é paradigmático, tendo levado, inclusive, ao recente afastamento temporário do Governador do Estado. Nesse sentido, a existência de um programa de demissão voluntária é de fundamental importância para a redução das despesas de pessoal e o consequente equilíbrio das finanças estaduais.

A extrapolação do limite fixado no art. 3º da Resolução nº 69, de 1995, pode ser relevada face a difícil situação do Estado e a importância da presente operação de crédito.

Resta aduzir que, considerando o Aviso MF nº 728, de 11 de agosto de 1997 do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, Senhor Pedro Sampaio Malan, acredito ser conveniente a alteração das condições de pagamento, substituindo as 18 (dezoito) prestações mensais sugeridas pelo Ofício "S" nº 61, de 1997 (operação pleiteada) por um pagamento único, conforme estabelecido na renegociação global da dívida do Estado de Alagoas, com base na MP 1.560/97.

Pelo exposto, manifesto-me favoravelmente ao atendimento do pleito do Governo do Estado de Alagoas, nos termos do seguinte:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95, DE 1997

Aprova o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal, em 10.12.96, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1.º Fica aprovado o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal, em 10.12.96, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

Art. 2.º A operação de que trata o artigo anterior deverá ter as seguintes condições, devendo o Termo Aditivo ser a elas ajustado:

a) valor: acréscimo de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões), perfazendo um valor total de crédito de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

b) condições de pagamento: Parcela Única, nos termos da rolagem global da dívida

c) encargos financeiros:

1. sobre o saldo devedor incidirá encargos financeiros de 2,2402% a.m., equivalentes, em 10.12.96, ao custo de captação médio da CEF, acrescido de juros de 0,5% a.m., calculados sobre o saldo devedor atualizado e capitalizado mensalmente;

2. os encargos serão repactuados trimestralmente com base no último balancete da CEF;

3. a CEF fará jus à comissão de abertura de crédito, incidente no ato de liberação de cada parcela;

d) **destinação dos recursos:** financiar o programa de incentivo à exoneração voluntária para os servidores da administração direta autárquica e fundacional do Estado de Alagoas.

Art. 3.º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4.º Vide texto final

Art. 5.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997.

JOSÉ SERRA : Presidente
NEY SUASSUNA: Relator

CARLOS BEZERRA
JOSÉ FOGAÇA
EDUARDO SUPLEY
JOSÉ EDUARDO DUTRA
LEVY DIAS
VILSON KLEINÜBING
BELLO PARGA
JOSÉ EDUARDO VIEIRA
OSMAR DIAS
WALDECK ORNELAS
FREITAS NETO
JONAS PINHEIRO

TEXTO APROVADO PELA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS EM DECORRÊNCIA DAS ALTERAÇÕES PROPOSTAS PELO SENADOR ESPERIDIÃO AMIN, DEVIDAMENTE ACOLHIDAS PELO SENADOR NEY SUASSUNA, RELATOR DA MATÉRIA

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 95, DE 1997

Aprova o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal, em 10.12.96, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1.º Fica aprovado o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal, em 10.12.96, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário - PDV.

Art. 2.º A operação de que trata o artigo anterior deverá ter as seguintes condições, devendo o Termo Aditivo ser a elas ajustado:

a) **valor:** acréscimo de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões), perfazendo um valor total de crédito de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

b) **condições de pagamento:** Parcela Única, nos termos da rolagem global da dívida

c) **encargos financeiros:**

1. sobre o saldo devedor incidirá encargos financeiros de 2,2402% a.m., equivalentes, em 10.12.96, ao custo de captação médio da CEF, acrescido de juros de 0,5% a.m., calculados sobre o saldo devedor atualizado e capitalizado mensalmente;

2. os encargos serão repactuados trimestralmente com base no último balancete da CEF;

3. a CEF fará jus à comissão de abertura de crédito, incidente no ato de liberação de cada parcela;



d) **destinação dos recursos:** financiar o programa de incentivo à exoneração voluntária para os servidores da administração direta autárquica e fundacional do Estado de Alagoas.

Art. 3.º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4.º A contratação da presente operação de crédito fica condicionada ao cumprimento do disposto no Artigo 4º da RSF nº 37/97, bem como, do encaminhamento ao Senado Federal da relação dos servidores alcançados pelas autorizações anteriores, devidamente acompanhada da comprovação de suas respectivas remunerações e indenizações recebidas.

Art. 5.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 12 de agosto de 1997

 , Presidente
 , Relator
Parecer C.A.E.-Sen. Ney Suassuna

LEGISLAÇÃO ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

CMN Nº 162/95

SENADO 574, de 29.11.95

Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal de Estados

Senhores Conselheiros,

Ao longo do ano de 1993 foram negociadas e refinanciadas as dívidas contratuais internas de responsabilidade das administrações direta e indireta dos estados, contratadas até 30 de setembro de 1991 junto aos órgãos e entidades controlados direta ou indiretamente pela União, nos termos da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993.

2. Esse refinanciamento, tido como terceira e última renegociação de obrigações de estados junto à União — anteriormente ocorreram reestruturações de dívidas de origem externa e interna ao amparo das Leis nº 7.614, de 10 de julho de 1987, e 7.976, de 27 de dezembro de 1989 — mereceu adesão da maioria dos devedores, proporcionando o reescalonamento de obrigações no valor equivalente a R\$ 33,4 bilhões, posição em 31 de outubro de 1995, o que permitiu a regularização de grande parte do contencioso existente entre os devedores e a União.

3. Essa renegociação propiciou aos estados consideráveis vantagens. Foi concedido prazo de pagamento de 20 anos com possibilidade de prorrogação por mais 10 anos. Além disso, com vistas a isolar os estados da conjuntura atual de taxas de juros, foram mantidos os juros pactuados nas operações originais, os quais na média situam-se em 6,5% ao ano acima da inflação. Ademais, foi estabelecido o limite máximo de 11% da receita líquida real dos estados para comprometimento no pagamento do serviço da dívida rolada e de outras dívidas então existentes e já refinanciadas anteriormente — dívidas externa, junto ao INSS, ao FGTS e resultante do refinanciamento da Lei nº 7.976/89.

4. A sistemática de autoliquidez do refinanciamento propiciou a adimplência dos mutuários e o restabelecimento do fluxo financeiro para os credores originais, dentre os quais destaca-se a Caixa Econômica Federal - CEF, detentora do maior volume de créditos e com atuação voltada para programas sociais do Governo Federal.

5. Adicionalmente, o Senado Federal, por meio das Resoluções nº 20/91, 98/92 e 96/93, que autorizaram o repasse aos devedores originais das condições obtidas pela União nos acordos de reestruturação da dívida do setor público brasileiro junto a bancos comerciais estrangeiros, estabeleceu a vinculação das receitas dos estados e municípios em garantia de ressarcimento das obrigações assumidas pelo Governo Federal.

6. Essas medidas permitiram alcançar a atual situação de normalidade no cumprimento das obrigações financeiras das Unidades da Federação junto ao Tesouro Nacional, não sendo recomendável, portanto, alteração nos atuais esquemas de refinanciamento.

7. Entretanto, com a significativa redução da inflação decorrente da implementação do Plano Real, reduziram-se também drasticamente as receitas nominais decorrentes de aplicações financeiras, as quais vinham sendo utilizadas por muitos estados para custear despesas correntes, inclusive despesas de pessoal.

8. Simultaneamente, com o fim da corrosão inflacionária que erodia despesas fixadas em termos nominais, os vencimentos e salários do funcionalismo público, como os dos demais trabalhadores brasileiros, passaram a manter seu valor real, elevando desta forma o peso das folhas salariais.

9. A perda de receitas financeiras inflacionárias foi parcialmente compensada com o significativo aumento experimentado pelas receitas fiscais estaduais a partir do Plano Real. Comparando-se o período julho de 1994 a setembro de 1995 com o período julho de 1993 a setembro de 1994, as transferências do Fundo de Participação dos Estados cresceram 15%, em termos reais, e a arrecadação do ICMS elevou-se em 28%, também em termos reais, observando-se a partir de julho último uma estabilização dessas receitas.

10. Entretanto, vários estados concederam, no segundo semestre de 1994 e no primeiro semestre de 1995, aumentos e vantagens salariais a seus servidores, os quais transformaram-se em aumentos reais. A estes aumentos vieram somar-se mecanismos de crescimento vegetativo automático das folhas salariais dos estados, sob a forma de incorporação de vantagens e gratificações previstas nas legislações estaduais.

11. Este quadro fez com que alguns estados ficassem em situação de desequilíbrio financeiro, levando-os a incorrer em sucessivos atrasos no cumprimento de suas obrigações trabalhistas e a recorrer a empréstimos bancários de curto prazo em Antecipação à Receita Orçamentária - ARO, a taxas de juros elevadas, os quais acabaram por agravar ainda mais a situação.

12. Nos primeiros nove meses de 1995 o resultado fiscal dos estados e municípios revelou déficit primário de 0,3% do PIB — fato inusitado nos últimos cinco anos — e déficit operacional equivalente a 2,7% do PIB. No mesmo período, o Governo Federal acumulou superávit primário de 1,3% e déficit operacional de 0,8% do PIB. Após manter no período de 1991 a meados de 1994 execução fiscal semelhante à obtida pelo Governo Central, conseguindo em alguns momentos resultados até mesmo superiores aos da União, as finanças estaduais apresentam agora comportamento oposto, apesar da conjuntura amplamente favorável das receitas fiscais compostas pelo ICMS e pelas Transferências da União. Trata-se de situação que urge reverter, já que a continuidade do combate à inflação requer equilíbrio fiscal não apenas do Governo Federal, mas de todo o setor público.

13. Levando em conta a diversidade de situações dos diferentes estados, o programa proposto compreende medidas de ajuste fiscal e saneamento financeiro, bem como linhas de crédito condicionadas a essas medidas. Além disso, prevê-se a possibilidade de reestruturação das AROs, sob condições estritas e que permitam reduzir o déficit dos estados.

I - MEDIDAS DE AJUSTE FISCAL E SANEAMENTO FINANCEIRO

14. O programa ora proposto visa a implementação de medidas que permitam aos estados alcançar o equilíbrio orçamentário sustentável. De nada adiantaria possibilitar refinanciamentos sem que, simultaneamente, fossem eliminadas as fontes de desequilíbrio fiscal e financeiro. Sem este esforço, a situação de inadimplência e desajuste tenderia a repetir-se.

15. É importante reconhecer que vários governadores decidiram desenvolver esforços próprios para a implementação de reformas administrativa, patrimonial e financeira em seus estados. O programa de ajuste vem, portanto, somar-se às iniciativas dos próprios estados.

16. É necessário, todavia, estabelecer de forma organizada e monitorada compromissos firmes com metas de ajuste fiscal com as quais qualquer estado que deseje participar dos demais componentes deste programa deverá comprometer-se.

17. Assim, a possibilidade de obtenção dos refinanciamentos aqui indicados dependerá dos seguintes compromissos de ajuste fiscal e financeiro a serem mantidos pelos estados durante a vigência do programa:

A) CONTROLE E REDUÇÃO DA DESPESA DE PESSOAL

- 1) reduzir as despesas com o funcionalismo público estadual, no mínimo, ao limite legal de 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, implementando em 1996 redução de pelo menos 1/3 (um terço) do excedente a este limite, nos termos da Lei Complementar nº 82/95;
- 2) implementar, imediatamente, os limites de remuneração e proventos previstos nos artigos 37, inciso XI, e 17 do ADCT, da Constituição Federal;
- 3) reduzir o quadro atual de funcionários, inclusive através de programas de desligamento voluntário;
- 4) não conceder ao funcionalismo estadual reajuste de salários e remunerações, a qualquer título, com periodicidade inferior ou percentual superior aos concedidos pelo Poder Executivo da União aos seus servidores;
- 5) revisar, em convênio com o Ministério da Administração e Reforma do Estado, a legislação de pessoal do Estado, com vistas a revogar quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores públicos estaduais não concedidas pelo Poder Executivo da União aos seus próprios servidores;
- 6) adotar medidas, até o final do primeiro semestre de 1996, para adequar o sistema de previdência do servidor público estadual a parâmetros que assegurem seu pleno equilíbrio atuarial;
- 7) encaminhar proposta de emenda constitucional às respectivas Assembléias Legislativas ajustando a Constituição Estadual às alterações que vierem a ser aprovadas na Constituição Federal no âmbito das Reformas Administrativa e Previdenciária. As emendas que não estão condicionadas às alterações da Constituição Federal devem ser encaminhadas até 60 dias após assinatura dos contratos de créditos realizados no âmbito desse programa.

B) PRIVATIZAÇÃO, CONCESSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, REFORMA PATRIMONIAL E CONTROLE DE ESTATAIS ESTADUAIS

- 1) estabelecer, até o final do primeiro semestre de 1996, programas operacionais de privatização, concessão de serviços públicos estaduais à iniciativa privada, reforma e desmobilização patrimonial, nos termos de convênios a serem firmados, respectivamente, com o BNDES, com os Ministérios responsáveis pelos serviços a serem concedidos e com a Secretaria de Patrimônio da União, destinando à redução da dívida junto ao Tesouro Nacional parcela das respectivas receitas, a ser estabelecida em função da relação dívida/receita líquida real;
- 2) implantar, até o final do primeiro semestre de 1996, mecanismo de controle centralizado sobre as empresas estatais estaduais, visando ao controle de despesas e à geração de informações fiscais consolidadas;

C) AUMENTO DA RECEITA, MODERNIZAÇÃO E MELHORIA DOS SISTEMAS DE ARRECAÇÃO, DE CONTROLE DO GASTO E DE GERAÇÃO DE INFORMAÇÕES FISCAIS

- 1) explorar plenamente sua base tributária e desenvolver esforços para incrementar a arrecadação tributária própria em índice mensal a ser pactuado com o Ministério da Fazenda;
- 2) implementar, em convênio e com assistência técnica do Ministério da Fazenda, projeto de modernização da Secretaria Estadual de Fazenda envolvendo a melhoria ou a implantação de sistemas de informática com vistas ao aumento da arrecadação tributária e ao controle da despesa;
- 3) encaminhar mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional - STN o fluxo de caixa do Estado e dados sobre sua execução orçamentária, financeira e patrimonial;
- 4) encaminhar mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional - STN relatório detalhado sobre o cumprimento das metas estabelecidas no programa de saneamento financeiro, permitindo a realização de auditoria pela STN, ou órgão/entidade por ela designado, quando esta julgar conveniente;
- 5) informar ao Ministério da Fazenda, com antecedência de 30 (trinta) dias, sobre todo e qualquer ato ou medida legislativa que implique em aumento da despesa ou

redução da receita, inclusive quanto a tramitação e sanção de projetos de lei que visem a criação de município sem viabilidade de sustentação econômica.

D) COMPROMISSO DE RESULTADO FISCAL MÍNIMO:

- 1) alcançar resultado primário trimestral mínimo requerido para atingir a meta de equilíbrio operacional, tendo em vista o quadro de usos e fontes do estado e a relação dívida/receita líquida real;
- 2) dotar o orçamento do Estado de recursos necessários ao cumprimento dos compromissos decorrentes do programa de saneamento financeiro e de ajuste fiscal acordado. Os projetos de lei correspondentes deverão ser enviados até o primeiro semestre de 1996.

E) REDUÇÃO E CONTROLE DO ENDIVIDAMENTO ESTADUAL

- 1) manter durante toda a vigência do Programa a adimplência do Estado e de suas entidades controladas, direta ou indiretamente, para com a União e suas entidades controladas direta e indiretamente;
- 2) não contratar novas operações de Antecipação de Receita Orçamentária-ARO;
- 3) assinar aditivo ao contrato de refinanciamento da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, estabelecendo cláusula contratual comprometendo-se a despendar até 11% (onze por cento) da Receita Líquida Real no pagamento das dívidas referidas nos artigos da citada Lei.

II - LINHA DE CRÉDITO I

18. Considerando a situação emergencial em que se encontram as finanças de algumas Unidades da Federação, fica criada Linha de Crédito subordinada às condições estabelecidas a seguir.

19. Os recursos devem ser destinados ao pagamento de débitos em atraso até 30 de novembro de 1995, acordados com o Ministério da Fazenda. São elegíveis os estados que, a critério do Governo Federal, se encontrem em situação financeira que justifique o acesso a esta linha.

20. O valor máximo por estado é equivalente a 01 (uma) quota (média nominal janeiro-outubro/95) do Fundo de Participação do Estado, condicionado, no mínimo, ao previsto nos itens D e E da seção I, ficando a liberação condicionada a assinatura do aditivo a que se refere a mencionada alínea E.3. Excepcionalmente, a critério exclusivo do Ministério da Fazenda com base em exame detalhado da situação e do desempenho financeiro do mutuário, este montante poderá ser ampliado desde que o valor da prestação mensal não ultrapasse a 4% (quatro por cento) mensais da Receita Líquida Real, podendo ser antecipado até 1/3 (um terço) do valor do empréstimo e condicionado ainda, além do previsto nos itens D e E, à implementação de programa de saneamento financeiro e de ajuste fiscal envolvendo outros componentes e condições dentre os previstos na seção I, e cuja execução será monitorada pelo Ministério da Fazenda. O empréstimo fica condicionado à aceitação pelo estado de que o percentual de comprometimento da receita líquida real referido neste item é adicional ao limite de 11% (onze por cento) para pagamento das dívidas já refinanciadas junto ao Governo Federal (Leis nº 7.976/89 e 8.727/93, dívida externa, dívidas junto ao INSS e FGTS).

21. O agente financeiro será a Caixa Econômica Federal e o prazo do empréstimo será de 24 (vinte e quatro) meses, podendo ser estendido até 36 (trinta e seis) meses, desde que não ultrapasse a 31 de dezembro de 1998, devendo ser pago em prestações mensais e iguais, sem carência.

22. Os encargos financeiros serão equivalentes ao custo de captação médio da CEF, repactuado trimestralmente com base no último balancete, acrescido de 0,5% ao mês incidentes sobre o saldo devedor atualizado, e comissão de abertura de crédito correspondente a 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do empréstimo, com vistas à cobertura pelo risco da operação.

23. O risco operacional será do Agente Financeiro, com garantia do Tesouro Nacional, que contará com contra-garantia dos beneficiários através de sistema de autoliquidez, mediante vinculação das receitas previstas nos artigos 155, inciso I, 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, com anuência do banco centralizador das receitas estaduais, e débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantias.

24. A liberação dos recursos será feita em parcelas periódicas, segundo cronograma financeiro que conjugue as necessidades do tomador com o cumprimento de metas pré-estabelecidas por ocasião da contratação.

25. O beneficiário deverá apresentar certidão negativa do INSS, FGTS e não poderá se encontrar inscrito no CADIN como inadimplente. Alternativamente, o Estado poderá apresentar as certidões negativas do INSS e FGTS juntamente com a solução para os atrasos que deram origem à inscrição no CADIN, que poderá envolver a utilização de parte do crédito, observada a legislação pertinente.

26. A concessão dos empréstimos ficará condicionada à autorização do Poder Legislativo Estadual, que contemple inclusive autorização para o Estado assumir os

compromissos referidos na seção I deste voto, e do Senado Federal. Os contratos de empréstimo conterão, dentre outras, cláusulas estipulando que até a total liquidação do débito o beneficiário se compromete, sob as penas previstas no parágrafo seguinte, a cumprir os compromissos de ajuste fiscal assumidos com o Governo Federal.

27. O contrato de empréstimo estabelecerá que o não cumprimento de quaisquer das medidas de ajuste constantes da seção I, que tenham sido pactuadas entre o estado e a União, salvo decisão contrária e específica do Conselho Monetário Nacional, importará a aplicação de uma ou mais das seguintes penalidades, a critério do credor:

- reduções sucessivas de 3 (três) meses do prazo de pagamento, independentemente do nível de comprometimento na receita real líquida que essa redução acarretar; e
- vencimento antecipado da totalidade da dívida.

III - LINHA DE CRÉDITO II

28. Com vistas a financiar programas de ajuste do quadro de pessoal, proponho que a CEF seja autorizada a operar linha de crédito para este fim. São elegíveis todos os estados, com prioridade para aqueles não atendidos pela Linha de Crédito I.

29. O agente financeiro será Caixa Econômica Federal. O prazo será de 18 (dezoito) meses, com 6 (seis) de carência. Os encargos financeiros serão equivalentes ao custo de captação médio da CEF, repactuado trimestralmente com base no último balancete, acrescido de 0,5% ao mês incidentes sobre o saldo devedor atualizado, e comissão de abertura de crédito correspondente a 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do empréstimo, com vistas à cobertura pelo risco da operação.

30. O risco operacional será do Agente Financeiro e a garantia do Tesouro Nacional, que contará com contra-garantia dos beneficiários através de sistema de autoliquidez, mediante vinculação das receitas previstas nos artigos 155, inciso I, 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, com anuência do banco centralizador das receitas estaduais, e débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantias. Os recursos serão liberados na medida do cumprimento de metas físicas de redução de quadro acordadas no contrato.

IV - TRANSFORMAÇÃO DE OPERAÇÕES ARO EM DÍVIDA FUNDADA

31. Como já salientado, vários estados recorreram a operações ARO acima dos limites que seriam recomendáveis para este tipo de empréstimo, a taxas de juros elevadas, agravando sua situação financeira. Este risco deve ser mantido junto aos atuais agentes financiadores, que receberam remuneração por tais riscos em função das taxas cobradas. Cabe, porém, criar condições para que, em bases inteiramente voluntárias a serem livremente pactuadas entre as partes, seja reduzido o custo financeiro para o estado tomador e assegurada a recuperação dos créditos pelo banco financiador.

32. Nesse sentido, proponho seja autorizada, em caráter excepcional, a transformação destas operações em dívida fundada, subordinada às seguintes condições: a) auxiliar o saneamento financeiro e os esforços de ajuste fiscal dos estados elegíveis; e b) os recursos decorrentes do empréstimo serão obrigatoriamente destinados à quitação das operações ARO existentes.

33. São elegíveis os estados e o Distrito Federal, desde que assumam os compromissos constantes no item E da seção I, devendo cada operação ser autorizada individualmente pelo Ministério da Fazenda.

34. O valor máximo corresponderá às operações ARO contratadas até 30 de novembro de 1995. O agente financeiro será o banco credor da operação ARO, que poderá utilizar-se, para tal finalidade, de recursos captados ao amparo da Res. 63. Admitir-se-á também que a operação fundada seja realizada em banco comercial diverso daquele que detém a operação ARO, desde que com mecanismo de casamento de ambas as operações. Para este fim, fica o Banco Central autorizado a estabelecer limites decrescentes para operações ARO para as instituições integrantes do sistema financeiro nacional, tomando por base os saldos existentes em 30 de novembro de 1995, e correspondentes limites crescentes para operações fundadas.

35. O prazo máximo é de 24 (vinte e quatro) meses, com pagamento em prestações mensais e iguais, sem carência, devendo os encargos financeiros ser livremente pactuados entre as partes. O risco operacional será do Agente Financeiro e as garantias serão livremente pactuadas entre as partes.

36. A CEF poderá, a seu critério, operar como banco de segunda linha, nas operações de alongamento realizadas por outros bancos, desde que o risco da operação continue com o banco comercial. Quando a CEF atuar como banco de segunda linha, deverá ser cobrada como taxa máxima seu custo médio de captação, repactuado trimestralmente com base no último balancete, acrescido de 0,5% ao mês e comissão de abertura de crédito de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor do empréstimo, podendo o banco comercial cobrar, no máximo, a qualquer título, este custo acrescido do valor de 0,5% ao mês de comissão.

37. A contratação das operações previstas nas seções II, III e IV será feita com excepcionalidade dos limites da Resolução nº 2.008, de 28 de julho de 1993.

38. É importante ressaltar que a implementação desse programa só se faz possível em razão dos retornos dos refinanciamentos amparados na Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993, cujos parâmetros relacionados a pagamento de principal e encargos serviram de base para o estabelecimento das condições acima. Assim, para alcançar-se os objetivos propostos e assegurar o montante de recursos necessários é imprescindível a manutenção do fluxo de retornos à Caixa Econômica Federal nos níveis atuais.

39. As linhas de créditos aqui estabelecidas poderão, em alguns casos, ser complementadas com a contratação de financiamento junto a organismos internacionais de projetos de reestruturação da administração dos estados, contemplando, entre outras, as hipóteses de venda de ativos e de participação societária e de enxugamento da máquina estadual.

40. Fica o Ministério da Fazenda autorizado a baixar as normas complementares necessárias à implementação do disposto neste Voto, cabendo à Secretaria do Tesouro Nacional a responsabilidade de implementar, no âmbito do Ministério da Fazenda, as ações correspondentes.

41. Por último, segundo orientação do Presidente da República, será desenvolvido programa complementar a este, visando a incentivar programas de privatização no âmbito dos estados de modo a que as receitas desse processo sejam destinadas à redução dos débitos em atraso e do estoque das dívidas estaduais. Proposta neste sentido já vem sendo desenvolvida pelo BNDES, de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Desestatização.

Voto do Conselheiro

vendedora e ampliação do limite de dívida fundada da CEF. Estando diretamente vinculadas à amortização de dívidas anteriormente contraídas e sujeitas a este mecanismo de ajuste de limites, essas operações não teriam qualquer impacto inicial no estoque de dívida pública consolidada, e contribuiriam para uma redução mais acelerada deste estoque pela redução dos encargos financeiros a serem pagos pelos estados.

Ocorre que, devido ao fato de que foram previstas como operação de livre decisão da instituição financeira credora, que já detinha o risco da operação ARO, o risco da operação fundada deveria permanecer com a mesma instituição financeira ou, se fosse o caso, seria assumido pela instituição financeira que adquirisse a operação ARO (item 35 do Voto CMN nº 162/95), tendo em vista que o preço de venda da operação certamente refletiria a qualidade do devedor.

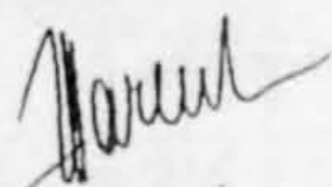
Esta não é a situação em que as referidas operações seriam adquiridas pela Caixa Econômica Federal, tal como ora cogitado. Inicialmente, porque aquela instituição estaria agindo por determinação e no interesse do Governo, e não por seu livre arbitrio. Depois, porque, não se pode assegurar que os bancos credores concedam descontos à Caixa Econômica que compensem a assunção do risco pela mesma, ou seja, no limite, as operações seriam adquiridas por seu valor efetivo (principal mais encargos financeiros até a data da aquisição), sem qualquer desconto relativo à qualidade do devedor.

Nessas condições, proponho que, quando a Caixa Econômica Federal realizar essas operações por orientação expressa do Ministério da Fazenda, e a exemplo do que ocorre com as linhas de crédito I e II, aquela instituição assumo o risco operacional com garantia do Tesouro Nacional, que contaria com contra-garantia dos beneficiários através do sistema de autoliquidez, mediante vinculação das receitas previstas nos artigos 155, inciso I, 157 e 159, incisos I, alínea "a", e II da Constituição Federal, com anuência do banco centralizador das receitas estaduais, e débito automático das prestações à conta dos recursos vinculados em garantias.

Proponho ainda que o prazo dessas operações seja estendido para até 30 meses (contra 24 meses, como previsto no Voto CMN nº 162/95), desde que o vencimento da última prestação não ultrapasse a 31 de dezembro de 1998. Os encargos financeiros seriam os mesmos das linhas de crédito I e II, ou seja, equivalentes ao custo médio de captação da Caixa Econômica Federal acrescido de 0,5% ao mês, repactuado trimestralmente com base no último balancete, incidentes sobre o saldo devedor atualizado, e comissão de abertura de crédito correspondente a 1,5% sobre o valor do empréstimo, com vistas à cobertura do risco da operação.

É o que proponho a V. Exas, com meu voto favorável, esclarecido que as mesmas condições aplicáveis às operações da espécie permanecem inalteradas.

oto do Conselheiro
EDRO SAMPAIO MALAN



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
COORDENAÇÃO GERAL DE HAVES FINANCEIRAS - ESTADOS E MUNICÍPIOS - COFEM

PROGRAMA DE APOIO À REESTRUTURAÇÃO E AO AJUSTE FISCAL DOS ESTADOS (Voto 162/95, de 30/11/95)

ESTADOS	VISITADO	NEGOCIAÇÃO	CONTRATO ASSINADO	VALOR		CREDITO EMERGENCIAL (ARO)	TOTAL
				LINHA I	LINHA II		
AC	SIM	SIM	8/2/96	21.000	6.000	-	27.000
AL	SIM	SIM	9/2/96	55.000	-	30.000	85.000
AM	NAO	-	-	-	-	-	0
AP	SIM	NAO	NAO	-	-	-	0
BA	NAO	SIM	05/03/96	-	100.000	-	100.000
CE	NAO	-	-	-	-	-	0
DF	NAO	-	-	-	-	-	0
ES	SIM	SIM	31/1/96	105.000	-	-	105.000
GO	SIM	SIM	31/1/96	113.400	-	-	113.400
MA	SIM	SIM	02/4/96	3.000	39.170	40.000	82.170
MG	SIM	SIM	16/2/96	160.000	-	65.667	225.667
MS	SIM	SIM	31/1/96	60.000	-	-	60.000
MT	SIM	SIM	22/12/95	78.078	18.500	40.000	136.578
PA	SIM	SIM	29/2/96	68.465	-	60.000	128.465
PB	NAO	-	-	-	-	-	0
PE	SIM	SIM	12/2/96	84.000	80.000	-	164.000
PI	SIM	SIM	22/12/95	51.600	-	20.000	71.600
PR	NAO	-	-	-	-	-	0
RJ	SIM	SIM	31/1/96	120.000	60.000	-	180.000
RN	SIM	NAO	NAO	-	-	-	0
RO	SIM	SIM	22/12/95	39.400	-	25.000	64.400
RR	SIM	SIM	NAO	16.000	-	-	16.000
RS	SIM	SIM	9/2/96	150.000	140.000	54.620	344.620
SC	SIM	SIM	14/2/96	90.000	-	-	90.000
SE	SIM	SIM	28/12/95	27.000	-	35.000	62.000
SP	NAO	-	-	-	-	-	0
TO	SIM	SIM	NAO	30.000	-	-	30.000
TOTAL				1.301.941	443.670	390.287	2.135.898

* Previsão de desembolsos com estados já visitados e que ainda não negociaram (linha II) = R\$ 300.000.000,00.
Posição: 18-JUN-96

CMN N.º 031/96

CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL

ESTADO DE RONDÔNIA - Excepcionalidade aos limites de endividamento estabelecidos pela Resolução 2.008, de 28.07.93.

Senhores Conselheiros,

O Estado de Rondônia aderiu ao programa de Apoio à Reestruturação e ao ajuste Fiscal de Estados, instituído pelo Voto CMN nº 175, de 20.12.95, obtendo junto à Caixa Econômica Federal, em 22.12.95, crédito de R\$ 39.400.000,00 destinado ao pagamento de salários dos servidores estaduais. Em outubro último o Estado havia contratado com a CEF operação de Antecipação de Receita Orçamentária, no valor de R\$ 35.000.000,00, transformada em dívida fundada em 31.01.96.

2. A dívida total de Rondônia é de R\$ 1.050 milhões e corresponde a aproximadamente 25 vezes a receita líquida mensal.

3. Atualmente o Governo Estadual negocia a obtenção de empréstimo-ponte destinado ao pagamento de salários em atraso, a ser quitado com recursos antecipados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, vinculados ao processo de desestatização de empresas vinculadas ao Estado.


4. Nesse sentido, proponho a excepcionalização aos limites de endividamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.008, de 28.07.93, de forma a permitir que o Banco do Brasil S.A. possa contratar operação de crédito com aquele Governo Estadual, nas seguintes condições básicas:

- Valor do empréstimo: R\$ 33.000.000,00 (trinta e três milhões de reais), a serem liberados em parcela única, no ato da assinatura do contrato;
- Encargos: Taxa de Juros de Longo Prazo-TJLP, acrescida de 8% (oito por cento) ao ano e "del credere" correspondente a 2% (dois por cento) ao ano;
- Destinação: exclusivamente para pagamentos de folha de salários;
- Reposição: até 24 (vinte e quatro) dias para pagamento de principal;

- Garantia: aval do Tesouro Nacional;
- Contragarantias: receitas próprias e cotas a que se referem os artigos 155, 157 e 159, I "a" e II, da Constituição Federal;
- Fiscalização: o Banco do Brasil efetuará a fiscalização da correta aplicação dos recursos;
- Pagamento antecipado: os recursos adiantados e emprestados pelo BNDES, à conta do programa estadual de privatização, serão integralmente utilizados no pagamento antecipado da operação, à qual aquele Banco comparecerá como anuente;
- Outras condições: vencimento antecipado do empréstimo no caso de não cumprimento pelo Estado dos compromissos de ajuste estabelecidos no Voto nº 162/95.

6. O acolhimento dessas condições por parte deste Conselho dará condições ao Estado de Rondônia de compatibilizar o fluxo de pagamentos com as condições estabelecidas nas negociações para o ajuste fiscal e saneamento financeiro.

Voto do Conselheiro.


PEDRO SAMPAIO MALAN
Em 14.02.96

PARECER Nº 400, DE 1997

Da Comissão de Assuntos Econômicos, em Plenário, sobre a Mensagem nº 120, de 1997, nº 510/97, na origem), do Senhor Presidente da República, que solicita autorização para o reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname.

RELATOR: Senador JOSÉ FOGAÇA

I - RELATÓRIO

Trata-se de solicitação do Presidente da República para autorizar o reescalonamento de créditos brasileiros junto à República do Suriname, conforme determina o art. 11 da Resolução do Senado Federal nº 50, de 1993. O acordo entre o Brasil e o Suriname foi assinado em 10 de janeiro de 1996, conforme a Exposição de Motivos nº 235, do Ministério da Fazenda.

2. Conforme determinam os incisos V e VII, do art. 52, da Constituição Federal, compete exclusivamente ao Senado Federal resolver definitivamente sobre as operações de crédito externo com recursos orçamentários da União. No âmbito interno do Senado Federal, essa matéria é regulamentada pela Resolução nº 50, de 1993.

3. O art. 9º da citada Resolução estabelece série de informações que devem ser encaminhadas ao Senado Federal, a fim de que este possa exercer plenamente a sua competência, de acordo com o interesse nacional. Analisaremos cada uma delas.

4. Exposição de Motivos do Ministro da Fazenda - a partir da Exposição de Motivos nº 235/ MF, de 07 de maio de 1997, o Ministro da Fazenda, Sr. Pedro Malan, informa que os créditos teriam origem em exportações para o Suriname, financiadas pelo extinto Fundo de Financiamento à Exportação - FINEX. A preços de dezembro de 1995, o débito somava US\$

68.179.649,25 (sessenta e oito milhões, cento e setenta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove dólares e vinte e cinco cents). Informa, também, que essa dívida tem origem na década de 80, sendo que em maio de 1988 já havia sido renegociada, mas, dada a situação econômica do Suriname, somente ocorreram pagamentos de forma irregular. Em 1992, houve nova renegociação, porém sem que houvesse nenhum pagamento posterior. Ressalta, ainda, o Ministro a difícil situação do Suriname, desde a suspensão dos subsídios financeiros que eram fornecidos pelos Países Baixos.

5. Análise dos custos e benefícios econômicos e sociais da operação e quais os interesses do Brasil na renegociação da dívida - o Suriname apresenta-se no contexto da economia internacional como um país de baixa renda, considerado pelas instituições internacionais como de elevado risco. O próprio atraso sistemático nos pagamentos a serem feitos ao Brasil desde a década passada evidenciam essa situação. Suas exportações são compostas, em aproximadamente 50%, de produtos primários, portanto sujeitos a violenta oscilação no mercado internacional. A suspensão dos subsídios pelos Países Baixos, a partir de 1993, acarretou em pesado ônus para o seu sistema fiscal, já que a sua população de cerca de 500 mil habitantes, possui uma renda per-capita próxima de US\$ 840. Entretanto, desde 1994, o Suriname tem aplicado série de medidas que além de reduzir a inflação, propiciou melhores condições para o funcionamento do sistema econômico. É importante destacar que o governo do Suriname tem se pautado na busca de acordos bilaterais, não recorrendo ao Clube de Paris. Por último, cabe destacar que, do ponto de vista estratégico regional, este acordo, além de permitir ao Suriname retomar os seus pagamentos, permitirá melhores condições para o seu desenvolvimento, reforçando a posição do Brasil.

6. Análise financeira da operação - A dívida total de US\$ 68.179.649,25 está estruturada na seguinte composição: juros de mora devidos até 31 de dezembro de 1995 - US\$ 7.572.002,80; principal e juros vencidos até 31 de dezembro de 1995 - US\$ 26.998.129,02; principal e juros a vencer no período de 1º de janeiro de 1996 a 31 de agosto de 2003 - US\$ 33.609.517,43. A taxa de juros definida como parâmetro foi a LIBOR semestral acrescida de 1% ao ano. No caso de novos atrasos, a taxa de juros de mora corresponderá a 1% a.a. acima da taxa de juros. É importante ressaltar que a taxa de juros flutuante protege os interesses brasileiros, quanto a futuras oscilações no mercado financeiro internacional.

7. Parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, sobre a minuta do contrato - a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional manifestou-se no bem lançado parecer PGN/COF/ Nº 694/ 97, em que destaca não haver impedimentos legais para a formalização da operação. Enfatiza que constam do dispositivo do acordo todos os requisitos, conforme determinado pela Resolução nº 50, de 1993, não contrariando nem as leis nem a Constituição Federal. Ressalte-se, ainda, que caberá ao direito brasileiro reger a interpretação do contrato, bem como que está sob condição suspensiva de sua aprovação pelo Senado Federal.

8. Características da operação de crédito sob exame - a característica principal da operação em análise é tratar-se de uma operação de reescalonamento, em que se alonga o perfil da dívida do Suriname.

9. Informações sobre as finanças do tomador e do garantidor - a economia do Suriname apresentava dívida externa em 1990 que significava 25% do PIB (último dado disponível), sendo que não há dados sobre a dívida interna.

O cronograma de pagamento terá o seguinte calendário: **juros de mora - duas** parcelas semestrais em 30 de junho e 31 de dezembro de 1996, com opção de pagamento com títulos da dívida externa brasileira; **principal e juros vencidos - oito** parcelas semestrais, a primeira em 30 de junho de 1996 e a última em 31 de dezembro de 2000, com opção de pagamento com títulos da dívida externa brasileira a parcela do principal; **principal e juros a vencer - vinte e quatro** parcelas semestrais, a primeira em 28 de fevereiro de 1996 e a última em 31 de agosto de 2007.

10. Do ponto de vista jurídico, a operação **enquadra-se** em conformidade com a Constituição Federal e a legislação brasileira.

11. Do ponto de vista estratégico, conforme **ressaltado** pelos representantes do Ministério das Relações Exteriores, a operação **permitirá** reforçar a posição do Brasil na América do Sul, na medida que **auxiliará** a recuperação econômica e social do Suriname.

12. Do ponto de vista financeiro, a operação apresenta-se vantajosa para o Brasil, dadas as condições que atravessa a economia do Suriname. É importante ressaltar que existe a possibilidade que, em parte, o Suriname liquide a sua dívida com títulos da dívida brasileira renegociada em 1994. Como esses títulos são comprados com deságio no mercado internacional, isso possibilita certo deságio para o governo do Suriname na liquidação de sua dívida. Contudo, destaque-se que o governo brasileiro restringiu o uso desse mecanismo.

13. Assim, o presente acordo em análise apresenta-se **adequado** tanto do ponto de vista jurídico, estratégico ou financeiro, estando em condições de ser apreciado, no mérito, pelo Senado Federal.

É o relatório.

II - VOTO

A presente proposta visa a regularizar a situação da República do Suriname como devedora da República Federativa do Brasil. Tanto do ponto de vista constitucional, como legal, a proposta apresenta-se adequada à ordem jurídica nacional. Do ponto de vista do interesse nacional, possibilitará a intensificação do relacionamento comercial com aquela República, viabilizando concomitantemente o recebimento da dívida pelo Governo brasileiro, em condições compatíveis com o mercado financeiro internacional, bem como com as possibilidades do Suriname.

2. Assim, concluímos o nosso voto pela aprovação da solicitação do Excelentíssimo Senhor Presidente da República, propondo, para tanto, Projeto de Resolução do Senado Federal que regule a questão.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 96, DE 1997

Autoriza o Governo da República Federativa do Brasil a reescalonar os créditos brasileiros junto à República do Suriname.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º Fica a República Federativa do Brasil autorizada a reescalonar os créditos brasileiros junto à República do Suriname, nos termos da Resolução do Senado Federal nº 50, de 1993.

Art. 2º O valor total a ser reescalonado é de US\$ 68.179.649,25 estando estruturado na seguinte composição:

- a) juros de mora devidos até 31 de dezembro de 1995 - US\$ 7.572.002,80;
- b) principal e juros vencidos até 31 de dezembro de 1995 - US\$ 26.998.129,02;
- c) principal e juros a vencer no período de 1º de janeiro de 1996 e 31 de agosto de 2003 - US\$ 33.609.517,43.

Art. 3º A taxa de juros definida como parâmetro será a LIBOR semestral acrescida de 1% ao ano, sendo que, no caso de novos atrasos, a taxa de juros de mora corresponderá a 1% a.a. acima da taxa de juros.

Art. 4º Fica a Secretaria do Tesouro Nacional obrigada a encaminhar semestralmente a Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, a comprovação da adimplência da República do Suriname, nos termos do presente reescalonamento.

Art. 5º A presente autorização deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 12 de agosto de 1997.

JOSÉ SERRA, Presidente
JOSÉ FOGAÇA, Relator

ESPERIDIÃO AMIN
LEVY DIAS
FREITAS NETO
BELLO PARGA
JOSÉ EDUARDO DUTRA
NEY SUASSUNA
OSMAR DIAS
VILSON KLEINÜBING
FRANCELINO PEREIRA
JEFFERSON PERES
JONAS PINHEIRO
FERNANDO BEZERRA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senadora Benedita da Silva.

É lido o seguinte:

BANCO CENTRAL DO BRASIL

PRESI-97/2389

Brasília, 11 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Refiro-me as Letras Financeiras do Tesouro do Município de São Paulo – LFTMSP, vencíveis em 1º-9-97.

2. A propósito, informo que até a presente data a Prefeitura de São Paulo (SP) não completou a documentação necessária à análise do pleito, segundo o disposto na Resolução nº 69, de 14-12-95, desse Senado Federal.

3. Dessa forma, este Órgão procederá à análise do processo e encaminhará o parecer técnico conclusivo a essa Casa Legislativa, observando o prazo estabelecido no art. 13, parágrafo 1º, da citada Resolução.

Respeitosamente, – **Gustavo Jorge Laboisière Loyola**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - O expediente lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senadora Benedita da Silva.

São lidos os seguintes:

OFÍCIO Nº 1340-L-PFL/97

Brasília, 11 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Vossa Excelência os Deputados do PFL que farão parte da Comissão Mista destinada a emitir parecer à Medida Provisória nº 1.556-13, de 7 de agosto de 1997, que "Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências", em substituição aos anteriormente indicados.

Titulares

Deputado Paulo Cordeiro – PTB

Deputado Manoel Castro

Suplentes

Deputado Antônio dos Santos

Deputado Saulo Queiroz

Atenciosamente, – Deputado **Inocência Oliveira**, Líder do PFL.

OF. Nº 175/97-LPL

Brasília, 12 de agosto de 1997

Senhor Presidente,

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Eujácio Simões, como titular, e Antônio Joaquim Araújo, como suplente, para integrarem a Comissão referente à Medida Provisória nº 1.537-41 (Base de Cálculo do PIS para Pessoas Jurídicas), em substituição aos anteriormente designados.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto**, Líder do Partido Liberal.

OF. Nº 176/97 – LPL

Brasília, 12 de agosto de 1997

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Luiz Buaiz, como titular, e Eliseu Moura, como suplente, para integrarem a Comissão referente à Medida Provisória nº 1.547-33 ("Cria Gratificação de Desempenho e Fiscalização e Proteção ao Vão"), em substituição aos anteriormente designados.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto** – Líder do Partido Liberal.

OF. Nº 177/97 – LPL

Brasília, 12 de agosto de 1997

Senhor Presidente:

Tenho a honra de indicar a Vossa Excelência os Deputados Pedro Canedo, como titular, e Remi Trinta, como suplente, para integrarem a Comissão referente à Medida Provisória nº 1.574-3 ("Financiamento Vinculado à Exposição de Bens ou Serviços Nacionais"), em substituição aos anteriormente designados.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e distinta consideração. – Deputado **Valdemar Costa Neto** – Líder do Partido Liberal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - Serão feitas as substituições solicitadas nos termos regimentais.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - Os Projetos de Resolução nºs 92 a 96, de 1997 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, resultantes de pareceres lidos anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "f", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - A Presidência recebeu da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através da sua Secretaria Municipal da Fazenda, o Ofício nº 396/97, de 4 do corrente, encaminhando, nos termos da Resolução nº 64, de 1997, a documentação referente à emissão de títulos com data-base em 1º de agosto de 1997.

O expediente, anexado ao processado do Projeto de Resolução nº 81, de 1997, vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - Há oradores inscritos.

Concedo a palavra o Senador Otoniel Machado, por permuta com o Senador Mauro Miranda.

O SR. OTONIEL MACHADO (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho hoje à tribuna desta Casa para fazer um registro que considero da mais alta importância. Numa atitude inédita, os 242 prefeitos goianos estão, neste momento, reunidos na Assembleia Legislativa do Estado, num movimento que visa chamar a atenção do País para a dramática crise financeira que atinge os Municípios. Esta mobilização pretende ser a semente de uma empreitada nacional mais ampla, tendo em vista sensibilizar os Poderes constituídos para a necessidade de medidas urgentes, capazes de assegurar o necessário equilíbrio nas contas públicas das administrações das cidades, com a conseqüente retomada dos investimentos e a melhoria da qualidade de vida de suas populações.

A mobilização das prefeituras goianas, na verdade, expressa o sentimento global das lideranças municipais brasileiras. Todas estão altamente preocupadas com os rumos das decisões nacionais, que vêm destinando encargos às cidades sem a contrapartida dos mecanismos apropriados para que possam levar adiante as suas novas e complexas responsabilidades.

Trata-se de um movimento localizado em Goiás que, na realidade, expressa um clamor nacional. Mais do que nunca, os prefeitos estão conscientes de que, sem a tomada de posição por parte das autoridades, os Municípios podem caminhar, sem exageros, na perspectiva do caos financeiro, com conseqüências imprevisíveis para o conjunto da economia brasileira.

Este pronunciamento, portanto, tem o objetivo de fazer um alerta ao País. Estamos diante de fatos muito claros, que apontam para a eclosão de uma crise de dimensões preocupantes. E a nossa tarefa é evitá-la a qualquer custo, por meio de medidas simples e imediatas que possam impedir a continuidade do que os prefeitos já qualificam como uma situação de penúria insustentável nos Municípios.

De novo, manifestam-se na prática os reflexos negativos das atuais amarras constitucionais que têm levado Estados e Municípios a uma situação próxima da indigência. De mãos atadas, sem condições de atuar de maneira drástica no reordenamento administrativo, as atuais gestões sofrem na pele o peso da burocracia. Estão subjugadas a leis que se apresentam retrógradas e ultrapassadas num cenário onde cada vez mais se exige a liberdade para trabalhar e agir na construção da verdadeira prosperidade.

Os Municípios, mais do que nunca, consideram inadiáveis as reformas constitucionais que possam modernizar o Brasil, que possam salvá-lo do labirinto de regras e normas que não mais se justificam numa sociedade globalizada, que se prepara para ingressar no terceiro milênio. Mas essa autêntica libertação das amarras de leis superadas não pode verificar-se, em hipótese alguma, a partir do sacrifício dos Municípios. Pela análise dos prefeitos, são eles que estão pagando com juros e dividendos esse difícil momento de transição econômica, e não estão dispostos a arcar sozinhos com a pesada herança, sob pena de desmoronar todo o edifício em que se assenta a economia nacional.

As lideranças municipais brasileiras, a partir do movimento goiano, estão conclamando as autoridades para uma séria reflexão. De imediato, é preciso repisar questões óbvias. São os Municípios que, de fato, abrigam os 150 milhões de brasileiros. Os problemas mais urgentes da nossa sociedade batem todos os dias às portas dos Prefeitos. São eles a quem cabe a tarefa de socorrer o doente, de providenciar a ambulância, de garantir que não falte a merenda na escola, de assegurar tranquilidade ao povo.

Entretanto, os prefeitos já se sentem sem os mecanismos apropriados até mesmo para essas pequenas-grandes tarefas. Os recursos estão cada vez mais escassos. A arrecadação própria cai vertiginosamente. O funcionalismo acaba ficando com o salário atrasado. As dívidas se avolumam. A máquina administrativa emperra.

Quem sofre com isso, naturalmente, é o povo. Serviços básicos, como educação, saúde e assistência social terminam afetados. A infra-estrutura urbana se deteriora. As perspectivas de crescimento dão lugar ao pesadelo da crise.

A despeito de Goiás situar-se numa posição privilegiada no que se refere ao seu desenvolvimento econômico e social, as prefeituras querem evitar que suas realidades financeiras específicas acabem afetando o conjunto das conquistas obtidas nos últimos anos. Por isso, lançam o embrião desse movimento, cuja palavra de ordem básica é destinar aos

Municípios as condições para que possam recuperar o caixa, realizar as obras reivindicadas pela sociedade e dar a sua imprescindível contribuição ao processo de crescimento nacional.

Os prefeitos querem trabalhar. Por isso, reivindicam:

- Reacender a discussão sobre as medidas e ações que propiciem a redução dos gastos e o aumento das receitas públicas, como a revisão de todos os convênios que estão em desacordo com os objetivos municipais.

- Discutir e elaborar propostas e ações para uma reforma tributária justa, que atenda aos interesses dos municípios.

- Discutir os entraves burocráticos que dificultam acesso dos Municípios aos recursos federais e estaduais.

- Questionar a recuperação das perdas ocorridas com a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, bem como a desoneração do ICMS sobre produtos agrícolas semi-elaborados.

Estas são, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs Senadores, em linhas gerais, as principais reivindicações dos prefeitos que aqui reproduzimos. Independente de nossas posições pessoais, considero oportuno que o Senado da República possa abrir canais urgentes para que a discussão seja imediatamente estabelecida, a fim de impedir o agravamento da crise que vem vitimando as nossas queridas cidades brasileiras.

Chamo a atenção para um fato especial. Os erros cometidos por gestões anteriores nos Municípios não podem justificar o elenco de sanções que tem levado Prefeitos ao desespero. Diversos Municípios não estão mais conseguindo ter acesso à merenda escolar e aos financiamentos da Caixa Econômica Federal, porque os antecessores dos atuais prefeitos deixaram de cumprir determinados dispositivos constitucionais. É preciso, portanto, que exista uma certa dose de flexibilidade e ponderação por parte das autoridades. Defendo a abertura imediata das negociações, de tal forma que os atuais administradores possam corrigir as distorções, mas sem prejuízo às suas comunidades, que necessitam - e muito - destes benefícios do Governo Federal.

Especificamente em minha região, tenho absoluta certeza de que o Governador Maguito Vilela, com sua extrema competência e sensibilidade política, saberá conduzir a bom termo o diálogo com os prefeitos, ouvindo suas reivindicações e reafirmando a bem sucedida parceria com os Municípios, que tem garantido Goiás como o Estado que mais cresce no País.

Aqui, no Congresso Nacional, quero e tenho o dever de ser um ativo porta-voz dos interesses do municipalismo, defendendo com todas as forças as nossas origens. Considero urgentíssimo que o Brasil promova este debate cujo objetivo final é o socorro às nossas cidades, para que possam novamente recuperar as suas administrações e garantir o bem-estar de seu povo.

Faço, desta forma, uma conclamação ao Congresso Nacional para que novamente abrace a causa municipalista, se associando aos prefeitos goianos e brasileiros que, neste momento, eclodem esta importante batalha. É preciso recuperar as finanças municipais. É preciso dividir os sacrifícios em prol de um Brasil próspero e grandioso. É preciso dar vez e voz aos prefeitos.

Começemos a restauração do País pela base. É esse o caminho mais curto e eficaz para promover o futuro agora, para não mais adiar o sonho das gerações que querem uma nação forte economicamente, mas, sobretudo, socialmente solidária e justa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Miranda) - Esta Presidência é solidária com as palavras oportunas de V. Ex^a., e não podemos deixar de ficar ao lado dos nossos queridos prefeitos em uma hora de tanta gravidade como essa por que passam as prefeituras, principalmente as goianas.

Concedo a palavra ao nobre Senador Coutinho Jorge.

O SR. COUTINHO JORGE (PSDB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como Membro da Comissão de Planos e Orçamentos do Congresso Nacional, fui indicado Relator da avaliação do Plano Plurianual do Governo Federal, relativo ao exercício de 1996.

Lembro aqui que, além das competências tradicionais legislativas do Congresso Nacional, a sua tarefa de aprovar planos, programas e projetos é fundamental, como também a sua obrigação de acompanhar e avaliar planos, programas e projetos por ele aprovados.

Quero lembrar também que a Constituição Federal definiu como instrumento básico do processo de tomada de decisão na sociedade brasileira o Plano Plurianual, que sintetiza a ação e as decisões que o Governo Federal vai realizar em quatro anos de mandato, concentrado nas despesas de capital consideradas prioritárias em favor do desenvolvimento econômico e social do País.

A LDO, que é o terceiro instrumento, que define as diretrizes, as prioridades e metas anuais, norteando a elaboração do próprio orçamento anual, operacionaliza, por meio das receitas e despesas, as prioridades que serão viabilizadas durante o exercício anual.

O Plano Plurianual do atual Governo chegou a este Congresso em 1995. Na verdade, este é, após a Constituição de 1988, o mais completo plano vindo do Governo Federal, considerando-se que o primeiro, da época do Governo anterior, causou gravíssimos problemas institucionais. Portanto, este seria o primeiro Plano Plurianual a ser discutido, analisado pelo Congresso Nacional.

O Plano Plurianual chegou em 95 e trouxe vários volumes em sua concepção; discutida toda a visão macroeconômica das variáveis significativas da economia brasileira, mas, sobretudo, no que diz respeito aos volumes mais operacionais, de respeito aos planos, ele definiu de forma clara programas, projetos globais e regionais.

O Congresso Nacional, ao receber isso, através da sua Comissão de Planos e Orçamento, achou, por exemplo, que discutir a reformulação, a restauração de rodovias, nominando-as por regiões, seria muito difícil ao entendimento do Parlamento Nacional.

Infelizmente, contra a nossa opinião, o Plano Plurianual, aprovado pelo Congresso Nacional, foi mais pobre e mais sucinto do que o encaminhado pelo Governo Federal.

Cabia-nos, sim, a obrigação de analisar programas, projetos, detalhando-os em subprojetos e distribuí-los em termos regionais. Isso sim deveria ser nossa competência, o que não foi cumprido.

Todos sabem e lembram que o nosso Plano Plurianual, por exemplo, ao invés de definir que na Região Norte deveríamos implantar estradas A, B, C, D, resolvemos dizer que deveríamos implantar tantos quilômetros de rodovias, sem definir localização, sem definir custos. Portanto, ficou um Plano muito pobre, o que dificultou, também para nós, a própria avaliação da execução desse Plano por parte do Governo Federal. É uma crítica que fiz, num discurso aqui e na própria Comissão de Planos e Orçamentos. Ao invés de enriquecer e detalhar o Plano Plurianual, nós apenas apresentamos um Plano muito mais sintético, mais pobre, sem as informações indispensáveis a tomar claro o processo de tomada de decisão na sociedade brasileira.

Mas o Plano foi aprovado e definiu, no seu art. 2º: O Poder Executivo enviará ao Congresso Nacional, até 120 dias, relatório sobre a execução desse Plano Plurianual, lembrando que cada ação do Plano Plurianual deveria ser aquela que correspondesse ao Orçamento anual correspondente. Ou seja, o Plano Plurianual não traria os valores financeiros e eles seriam realmente aqueles que o Orçamento de cada ano apresentasse.

Recebemos, portanto, agora, este ano, o primeiro ano da avaliação do Plano Plurianual de In-

vestimentos, definido em lei. É a primeira vez que o Congresso Nacional cumpre essa tarefa.

Lembro que, em face das próprias limitações do Plano Plurianual, aprovado pelo Congresso Nacional, é evidente que a avaliação da execução do mesmo, que foi encaminhado em tempo hábil pelo Governo Federal, tornou-se muito difícil, mas mesmo assim, como relator da matéria, procuramos fazer uma avaliação objetiva, concreta.

É claro que não recebemos informação do comportamento de vários agregados macroeconômicos, como o Produto Interno Bruto, por exemplo, a dívida externa e a dívida interna, sua evolução frente aquilo que o Governo definia como tendências quando apresentou o Plano Plurianual ao Congresso Nacional. Mas nos concentramos no que era possível e fizemos aquilo que poderia ser uma avaliação da execução físico-financeira do Plano Plurianual.

Nesse sentido, gostaria de comentar, de forma sucinta, os aspectos relevantes dessa avaliação.

No que diz respeito à execução financeira, o Plano Plurianual definia 1.157 metas de ações e objetivos, sendo 656 classificadas como acumulativas, ou seja, aquelas que têm realmente uma ação durante os quatro anos de Governo, e 442 como não-acumulativas, aquelas que são executadas só em um ano.

Para se ter uma visão rápida do que foi executado, relativamente às metas acumulativas, 217 tiveram execução física superior a 25%, 111 metas alcançaram entre 10% e 25%, e 236 não tiveram execução ou aferição - para V. Ex^{as} sentirem a dificuldade de avaliar um Plano Plurianual.

A execução física das metas não-acumulativas, aquelas realizadas no ano de 1996, 46 tiveram execução superior a 100%, 128 ficaram na faixa de 50% a 100%, 27 entre 25% a 50%, 77 entre 0 e 55% e 164 não tiveram execução ou não foram aferidas. Notem, portanto, a dificuldade de se avaliar um programa dessa grandeza como é o Plano Plurianual.

No que diz respeito aos aspectos financeiros dessas ações e objetivos, o relatório do Plano Plurianual mostra o seguinte: do total de recursos de R\$98,6 bilhões programados para 1996 - aqui envolve a lei e os créditos adicionais, portanto - foram efetivamente gastos R\$84 bilhões, sendo que desses 14,3% destinados à infra-estrutura, 76% destinados ao desenvolvimento social e 9,6% alocados em outras áreas. Portanto, R\$14,6 bilhões deixaram de ser aplicados pelo Governo Federal nos vários setores do Brasil.

Lembro, portanto, que, sem uma justificativa convincente e plausível, o Governo deixou de aplicar R\$1,5 bilhão em infra-estrutura, R\$9,2 bilhões em

desenvolvimento social e R\$3,9 milhões nas demais áreas, portanto, R\$14,6 bilhões.

Numa visão rápida dos setores, do programado e do executado no Plano Plurianual de 1996, verificamos entre o que foi gasto, que foi programado e que foi executado, temos setores que cumpriam as suas metas até 100%. Comunicações, por exemplo, Trabalho, Energia, Indústria e Comércio e Previdência Social, todos atingiram metas superiores a 90% do executado. Turismo, Saúde, Saneamento, Ciência e Tecnologia, Educação e Cultura, Segurança atingiram metas superiores de 70 a 90%. Defesa Nacional, Agricultura, Desenvolvimento Urbano e Administração Pública atingiram de 60 a 70%. Os setores mais frágeis, em termos de execução de 1996 pelo Governo Federal: a Assistência Social cumpriu apenas 58%; Transporte 55%; Recursos Hídricos 51%, Meio Ambiente 41% e Habitação 31,15%.

Portanto, a Habitação foi o setor que deixou de cumprir grande parte das metas previstas. É um setor altamente carente no Brasil e foi aquele altamente penalizado na execução pelo Governo Federal do Plano Plurianual de Investimento.

Lembro que como fator que dificultou a análise desta relatoria em relação ao Plano Plurianual temos a ausência de regionalização das metas físicas executadas. É muito difícil fazer uma avaliação do Plano Plurianual como vem, sem que saibamos, por exemplo, em termos de rodovia, para dar um exemplo concreto, foram executados tantos quilômetros de rodovias no País, genericamente, sem dizer em que região, sem dizer que rodovias foram atendidas. Isso dificulta, evidentemente, uma avaliação vitoriosa, pelo Congresso Nacional, da fase de execução desse Plano.

Portanto, o método apresentado pelo Governo Federal, no seu relatório, sobretudo baseado no Plano aprovado pelo Congresso Nacional, que, como disse, tinha sérias limitações em sua metodologia, em sua maneira de apreender, portanto, a visão das ações globais, regionais e setoriais do Governo Federal em todo País. Isso dificultou o próprio relatório do Governo Federal.

Podemos, assim, fazer alguma avaliação, como fizemos, no que diz respeito ao aspecto financeiro que foi programado. Por isso, só podemos fazer uma avaliação da capacidade de execução em termos financeiros. Mas, em termos físicos, é muito difícil fazer uma avaliação criteriosa, por falta da regionalização.

Não nos interessa saber que o setor da Administração Pública executou tantos por cento de suas terras; é importante saber onde elas foram viabilizadas, executadas - no Norte, no Sul, na Região Sudeste? - para que tenhamos alguma idéia da forma de distribuição de recursos do Governo federal em

favor de todas as regiões brasileiras. Portanto, essa é uma das limitações muito sérias, a falta de regionalização das metas do Governo Federal, em relação ao seu Plano Plurianual de seu relatório.

É claro que, além disso, há uma série de problemas ligados à linguagem do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias e, sobretudo, do Orçamento anual.

São linguagens às vezes conflitantes. Por exemplo, quando se fala em edificação rural, no plano plurianual, a meta é a implantação de rede de eletrificação rural em três milhões de propriedades rurais. No Orçamento anual, a meta é rede de eletricidade rural implantada: 5.171 Km. Ou seja, critérios diferentes, conceitos diferentes. Portanto, é difícil fazer uma avaliação criteriosa, coerente com isso.

Estou apresentando este documento na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, onde faremos uma avaliação mais detalhada.

Em função das colocações anteriores emanadas por nós, de que o próprio Congresso Nacional errou em aprovar um Plano Plurianual bastante restritivo e limitado, sem definir claramente os aspectos financeiros, sem definir claramente programas, projetos e subprojetos, há dificuldades em conseguir um critério sério e profundo de uma análise de execução por parte do Governo Federal.

Fiz isso quando da discussão da matéria. E, agora, como responsável pela avaliação da capacidade de execução desse programa, sinto dificuldades seriíssimas.

Mas, de qualquer maneira, pelo que foi possível analisar nas metas físicas e, sobretudo, nas metas financeiras, chegou-se à conclusão de que o Governo precisa de um melhor gerenciamento. É preciso haver uma melhor execução em certos setores, sobretudo na área social, como o caso da habitação, que o próprio Governo, que o próprio Presidente Fernando Henrique Cardoso e o Ministro Antonio Kandir reconhecem que deve ser modificado.

Precisamos ter uma melhor ação de gerenciamento. Por esse motivo mesmo, o Governo criou um grupo de programas e projetos que denominou plano Brasil em Ação, ou seja, são aqueles projetos estratégicos, sobretudo na infra-estrutura ou nos setores produtivos, que são acompanhados, gerenciados, monitorados permanentemente, e, com isso, ele pode ter resultados que podem ser avaliados financeira e fisicamente. Portanto, o ideal seria que o Plano Plurianual tivesse a mesma metodologia, a mesma clareza que tem o plano Brasil em Ação, que

compreende 42 grandes projetos. Sem isso, é muito difícil avaliar o Plano Plurianual executado pelo Governo Federal no ano de 1996.

Temos que rever exatamente a forma como esse Plano tem sido apresentado a nós. Digo mais e insisto: grande parte foi culpa do Poder Legislativo, que não soube aprimorá-lo, mas, ao contrário, restringiu esse programa, esquecendo-se que qualquer ação, qualquer plano que se preze, pelo menos programas, projetos e subprojetos quantificados financeira e fisicamente e localizados espacialmente são condições necessárias para que se possa discutir e avaliar um programa, um plano sério. Por esses motivos, estamos apresentando este relatório, mas com uma série de restrições, pela dificuldade de avaliar esse instrumento tão importante que é o Plano Plurianual de Investimentos.

Lembro também que a leitura acurada do documento mostra que o Governo Federal está cumprindo a legislação, está cumprindo a sua parte, está cumprindo o seu papel de encaminhar o seu relatório pela primeira vez ao Congresso Nacional. A nossa restrição reside na forma como foi encaminhado e na ausência observada na parte financeira do PPA, que, para o Congresso, deveria incluir recursos alocados anualmente no Orçamento da União. Julgamos, no entanto, que a crítica mais grave e mais séria diz respeito à ausência de regionalização das metas físicas de forma concreta, para que possamos saber realmente o que está sendo feito em favor das várias regiões do nosso País. De qualquer forma, a adoção desse procedimento, até então inexistente, já configura um avanço, já foi uma preliminar do que pode o Congresso Nacional realizar. O PPA precisa ter melhor execução e melhor gerenciamento. Essas constatações já foram reconhecidas pelo Presidente e pelo próprio Ministro Kandir. É preciso um gerenciamento tão bom quanto o do chamado Plano Brasil em Ação, que é uma seleção dos projetos que compõem o Plano Plurianual, que deveria ser uma atitude generalizada para todos os programas e projetos nele inseridos.

De qualquer maneira, o Congresso está cumprindo a sua parte, de fazer, com dificuldades, a sua avaliação da execução desse Plano. Mas, esperamos que, no próximo ano, tenhamos condições de fazer uma avaliação muito mais criteriosa e detalhada.

De qualquer forma, quero fazer um apelo ao Governo Federal, ao Ministro Kandir, no sentido de que o próximo relatório possa trazer detalhamentos mínimos necessários por programa, por projeto e por região, que permitam a este Congresso cumprir uma das importantes missões de qualquer parlamento do mundo, que é o de acompanhar e avaliar os planos, programas e projetos aprovados pelo próprio parlamento.

Eram essas as considerações que queria trazer, de forma preliminar, ao Senado Federal, considerando que amanhã teremos na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização um debate sobre este assunto.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Coutinho Jorge, o Sr. Mauro Miranda deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDB-SC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, o Brasil, invariavelmente, tem sido assolado por catástrofes e calamidades públicas. Com as enchentes, chegam as tragédias do desabrigo, da fome, do frio e da morte. Além dessas agruras, as águas das chuvas trazem epidemias de diversas doenças. Essas são apenas umas das consequências da falta de uma política de defesa civil adequada. Com justa indignação, a opinião pública reclama da incapacidade governamental para promover ações preventivas ou mesmo socorro rápido e eficaz.

Sabedor de que não podemos mais assistir, consternados e impotentes, à essa sucessão de tragédias, é que apresentei, no ano passado, dois projetos de lei, que tramitam nesta Casa e que tratam do assunto. O primeiro prevê a possibilidade de pessoas físicas e jurídicas fazerem contribuições e doações a órgãos e fundos de defesa civil, com abatimentos correspondentes em seu imposto de renda. Outro projeto institui a contribuição sobre seguros, alterando a legislação sobre o Fundo Especial para Calamidades Públicas. Essas propostas visam a angariar recursos para toda a estrutura de defesa civil do País, com o objetivo de, preventivamente, minorar a frequência, a intensidade e os efeitos desses eventos.

Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, faço esta breve exposição para alertar sobre o fenômeno meteorológico **El Niño**, que vem sendo amplamente divulgado pela imprensa mundial e que, segundo os cientistas reunidos em conferência internacional em Melbourne, Austrália, afirmam que seus efeitos serão devastadores, não só na América do Sul, mas em várias regiões do mundo.

Para se ter uma idéia do seu alcance, ele provoca elevação da temperatura do mar, inundações, secas, incêndios florestais, queda da produção pesqueira

e agrícola, além de ceifar vidas, desabrigar famílias e criar ambiente propício à proliferação de doenças.

No Brasil, entre 1982 e 1983, este fenômeno apresentou fortes impactos no meu Estado, mais particularmente na região de Blumenau, no Vale do Itajaí, provocando incontáveis enchentes.

O Instituto Nacional de Meteorologia, a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural, o Centro Integrado de Meteorologia e Recursos Hídricos, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e outros órgãos nacionais e internacionais vêm alertando suas autoridades para que se adotem medidas preventivas que amenizem as consequências do **El Niño** sobre as populações e as economias do planeta. Considerando estes alertas, e por orientação do Governo de Santa Catarina, a Defesa Civil Estadual está adotando providências junto a todas as associações de municípios, a todos os prefeitos e Câmaras Municipais, dando ciência da possibilidade da ocorrência do fenômeno, solicitando o empenho e o engajamento dessas autoridades para a criação ou reativação de Grupos de Trabalho da Comunidade, no sentido de enfrentarem eventos dessa natureza. Mais ainda, foi elaborado um Plano de Prevenção e Redução à Vulnerabilidade e um Projeto para Atendimento a Desastres que estão sendo amplamente divulgados no Estado, os quais aproveito para anexar ao presente pronunciamento.

Como se vê, mais do que a cautela exigida, é imprescindível que a sociedade tenha conhecimento destes fatos. É a grande oportunidade que temos de conscientizarmos as nossas autoridades para acabarmos de vez com esta política de improvisação; afastando de vez a máxima de que "o que não tem remédio, remediado está". É importante, ainda, que o Congresso Nacional e o Poder Executivo, unidos, desenvolvam uma política séria de defesa civil em todo o País, começando pelos seus empenhos em alocar recursos no orçamento da União para este fim. É preciso ter vontade política.

Entendo que o cerne da questão é a informação e a sua respectiva divulgação, por intermédio de todos os meios de comunicação. Mais do que isso, vejo como fundamental ampliar essa discussão de forma a se encontrar eco junto ao Mercosul, e que este direcione ações conjuntas com outros países.

Sr. Presidente, nobres colegas, anexo ao meu discurso as providências que a Defesa Civil do meu Estado está tomando com vistas à prevenção dos prejuízos do **El Niño**. Nós, brasileiros, precisamos ser mais preventivos.

Fiz, Sr. Presidente, no início da minha locução, alusão a dois projetos que tramitam nesta Casa há

cerca de um ano e pouco, na busca de uma solução. Um desses projetos prevê a destinação de uma pequena parcela do Imposto de Renda para o Fundo de Defesa Civil do País. No outro projeto, é dito que um pequeno percentual de todo seguro - cito o exemplo do seguro de automóveis - deve ser destinado ao Fundo Nacional de Defesa.

Há ainda a previsão de um desdobramento de acordo com a participação dos respectivos Estados, um percentual do que é destinado ao Fundo Nacional de Defesa Civil, ou seja, o correspondente a essa participação deve ser encaminhado ao respectivo Estado. Da mesma forma, a Defesa Civil de cada Estado poderá ser desdobrada em cada Município, criando as defesas civis nos respectivos Municípios.

Sr. Presidente e nobres Colegas, com isso, estaríamos nos prevenindo, pois, na verdade, nós, brasileiros, somos imprevidentes. Só tomamos consciência dos fatos e procuramos agir quando as coisas acontecem. Essa é a tradição, na qual me incluo. Quando Governador do meu Estado, nessas catástrofes, eu apelava à Defesa Civil, que estava totalmente indefesa, sem reservas.

Assim ocorre com relação aos Estados, ao Governo Federal e aos Municípios. Quando acontece um caso dessa natureza, é feito um levantamento, que é encaminhado ao Governo Federal, que tem que tomar as providências por meio de medida provisória e enviá-la ao Congresso Nacional para análise do caso específico.

Não somos preventivos. Precisamos sê-lo. Nesses projetos, é dito que poderia ser descontada uma parte do Imposto de Renda a ser destinada a um fundo de defesa civil nacional, com participação de Estados e Municípios, numa cota distribuída de acordo com a participação. A mesma coisa em relação aos seguros de automóveis. O seguro abrangeria também o meio ambiente, a estrada, o bueiro, etc. E a defesa civil teria que agir, essa é a grande finalidade.

Por isso, Sr. Presidente, nobres Colegas, o momento é de grande preocupação, no mundo inteiro e, principalmente, no nosso País, já que no nosso continente é forte a ameaça do **El Niño**. Precisamos nos prevenir, tomando medidas perenes, pensando no futuro.

São as considerações que gostaria de trazer à reflexão nesta tarde, quando se analisa a chegada desse fenômeno que está sendo anunciado no mundo inteiro. Precisamos estar alerta e tomarmos medidas duradouras em relação ao caso.

Muito obrigado.

**DOCUMENTOS A QUE SE REFERE
O SR. CASILDO MALDANER EM SEU
PRONUNCIAMENTO:**



FENÔMENO “EL NIÑO”

PLANO DE PREVENÇÃO E REDUÇÃO À VULNERABILIDADE

**CASA MILITAR / DEFESA CIVIL
AGOSTO/ 97**

I - JUSTIFICATIVA

A possibilidade de ocorrência do fenômeno "EL NIÑO" provocando chuvas acima da média no território catarinense, aliada à fragilidade do Sistema Estadual, onde 90% dos municípios não possuem comissão municipal de defesa civil funcionando, torna inevitável o engajamento do Estado para garantir segurança a comunidade catarinense frente ao fenômeno "EL NIÑO".

Esta afirmação fundamenta-se no alerta meteorológico especial emitido pelo Instituto Nacional de Meteorologia e que estabelece que os atuais resultados dos modelos climatológicos (NCP/NMOAA) indicam que os anos de 1997 e 1998 deverão ser marcados pela atuação do fenômeno meteorológico EL NIÑO/Oscilação Sul (ENOS), que provoca fortes alterações nas condições do tempo em várias partes do mundo.

O atual evento ENOS começou a ser observado em fevereiro de 1997, com o aquecimento das águas do Oceano Pacífico Equatorial. Em maio de 1997 as anomalias de temperatura da superfície do mar (TSM) alcançaram o valor de 2,92°C acima do valor normal.

Alguns pesquisadores do Nacional Oceanic and Atmospheric Administration NOAA já consideram a manifestação como a mais forte do EL NIÑO neste século, isso porque as águas do Oceano Pacífico Equatorial, na altura da costa do Peru, já estão cerca de 4°C acima do normal.

A última vez que o EL NIÑO se manifestou foi nos anos 1982/1983, com início em julho de 1982, quando as temperaturas das águas ficaram 1,0°C acima de normal. Na sua fase mais intensa, as anomalias de TSM chegaram a ficar 5,1°C acima do normal em julho de 1983 e era até então a manifestação mais forte do fenômeno.

Este ano as temperaturas das águas do Oceano Pacífico Equatorial tiveram um aumento mais cedo e os modelos de previsão a longo prazo indicam que o fenômeno terá sua intensidade máxima em dezembro, porém, enfraquecendo-se a partir de maio de 1998.

No Brasil o fenômeno poderá provocar forte SECA no Nordeste e intensas CHUVAS ocasionando ENCHENTES no Sul do País. As regiões Sudeste e Centro-Oeste deverão ter períodos irregulares, principalmente com relação a chuvas, temperatura do ar e umidade relativa.

EL NIÑO de 1982/1983 apresentou os maiores impactos nas regiões Sul e Nordeste do Brasil, Norte da Argentina e Leste do Paraguai, causando 240 mortes, deixando

600.000 pessoas desabrigadas e um prejuízo de aproximadamente 3 bilhões de dólares. O Estado brasileiro mais afetado pelas enchentes foi Santa Catarina, principalmente a cidade de Blumenau, no Vale do Itajaí, onde choveu mais de 800 milímetros no mês de julho de 1983.

II - POLÍTICA

Em consonância com o Plano de Governo 95/98, o projeto 074 estabeleceu a garantia da segurança para a população, através das áreas de ação governamental. Este plano se pautará na conjugação de ações das diversas áreas governamentais e/ou não-governamental, no que tange a defesa civil ao fenômeno EL NIÑO.

III - OBJETIVOS

- Pronto atendimento por parte dos órgãos de Estado e ou não-governamentais, diante dos desastres ocasionados pelo fenômeno EL NIÑO.
- Inter-relacionamento entre os componentes da estrutura do Governo Federal, Estadual e Municipal e das instituições não-governamentais, com o órgão de coordenação, com vista a diminuir a vulnerabilidade frente ao fenômeno EL NIÑO.
- Disponibilização dos meios necessários de cada órgão da Estrutura de Estado e instituições não-governamentais, via convênios e/ou mobilização voluntária.

IV - LEGISLAÇÃO

- Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;
- Decreto Federal nº 895, de 16 de agosto de 1993;
- Lei nº 4.841, de 23 de maio de 1973;
- Decreto Estadual N/GAC 21-03-74122

V - ESTRATÉGIAS

- Medidas de prevenção
- Medidas de capacitação e preparação de Recursos Humanos
- Medidas de socorro
- Medidas de assistências
- Medidas de reabilitação
- Medidas de reconstrução

VI - PROGRAMAS

1. Criação do Sistema Estadual de Defesa Civil e atualização da Legislação.

- Este programa se materializará com o envio, em caráter de urgência, dos Projetos de Lei que:
 - a. dispõe sobre Sistema Estadual de Defesa Civil
 - b. dá nova redação à Lei nº 8.099/90 que dispõe sobre o Fundo Estadual de Defesa Civil - FUNDEC e estabelece outras providências.

2. Capacitação das Defesas Cíveis Municipais

Coordenação: Casa Militar/ Defesa Civil Estadual

Execução: UDESC / CETREM.

Forma de operacionalização: convênio entre Governo do Estado / UDESC / FECAM.

3. Estabelecer Parceria com Instituições de Estado

- Formular e materializar protocolo de intenções com as Forças Armadas, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, EMBRATEL, TELESC, UFSC, ELETROSUL, possibilitando ação interinstitucional.

4. Estabelecer Parcerias com Instituições Não-Governamentais

- Formular e materializar convênios com:
 - a. Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Santa Catarina;
 - b. Associação dos Fruticultores de Fraiburgo;
 - c. Cruz Vermelha ;
 - d. Associação Catarinense de Radioamadores;
 - e. Federação Catarinense de Associações dos Municípios;
 - f. Agência Adventista de Desenvolvimento e Recursos Assistências – ADRA-SC;
 - g. União dos Escoteiros do Brasil - Santa Catarina, visando a mobilização voluntária da sociedade civil frente ao fenômeno EL NIÑO.

5. Conjugação das Ações dos Órgãos do Governo do Estado

Este programa será materializado através da execução do Plano Para Atendimento A Desastres/Defesa Civil/97 (proposta em aprimoramento pelos órgãos que compõem o Grupo de Ações Coordenadas - GRAC). Este arrola todas as Secretarias de Estado e diversos órgãos da administração direta e indireta e Órgãos Federais.

6. Campanha de Prevenção e Conscientização da População Catarinense

O Governo do Estado, através da Secretaria de Governo, firmará parceria com os meios de comunicação social, com o intuito de esclarecer, informar e educar para prevenção e atuação em caso de desastres, particularmente na ocorrência do fenômeno EL NIÑO.

7. Disque Defesa Civil

O Governo do Estado firmará convênio com a TELEBRÁS / TELESC, com o intuito de estabelecer um número com quatro dígitos para os municípios terem comunicação direta com a Defesa Civil Estadual.

8. Interligação dos Sistemas de Previsão Hidro-Meteorológica

O Governo do Estado, através do CIASC / TELESC / EMBRETEL desenvolverá um sistema para interligar o sistema do CLIMERH com os Radares da Aeronáutica e da Associação dos Fruticultores de Fraiburgo.

9. Canal Oficial de Comunicação - TV ANHATOMIRIM

O Governo do Estado, via convênio com a UDESC/UFSC, utilizará a TV Anhatomirim como canal oficial de comunicação, com boletins semanais em situações de normalidade, diários e emergenciais na ocorrência do fenômeno, produzidos e coordenados pela Defesa Civil Estadual. Outra ação será a produção de Teleconferências através da Rede de Ciências e Tecnologia de Santa Catarina, a toda população catarinense.

10. Curso: Administração para Redução de Desastres - APD

A UDESC, em convênio com a Defesa Civil Nacional, desenvolverá curso aberto aos municípios catarinenses e ao CODESUL, com a finalidade de multiplicar a eficácia no gerenciamento da prevenção e redução de desastres.

11. Sistema Integrado de Alerta e Alarme

Para um perfeito sistema de comunicação entre os diversos órgãos de governo e a comunidade, necessário se fará:

- a. Salas de operações de Defesa Civil em Florianópolis na Diretoria Estadual de Defesa Civil e nos Núcleos Regionais de Defesa Civil;

- b. salas de operações interligadas, via CIASC/TELESC/EMBRATEL, para um perfeito monitoramento e atendimento a população;
- c. Interligação das salas com o sistema de previsão Hidro-meteorológico (Climerh, Radares da Aeronáutica, Radar de Fraiburgo e Órgãos Internacionais).

VII - CUSTOS

Os órgãos do GRAC utilizarão seus próprios meios no desenvolvimento das ações de Defesa Civil. As despesas decorrentes dessas ações serão a conta do orçamento do respectivo órgão referente ao ano de 1997 e se faz necessária a previsão orçamentária para 1998.

VIII - CRONOGRAMA

Diante das previsões, o caráter emergencial do desenvolvimento dos programas, impõe que a sua materialização, ocorra em caráter de urgência.

PROGRAMAS	1997				
	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1	x				
2	x	x	x	x	x
3	x				
4	x				
5	x	x	x	x	x
6		x	x	x	x
7	x				
8	x	x			
9		x	x	x	x
10				x	x
11	x				

IX - RESULTADOS ESPERADOS

Estar o Estado, permanentemente organizado para gerenciar a redução da vulnerabilidade da população catarinense, em caso de desastre, particularmente frente ao fenômeno EL NIÑO.



(PROPOSTA)

***PLANO PARA
ATENDIMENTO
A DESASTRES***



PROPOSTA DO PLANO DE ATENDIMENTO A DESASTRES

1. FINALIDADE:

A possibilidade de ocorrência do fenômeno "EL NIÑO" provocando chuvas acima da média no território catarinense, aliado a fragilidade do Sistema Estadual, onde 90% dos municípios não possuem comissão municipal de defesa civil funcionando e o inevitável engajamento do Estado exige que a Casa Militar, através da Diretoria Estadual de Defesa Civil, discipline a participação dos órgãos estaduais nas ações preventivas, de socorro e assistências, possibilitando o restabelecimento das condições de normalidade.

2. OBJETIVOS:

- a. Pronto atendimento por parte do Estado, diante dos desastres naturais ou provocados pelo homem;
- b. Melhor inter-relacionamento entre os componentes do Grupo de Ações Coordenadas - GRAC;
- c. A disponibilização dos meios necessários de cada órgão da estrutura do GRAC.

3. LEGISLAÇÃO:

- 1) Lei nº 9.831, de 17 de fevereiro de 1995;
- 2) Decreto Federal nº 895, de 16 de agosto de 1993;
- 3) Lei nº 4.841, de 23 de maio de 1973;
- d. Decreto Estadual N/GAC 21-03-74122.

4. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DO ESTADO

a. FUNDAÇÃO VIVA VIDA

- 1) cadastrar o material disponível passível de utilização em ações de Defesa Civil;
- 2) desencadear campanhas de doações de alimentos não perecíveis, agasalhos e outros materiais;
- 3) recrutar organizações não governamentais para colaborar no desenvolvimento das campanhas;
- 4) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com defesa civil atendidas e/ou executadas por essa Fundação;
- 5) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Fundação.

b. POLICIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- 1) desenvolver ações de socorro, em todos os municípios atingidos;
- 2) desenvolver na sua área de competência, ações visando a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio nas áreas atingidas;
- 3) garantir a segurança, dentro e fora dos abrigos e acampamentos, assim como nas áreas atingidas;
- 4) neutralizar qualquer indício de agitação da ordem pública quando da realização dos trabalhos de Defesa Civil nas áreas atingidas;
- 5) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com defesa civil atendidas e/ou executadas pelas unidades operacionais da Polícia Militar;
- 6) priorizar o emprego dos helicópteros nas ações de socorro;
- 7) determinar aos escalões subordinados a elaboração de mapa-força e cadastramento dos órgãos municipais, estaduais, federais e de organizações não governamentais que possam colaborar nas ações de socorro e assistência;
- 8) coletar nos municípios atingidos por desastres, informações de interesse do Governo do Estado (tipo de evento adverso; bairros atingidos; número de desalojados, desabrigados, feridos e mortos; danos a malha viária; nível de comprometimento dos serviços públicos essenciais; nível dos rios; situação das barragens, onde houver; principais necessidades do município; etc.), elaborando dois boletins diários;
- 9) designar representante para compor o Grupo de Ações Coordenadas (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa corporação.

c. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- 1) implementar e supervisionar as ações de saúde pública, o suprimento de medicamentos e vacinas, o controle de qualidade da água e dos alimentos e a promoção da saúde nas áreas atingidas por desastres;
- 2) promover a implantação de atendimento pré-hospitalar e de unidades de emergência, supervisionar a elaboração de planos de mobilização e de segurança dos hospitais, em situações de desastres;
- 3) difundir a nível comunitário, técnicas de primeiros socorros;
- 4) efetuar a profilaxia de abrigos e acampamentos provisórios, fiscalizando a ocorrência de doenças contagiosas e a higiene e saneamento;

- 5) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas pelas unidades de saúde;
- 6) orientar as Regionais de Saúde para que elaborem plano de ação preventivo, para emprego de recursos humanos, materiais e outros equipamentos em situações emergenciais;
- 7) dispor de técnicos para colaborar com a Defesa Civil na vistoria e elaboração dos laudos, indispensáveis a homologação dos decretos municipais; e desenvolvimento de atividades visando reduzir o impacto do evento adverso sobre a população;
- 8) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

d. SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS

- 1) determinar ao DEOH que controle os níveis das barragens de Taió, Ituporanga e José Boiteux, alertando a Defesa Civil com a devida antecedência, se houver necessidade de evacuação da população residente em municípios, localizados a jusante dessas barragens;
- 2) determinar ao DER:
 - a) a elaboração de Plano de emprego de equipamento e recursos humanos disponíveis para preservação e recuperação dos sistemas viários terrestres, fluviais e obras de arte em áreas atingidas por desastres;
 - b) a orientação aos Distrito Rodoviários para que elaborem Plano preventivo para atuação em situações emergenciais;
 - c) manter controle das rodovias estaduais, interditando-a ou adotando medidas de precaução daquelas cuja utilização possam causar danos a terceiros.
- 3) dispor de técnicos para colaborar com a Defesa Civil na vistoria e elaboração dos laudos, indispensáveis a homologação dos decretos municipais; e desenvolvimento de atividades visando reduzir o impacto do evento adverso sobre a população;
- 4) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 5) designar funcionário para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

e. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

- 1) dispor de estoque de cestas básicas, cobertores, colchonetes, material de higiene e limpeza, indispensáveis ao funcionamento de abrigos provisórios para atendimento a desalojados e desabrigados;
- 2) colaborar nas campanhas desencadeadas pela Fundação Viva Vida, para coleta de doações;
- 3) dispor de técnicos para colaborar com a Defesa Civil na vistoria e elaboração dos laudos, indispensáveis a homologação dos decretos municipais; e desenvolvimento de atividades visando reduzir o impacto do evento adverso sobre a população;
- 4) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria;
- 5) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria.

f. SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

- 1) dispor de cadastro de veículos para transporte de carga e pessoal, para atendimento dos órgãos envolvidos em ações de defesa civil; atendendo as requisições solicitadas através da Casa Militar;
- 2) recrutar recursos humanos para colaborar nas ações de Defesa Civil e nas Campanhas desencadeadas pela Fundação Viva Vida;
- 3) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 4) designar representantes para compor a GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

g. SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- 1) desenvolver na sua área de competência, ações visando a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio nas áreas atingidas;
- 2) dispor de equipes de médicos legistas, para emprego em áreas atingidas, se houver número elevado de óbitos;
- 3) orientar as Delegacias de Polícia para que se engajem nas ações de Defesa Civil dos respectivos municípios,

- 4) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa secretaria;
- 5) designar representante para compor a GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável, pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

h. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

- 1) determinar ao CLIMERH/EPAGRI a monitorização diária das condições climatológicas, mantendo informada a Defesa Civil das anormalidades que possam causar prejuízos à comunidade catarinense;
- 2) determinar a CIDASC:
 - a) a disponibilidade de seus equipamentos para emprego em ações de defesa civil;
 - b) a orientação as Administrações Regionais para que elaborem plano preventivo de mobilização de pessoal e equipamento, para eventual emprego em áreas atingidas por desastres.
- 3) dispor de técnicos para colaborar com a Defesa Civil na vistoria e elaboração dos laudos, indispensáveis a homologação dos decretos municipais; e desenvolvimento de atividades visando reduzir o impacto do evento adverso sobre a população;
- 4) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 5) designar representante para compor a GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

i. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

- 1) determinar as Coordenadorias Regionais de Educação o cadastramento das Escolas Estaduais disponíveis para utilização como abrigos provisórios;
- 2) estudar a possibilidade de emprego de saldo do estoque da merenda escolar para composição de cestas básicas, em caráter excepcional;
- 3) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;

- 4) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

j. SECRETARIA DO ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

- 1) Dispor dos recursos humanos e materiais nas ações de defesa civil;
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

i. SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL

- 1) dispor de recursos financeiros para desencadeamento de ações de Defesa Civil;
- 2) providenciar:
 - a) a montagem de uma sala para funcionamento do **Centro de Operações**, dotada de meios necessários para o desenvolvimento das ações de Defesa Civil e reunião dos membros do Grupo de Ações Coordenadas (GRAC);
 - b) recursos humanos para funcionamento do Centro de Operações;
 - c) alimentação para os integrantes do Grupo de Ações Coordenadas (GRAC) de plantão no **Centro de Operações**;
 - d) quatro (04) aparelhos de televisão e dois (02) rádios para o acompanhamento das notícias, em canais diferentes;
- 3) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 4) designar representante para compor a GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

m. SECRETARIA DE ESTADO DO GOVERNO

- 1) elaborar e divulgar os boletins informativos;

- 2) estabelecer horários de divulgação dos boletins;
- 3) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as informações vinculadas na mídia relacionadas com Defesa Civil ;
- 4) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

n. CASA MILITAR

- 1) coordenar as ações de Defesa Civil;
- 2) vistoriar os municípios atingidos, lavrando o respectivo laudo, para montagem do processo de homologação de decretos de situação de emergência ou estado de calamidade pública;
- 3) comunicar ao Departamento de Defesa Civil do Governo Federal as ocorrências havidas, solicitando a liberação de recursos para socorro e assistência;
- 4) manter controle da frota de veículos, através do Setor de Transporte.

o. SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL

- 1) manter contatos com organismos internacionais;
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria

p. SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA PARA A IMPLANTAÇÃO DA QUALIDADE E PRODUTIVIDADE

- 1) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa secretaria;
- 2) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

q. SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

- 1) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 2) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

r. SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA PARA O DESENVOLVIMENTO DO OESTE

- 1) colaborar com as ações de defesa civil na região sob sua jurisdição;
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

s. SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE

- 1) dispor de técnicos para colaborar com a Defesa Civil na vistoria e elaboração dos laudos, indispensáveis a homologação dos decretos municipais; e desenvolvimento de atividades visando reduzir o impacto do evento adverso sobre a população;
- 2) determinar a FATMA a disponibilização de seus equipamentos para emprego em ações de Defesa Civil;
- 3) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Secretaria;
- 4) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Secretaria.

t. COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN

- 1) garantir o suprimento de água potável nas regiões atingidas atendidas pela Companhia;

- 2) na impossibilidade de restabelecimento rápido do fornecimento de água, providenciar o abastecimento através de caminhões pipa;
- 3) nos municípios não atendidos pela Empresa em que houver colapso do abastecimento de água, colaborar com o órgão municipal para solucionar rapidamente o problema e abastecer a população através de caminhões pipa;
- 4) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa empresa;
- 5) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Empresa.

u. CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA - CELESC

- 1) manter plantão para corte imediato ou pronto restabelecimento do fornecimento de energia, conforme exigir a situação;
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Empresa;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Empresa.

v. CENTRO DE INFORMATICA E AUTOMAÇÃO DE SANTA CATARINA - CIASC

- 1) elaborar programa de gerenciamento de ações de defesa civil;
- 2) dispor de equipamento necessário para ativar Centro de Operações da Defesa Civil;
- 3) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Organização Militar;
- 4) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Organização Militar.

4. ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS COLABORADORES

a. MARINHA DO BRASIL

- 1) colaborar com meios materiais e humanos para minimizar as dificuldades dos afetados pelos eventos adversos.

- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Organização Militar;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), quer será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Organização Militar.

b. EXÉRCITO BRASILEIRO

- 1) colaborar com meios materiais e humanos para minimizar as dificuldades dos afetados pelos eventos adversos.
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Organização Militar;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), quer será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Organização Militar.

c. FORÇA AÉREA BRASILEIRA

- 1) colaborar com meios materiais e humanos para minimizar as dificuldades dos afetados pelos eventos adversos.
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Organização Militar;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), quer será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Organização Militar.

d. POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

- 1) colaborar com meios materiais e humanos para minimizar as dificuldades dos afetados pelos eventos adversos.
- 2) elaborar plano preventivo para atuação em situações emergenciais nas rodovias federais,

- 3) manter controle das rodovias federais, interditando-as ou adotando medidas de precaução daquelas cuja utilização possam causar danos a terceiros;
- 4) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Corporação;
- 5) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Corporação.

e. FEDERAÇÃO CATARINENSE DE ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS

- 1) Colaborar na sensibilização dos municípios para a criação e funcionamento regular das Comissões Municipais de Defesa Civil;
- 2) manter informado o Centro de Operações da Defesa Civil sobre as ocorrências e operações relacionadas com Defesa Civil atendidas e/ou executadas por essa Corporação;
- 3) designar representante para compor o GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS (GRAC), que será responsável pela ligação entre Defesa Civil e essa Corporação.

5. OBSERVAÇÕES:

- 1) Recomenda-se:
 - a) que cada órgão envolvido elabore seu plano de ação;
 - b) designação de suplentes para os representantes designados, haja vista a possibilidade de o plantão do GRAC perdurar por mais de 24 horas consecutivas;
 - c) fornecimento do endereço, telefone e/ou bip do titular e suplentes para que possam ser localizados a qualquer hora;
 - d) atendimento imediato a convocação da Casa Militar, para comparecimento ao **Centro de Operações**.
- 2) Os órgãos do GRAC utilizarão seus próprios meios no desenvolvimento das ações de Defesa Civil. As despesas decorrentes dessas ações será por conta do orçamento do respectivo órgão.

Florianópolis, 25 de julho de 1997

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Concedo a palavra ao nobre Senador Jonas Pinheiro.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, há poucos dias, a Comissão de Assuntos Econômicos, do Senado Federal aprovou, em regime de urgência, uma autorização de contrato de empréstimo do Banco Mundial para o Incra.

Imediatamente, também em regime de urgência, esse projeto foi ratificado no Plenário do Senado Federal, o que possibilitou que o Ministro da Reforma Agrária viajasse aos Estados Unidos para assinar o contrato com o Banco Mundial e poder aplicar US\$150 milhões, dos quais US\$90 milhões financiados pelo Banco Mundial, no processo de reforma agrária no País.

É um novo modelo de reforma agrária que está sendo implementado pelo Governo Federal, em que, por meio do BNDES, via BNB, esses projetos-piloto - são cinco - vão financiar a terra para associações ou cooperativas formadas por trabalhadores sem terra ou com pouca terra. E esses trabalhadores receberão também empréstimo, que virá do Banco Mundial, através do Banco do Brasil, para instalar infra-estrutura nas suas propriedades.

Sr. Presidente, estamos retomando, talvez de uma forma mais sadia, o processo de colonização no País, que deu certo, apesar de muita dificuldade. Lembro-me de que, no meu Estado, que tem 126 Municípios, oitenta Municípios foram, bem ou mal, gerados do processo de reforma agrária. Agora, vamos novamente ver essa situação, esse exemplo proliferar, inicialmente em cinco Estados do Nordeste e depois em outros Estados brasileiros. Não haverá a figura do colonizador, mas a da associação, da cooperativa. Os trabalhadores vão comprar a terra que lhes interessa e vão receber também o financiamento para a infra-estrutura necessária.

Com isso, evidentemente, vamos descongestionar a área: não será apenas o Governo Federal que ficará incumbido da reforma agrária no País. Este novo processo, atuando como coadjuvante, com certeza vai dar certo. Dificilmente um produtor que adquire um pedaço de terra, com a sua família, desiste dela, ainda mais com financiamento a longo prazo e juro barato.

Hoje, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi assinado, no Palácio do Planalto, convênio entre aqueles cinco Estados que já têm o projeto-piloto e o Governo Federal. Esperamos que esse processo de

reforma agrária venha a proliferar, com posições saudáveis, pelo Brasil afora.

Trago um segundo assunto à tribuna, Sr. Presidente.

O Presidente da República encaminhou ao Congresso Nacional projeto de lei dispondo sobre a concessão de subvenção econômica aos produtores de borracha natural e revogando a legislação que estabelece a atual política nacional da borracha.

Esse projeto de lei visa obter autorização para que o Poder Executivo possa conceder, pelo prazo de oito anos, subvenção econômica aos produtores nacionais, correspondente à diferença entre o preço de referência das borrachas naturais e o do produto congênere no mercado internacional.

Esse projeto tramitou na Câmara dos Deputados em regime de urgência, ocasião em que, a partir de uma ampla discussão, foi aprovado com a inclusão de importantes dispositivos, que aprimoraram e deram maior coerência e amplitude ao seu conteúdo.

Após a aprovação naquela Casa, o projeto foi apreciado no Senado Federal, nas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, cabendo a relatoria ao nobre Senador Jefferson Péres e a mim, respectivamente.

Durante o processo de tramitação no Senado Federal, o projeto de lei recebeu, além de emenda de minha autoria, sete outras emendas da Senadora Marina Silva e dos Senadores José Serra, José Ignácio Ferreira, Gerson Camata e Jefferson Péres.

O referido projeto de lei foi apreciado pelo Plenário do Senado Federal, que aprovou os relatórios das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Econômicos, com as oito emendas apresentadas pelos Senadores.

Reencaminhado à Câmara dos Deputados, por ter sido alterado o texto pelo Senado Federal, aquela Casa rejeitou as emendas oferecidas pela Senadora Marina Silva e pelos Senadores Jefferson Péres, José Ignácio Ferreira e Gerson Camata, acolhendo a emenda de minha autoria e as apresentadas pelo Senador José Serra.

Após a aprovação pela Câmara dos Deputados, o projeto foi encaminhado ao Senhor Presidente da República, que o sancionou sem vetos, ontem, dia 12 de agosto.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o estabelecimento da subvenção econômica de até R\$0,90 por quilo de borracha representará uma valiosa contrapartida aos produtores nacionais de borracha natural, para compensar, inclusive, a forte concorrência que vêm enfrentando de produtos oriundos de paí-

ses do Sudoeste asiático, que recebem elevados subsídios diretos e indiretos.

Vejam que esses subsídios atingem cerca de 70% que, aliados às vantagens concedidas à exportação, vêm possibilitando que a borracha natural importada chegue a nosso País a um preço inferior ao custo interno, comprometendo a viabilidade da produção nacional.

O Sr. Júlio Campos - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JONAS PINHEIRO - Com muito prazer, Senador Júlio Campos.

O Sr. Júlio Campos - Quero congratular-me com V. Ex^a pelas duas grandes vitórias do seu trabalho como representante dos segmentos dos produtores rurais e dos produtores de borracha deste País, a sanção dessa lei tão importante para o cultivo de borracha no território brasileiro. Sabemos que esse setor vivia momentos de expectativa e que havia até a possibilidade de encerrar as suas atividades no Brasil, já que não estava tendo condições de competir com a borracha oriunda de outros mercados, em especial do asiático. Com a nova lei, aprovada e sancionada graças ao esforço de V. Ex^a e de toda a bancada que o apoiou, hoje os produtores de borracha natural do País voltam a acreditar na possibilidade desse mercado, que terá competitividade, gerando assim mais empregos e mais riquezas, principalmente para os Estados da Região Amazônica (Mato Grosso, Acre, Rondônia, Amazonas, Pará), onde a produção de borracha é elevada. Além disso, cumprimento V. Ex^a pela homenagem que recebeu na solenidade realizada hoje no Salão Leste do Palácio do Planalto, onde o Ministro Raul Jungmann, Ministro Extraordinário de Assuntos da Reforma Agrária, fez questão de destacar o trabalho de V. Ex^a como o de um dos grandes parlamentares que batalharam pela implantação da cédula rural, que vai permitir financiamento do Banco Mundial diretamente àquelas pessoas que queiram adquirir a terra. É uma nova política de reforma agrária, é uma nova política de colonização, que começa a funcionar no Brasil, a partir de hoje. Com recursos internacionais do BIRD, o Banco do Brasil estará concedendo financiamento aos brasileiros que desejam adquirir terra e ter a sua propriedade rural. Meus cumprimentos pelo seu trabalho sério e competente nesse segmento, aqui no Senado Federal.

O SR. JONAS PINHEIRO - Muito obrigado, eminente Senador Júlio Campos, coestadano e companheiro de trabalho político. De fato, o povo brasileiro, aqueles que estão embrenhados na área

rural, aqueles que trabalham no setor da borracha, bem como os produtores rurais sem terra e com pouca terra merecem essas duas ações. A partir de agora, eles poderão beneficiar-se dessa nova modalidade de reforma agrária no País. Haverá financiamento barato à propriedade, assim como haverá financiamento barato para a infra-estrutura da propriedade comprada através de associações ou cooperativas.

Concluo o meu discurso dizendo que, com esse projeto, o setor produtivo de borracha natural no Brasil ganha um importante vínculo, que possibilitará que a produção nacional se amplie, beneficiando cerca de 50 mil seringueiros na Região Amazônica, e os produtores de cultivo, que atualmente empregam cerca de 70 mil trabalhadores.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ao destacar a sanção desse Projeto de Lei pelo Presidente da República, gostaria de parabenizar o Governo Federal e, sobretudo, o Congresso Nacional, por ter proposto e viabilizado importante mecanismo para dar sustentação aos produtores nacionais de borracha natural.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma) - Na promoção do período destinado ao Expediente, nos termos do art. 158, § 2º, do Regimento Interno, concedo a palavra, por cinco minutos, para uma comunicação urgente e inadiável, ao nobre Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB-PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Senadores, os Deputados do PMDB do Paraná e o Senador, os Deputados Estaduais e Federais se dedicaram, nos últimos dias, a fazer uma análise do balanço geral do Estado, examinado pelo Tribunal de Contas.

O balanço é preocupante, e o documento que resultou dessa análise chama-se "Alerta Vermelho, Paraná!". Foi distribuído para a imprensa do Estado nos últimos dias e não foi objeto de nenhuma atenção; nenhum dos jornais do Paraná reproduziu o alerta vermelho da Bancada peemedebista.

Aproveito, então, esse horário de Breves Comunicações para, através da tribuna do Senado, trazer a situação do Paraná ao conhecimento dos Srs. Senadores, do nosso próprio Estado e do País.

O documento inicia com a seguinte análise:

"Alerta Vermelho, Paraná!

A principal obrigação dos Parlamentares de Oposição é fiscalizar o Governo. Apoiá-lo, quando age corretamente, e chamar a atenção da população quando o Governo estiver errado.

A análise do balanço geral de 1996, apresentado pelo Governo do Estado, e a análise dos primeiros demonstrativos financeiros de 1997 colocam o nosso Paraná em alerta vermelho. Ou contemos a desordem administrativo-financeira, ou o Paraná se transformará em uma nova Alagoas.

Vamos aos dados oficiais, segundo relatório do Tribunal de Contas do Estado.

Propaganda:

O Governo gastou, em 1996, na Administração Direta e Indireta, R\$100.290.285,60 com divulgação e propaganda (Relatório do Tribunal de Contas; pág. 73). Ou seja, em um ano, o atual governo gastou 13 vezes mais do que o governo anterior, no mesmo período, o que corresponde ao que o governo anterior gastaria em 13 anos.

Saúde:

Com a saúde, o governo gastou R\$103 milhões, incluindo despesas com pessoal. Ou seja, gastou com os 8,7 milhões de habitantes do Paraná, em saúde, de recursos próprios, apenas R\$3 milhões a mais do que em propaganda. Quer dizer, investiu na saúde R\$11 por habitante e o mesmo valor em propaganda. Para o governo, o nível de prioridade de propaganda é igual ao de saúde.

Vejam bem, no ano de 96, o Estado do Paraná repassou para 199 hospitais material de consumo hospitalar no valor de R\$556.800. No entanto, pagou pela terceirização de marcação de consultas R\$5,58 milhões (Págs. 136 e 137 da Mensagem de 97 do Governador Jaime Lerner à Assembleia Legislativa), portanto, mais de 10 vezes do que repassou para os hospitais. Isso, por si só, já desqualifica um governo.

Desperdício:

Por outro lado, os 100 milhões gastos em propaganda poderiam pagar 27.000Km de readequação de estradas rurais ou 25 mil casas populares de 52m²; ou 10 mil carros populares, ou poderiam alavancar R\$1 bilhão que financiariam 100 mil pequenos agricultores em um programa de equivalência em produto, como o Panela Cheia do Governo anterior.

A folha de pagamento de janeiro a maio de 97, incluída a provisão para o 13º salário, compromete 95% da Receita Líqui-

da Disponível contra os 60% no final de 1994, quando o Governador Jaime Lerner assumiu. Portanto, uma escala de 35 pontos percentuais. Note-se que, em Estados como São Paulo, Bahia e Ceará, essa relação fica em torno de 55%. Registre-se ainda que, do último ano do governo anterior para cá, houve um crescimento da receita global da administração direta, em termos reais, da ordem de 91,67% (Relatório do Tribunal de Contas, pág. 20).

Incúria administrativa:

Em 1994, no que se refere a compromisso de curto prazo, o Paraná tinha R\$1,15 para cada real de dívida; em 95, R\$1,03 para cada real de dívida; em 96, o equilíbrio se desfaz e o Estado tem apenas R\$0,58 para cada real, tomando-se, pois, insolvente (Pág. 42 do Relatório do Tribunal de Contas).

No balanço geral de 94, o Estado, que não vendeu bens de capital nessa época, teve um superávit de R\$6.108 milhões. Já em 95, Governo Jaime Lerner, o déficit foi de R\$30.009 milhões. Em 96, o déficit do balanço geral é de R\$254.614 milhões (Pág. 31 do Relatório do Tribunal de Contas), mais R\$40 milhões de débitos estornados, mesmo com a venda de ações das estatais (R\$400 milhões); ou seja, um déficit de R\$694 milhões - se estornarmos R\$400 milhões em vendas de ações estatais, ou seja, companhia de energia elétrica, em perigo.

Além disso, a Assembleia Legislativa, recentemente, votou uma lei autorizando a Companhia de Energia Elétrica a participar minoritariamente do capital de empresas privadas. Hoje, sabemos que o Governo aumentou o capital da Companhia de Energia Elétrica emitindo ações, lançando-as no mercado e obtendo com isso R\$570 milhões.

Ao invés de aumentar a capacidade de geração e distribuição de energia elétrica, o Estado do Paraná, irresponsavelmente, na contramão da história, pretende vir a se associar a empresas, segundo o governo, "estratégicas", como cervejarias, fábricas de brinquedos ou revendas de automóveis importados. Enquanto isso, 1.666 empresas paranaenses encerraram suas atividades por absoluta falta de apoio do Governo do Estado (Relatório da Inspeção Geral de Controle do TC, pág. 31).

A dívida pública do Paraná, que, em 1994, era de R\$1.395.684.928,99, saltou para R\$2.403.921 bilhões, apesar do aumento real de 91,67% na receita global do Estado no mesmo período.

O Estado do Paraná está em alerta vermelho. O Paraná está sem Governo.

Essa comunicação é assinada por mim, Senador do Paraná; pelos Deputados Federais: Djalma de Almeida César, Hermes Parcianello, Maurício Requião, Moacir Micheletto; e pelos Deputados Estaduais: Caito Quintana, Luis Cláudio Romanelli, José Tavares, Orlando Pessuti, Antônio Toti Colaço, Nereu Moura e Renato Adur.

É extremamente interessante o fato de que um comunicado importante e sério como esse não tenha encontrado guarida na imprensa local. A justificativa está no próprio relatório. Cem milhões de reais gastos em propaganda, subvencionando o silêncio da imprensa local, abrindo espaço única e exclusivamente para o material específico de propaganda ou para louvação do Governo.

Esse é o Estado do Paraná hoje. Essa é a situação das finanças do Estado do Paraná: para cada real existe apenas uma contrapartida de R\$0,58%. Nos últimos 45 anos, essa é a pior situação e seguramente o pior Governo que esse Estado já viveu.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Roberto Requião, o Sr. Romeu Tuma deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente.

A SRA PRESIDENTE (Júnia Marise) – Para uma comunicação inadiável, ainda na lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL-SP. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dia 11 de agosto é um dia importantíssimo para aqueles que resolveram seguir a carreira do Direito. É o dia em que se comemora o 170º ano de instalação dos cursos jurídicos no Brasil.

Para alegria e surpresa nossa, Senador Bernardo Cabral, os estudantes paulistas, membros do Centro Acadêmico Onze de Agosto, resolveram festejar de uma forma diferente e importante para a sociedade brasileira: iniciaram uma campanha de desarmamento da população. É a união do povo contra o uso de armas de fogo.

O seu lançamento contou com o apoio e o incentivo de cidadãos que ocupam posição de destaque na vida pública brasileira, pessoas normalmente muito ocupadas, mas que aceitaram participar da campanha para também se unir àqueles que não se envergonham de dizer: "eu sou da paz".

A adesão vem de vários segmentos da sociedade que querem dar um basta a essa violência gratuita. Personalidades como o nosso arcebispo Dom Paulo Evaristo Ams, o rabino Henry Sobel, Jô Soares, Daniela Mercury, Débora Bloch, Caetano Veloso, Marcelo Negrão, Ana Paula, Hebe Camargo e muitos outros já estão participando da campanha, posando para a confecção de **outdoors** e cartazes, além do Centro Acadêmico Onze de Agosto, da USP, a União Nacional dos Estudantes, União Estadual dos Estudantes Secundaristas e União Paulista de Estudantes Secundaristas.

A iniciativa dos estudantes merece nossa admiração e o decidido apoio, especialmente desta Casa, onde recentemente foi aprovada legislação criminalizando o porte e o uso não autorizados de armas. Tal iniciativa não deve ficar restrita a São Paulo. Esperamos que mais estudantes sigam o exemplo de seus colegas paulistas e empunhem a bandeira da paz. Esperamos que o exemplo paulista se irradie para outros grandes centros urbanos, onde o problema do uso indiscriminado de armas de fogo encontra suas vítimas quase todos os dias.

O fenômeno da bala perdida se generalizou a tal ponto que as pessoas saem de casa e não sabem se voltarão incólumes. Os depoimentos de vítimas das balas perdidas, quando conseguem escapar com vida, ou de famílias enlutadas, são relatos dramáticos. Muitos são jovens, que carregarão por toda a vida a marca da violência desmedida. Afinal, as pesquisas oficiais indicam que 70% das mortes de jovens entre 16 e 24 anos são causadas por homicídios com armas de fogo e que, em cada 16 pessoas que se defendem de assaltos com o uso de arma, 15 acabam mortas ou feridas. É um índice alarmante e terrível.

Na solenidade de lançamento, por exemplo, estavam presentes Bya Aidar, que há dois anos namorava o médico Milton Jacob Bechara, de 38 anos, que morreu com um tiro no rosto dentro do seu carro, quando passava por uma rua do bairro do Ibirapuera. Lembro que era um grande médico do Instituto do Coração, em São Paulo. Estava presente também Norma Elias, mãe de Paulo Sérgio Elias Costabile, também lá presente, que morreu com um tiro na cabeça no dia 15 de fevereiro, após sair de uma partida entre o Corinthians e Palmeiras. Ninguém está

livre de ser a próxima vítima, a não ser que se promova o urgente desarmamento da população.

O Departamento de Homicídio e Proteção à Pessoa, da Polícia Civil de São Paulo, revela, por exemplo, que a quase totalidade dos homicídios na capital é cometida com armas de fogo. Em nada nos orgulha ostentar o título de "líder de casos de mortes por armas de fogo" entre os 46 países investigados por uma pesquisa da ONU, divulgada em maio deste ano. Os números são impressionantes. Acontecem no País 26,97 mortes para 100 mil pessoas por ano.

O Sr. Bernardo Cabral – Senador Romeu Tuma, como não cabe aparte, peço a V. Ex^a que não fale só em seu nome pessoal. Autorizo-lhe também a falar em meu nome, o que muito me honra.

O SR. ROMEU TUMA – Agradeço a V. Ex^a, que é um profundo conhecedor, inclusive por ter passado à frente do Ministério da Justiça, quando pôde, de perto, verificar esses números e trabalhar para que eles fossem reduzidos.

Creio ser desnecessário afirmar que os estudantes, responsáveis pela campanha, também contam com minha total e irrestrita adesão, do Senador Bernardo Cabral e acredito que de toda esta Casa. Adesão como cidadão, como pai, como policial e como Senador da República.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a campanha pelo desarmamento, cujo lema é "eu sou da paz" merece nosso aplauso. Seu objetivo maior é conscientizar a população sobre os riscos de se manter um arma em casa ou no carro. Vamos torcer para que no dia 11 de setembro, no Largo de São Francisco, a destruição de armas espontaneamente recolhidas durante a campanha se transforme num grande ato público da cidadania em todo o País.

Orgulho-me de testemunhar a iniciativa de nossos estudantes e espero que o exemplo contagie todos os brasileiros.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concedo a palavra ao nobre Senador Beni Veras para uma comunicação inadiável.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos para o seu pronunciamento.

O SR. BENI VERAS (PSDB-CE. Para uma comunicação inadiável.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Banco do Nordeste acaba de comemorar 45 anos, merecendo destaque dois aspectos de sua atuação: fechou o balanço do primeiro semestre deste ano com lucro líquido de R\$26,6 milhões, o que representa crescimento de 55% em relação a

igual período de 1996, e, mais importante que o lucro, contabilizando uma injeção de recursos na economia regional de R\$1,1 bilhão em apenas seis meses.

Esses recursos foram injetados na economia através da contratação de 138 mil operações de crédito, gerando 221.500 novos empregos.

Para conquistar esses resultados, o Banco utilizou-se de fontes de recursos internas e externas e passou por grandes transformações, de modo a tornar-se mais próximo de seu cliente – o agente produtivo regional – e a atendê-lo com maior agilidade. Em 1994, por exemplo, o Banco contratava em torno de 27 mil operações ao ano. Hoje, após a mudança, contrata, em média, mais de 20 mil operações por mês.

Criou novos programas, dentre eles, o Agente de Desenvolvimento. Com isso, conseguiu interiorizar sua ação aos 1.875 Municípios do Nordeste. Cada Agente, um funcionário do Banco selecionado e treinado, é o responsável pelo atendimento de, em média, quatro Municípios onde o Banco não mantém agência. Assim, o Banco do Nordeste conseguiu pôr-se ao lado de todos os nordestinos.

Destaque-se que 88% das aplicações do Banco são investimentos de longo prazo, operações próprias de banco de desenvolvimento. Ou seja, o Banco dá provas de que está cumprindo fielmente sua missão: investindo no agente produtivo regional, aquele que gera emprego, renda, impostos, muda o perfil da Região.

Os financiamentos a empreendimentos rurais e agroindustriais tiveram crescimento de 20% no semestre, o que endossa sua posição de liderança no **ranking** das instituições aplicadoras de crédito rural do País, medido pela Febraban.

Em que pese o crescimento das aplicações no setor rural, o Banco conquistou espaço no setor de serviços. Neste semestre foram aplicados nesse setor em torno de R\$130,5 milhões, correspondentes a 12% do total das aplicações.

Ao par de todo o crescimento em termos de resultados financeiros, vale salientar a atuação do Banco do Nordeste na implementação de programas de grande alcance social, destacando-se dentre eles o Programa de Geração de Emprego e Renda, Programa Nacional de Agricultura Familiar, Programa de Apoio à Reorientação da Pequena e Média Unidade Produtiva Rural do Semi-Árido Nordeste e Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária.

O novo direcionamento estratégico do Banco aperfeiçoou de forma acentuada a atuação do Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE. Criado pela mesma lei que criou o Banco,

esse órgão tem papel fundamental como provedor de informações que orientam a tomada de decisões internas do Banco e subsidiam outras instituições e o setor privado. Com isso, o Banco do Nordeste é hoje o maior banco de dados sobre a região e suas potencialidades.

Através do ETENE, o Banco do Nordeste tem conseguido atrair estudantes e professores de centros de excelência mundiais interessados em conhecer melhor a região e divulgá-la, como é o caso do convênio firmado com o MIT.

Além disso, lançou o 1º Prêmio Banco do Nordeste de Economia dirigido a estudantes de mestrado, PHDs e profissionais de economia.

Visando o aprimoramento da pesquisa e desenvolvimento na Região, o Banco do Nordeste destinou no primeiro semestre deste ano R\$1,6 milhão para o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), beneficiando 73 projetos de pesquisa e desenvolvimento. Destinou mais R\$250 mil para o Fundo de Apoio às Atividades Sócio-Econômicas e R\$250 mil para o Fundo de Desenvolvimento Regional. Ressalte-se que a seleção desses projetos considera a aplicabilidade das pesquisas às demandas do setor produtivo local.

O Banco do Nordeste decidiu mostrar seu trabalho à sociedade de forma não publicitária, ou seja, abriu-se à participação de seus clientes. Para isso, criou os Fóruns de Clientes em todas as capitais da Região e em Minas Gerais. Nesses fóruns, os clientes se reúnem com o Banco a cada dois meses e formulam suas críticas e sugestões ao trabalho da empresa. Mais recentemente, criou um outro serviço – o Cliente Consulta -, em que, por telefone, qualquer pessoa de qualquer local do País obtém informações sobre os produtos e serviços do Banco. Assim, o cliente somente precisa se deslocar até uma agência do Banco quando realmente for fechar negócio ou apresentar projeto de financiamento.

Em atendimento às recomendações do Protocolo Verde, o Banco inseriu a variável ambiental em toda sua linha de ação, criando, inclusive, um grupo interno de meio ambiente e uma linha de crédito específica para atividades voltadas à preservação do meio ambiente: o FNE Verde.

O Banco do Nordeste criou também o Centro Cultural Banco do Nordeste e instituiu o Prêmio Banco do Nordeste de Cinema, com o objetivo de consolidar a indústria cinematográfica da Região. Nas demais atividades culturais do Nordeste, o Banco dispõe de 4 mil e 600 funcionários. Destes, somente 400 estão na Direção Geral da empresa; os demais estão atuando nas 176 unidades distribuídas em todo o Nordeste e norte de Minas Gerais ou exercendo

a função de Agentes de Desenvolvimento nos Municípios em que o Banco não dispõe de agência.

Durante este primeiro semestre, o Banco ofereceu 4 mil e 200 oportunidades de treinamento a seus funcionários, ou seja, praticamente toda a força de trabalho da empresa passou por algum treinamento em sala de aula ou mesmo em serviço. Se considerarmos os últimos dois anos, já somam mais de 23 mil as oportunidades de treinamento ofertadas aos funcionários.

Em resumo, essas foram as principais realizações do Banco do Nordeste no primeiro semestre de 1997. Nenhuma delas teria valido a pena se não tivessem como objetivo o crescimento e o desenvolvimento de uma região carente. O esforço do Banco do Nordeste tem sido grande. Cada pequeno projeto apoiado, cada pequena mudança realizada na empresa, cada transferência de funcionário, tudo está focado no cliente, no agente produtivo regional. Mas esse esforço tem sido reconhecido. Desde o Presidente da República, Ministros, Governadores do Nordeste, Senadores, Deputados e até a sociedade, de um modo geral, todos têm oferecido retorno, dado apoio a essas ações do Banco do Nordeste, que se traduzem num exercício de aplicabilidade das macropolíticas que precisam ser adotadas dentro do novo cenário de globalização e da própria reforma do Estado.

Isso caracteriza o trabalho profícuo do Banco do Nordeste no sentido do desenvolvimento da Região Nordeste.

Obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Beni Veras, a Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 559, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. **Jader Barbalho – Edison Lobão – Sérgio Machado.**

REQUERIMENTO Nº 560, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 336, b, do Regimento Interno, urgência para o Projeto de Resolu-

ção nº 94, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso – LFTMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. – **Sérgio Machado – Elcio Alvares – Gerson Camata – José Eduardo Dutra – Júlio Campos – Valmir Campelo – Jader Barbalho.**

REQUERIMENTO Nº 561, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Ofício S/61, de 1997, que encaminha solicitação do Governo do Estado de Alagoas, sobre aditamento a contrato de operação de crédito firmado junto à Caixa Econômica Federal, relativo ao Programa de Apoio à Restruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados, especificamente o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, ao amparo dos mencionados normativos.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. – **Jáder Barbalho – Edison Lobão – Sérgio Machado.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Esses requerimentos serão votados após a Ordem do Dia, na forma do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 562, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 267 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro, em razão de extravio, a reconstituição do processado do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1996, dispõe sobre a prevenção, o tratamento a fiscalização, o controle e a repressão do tráfico ilícito e do uso indevido de entorpecentes e drogas afins, e dá outras providências.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. – Senador **José Ignácio Ferreira.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Está deferido o requerimento que acaba de ser lido.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 563, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos urgência, nos termos do art. 336, alínea b, do Regimento Interno, para o Projeto de

Resolução nº 92, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. – **Francelino Pereira – Jader Barbalho – Elcio Alvares – José Eduardo Dutra – Valmir Campelo – Sérgio Machado.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento que acaba de ser lido será votado após a Ordem do Dia, conforme preceitua o Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 564/97

Senhor Presidente,

Nos termos do disposto no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o previsto no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, solicito seja requerido ao Sr. Ministro Extraordinário de Política Fundiária a seguinte informação:

– cópia das conclusões da sindicância efetuada por aquele Órgão no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA do Estado do Tocantins.

Justificação

Vários jornais, a exemplo do "Correio Braziliense" de 3 de agosto de 1997, têm notificado a superavaliação de áreas a serem desapropriadas, no Estado, com grandes prejuízos aos cofres públicos.

O requerimento de informação ora apresentado insere-se no âmbito da competência fiscalizadora do Congresso Nacional, constitucionalmente definida.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. – Senador **Carlos Patrocínio.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O requerimento lido vai à decisão da Mesa.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário, em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 565, DE 1997

Requeiro, nos termos regimentais, a criação de Comissão Temporária, composta de 7 membros, para o prazo de 90 dias, realizar um diagnóstico das condições da população brasileira vivendo em estado de miséria e fome, visitando os locais onde é mais grave a situação segundo os dados reunidos pelo IBGE, IPEA e órgãos que fazem levantamento de indicadores sócio-econômicos, examinando os efeitos dos programas que têm sido implementados e propor medidas que visem, no menor prazo possível, o efetivo cumprimento do disposto no art. 3º e seus incisos da Constituição Federal, que determina, dentre os princípios fundamentais, "erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais."

Justificativa

Representantes de todos os partidos políticos e segmentos da opinião pública, de forma praticamente consensual, manifestaram seu pesar, homenagem e apoio ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, sobretudo em virtude de seu trabalho à frente da Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, por ter despertado a consciência dos brasileiros sobre a necessidade e a possibilidade de erradicarmos a miséria em nosso País. O Senado Federal estará correspondendo à esta aspiração ao criar essa Comissão Temporária para realizar um diagnóstico aprofundado, indo aos locais onde os problemas estão sendo mais graves, conhecendo também as iniciativas de toda ordem que estão produzindo resultados alvissareiros, avaliando aquelas que não estão dando tão certo e propor ao Congresso Nacional, ao Executivo e à sociedade as medidas necessárias com vistas a alcançar o objetivo de fazer do Brasil uma Nação sem fome nem miséria até o ano 2.000.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Senador Eduardo Suplicy

AVULCADO

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O requerimento lido vai ser publicado e, posteriormente, incluído pela Presidência na Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 566, DE 1997

Nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, requeiro licença para me afastar dos trabalhos da Casa, pelo prazo de 121 dias, a partir do próximo dia 19 de agosto, a fim de tratar de interesses particulares.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. — Senador Mauro Miranda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Foi, assim, concedida a licença solicitada. A Presidência tomará providências no sentido de ser convocado o suplente do Senador Mauro Miranda.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157, DE 1997

Dispõe sobre o assédio sexual no contrato individual de trabalho e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (CLT), passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 482.

m) a prática do assédio sexual no ambiente de trabalho;

n) a falsa denúncia da prática de assédio sexual no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. entende-se como assédio sexual no ambiente de trabalho a exigência ou tentativa de obtenção de vantagem e favores de natureza sexual nas relações de trabalho.

Art. 483.

h) for constatado o assédio sexual praticado pelo empregador ou seus prepostos ou, ainda pelos superiores hierárquicos do empregado.

Art. 492.

§ 1º Considera-se como de serviço todo o tempo em que o empregado esteja à disposição do empregador.

§ 2º O empregado que denunciar a prática de assédio sexual, contra a sua pessoa ou contra outro empregado, tem direito a estabilidade durante um ano, extensiva à vítima, se for outrem, a contar da data da formalização da denúncia.

§ 3º A estabilidade provisória a que se refere o parágrafo anterior poderá, a critério do empregado, ser convertida em indenização, paga em dobro, correspondente ao período sob garantia de estabilidade.

Art. 2º Quem cometer assédio sexual será multado em 50% (cinquenta por cento) do seu salário, se empregado, e em valor correspondente a um salário da vítima, se empregador, revertendo a multa para o Fundo de Amparo ao Trabalhador — FAT, na forma do disposto em regulamento.

Parágrafo único. A multa será devida em dobro, no caso de reincidência.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

O assédio sexual é, ainda, um tema bastante polêmico em nossa sociedade. Há uma resistência cultural muito grande em reconhecer a existência da figura do assédio e, conseqüentemente, uma forte tendência a desconsiderar a necessidade de tipificação do crime de assédio sexual. O argumento utilizado por muitos é o de que o assédio é algo já incorporado pela cultura brasileira, não havendo, portanto, nenhuma necessidade de caracterizá-lo como crime. Isso mostra que na sociedade atual ainda persiste um ambiente predisposto a favorecer o assediador.

O assédio sexual é uma forma de violência das mais graves contra mulheres e homens, porque nos atinge enquanto pessoa humana. As frequentes denúncias, que se espalham pelo Brasil e pelo mundo, têm contribuído para dar maior visibilidade a uma prática comum e odiosa desenvolvida nas relações sociais em várias esferas, atingindo, de forma especial, o gênero feminino. A mulher, que já vivência frequentes situações de violência familiar, passa a enfrentá-las agora no espaço público. A luta contra o assédio sexual é, portanto, uma luta pelo respeito à mulher no seu ambiente de trabalho. Deve ser encarado como algo que rompe as relações humanas, e não como uma brincadeira.

Pesquisas revelam que 52% das mulheres que trabalham consideram que já foram assediadas sexualmente. Na maioria das vezes as vítimas não denunciam por medo de enfrentar a coerção, feita na maioria das vezes por um superior hierárquico ou por considerarem a exposição pública do fato ainda mais constrangedora do que a violência que sofreram. Mas, a maioria das mulheres que já foram objeto de investidas de seus chefes sentem-se gravemente ofendidas.

Outra pesquisa realizada entre dirigentes sindicais, homens e mulheres, pela Força Sindical em 1995 revelou estatística surpreendente: 56% consideram o assédio sexual o terceiro principal problema enfrentado pelas mulheres no trabalho. Os outros dois problemas foram a dupla jornada e a desvalorização do trabalho feminino.

As acusações tornaram-se públicas, em meio às reclamações pelo repúdio absoluto ao assédio sexual. As denúncias aumentam e determinam novas formas de conduta.

O projeto de lei que oferecemos à discussão do Congresso Nacional objetiva incluir o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato individual de trabalho.

Não são poucas as ocorrências dessa violência no ambiente de trabalho, sempre abafadas pela pressão dos superiores ou pela ameaça de demissão da vítima ou do denunciante.

Para conter esse abuso à integridade de cidadãos e cidadãos, sugerimos a adição, na CLT, de dispositivos que passam a caracterizar como falta grave o assédio sexual.

Será também considerada falta grave a denúncia indevida do assédio sexual.

Garante-se, por seu turno, ao denunciante e à vítima do assédio sexual, estabilidade provisória que poderá ser convertida em indenização em dobro, a critério do empregado.

Finalmente, fica estabelecida o pagamento de uma multa, que será dobrada, em caso de reincidência.

Esperamos, desta forma, contar com o apoio dos nossos Pares, para a aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. –
Senadora **Benedita da Silva**, PT/RJ.

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto do Decreto-lei nº 5.452, de 1º-5-1943, atualizado e acompanhado de notas à Legislação Correlata, de Legislação Traba-

lista Especial, de Regimento Interno do TST (exceto), de Súmulas do STF, STJ, TFR (em matéria trabalhista) e do TST (Enunciados 1 a 344 e de Índices Sistemático da CLT, Numérico da Legislação e Alfabético-Remissivo da CLT, da Legislação Complementar e das Súmulas.

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

CAPÍTULO VII Da Estabilidade

Art. 492. O empregado que contar mais de 10 (dez) anos de serviço na mesma empresa não poderá ser despedido senão por motivo de falta grave ou circunstância de força maior, devidamente comprovadas.

(À Comissão de Assuntos Sociais –
decisão Terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O projeto, após a publicação, será remetido à comissão competente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.463-16, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
	PFL
Francelino Pereira	José Bianco
Waldeck Ornelas	Odacir Soares
	PMDB
Jáder Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PSDB
Geraldo Melo Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB
Valmir Campelo Regina Assumpção

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

José Carlos Aleluia Vilmar Rocha
João Mellão Neto Saulo Queiroz

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Sandro Mabel Albérico Filho
Adelaide Neri Marçal Filho

PSDB

Nelson Otoch Adroaldo Streck

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Aldo Arantes Alcides Modesto

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.469-21, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "autoriza a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante – FMM, em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro – LLOYD-BRÁS, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Hugo Napoleão José Agripino
Júlio Campos Odacir Soares

PMDB

Jáder Barbalho Gerson Camata
Nabor Júnior Carlos Bezerra

PSDB

Coutinho Jorge Geraldo Melo
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Roberto Pessoa Rubem Medina
José Carlos Coutinho José Carlos Aleluia

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Antônio Brasil Paulo Lustosa
Hélio Rosas Mauro Lopes

PSDB

Jovair Arantes Leônidas Cristino
Bloco (PT/PDT/PC do B)

Aldo Arantes Alcides Modesto

PV

Fernando Gabeira Gilney Viana (cessão)

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-9- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.473-34, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dá nova redação a dispositivos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Odacir Soares
Jonas PinheiroJoel de Hollanda
Vilson Kleinübing

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Regina Assumpção

Valmir Campelo

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Célia Mendes
Osmir LimaJairo Azi
Iberê Ferreira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Pedro Yves
Darcísio PerondiSaraiva Felipe
Confúcio Moura

PSDB

Fátima Pelaes

Flávio Ams

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PPB

Amaldo Faria de Sá

Valdenor Guedes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.475-30, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera as Leis nºs 8.019, de 11

de abril de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Jonas Pinheiro
Joel de HollandaJosé Bianco
José Alves

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Jefferson Peres

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

César Bandeira
Ursicino QueirozAntônio Geraldo
Augusto Viveiros

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Lídia Quinan
BarbalhoSaraiva Felipe
Teté Bezerra

PSDB

Sebastião Madeira

Márcia Marinho

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PTB

Arlindo Vargas

Chico da Princesa

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.479-31, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre o pagamento dos servidores civis e militares do Poder Executivo Federal, inclusive suas autarquias e fundações, bem como dos empregados das empresas públicas e das sociedades de economia mista, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Odacir Soares		Vilson Kleinübing
José Alves		Hugo Napoleão
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezera
	PSDB	
José Ignácio Ferreira		Lúcio Alcântara
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PPB	
Epitácio Cafeteira		Leomar Quintanilha

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Arolde de Oliveira		Roberto Pessoa
Costa Ferreira		Sérgio Barcellos
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
José Aldemir		Noel de Oliveira
Ary Kara		Nan Souza
	PSDB	
Edson Silva		Marinha Raupp
Bloco (PT/PDT/PC do B)		
Aldo Arantes		Alcides Modesto
	PL	
Antônio Joaquim Araújo		Eujácio Simões

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

- O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.480-33, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera dispositivos da Lei nº 8.911, de 11 de julho de 1994, para instituir os Décimos Incorporados, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
José Bianco		José Alves
Vilson Kleinübing		Francelino Pereira
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Jefferson Peres		Lúdio Coelho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Regina Assumpção		Valmir Campelo

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Manoel Castro		Átila Lins
João Mellão Neto		Augusto Viveiros
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Zaire Rezende		Pedro Irujo
Marcos Lima		Orcino Gonçalves
	PSDB	
Marcus Vicente		Adroaldo Streck

Bloco (PT/PDT/PC do B)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.481-52, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

João Rocha

Guilherme Palmeira

José Agripino

José Bianco

PMDB

Jader Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB

Carlos Wilson

Geraldo Melo

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Rubem Medina

Osório Adriano

Oscar Andrade

Benedito de Lira

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Alberto Goldman

Gonzaga Mota

Pedro Novais

Hermes Parcianello

PSDB

Luiz Carlos Hauly

Rommel Feijó

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.482-39, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre as alíquotas de contribuição para o Plano de Seguridade Social do servidor público civil ativo e inativo dos Poderes da União, das autarquias e das fundações públicas, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

José Bianco

Francelino Pereira

Freitas Neto

Hugo Napoleão

PMDB

Jader Barbalho

Gerson Camata

Nabor Júnior

Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola

Jefferson Peres

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Regina Assumpção

Valmir Campelo

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Jairo Carneiro

Laura Carneiro

Marilu Guimarães

Sérgio Barcellos

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Saraiva Felipe	Lídia Quinan
Luiz Dantas	Regina Lino PSDB
Pimentel Gomes	Candinho Mattos

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes	Alcides Modesto
--------------	-----------------

PV

Fernando Gabeira	Gilney Viana (cessão)
------------------	-----------------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.512-13, adotada em 8 de agosto de 1997, publicada no dia 11 do mesmo mês e ano e retificada em 12 de agosto de 1997, que "dá nova redação aos arts. 2º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e 2º da Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõem, respectivamente, sobre o crédito rural e sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares	Suplentes
------------------	------------------

PFL

Jonas Pinheiro	Júlio Campos
Joel de Hollanda	Freitas Neto

PMDB

Jader Barbalho	Gerson Camata
Nabor Júnior	Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho	Geraldo Melo
--------------	--------------

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra	Sebastião Rocha
--------------------	-----------------

PPB

Epitácio Cafeteira	Leomar Quintanilha
--------------------	--------------------

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Hugo Rodrigues da Cunha	Adauto Pereira
José Rocha	Jaime Fernandes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Silas Brasileiro	Oscar Goldoni
Dilso Sperafico	Valdir Colatto

PSDB

B. Sá	Ezídio Pinheiro
-------	-----------------

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes	Alcides Modesto
--------------	-----------------

PPB

Mário Cavallazzi	Cleonânio Fonseca
------------------	-------------------

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 17-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 26-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.520-11, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a novação de dívidas e responsabilidades do Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS; altera o Decreto-Lei nº 2.406, de 5 de janeiro de 1988, e as Leis nºs 8.004, 8.100 e 8.692, de 14 de março de 1990, 5 de dezembro de 1990, e 28 de julho de 1993, respectivamente; e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

Suplentes

PFL

Freitas Neto	Romero Jucá
Waldeck Ornelas	José Bianco

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Carlos Wilson

Beni Veras

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo

Regina Assumpção

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

César Bandeira
Aroldo CedrazBenedito de Lira
Rogério Silva

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Saraiva Felipe
Ricardo RiqueMarçal Filho
Aníbal Gomes

PSDB

Edson Silva

Nelson Marchezan

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PTB

Osvaldo Biolchi

Arlindo Vargas

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-9- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.554-18, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera os arts. 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 9º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução

nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes**

PFL

Odacir Soares
Waldeck OrnelasJosé Agripino
João Rocha

PMDB

Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra

PSDB

Lúdio Coelho

Beni Veras

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes**

PFL

Osvaldo Coelho
Ayres da CunhaRaimundo Santos
Paulo Lima

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Paulo Ritzel
Orcino GonçalvesNoel de Oliveira
Albérico Filho

PSDB

Anivaldo Vale

Roberto Rocha

Bloco (PT/PDT/PCdoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PSB

Pedro Valadares

Nilson Gibson

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-9- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.559-16, adota-

da em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "altera a legislação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****PFL**João Rocha
José AlvesOdacir Soares
José Bianco**PMDB**Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra**PSDB**

Coutinho Jorge

Lúcio Alcântara

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PTB

Regina Assumpção

Valmir Campelo

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PFL**Osório Adriano
Eliseu ResendeAroldo Cedraz
Mussa Demes

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Hermes Parcianello
Nan SouzaJurandyr Paixão
Colbert Martins**PSDB**

Firmo de Castro

Roberto Brant

Bloco (PT/PDT/PCDoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PL

Luiz Buaiz

Welinton Fagundes

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.562-8, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "define diêtrizes e incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES**Titulares****Suplentes****PFL**Waldeck Ornelas
José AgripinoBello Parga
José Alves**PMDB**Jader Barbalho
Nabor JúniorGerson Camata
Carlos Bezerra**PSDB**

Beni Veras

Carlos Wilson

Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra

Sebastião Rocha

PPB

Epitácio Cafeteira

Leomar Quintanilha

DEPUTADOS**Titulares****Suplentes****PFL**Vilmar Rocha
Iberê FerreiraCésar Bandeira
Expedito Júnior

Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)

Neuto de Conto
Lobo Carlos ApolinárioNair Xavier
Marcos Lima**PSDB**

Pimentel Gomes

Olávio Rocha

Bloco (PT/PDT/PCDoB)

Aldo Arantes

Alcides Modesto

PPS

Sérgio Arouca

Augusto Carvalho

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.567-6, adotada em 8 de agosto de 1997 e publicada no dia 11 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos-Leis nºs 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das Lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a comissão mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares		Suplentes
	PFL	
Romeu Tuma		Francelino Pereira
Edison Lobão		Gilberto Miranda
	PMDB	
Jader Barbalho		Gerson Camata
Nabor Júnior		Carlos Bezerra
	PSDB	
Carlos Wilson		Coutinho Jorge
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)		
José Eduardo Dutra		Sebastião Rocha
	PTB	
Valmir Campelo		Regina Assumpção

DEPUTADOS

Titulares		Suplentes
	PFL	
Valdomiro Meger		Ademir Cunha
Talvane Albuquerque		Jaime Fernandes
Bloco (PMDB/PSD/PSL/PRONA)		
Rita Camata		Udson Bandeira
Hélio Rosas		Marçal Filho
	PSDB	
Feu Rosa		Alzira Ewerton
Bloco (PT/PDT/PCdoB)		
Aldo Arantes		Alcides Modesto

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 13-8-97- Designação da comissão mista;

Dia 14-8-97- Instalação da comissão mista;

Até 16-8-97- Prazo para recebimento de emendas e para a comissão mista emitir o parecer sobre a admissibilidade;

Até 25-8-97- Prazo final da comissão mista;

Até 9-9-97- Prazo no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Será feita, assim, a comunicação à Câmara dos Deputados.

Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 552, de 1997, do Senador Osmar Dias e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 160 do Regimento Interno, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do dia 16 de outubro próximo seja dedicado a homenagear o Dia Mundial da Alimentação.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 550, do Senador José Roberto Arruda e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 20 de agosto próximo seja dedicado a homenagear o Dia do Maçom.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em sessão anterior foi lido o Requerimento nº 547, de 1977, do Senador Lúcio Alcântara e outros Srs. Senadores, solicitando, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199 do Regimento Interno, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão de 21 de agosto próximo seja dedicado a homenagear o sociólogo Herbert de Souza (Betinho).

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte.

REQUERIMENTO Nº 567, DE 1997

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do art. 160, combinado com o art. 199, do Regimento Interno, que o tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão do próximo dia 14 seja dedicado a homenagear a memória do sociólogo Herbert de Souza, o "Betinho", Alterando assim, a data prevista no Requerimento nº 547, de 1997.

Sala das Sessões, 12 de agosto de 1997. –
Lúcio Alcântara – Benedita da Silva – Ademir Andrade – José Eduardo Dutra – Abdias Nascimento – Lucídio Portella – Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Como o Plenário acaba de tomar conhecimento, havia o requerimento do Senador Lúcio Alcântara para que a Hora do Expediente do dia 21 fosse dedicada ao sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Há também outro requerimento do próprio Senador Lúcio Alcântara pedindo que essa homenagem seja antecipada para o dia 14, amanhã.

Os Srs. Senadores que os aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovados.

Assim, a Hora do Expediente da sessão de amanhã será dedicada à memória do sociólogo Herbert de Souza, podendo os Srs. Senadores, que desejarem falar, se inscreverem na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidos os seguintes

REQUERIMENTO Nº 568, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, parágrafo 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro sejam solicitadas ao Ministério de Minas e Energia as seguintes informações:

1 – Para quem foi dada a concessão e autorização para construção da Usina de Jatapú e con-

seqüente geração de energia, no Estado de Roraima?

2 – Qual a utilização prevista na concessão para a energia elétrica produzida na referida usina?

3 – Se pode ser feita a comercialização desta energia, com que objetivo, e para que fins?

4 – Em podendo ser comercializada a energia da Usina de Jatapú, no Estado de Roraima, quais valores que deverão balizar a sua cobrança ao público?

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. –
Senador **Romero Jucá.**

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 569, DE 1997

Requeiro, nos termos do artigo 50, § 2º da Constituição Federal, combinado com os arts. 215 e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministério do Planejamento e Orçamento, as seguintes informações no âmbito do Programa Federal de Privatização:

a) quais os entes públicos que foram privatizados;

b) data das privatizações;

c) valor em Real e em US\$ de cada privatização;

d) valor já recebido em cada privatização, bem como o cronograma dos futuros recebimentos;

e) composição acionária de cada grupo comprador;

f) indicar os grupos, por nacionais e não nacionais, com os respectivos percentuais na composição acionária, dentro de cada grupo comprador.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. –
Senador **Gilberto Miranda.**

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Os requerimentos lidos serão despachados à Mesa, para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Passa-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1996

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, tendo

Parecer sob nº 274, de 1997, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do disposto no art. 358, in fine, do Regimento, a matéria constará na Ordem do Dia durante cinco dias úteis em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição da Casa.

Transcorre hoje o segundo dia de discussão, em primeiro turno.

Em discussão a proposta e a Emenda nº 1 da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a discussão terá prosseguimento na próxima sessão deliberativa ordinária.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Itens 2 e 3:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996)

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à

Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 390, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Beni Veras, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo) que oferece, com voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996)

Segundo dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire e outros Srs. Senadores, que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

A Presidência esclarece ao Plenário que, nos termos do Regimento, a matéria constará da Ordem do Dia durante cinco dias úteis, em fase de discussão, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço, no mínimo, da composição da Casa.

Na sessão deliberativa ordinária de ontem foram apresentadas seis emendas à proposição. Transcorre hoje o segundo dia, em primeiro turno.

Sobre a mesa, outras emendas que serão lidas pelo Sr. 1º-Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

São lidas as seguintes emendas

EMENDA Nº 8 - PLEN

Modifique-se a redação conferida ao art. 3º do Substitutivo do Relator à PEC nº 33, de 1996, pela seguinte redação:

* “Art. 3º Fica assegurada:

I - a concessão de aposentadoria e pensão, nas condições previstas na legislação vigente à data da publicação desta Emenda, aos que, até essa data, tenham cumprido os requisitos para obtê-la;

II - a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência previsto no art. 40 aos que, até a data da publicação desta Emenda, acumulem proventos de aposentadoria, observado o disposto no art. 40, § 12.”

JUSTIFICAÇÃO

O Substitutivo do Relator à PEC nº 33, de 1996, mantém o teto constitucional estipulado no art. 7º, XI, da Constituição Federal e estabelece que tal limite máximo aplica-se não apenas aos rendimentos dos servidores ativos, mas também aos proventos de aposentadoria e às pensões.

Além disso, veda a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do regime de previdência do servidor público, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição, cuja soma fica limitada ao mencionado teto constitucional.

A presente emenda, vinculada a esse último critério, visa respeitar o direito adquirido daqueles que estiverem percebendo mais de um provento de aposentadoria, na data da publicação da Emenda Constitucional (o Substitutivo já autoriza a acumulação de pensão com outro rendimento do servidor ativo ou inativo).

Vale ressaltar que a soma dessas aposentadorias deverá observar o disposto no art. 40, § 12, proposto no Substitutivo. Ou seja, não poderá ultrapassar o teto constitucional estabelecido no art. 37, XI, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997

Lucídio Portella
Onofre Quinan
João Rocha
Leomar Quintanilha
Guilherme Palmeira
Renan Calheiros
João Alves
Fernando Bezerra
Waldeck Ornelas
Esperidião Amin
Marluce Pinto
Casildo Maldaner
João França
Ronaldo Cunha Lima
Júlio Campos
Sebastião Rocha

Otoniel Machado
Jonas Pinheiro
Carlos Bezerra
Levy Dias
Ernandes Amorim
Nabor Júnior
Hugo Napoleão
Edison Lobão
José Agripino
Artur da Távola
Júnia Marise
Flaviano Melo
Carlos Patrocínio
Bello Parga
Mauro Miranda
José Bianco
Odacir Soares

EMENDA Nº 9 - PLEN

Dê-se ao art. 18 a seguinte redação:

Art. 18. Os limites máximos de contribuição e de benefícios para o regime geral de previdência serão equivalentes a dez vezes o piso de benefícios da previdência social.

JUSTIFICAÇÃO

É imprescindível a fixação de um teto para os salários de contribuição e de benefícios, de forma a que, de um lado não se onere em demasia o contribuinte e, de outro, que não haja um achatamento dos benefícios de maneira a transformar um benefício de natureza atuarial em simples benefício de assistência social, igual ou pouco superior ao salário-mínimo. A emenda que ora propomos supera os entraves de natureza constitucional, no sentido de que esse limite venha a ser estabelecido em número de salários mínimos -- com o que se incidiria em vinculação inconstitucional. Outrossim, a proposição evita o grave inconveniente constante do substitutivo da CCJ de se dispor sobre essa questão com o estabelecimento, em sede constitucional, de um determinado valor monetário, o que é simplesmente inusitado. Por tais motivos, confiamos no acolhimento desta emenda.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

José Eduardo Dutra
Casildo Maldaner
Sebastião Rocha
José Alves
Benedita da Silva
Júnia Marise
Carlos Wilson
Abdias Nascimento
Roberto Freire
Eduardo Suplicy
Esperidião Amin
José Fogaça
Emilia Fernandes
Marina Silva
Antonio Carlos Valadares
Júlio Campos
Lauro Campos

Ademir Andrade
Romeu Tuma
Ernandes Amorim
Roberto Requião
Osmar Dias
Regina Assumpção
José Bianco
Ronaldo Cunha Lima
Bello Parga
Lúcio Alcântara
Flaviano Melo
Jefferson Péres
Levy Dias
Ney Suassuna
Artur da Távola
Renan Calheiros
Gilberto Miranda

EMENDA Nº 10 - PLEN

Dê-se à alínea "a" do inciso III do § 2º do art. 40, com a redação dada pelo art. 1º da emenda substitutiva, o seguinte teor redacional:

"trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta, se mulher, com a concessão do benefício condicionada à observância do disposto no § 4º e a critérios que considerem, simultaneamente, a idade e remuneração do segurado, conforme dispuser a lei;"

JUSTIFICAÇÃO

O sistema previdenciário é onde se deve realizar o princípio de equidade com maior clareza. Assim, se considerarmos correta a fixação de uma idade mínima, essa deve ser inversamente proporcional à renda do segurado, pois é sabido que às menores remunerações correspondem maior desgaste da força de trabalho e maiores necessidades de subsistência. Neste caso, tratando-se da concessão do benefício para servidor, procuramos ajustar a formulação ao novo regramento de "paridade", conforme orientação do § 4º do art. 40, com a redação dada pelo art. 1º do substitutivo. Por isso, confiamos no acolhimento desta subemenda.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

José Eduardo Dutra
Júlio Campos
Lúcio Alcântara
Roberto Requião
Casildo Maldaner
Esperidião Amin
Antonio Carlos Valadares
Bello Parga
José Fogaça
Osmar Dias
Lauro Campos
Júnia Marise
Ademir Andrade
Ronaldo Cunha Lima
Marina Silva

Romeu Tuma
José Bianco
Emilia Fernandes
Ernandes Amorim
Regina Assumpção
José Alves
Flaviano Melo
Jefferson Péres
Roberto Freire
Levy Dias
Vilson Kleinübing
Gilberto Miranda
Ney Suassuna
Artur da Távola
Renan Calheiros

EMENDA Nº 11 - PLEN

Dê-se ao § 1º do art. 40, e ao inciso II do art. 195, da Constituição Federal, na forma proposta no ar. 1º do Substitutivo do Relator, as seguintes redações:

“Art. 40

.....

§ 1º As aposentadorias e pensões serão custeadas com recursos provenientes das contribuições dos servidores e pensionistas e do respectivo ente estatal, na forma da lei, não incidindo contribuição sobre aposentadoria por invalidez e aposentadoria e pensão igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201.

.....

Art. 195

.....

II - do trabalhador e dos demais segurados da previdência social, não incidindo contribuição sobre aposentadoria por invalidez e aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social de que trata o art. 201;

JUSTIFICATIVA

O conjunto dos servidores públicos que se aposentaram por invalidez, cujos proventos podem ser integrais - pelas moléstias especificadas em lei - e proporcionais, compreende uma parcela de menor número no universo da previdência social.

Em um segundo momento temos que em sua maior parte são servidores que percebem proventos de menor escala de valores, e, de regra, dependem de auxílio da família para a manutenção de sua vida ou mesmo para custear seus tratamentos.

Evidente que a previdência não deve continuar exigindo contribuição de um servidor incapacitado de exercer uma nova atividade laboral.

A história recente da previdência social - a reforma é justificada nesse fundamento - mostra que os proventos e as pensões não mantêm o *status quo* do servidor contribuinte forçando-o a exercer outras atividades após aposentado. Certo é que as contribuições já não suportam o nível de benefícios, mas, para isso, a proposta inova ao rejeitar contagem ficta de tempo de serviço, e forçando a contagem de tempo de contribuição como exclusiva para efeito de aquisição de direitos.

Os aposentados por invalidez merecem, no Brasil, um tratamento diferenciado, mesmo porque assim são considerados pelo poder público quando os aposenta. Os programas governamentais para auxiliar ou readaptar deficientes e inválido não têm logrado êxito, daí que a isenção que propomos é merecedora da anuência do Congresso Nacional.

A argumentação prestante a fundamentar a emenda para o servidor alcança maior significado quando se trata do setor privado onde o nível geral dos proventos são ainda mais reduzidos.

Assim preferimos propor alterações tanto no art. 40, referente ao servidor público quanto no art. 195, referente ao empregado em geral.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.
Ronaldo Cunha Lima
Regina Assumpção
Carlos Patrocínio

Júnia Marise
Coutinho Jorge
Esperidião Amin
Osamar Dias

Roberto Requião
Ney Suassuna
Lúcio Alcântara
Valmir Campelo
Levy Dias
José Eduardo
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Casildo Maldaner
Ademir Andrade
Romero Jucá

Ernandes Amorim
José Bianco
Carlos Wilson
José alves
José Agripino
Bello Parga
José Eduardo Dutra
João França
Flaviano Melo
Júlio Campos

EMENDA Nº 12 - PLEN

Dê-se ao artigo 1º do Substitutivo a seguinte redação:

.....
“Art. 40 -

“§ 4.º - Os proventos de aposentadoria, por ocasião de sua concessão, serão calculados com base na remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria e, na forma da lei complementar, corresponderão.”

.....
“§ 8.º - Lei complementar disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento de servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime.”

.....
“§ 9º - Observado o disposto no art. 37, XI, lei complementar disciplinará o reajustamento dos proventos de aposentadoria e das pensões, que serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que houver modificação da remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens concedidas aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão.”

“Art. 201 - A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial, e atenderá, nos termos da lei complementar, a:”

JUSTIFICATIVA

Os acréscimos sugeridos aos dispositivos constantes do art. 1º do Substitutivo visam regular de maneira uniforme as diversas matérias no texto contidas, disciplinando-as por lei complementar, tal como já previsto nos artigos 42 § 9º, 202 e 248.

Assim, fica estabelecido aos servidores públicos civis (art. 40) e aos inseridos no regime geral de previdência (art. 201) o mesmo tratamento dispensado para os servidores públicos militares (art. 42 § 9º), para os que optarem pelo regime de previdência privada (art. 202) e para os que exercem mandato eletivo (art. 248).

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Jefferson Péres
Coutinho Jorge
Mauro Miranda
Casildo Maldaner
Benedita da Silva
Roberto requião
Romeu Tuma
Jonas Pinheiro
Valmir Campelo
Ney Suassuna
Bernardo Cabral
Júlio Campos
Regina Assumpção
Lauro Campos

Onofre Quinan
Carlos Patrocínio
Lucio Alcântara
José Bianco
Fernando Bezerra
Nabor Júnior
Joel de Hollanda
Francelino Pereira
Sebastião Rocha
Júnia Marise
Levy Dias
Eduardo Suplicy
José Eduardo Dutra
Marluce Pinto
Edison Lobão

EMENDA Nº 13 - PLEN

Dê-se ao § 8º do art. 40 da Constituição Federal, na forma proposta no ar. 1º do Substitutivo, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a seguinte redação:

Art. 40

.....

§ 8º Lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido, ressalvada a pensão decorrente do falecimento do servidor cuja remuneração ou proventos seja igual ou inferior ao limite estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201, a qual observará as normas de proporcionalidade estabelecidas para esse regime e no § 4º deste artigo.

Justificativa

O objetivo é, mantendo todo o espírito do projeto, assegurar à pensão no mesmo nível dos proventos, fixando, desta forma, uma continuidade do padrão de vida do servidor .

A adoção da regra do § 4º do mesmo artigo define o mesmo tratamento remuneratório dispensado aos aposentados com redução da pensão no mesmo patamar relativo aos inativos.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Ronaldo Cunha Lima
Regina Assumpção
Carlos Patrocínio
Júnia Marise
Coutinho Jorge
Esperidião Amin
Osmar Dias
Roberto Requião
Ney Suassuna
Lucio Alcântara
Valmir Campelo
Levy Dias
José Eduardo
Jader Barbalho

Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Casildo Maldaner
Ademir Andrade
Romero Jucá
Ernandes Amorim
José Bianco
Carlos Wilson
José Alves
José Agripino
Bello Parga
José Eduardo Dutra
João França
Flaviano Melo
Júlio Campos

EMENDA Nº 14 - PLEN

Substitua-se o § 8º, do art. 40, constante do art. 1º do Substitutivo, da PEC 33/96, pela seguinte redação:

"Art. 40

§ 8º - Lei disporá sobre a concessão do benefício de pensão por morte, que não será inferior ao valor correspondente aos proventos do servidor, observado o disposto no § 4º deste artigo."

JUSTIFICAÇÃO

Inexistia nesta PEC um critério para balizar a fixação da pensão por morte. Isto poderia levar ao estabelecimento de pensões irrisórias, que prejudicariam a família do servidor falecido.

A adoção da regra do § 4 do artigo define o mesmo tratamento remuneratório dispensado aos aposentados com redução da pensão no mesmo percentual relativo aos inativos que percebem salários maiores.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Júnia Marise
Sebastião Rocha
Abdias Nascimento
Neu Suassuna
Benedita da Silva
Jonas Pinheiro
Carlos Patrocínio
Levy Dias
Eduardo Suplicy
Lauro Campos
Regina Assumpção
Jefferson Péres
Ramez Tebet
Valmir Campelo
José Eduardo Dutra

Roberto Requião
Coutinho Jorge
José Eduardo
Lucídio Portella
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Carlos Wilson
Artur da Távola
Joel de Hollanda
Ademir Andrade
Júlio Campos
José Alves
Ernandes Amorim
Odacir Soares
José Bianco

EMENDA Nº 15 - PLEN

Altere-se o § 9º do art. 42, proposto pelo art. 1º.

"§ 9º Lei complementar específica disporá sobre o regime previdenciário próprio para os servidores militares, que deverá refletir suas peculiaridades profissionais, observado, no que couber, o disposto nos §§ 1º, 2º, 3º 4º, 8º e 9º do art. 40."

JUSTIFICAÇÃO

O sistema previdenciários dos servidores militares deve obedecer, no que couber, as mesmas regras aplicáveis aos servidores civis. As peculiaridades dos militares devem ser contempladas na legislação, notadamente as regras relativas à aposentadoria compulsória e especial que compensem as características próprias do serviço em atividade militar efetiva.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

José Eduardo Dutra
Júnia Marise
Roberto Freire
Ramez Tebet
Artur da Távola
Ronaldo Cunha Lima
Abdias Nascimento
Benedita da Silva
Jonas Pinheiro
Carlos Bezerra
Onofre Quinan
Gilberto Miranda
Otoniel Machado
Odacir Soares

Ademir Andrade
Levy Dias
Carlos Wilson
Jader Barbalho
Ernandes Amorim
João França
José Bianco
Joel de Hollanda
Regina Assumpção
João Rocha
Júlio Campos
Lauro Campos
Coutinho Jorge
Renan Calheiros

EMENDA Nº 16 - PLEN

Inclua-se no inciso VI, do art. 93, constante do art. 1º do Substitutivo da PEC 33/96 no final do inciso a expressão "no que couber."

"Art. 93

VI - A aposentadoria dos membros da magistratura e a pensão de seus dependentes observarão o disposto no art. 40, no que couber."

JUSTIFICAÇÃO

Tratando-se de matéria de iniciativa do STF, o acréscimo da expressão "no que couber" visa resguardar a hierarquia legislativa, compatibilizando, dessa forma, o art. 40 e seus parágrafos, com o disposto no art. 93.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Júnia Marise
Sebastião Rocha
Abdias Nascimento
Ney Suassuna
Benedita da Silva
Jonas Pinheiro
Carlos Patrocínio
Levy Dias
Eduardo Suplicy
Lauro Campos
Otoniel Machado
Jefferson Péres
Ramez Tebet
Valmir Campelo
José Eduardo Dutra

Roberto Requião
Coutinho Jorge
José Eduardo
Lucídio Portella
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Carlos Wilson
Artur da Távola
Joel de Hollanda
Ademir Andrade
Júlio Campos
José Alves
Ernandes Amorim
Odacir Soares
José Bianco

EMENDA Nº 17 - PLEN

Altere-se o inciso X do art. 167, proposto pelo art. 1º.

"Art.167.

.....

X - a utilização dos recursos provenientes das contribuições sociais de que trata o art. 195, ***para a realização de despesas distintas do pagamento de benefícios, custeio e financiamento da seguridade social.***"

JUSTIFICAÇÃO

A redação dada ao art. 167 X fortalece uma concepção que é contrária à definição de seguridade social, ou seja, **especializa fontes de custeio** da seguridade, perdendo de vista a responsabilidade de toda a sociedade. Os benefícios previdenciários e assistenciais são custeados, assim como a saúde, pelo somatório de contribuições e

também pelo Tesouro. Não podemos admitir, portanto, que por meio desse artifício se venha a invalidar a concepção assumida pela Carta de 1988.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

José Eduardo Dutra
Júnia Marise
Roberto Freire
Ramez Tebet
Artur da Távola
Ronaldo Cunha Lima
Abdias Nascimento
Benedita da Silva
Jonas Pinheiro
Carlos Bezerra
Onofre Quinan
Gilberto Miranda
Otoniel Machado
Odacir Soares

Ademir Andrade
Levy Dias
Carlos Wilson
Jader Barbalho
Ernandes Amorim
João França
José Bianco
Joel de Hollanda
Regina Assumpção
João Rocha
Júlio Campos
Lauro Campos
Coutinho Jorge
Renan Calheiros

EMENDA Nº 18 - PLEN

Art. 1º - Dê-se ao inciso I, do artigo 201, do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a seguinte redação:

Artigo 201.....

I - cobertura dos eventos de doença, invalidez, morte e idade avançada.

Art. 2º - Dê-se ao § 10º, do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, a seguinte redação:

Artigo 201.....

§ 10 - Lei disporá sobre o seguro de acidentes do trabalho, operado, concorrentemente, pela previdência social e pelas seguradoras privadas.

JUSTIFICATIVA

A presente emenda tem por objetivo, fundamentalmente, flexibilizar o monopólio estatal do seguro de acidentes do trabalho.

Essa flexibilização, todavia, não alija o Estado, através da Previdência Social, de operar com o seguro de acidentes do trabalho. Continuará operando com o seguro concorrentemente com as seguradoras privadas.

O § 10º, do Substitutivo da CCJC, remete à legislação infra-constitucional a regulamentação da **"participação do regime geral da previdência e do seguro privado na cobertura do risco de acidente do trabalho"**.

Não obstante, com a redação dada ao caput do artigo 201, combinado com o inciso I do substitutivo, mantém-se, ao que parece, a responsabilidade exclusiva da previdência social pública quanto ao seguro de acidentes de trabalho, restando à iniciativa privada operar apenas complementarmente.

Na proposta de flexibilização do monopólio estatal, busca-se, basicamente, reverter o atual quadro em que o Brasil situa-se, disparadamente, como campeão mundial em acidentes do trabalho.

Essa flexibilização do monopólio não retira, entretanto, os demais direitos do trabalhador e seus dependentes, como a pensão, cujos benefícios independem da natureza dos eventos que os geram.

O Senador José Ignácio, em sua emenda nº 59, não acolhida na CCJC, menciona os números coligidos pela própria Previdência Social que registram a ocorrência, em 1995, de 424.137 acidentes, dos quais 3.967 foram fatais. E compara o Brasil com outros países desenvolvidos quanto às vítimas fatais em 1995:

— Brasil	3.967 mortes
— Alemanha	2.840 mortes
— Estados Unidos	2.820 mortes
— Japão	2.250 mortes
— França	1.060 mortes
— Canadá	660 mortes
— Inglaterra	250 mortes

O exercício saudável da competição na operação do seguro trará os seguintes benefícios, entre outros:

1. Forçará a prevenção de acidentes do trabalho pela formulação atuarial risco a risco.
2. Propiciará ao trabalhador e/ ou a seus beneficiários indenizações em casos de invalidez permanente ou morte.
3. Desonerará a previdência social de ônus de diárias de inatividade.
4. Desonerará o SUS - Sistema Único de Saúde - das despesas médico-hospitalares.
5. A questão, melhor tratada, reduzirá o chamado CUSTO-BRASIL.

É bom registrar que as seguradoras privadas são fiscalizadas pela SUSEP quanto ao desempenho econômico-financeiro e, também, no que tange ao resgate de suas obrigações.

Ademais, a legislação ordinária disciplinará a operacionalização do seguro de acidentes do trabalho pela previdência social e pelas seguradoras privadas.

Por fim, cabe assinalar que a obrigatoriedade da contratação do seguro está capitulada no inciso XXVIII, do artigo 7º, da Constituição Federal.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Gilberto Miranda
Hugo Napoleão
Jader Barbalho
José Roberto Arruda
Levy Dias
Valmir Campelo
Romeu Tuma
Joel de Hollanda
Júlio Campos
Jonas Pinheiro
Bello Parga
Carlos Bezerra
João França
Lucídio Portella

Leomar Quintanilha
Renan Calheiros
Sebastião Rocha
José Agripino
Marluce Pinto
Coutinho Jorge
João Rocha
Casildo Maldaner
Júnia Marise
José Ignácio Ferreira
Mauro Miranda
Elcio Alvares
Carlos Patrocínio

EMENDA Nº 19 - PLEN

Dê-se ao inciso I do § 7º do art. 201, com a redação dada pelo art. 1º da emenda substitutiva, a seguinte redação:

“trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta, se mulher, com a concessão do benefício condicionada a critérios que considerem, simultaneamente, a idade e remuneração do segurado, conforme dispuser a lei;”

JUSTIFICAÇÃO

O sistema previdenciário é onde se deve realizar o princípio de equidade com maior clareza. Assim, se considerarmos correta a fixação de uma idade mínima, essa deve ser inversamente proporcional à renda do segurado, pois é sabido que às menores remunerações correspondem maior desgaste da força de trabalho e maiores necessidades de subsistência. Por isso, confiamos no acolhimento desta subemenda.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

José Eduardo Dutra
Júlio Campos
Lúcio Alcântara
Roberto Requião
Casildo Maldaner
Esperidião Amin
Antonio Carlos Valadares
Bello Parga
José Fogaça
Osmar Dias
Lauro Campos
Júnia Marise
Ademir Andrade
Ronaldo Cunha Lima
Marina Silva

Romeu Tuma
José Bianco
Emilia Fernandes
Ernandes Amorim
Regina Assumpção
José Alves
Flaviano Melo
Jefferson Péres
Roberto Freire
Levy Dias
Vilson Kleinübing
Gilberto Miranda
Ney Suassuna
Artur da Távola
Renan Calheiros

EMENDA Nº 20 - PLEN

Dê-se ao art. 249 a seguinte redação, suprimindo-se, em consequência, o art. 250.

“Com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de benefícios de assistência social, inclusive renda mínima de cidadania, em adição aos recursos do orçamento da seguridade social, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados por bens, direitos e ativos de qualquer natureza, mediante lei específica, que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos”.

JUSTIFICAÇÃO

É inegável que essa reforma não toma por referência o conceito de seguridade social, inscrito na Constituição. Nesse sentido, procurando reafirmá-lo, propomos que a boa idéia do fundo ora proposto seja modificada, para que esse acervo patrimonial, que pertence a todos os brasileiros, seja destinado à cobertura de benefícios assistenciais, especialmente renda mínima de cidadania, na forma que a legislação infraconstitucional dispuser, o que cumpriria dois objetivos: dar maior abrangência para o fundo, o que é medida de justiça social e viabilizar

mecanismos de incorporação ativa dos cidadãos à vida do País, ,
sem o que a democracia seria apenas formal.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

Ademir Andrade
Eduardo Suplicy
Ernandes Amorim
Otoniel Machado
Marina Silva
Júnia Marise
Odacir Soares
Jefferson Péres
Benedita da Silva
José Eduardo Dutra
Ramez Tebet
João Rocha
Abdias Nascimento
Lauro Campos
José Agripino
Roberto Requião
Coutinho Jorge

Roberto Freire
Mauro Miranda
Gerson Camata
Valmir Campelo
Regina Assumpção
Guilherme Palmeira
João França
Marluce Pinto
Casildo Maldaner
Romeu Tuma
Romero Jucá
Onofre Quinan
Júlio Campos
Jonas Pinheiro
Sebastião Rocha
Antonio Carlos Valadares
José Alves

EMENDA Nº 21 - PLEN

Acrescente-se o seguinte artigo no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias:

Art. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir ou manter regime de previdência pelo exercício de mandato eletivo, bem como contribuir direta ou indiretamente, a qualquer título, para o seu custeio.

Parágrafo único Fica extinto o Instituto de Previdência dos Congressistas - IPC, criado pela Lei n. 4.284, de 20 de novembro de 1963 e regido pela Lei n. 7.087, de 29 de dezembro de 1982, sendo sucedido, nos termos da lei que dispuser sobre sua liquidação, em todos os direitos e obrigações, pela União, por intermédio da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, os quais assumirão, mediante recursos orçamentários próprios, a concessão e manutenção dos benefícios, preservados os direitos adquiridos e assegurado, alternativamente, o ressarcimento de contribuições recolhidas pelos segurados,

atualizadas monetariamente, mês a mês, pelos índices de remuneração das cadernetas de poupança, até sessenta dias após a data da liquidação.

JUSTIFICAÇÃO

O argumento central em todo o debate sobre a reforma da Previdência tem sido o de acabar com distorções e privilégios. Efetivamente, não estará o Congresso Nacional dando o melhor exemplo, se "não cortar na própria carne". Com que autoridade poderão os parlamentares denunciar abusos, se não demonstram que são capazes de abolir o regime especial de aposentadoria, em decorrência do mandato eletivo? Como podem introduzir como requisitos a combinação de idade mínima de 60 anos e 35 de contribuição, se deputados e senadores tornam-se "pensionistas" com idade mínima de 50 anos e apenas 8 de contribuição? Valeria, em sentido contrário, a regra do ditado popular: "farinha pouca, meu pirão primeiro"?

Note-se que essa emenda é apenas uma restauração da proposição original oferecida à consideração do Congresso Nacional pelo Presidente da República.

A extinção do IPC, por sua vez, é corolário do acatamento da emenda. Atente-se para o fato de que, tal como posta, a emenda resguarda os direitos adquiridos e as expectativas de direito, tendo em conta que, no caso dos parlamentares, na condição de segurados obrigatórios, contribuíram compulsoriamente com a manutenção do IPC. De sua extinção derivarão, certamente, as das caixas previdenciárias de igual natureza mantidas pelos demais entes político-administrativos.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1997.

José Eduardo Dutra
Sebastião Rocha
Eduardo Suplicy
José Alves
Lucio Alcântara
Emilia Fernandes
Ronaldo Cunha Lima
Júnia Marise
Artur da Távola
José Fogaça
Ernandes Amorim
Júlio Campos

Bello Parga
Roberto Requião
Osmar Dias
José Bianco
Abdias Nascimento
Antonio Carlos Valadares
Casildo Maldaner
Benedita da Silva
Carlos Wilson
Roberto Freire
Gilberto Miranda
Marina Silva

Lauro Campos
Ademoir Andrade
Romeu Tuma
Flaviano Melo
Renan Calheiros
Vilson Kleinübing
Regina Assumpção
Ney Suassuna
Levy Dias
Esperidião Amin
Jefferson Péres

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão, em conjunto, as propostas e as emendas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Concedo a palavra a V. Ex^a para discutir.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA (Bloco/PDT-AP. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo, através da grande mídia, tem colocado que as reformas são necessárias para manter a estabilidade da moeda, e que sem elas o Plano Real está fadado ao insucesso.

Argumenta também a propaganda oficial que é necessário eliminar privilégios, como, por exemplo, o fato de os servidores públicos inativos serem beneficiados pela chamada paridade, isto é, terem os seus proventos revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos os benefícios e vantagens concedidas aos que ainda não se aposentaram.

Sobre o primeiro argumento, tão alardeado nos meios de comunicação, ele é do tipo daquele que dizia que a eliminação do déficit público é condição essencial para combater a inflação. Hoje o déficit público é da ordem de R\$28,3 bilhões, e a inflação anual não chega aos 10%.

Não há um só argumento que demonstre que o sucesso do Plano Real dependa de eventual redução de despesas a serem alcançadas com a aprovação das reformas da Previdência e Administrativa.

Quanto à eliminação de privilégios, o que realmente pretende o Governo é destruir a previdência pública, privatizando-a, para estabelecer a previdência privada nas mãos dos grandes bancos e instituições financeiras. Para isso, a essência da proposta do Governo está na substituição do conceito de seguridade social da Constituição de 1988. Um conceito amplo, em que a sociedade no seu conjunto se responsabiliza, coletivamente, pela perda da capacidade laborativa, seja por velhice, seja por doença, por outro conceito, o conceito de seguro social, pelo qual só receberá o benefício quem pagar; quem não pagar não o receberá. É a concepção de que cabe ao indivíduo, e tão-somente a ele, a sua sustentação em períodos de infortúnio e velhice.

Isso explica a necessidade imperiosa do Governo de mudar o conceito de aposentadoria por

tempo de serviço pelo conceito de aposentadoria por tempo de contribuição; de dar ênfase ao chamado equilíbrio financeiro e atuarial, exigências típicas do seguro social.

Deve-se recordar que, no início das discussões na Câmara dos Deputados, as duas grandes centrais, a Força Sindical e a CUT, pronunciaram-se de forma inequívoca pelo conceito de tempo de serviço e não por tempo de contribuição.

Havia, do ponto de vista da sociedade, uma movimentação muito grande em torno da suspeita de que se tentava privatizar a Previdência; passar do conceito de seguridade social para o de seguro social a fim de exatamente fortalecer no País uma previdência privada nas mãos das grandes instituições financeiras. Era uma denúncia que se estava avolumando quando, em determinado momento, se processaram negociações, por intermédio das centrais sindicais, e se tentaram acordos que desviaram os rumos, possibilitando que, naquele momento, o Governo retornasse à ofensiva pela mídia. Utilizando-se de estatísticas falsas e de uma argumentação que tinha e tem na palavra-chave "privilégio" o centro de sua campanha contra os direitos previdenciários dos trabalhadores, estabelecidos na Constituição de 88, o Governo logrou aprovar, na Câmara dos Deputados, a substituição do conceito de aposentadoria por tempo de serviço por tempo de contribuição.

Mesmo assim, na Câmara dos Deputados, foi mantido o teto de dez salários mínimos e os principais direitos dos servidores públicos.

O Governo, derrotado na Câmara nos principais pontos de sua proposta de "reforma" da Previdência, procura agora, com o Substitutivo do Senador Beni Veras, retomar à sua proposta original. Prossegue, por intermédio de uma mídia que lhe é servil, na campanha contra os "privilégios".

Volta-se contra o fato de o servidor público se aposentar recebendo proventos integrais, ganhando, na inatividade, como se estivesse no serviço ativo, conquista de alta relevância, pois as despesas daqueles que se aposentam não se reduzem. Ao contrário, como regra, as despesas com a saúde, especialmente com a compra de medicamentos, são quase que inevitáveis na velhice.

Na campanha contra os "privilégios", os servidores públicos são comparados com os trabalhadores do setor privado, do regime geral da Previdência, cuja contribuição máxima é feita aplicando-se a alíquota de 11% sobre o salário de contribuição

correspondente a, no máximo, dez salários mínimos, enquanto que os servidores públicos contribuem com uma alíquota média de 11,5% sobre o total de sua remuneração.

A gestão quadripartite da Previdência Social, aprovada pela Câmara dos Deputados, não figura no Substitutivo do Senador Beni Veras.

O acidente de trabalho foi privatizado, tendo o Substitutivo do Senador Beni Veras garantido a sua exploração pelas seguradoras.

É extinta a aposentadoria por tempo de serviço, mantendo-se apenas a aposentadoria por tempo de contribuição. São os assalariados, principalmente os de baixa qualificação, que hoje já têm grandes dificuldades para se aposentar por tempo de serviço, os mais prejudicados com a substituição da aposentadoria por tempo de serviço pela de contribuição. Provavelmente, a maioria desses assalariados, submetidos a uma das mais altas taxas de rotatividade de mão-de-obra no País, não vão conseguir se aposentar.

O substitutivo estabelece que os trabalhadores do setor privado se aposentem obedecendo, ao mesmo tempo, a dois requisitos: 35 anos de contribuição e idade mínima de 60 anos, se homem, e 30 de contribuição e 50 de idade, se mulher.

Uma das grandes conquistas da Assembleia Nacional Constituinte foi o valor inicial da aposentadoria, calculado com base na média dos 36 últimos salários de contribuição, corrigidos, monetariamente, mês a mês. Pois bem, isso não se vê no atual Substitutivo, podendo-se, agora, se prever 60 meses ou mais, conforme já proposto, publicamente, pelo Sr. Ministro Reinhold Stephanes, como base da média a ser retirada para cálculo da aposentadoria. Para os que já estão no sistema mas ainda não completaram todos os requisitos para se aposentar, de acordo com a atual Constituição, o Substitutivo estabelece regras de transição: idade mínima de 53 anos se homem e 48 anos se mulher, penalizando exatamente os que começaram a trabalhar mais cedo, que são os trabalhadores e servidores com baixa renda. Para os que já estão no sistema, está previsto um acréscimo de 20% no tempo que falta para atingir os 35 anos se homem ou 30 anos se mulher, de contribuição, se a aposentadoria for com proventos integrais. É mantida para esses trabalhadores e servidores a aposentadoria proporcional, mas se exige um

acréscimo de 40% ao tempo que falta para atingir 30 ou 25 anos de tempo de contribuição.

Estou fazendo questão de ler um texto a respeito desse assunto em função de que não está bem claro para a sociedade, para a população, os princípios que estão norteando o Substitutivo Beni Veras. No nosso entendimento, não está sendo divulgado suficientemente para todos os trabalhadores do País. Só dessa maneira é que podemos compreender, pois há uma condição quase de inércia dos trabalhadores, praticamente hipnotizados pelo Governo, e esses trabalhadores não têm reagido à altura do transtorno que está sendo causado aos trabalhadores com essa reforma da Previdência Social. Então, isso estou atribuindo à falta de uma divulgação mais efetiva a respeito do texto do Substitutivo Beni Veras. É claro que o Senador Beni Veras tentou, esforçou-se para encontrar um consenso entre os Senadores e, sobretudo, o apoio do Governo para determinadas propostas que estavam sendo reivindicadas por um segmento importante do Plenário do Senado Federal. E apresentou talvez o substitutivo possível para ser aprovado, mas, no meu entendimento, não é o substitutivo ideal para o nosso País, onde há uma dificuldade extrema para se comprovar tempo de contribuição, haja vista que, muitas vezes, a culpa não está no empregado, mas, sim, no próprio empregador que recolhe muitas vezes a contribuição e não repassa ao órgão oficial do Governo. Então, acredito que temos que encontrar uma saída para resguardar o direito dessas pessoas que trabalham e que, eventualmente, sobretudo nessas regras de transição, já tenham exercido determinada função no setor privado e não tenham condições de comprovar que contribuíram durante determinado período. Agora, pelas novas regras, lhes será exigida a comprovação da contribuição à Previdência Social. Então, em função disso, gostaria de fazer um outro questionamento com relação ao Substitutivo Beni Veras. É sobre o § 8º do art. 40, que diz o seguinte:

"§ 8º A lei disporá sobre a concessão do benefício da pensão por morte."

Ou seja, transfere para uma lei ordinária os critérios para a concessão do benefício da pensão por morte, que será proporcional à remuneração ou proventos do servidor falecido; ou seja, ao aposentar-se, o servidor, se ultrapassar R\$1.200,00 de remuneração, já vai receber proventos proporcionais numa escala correspondendo a até 70% do valor

que lhe é devido pelo Governo. Por exemplo, o servidor tem um salário na ativa de R\$7.000,00 e se aposenta com R\$4.900,00; ao falecer, o beneficiário da pensão poderá ter ainda esse valor reduzido por critérios que não estão claros na emenda e que vão ser estabelecidos por lei.

Ou seja, isso, no nosso entendimento, não é justo, porque esse Governo, que tentou eliminar o pagamento conjunto de aposentadoria com pensão para as pessoas que a elas fazem jus, agora tenta também estabelecer um valor menor para as pensões dos servidores. Também lá no art. 201, que fala sobre o regime geral de previdência, está estabelecida da mesma forma. Então, achamos que não é correto, que o valor da pensão tem que ser semelhante ao valor da aposentadoria, não pode mais haver redução no valor da pensão depois da morte do servidor ou do aposentado, haja vista que ele já estava recebendo proporcionalmente ao valor que lhe era devido na ativa.

Então, acho que precisa ser feita uma correção nesse texto. Em função disso, estamos apresentando emendas para que se possa preservar o direito sobretudo das pessoas que recebem proventos de pensão neste País.

Então, Sr. Presidente, concluo esta minha participação no debate sobre a reforma da Previdência dizendo que, embora acredite que o Senador Beni Veras usou de boa-fé ao elaborar o seu parecer e que se esforçou para apresentar o texto possível, no meu entendimento, esse não é o texto ideal para o nosso País e por isso vamos nos posicionar contra a aprovação do parecer Beni Veras, apresentando, inclusive, algumas emendas que espero que o Plenário do Senado possa aprovar durante a apreciação da proposta de emenda que estamos debatendo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Continua em discussão. (Pausa)

Concedo a palavra ao nobre Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES

(Bloco/PSB-SE. Para discutir o projeto. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores:

No momento em que esta Casa se debruça sobre a proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996, que trata do Sistema de Previdência Social e dá outras providências, cabe à Bancada das

Oposições tecer alguns comentários, principalmente fazendo referência às principais alterações do texto que veio da Câmara dos Deputados, objeto de alteração, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, através do Parecer do Senador Beni Veras, onde algumas emendas, inclusive de nossa autoria, foram acatadas e outras tantas foram derrubadas.

Para melhor instruir a discussão da matéria, considero fundamental fazer a leitura de alguns dispositivos que participam do novo documento da Previdência Social. Primeiro, o Parecer Beni Veras nega a diretriz da criação de um único regime previdenciário básico, de caráter público e compulsório, que contemple trabalhadores da iniciativa privada, empresários e autônomos e os servidores públicos (civis e militares);

- a desconsideração do arcabouço institucional da seguridade social, como conjunto sistêmico, destinado à realização do bem-estar e da justiça social, envolvendo ações integradas relativas à saúde, à previdência e à assistência social;

- afirmação dos princípios de "tempo de contribuição", em substituição a "tempo de serviço" como critério de definição do período de carência necessário à aquisição do benefício; e idade mínima para aposentadoria como requisito adicional;

- priorização da discussão de dispêndios previdenciários, sobre o custeio da seguridade social;

- abandono da perspectiva de constituição de um sistema de previdência complementar, facultativo/universal, de caráter público.

Sr. Presidente, se V. Ex^a me permitir, mudarei de lugar, para que eu possa falar melhor no Senado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

— Peço desculpas a V. Ex^a, mas o Governador está no plenário e o tumulto não é nem dos Senadores.

V. Ex^a com a palavra.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES —

Obrigado, Sr. Presidente.

Continuando:

- desconstitucionalização, na máxima medida possível, do tema "previdência", para

que fosse evitada a auto-aplicabilidade; remissão para lei complementar de tudo quanto possa afetar a capacidade de custeio e para lei ordinária de tudo quanto possa posteriormente ser alterado, para diminuir vantagens dos benefícios.

Salário-família: o substitutivo da CCJ segue o texto aprovado na Câmara, que propõe uma alteração na normatização básica do salário-mínimo. Esse, como se sabe, é benefício previdenciário previsto no art. 7º, inciso X da Constituição, garantido sem restrições. Pretende-se que o mesmo seja assegurado apenas aos trabalhadores "de baixa renda, nos termos da lei". O salário-família deveria ser benefício assistencial e não previdenciário; não se pode afirmar que as alterações propiciariam uma política de elevação do salário-família como fator de diferenciação de remuneração básica não-previdenciária.

A idade mínima de ingresso no mercado de trabalho: foi acatada emenda do Senador José Eduardo Dutra que eleva para dezesseis anos a idade mínima de ingresso no mercado de trabalho, salvo na condição de aprendiz, que também foi elevada para quatorze anos. Essa emenda minimiza o impacto da iniquidade produzida pela nova sistemática que faz com que os que são obrigados a trabalhar mais cedo sustentem a aposentadoria dos que podem começar a laborar mais tarde.

Serviço público: várias são as modificações propostas, conforme se expõe a seguir. Registre-se, desde logo, que o **caput** do art. 40, de acordo com o substitutivo Beni Veras, passa a fazer referência a um "regime de previdência dos servidores públicos", que deverá funcionar "atuariamente equilibrado". A intenção aqui, por certo, é desonerar o Tesouro, consagrando-se a regra de contribuições compulsórias de servidores inativos e pensionistas. O texto aprovado na Câmara dos Deputados não trata do "equilíbrio atuarial", dispõe separadamente sobre as caixas de Previdência do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas e mantém tão-somente a expressão "servidores" para efeito da participação contribu-

tiva. De toda forma, a inclusão dos "pensionistas", agora, é uma inovação, sendo certo, porém, que nas hipóteses de benefícios inferiores a R\$1.200,00, aposentados e pensionistas estarão isentos de contribuição".

Sobre acumulação de proventos de aposentadorias e de remuneração de cargo, emprego ou função pública, o substitutivo do Senador Beni Veras dispõe:

"veda a percepção simultânea de proventos de aposentadoria como servidor público ou militar, com remuneração decorrente de prestação de serviço público, salvo as acumulações constitucionalmente autorizadas (2 cargos de professor; um cargo de professor e mais um cargo técnico-científico; 2 cargos de médico; cargo de magistrado com um de professor; cargo de membro do Ministério Público com um de professor). Frise-se que o Supremo Tribunal Federal já tem esposado esse entendimento, mas o art. 14 da Emenda Substitutiva diz que essa vedação não se aplica aos casos de reingresso até a promulgação do texto emendado. Porém, o art. 14 acima referido permite, tão-somente, a percepção de uma aposentadoria no serviço público aos "reingressados".

Requisitos para aposentadoria de Servidor Público: aqui se dão as principais alterações na sistemática de aposentadoria do servidor público. As modificações incidem sobre a aposentadoria voluntária. Suprime-se a aposentadoria proporcional. Para que o servidor tenha direito à aposentadoria com proventos integrais deve preencher, concomitantemente, os seguintes requisitos:

a) idade mínima (60 anos para os homens e 55 para as mulheres);

b) 35 anos de contribuição, para os homens e 30 anos de contribuição para as mulheres;

c) dez anos de efetivo exercício no serviço público, sendo cinco no cargo que está exercendo.

Observações: em relação ao texto da Câmara dos Deputados acrescem-se os requisitos de idade mínima e efetivo exercício no cargo por cinco anos; quanto à carên-

cia, é substituído o conceito de tempo "de serviço" por tempo "de contribuição", reforçando-se, com isso, o caráter contributivo do regime previdenciário, introduzido no **caput** do art. 40. A emenda prevê mecanismo de transição que será analisado posteriormente".

Quanto ao magistério:

"a Câmara dos Deputados manteve o atual texto constitucional, ressalvada a substituição do conceito de tempo de serviço por tempo de contribuição. O Substitutivo Beni Veras propõe que os professores sejam submetidos a um redutor de cinco anos em relação à carência contributiva dos demais servidores públicos civis, desde que tenham exercido funções de magistério na educação infantil, no ensino fundamental e no ensino médio. Há previsão de regra de transição para aposentadoria proporcional".

Com relação à paridade e revisão dos valores dos proventos da aposentadoria;

"a Câmara dos Deputados havia mantido o regime de paridade entre a remuneração da ativa e proventos de aposentadoria, determinando, inclusive, a extensão aos inativos de benefícios e vantagens concedidos aos servidores da ativa, decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria. A Câmara havia ainda podado qualquer possibilidade de "plus" à derradeira remuneração para efeito de fixação dos valores dos proventos de aposentadoria. O Substitutivo Beni Veras assegura a paridade somente até o teto de R\$1.200,00. Daí em diante haverá um redutor, para fixação do provento de aposentadoria, até 70% da remuneração da ativa, na forma de lei complementar".

A Oposição apresentou várias emendas para que essa aposentadoria fosse integral, sem conseguir nenhum resultado.

"Os proventos deverão preservar o valor real e ser reajustados na mesma data em que se processar o reajuste da remuneração dos servidores da ativa. No que se refere à percepção do pensionista por morte do servidor, a integralidade dos proventos foi subs-

tituída por uma proporcionalidade em face da remuneração ou proventos.

Nos casos de Parlamentares, magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, mantém-se a situação vigente, ou seja, continuam a dispor de caixas previdenciárias. Nesse sentido, existem emendas da autoria do Senador José Eduardo Dutra. Os militares continuariam submetidos a regime próprio previsto em lei complementar. Magistrados, membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas deverão obedecer a regras gerais do servidores públicos, ressalvadas as peculiaridades.

Quanto a financiamento e custeio, como já se teve oportunidade de assinalar, não houve preocupação relativa à reavaliação global das fontes de sustentação do sistema.

Com relação à vinculação de receitas e CPMF, em vez de estabelecer uma rigidez na vinculação de receitas para toda a Seguridade, o relatório Beni Veras trata apenas da tímida vinculação dos recursos arrecadados sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho, pagos ou creditados para desembolsos com benefícios previdenciários, e transforma a CPMF em contribuição permanente. Sobre esse assunto, Sr. Presidente, haverá um destaque de nossa autoria, proibindo que a CPMF continue sendo um instrumento de arrecadação do Governo Federal, uma vez que ela não cumpriu, apesar das promessas do Governo, a sua finalidade específica.

Garantiu o Governo, na época da aprovação dessa CPMF – o Senado foi um dos sustentáculos da aprovação dessa CPMF, e eu fui o principal signatário da emenda relativa a essa contribuição – que, durante o ano, deveria aparecer medida efetiva para substituí-la. O Governo, no entanto, não propôs nenhuma medida efetiva para substituir a referida contribuição; pelo contrário, retirou da CPMF e do Ministério da Saúde recursos que deveriam ser pagos pelo Tesouro Nacional. Débitos contraídos junto ao FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador – foram pagos pela CPMF quando deveriam ter sido pagos pelo Tesouro da União.

Assim, Sr. Presidente, acreditamos que a CPMF deva ser finalizada em janeiro, porque foi esse o compromisso assumido pelo Governo Federal quando da sua aprovação. Sua instituição agora em caráter definitivo significa, a meu ver, com todo o respeito que tenho pelo Senador Roberto Freire – autor da idéia da inclusão no âmbito da Seguridade

Social, uma falta de criatividade, uma vez que o Senado Federal e a Câmara dos Deputados já têm propostas que resolvem definitivamente o problema da saúde no Brasil.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que é amplo o relatório do Senador Beni Veras que está sendo analisado pela Bancada das Oposições. Em outra discussão, deverei continuar os demais itens.

O Sr. Roberto Freire – Permite-me V.Exª um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Ouço V. Exª com prazer.

O Sr. Roberto Freire – Apenas para dizer que realmente foi falta de criatividade minha. A criatividade foi de V. Exª, quando fez a proposta para a Saúde.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES - V. Exª, inclusive, assinou a proposta da CPMF, mas não assinei a sua, nem vou aprová-la. A essa altura dos acontecimentos, Senador Roberto Freire, com todo o respeito que tenho por V. Exª, que tem atuação marcante nesta Casa, é um Senador atuante, progressista, me permita discordar, pelo menos uma vez, de V. Exª.

O Sr. Roberto Freire - Apenas fiz uma homenagem à criatividade de V. Exª...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES – Criatividade que V. Exª aprovou.

O Sr. Roberto Freire - Aliás, a criatividade é minha. E felizmente, foi aprovada. Essa idéia não é nossa, ela tem origem na proposta de imposto único apresentada por alguns técnicos, e nós, no Governo Itamar, criamos o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira. V. Exª, com a criatividade para a área de Saúde, fez; apenas demos continuidade. É evidente que, se todos estivessem concordando, não haveria nenhuma discussão, nenhuma polêmica. Gostaria de lembrar que esse é um imposto moderno, mas, lamentavelmente, não está sendo entendido por alguns setores e por aqueles que não querem mudar o quadro social brasileiro e que entram na discussão mais como inocente útil, massa de manobra dos que não querem pagar impostos, as grandes transações financeiras. É um imposto progressivo e moderno. Apenas gostaria de esclarecer esse ponto.

O SR. ANTÔNIO CARLOS VALADARES – Sr. Presidente, quero esclarecer ao nobre Senador Roberto Freire que a emenda de iniciativa do Senado

foi inspirada pelo ex-Ministro Jatene, e acho que nenhum de nós sozinho teria condições de apresentar e aprovar aquela emenda. Foi com base na confiança que tínhamos no Ministro de que a CPMF seria utilizada integralmente na manutenção da Saúde e de que nesse ínterim – durante o ano – encontraríamos uma solução definitiva, que a aprovamos. E a criatividade foi tão grande no momento da sua apresentação, no ano de 1995, que não só eu, Antonio Carlos Valadares, tive oportunidade de assiná-la como primeiro signatário, mas também o próprio Senador Roberto Freire. Todavia, agora, lamentavelmente, não vou apoiar a CPMF tal como V. Exª apresentou na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e que hoje, inclusive, já faz parte do relatório do Senador Beni Veras.

Para o Governo, foi como se algo caísse do Céu, porque ninguém pediu. No caso da CPMF, na época, o Ministro Jatene veio aqui implorar a todos nós; na Comissão de Assuntos Sociais, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, aqui no Plenário. Veio o Governo, por intermédio do Sr. Ministro da Saúde, implorar a todos nós. E agora, neste momento, ninguém veio pedir nada. Foi uma coisa que nasceu da vontade do Senador Roberto Freire. Penso que S. Exª poderia reservar a criatividade, que é muito grande, para outras proposições, porque para esta, lamentavelmente, S. Exª não vai contar com o meu apoio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Continua em discussão.

O SR. EDUARDO SUPLCY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Senador Eduardo Suplicy, V.Exª tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPLCY (BLOCO/PT-SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Apenas, Sr. Presidente, para registrar que já com as 27 assinaturas requeridas, estou apresentando Proposta de Subemenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, cujo Relator é o Senador Beni Veras, no sentido de dar ao art. 249 a seguinte redação, suprimindo-se, em consequência, o art. 250, com o objetivo de assegurar recursos para o pagamento de benefícios de assistência social, inclusive renda mínima de cidadania: "Em adição aos recursos do Orçamento e da Seguridade Social, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão constituir fundos integrados por bens, direitos e ativos de qualquer natureza me-

diante lei específica que disporá sobre a natureza e a administração desses fundos".

Assim, o fundo proposto pelo Senador Beni Veras poderá incluir, entre os benefícios a serem objeto de financiamento, também a renda mínima de cidadania.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Continua em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, a proposta voltará na próxima sessão deliberativa ordinária de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Item 4:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 157, de 1996-Complementar, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, que veda a contratação por entes públicos dos serviços que menciona e dá outras providências, tendo Parecer sob nº 240, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator Senador José Fogaça, favorável, nos termos de substitutivo que apresenta.

(Em virtude de adiamento)

A matéria constou da Ordem do Dia da sessão deliberativa do dia 26 de junho, quando teve a sua discussão adiada para hoje.

Discussão, em conjunto, do projeto e do substitutivo, em turno único.

Em discussão.

O SR. EDUARDO SUP LICY - Sr. Presidente, peço a palavra para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP. Para discutir. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, quero fazer um apelo no sentido de que V. Ex^a acione a campanha, porque este projeto, que, acredito, tem o consenso da Casa, requer para a sua aprovação, por se tratar de projeto de lei complementar, pelo menos 41 votos "sim". Então, como será nominal a votação, é importante que os Srs. Senadores estejam avisados da necessidade de votar.

Trata-se de proposição pela qual se pretende vedar por entes públicos serviços de intermediação ou assessoramento que tenham por escopo a liberação de verbas públicas de qualquer natureza, assim como a obtenção de empréstimos perante estabelecimentos de crédito controlados direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e entidades autárquicas, fundacionais e demais entes da administração indireta.

A motivação da proposição é conhecida. Os serviços que se pretende sejam proibidos têm sido fonte de desvios e desvirtuamento da destinação de recursos públicos, dando margem ao acobertamento, sob o manto inocente da "intermediação ou assessoramento", de ilícitos diversos: advocacia administrativa, exploração de prestígio, corrupção, entre outros. Oferecida inicialmente como projeto de lei ordinária, por orientação da CCJ, a proposição foi convertida em projeto de lei complementar, tendo em vista o disposto no art. 165, § 9º, inciso II, da Constituição. Propôs, outrossim, o Relator da matéria naquela Comissão, Senador José Fogaça, que a desobediência à lei, em vez de ensejar crime de responsabilidade, implicasse enquadramento do infrator no disposto no art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitando-se às penas do art. 12 do mesmo diploma legal (suspensão de direitos políticos, ressarcimento do dano, multiplicado, conforme a extensão e multa). De fato, ao analisar os arts. 9º, 10 e 11 da referida lei, pareceu-nos pertinente a aplicação da sanção proposta em emenda substitutiva, pois nem todos os agentes políticos, aos quais se sujeitariam as contratações que ora se quer impedir, são passíveis de crime de responsabilidade. Por tais motivos, recomendamos a aprovação da matéria, na forma do Substitutivo da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Agradeço a atenção do Relator, Senador José Fogaça, sobre esta matéria.

Ressalto, Sr. Presidente, que foi durante os trabalhos da Comissão de Orçamento que se detectaram inúmeras ações desse tipo, isto é, algumas empresas estavam intermediando advocacia administrativa, pedindo comissões altas para liberação de recursos públicos. No ano passado, ainda, o Ministro da Educação, Paulo Renato Souza, detectou que havia empresas cobrando comissões de 10%, 20% ou mais para conseguir a liberação de recursos, que

poderiam ser da merenda escolar ou outros. Diante de recursos tão escassos, o fato de haver empresas de intermediação que cobram comissões altíssimas, constitui, obviamente, desvio de função, que precisa ser considerado como ilegal, na forma deste projeto de lei complementar.

Assim, Sr. Presidente, pediria a V. Ex^a atenção no sentido de chamar os Senhores Senadores. Verifico que 72 já registraram a sua presença, mas seria importante que todos viessem a plenário, para votar não apenas esse item como também os demais que requerem votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Continua em discussão.(Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Antes de passar à votação, quero fazer um apelo aos Srs. Senadores que se encontram em outras dependências da Casa, para que venham ao plenário levando em conta que a matéria requer votação nominal e que há **quorum** específico para sua aprovação.

Por outro lado, queria fazer um apelo aos membros da Comissão de Educação que, infelizmente, não se tem reunido e não tem produzido como era necessário para o bom andamento dos trabalhos da Casa. O Presidente da Comissão está adoentado, e não há vice-Presidente eleito. Estimaria que os membros da Comissão se reunissem hoje ou amanhã no máximo, e elegessem o vice-Presidente, para que possamos dar um ritmo maior aos trabalhos daquela Comissão, que não pode ficar sem funcionar porque, repito, prejudica muito os nossos trabalhos e contribui para a formação de má imagem do Poder Legislativo.

O SR. HUGO NAPOLEÃO - Sr. Presidente, peço a palavra para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– Para encaminhar a votação, concedo a palavra ao Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para encaminhar. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Projeto de Lei nº 157, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, merece de todos nós a maior atenção. Visa a coibir a intermediação para liberação de recursos, em favor da União, dos Estados, dos Municípios, das fundações, das sociedades de economia mista e de outras instituições. A medida é extremamente louvável, tendo em vista que já tivemos a oportunidade de apurar, inclu-

sive na chamada CPI dos Precatórios, irregularidades na intermediação de recursos para instituições públicas, quando é obrigação daqueles que estão emprestando, daqueles que estão concedendo os mútuos, fazê-lo de acordo com a legislação em vigor.

O Senador José Fogaça apresentou substitutivo, afinal aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que, a meu ver, aperfeiçoa o projeto, tendo em vista que o adapta às características de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa. S. Ex^a chegou a citar a Lei nº 4.595 e demonstrou que há, sob o ponto de vista jurídico, necessidade de ajustes, que procurou fazer e que foram perfeitamente adotados e assumidos pela própria Comissão.

Nesses termos, venho, também como Líder do Partido da Frente Liberal, dizer que estou perfeitamente de acordo com o parecer e recomendo à Bancada o voto favorável ao Projeto de Lei de nº 157, de autoria do Senador Eduardo Suplicy, nos termos do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O PFL vota "sim".

De acordo com o Regimento, o substitutivo tem preferência regimental.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco/PT-SE) – A Liderança do Bloco encaminha o voto "sim", Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O Bloco vota "sim", com o Substitutivo.

O SR. JADER BARBALHO (PMDB-PA) – O PMDB vota "sim", Sr. Presidente, com o Substitutivo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O Líder Jader Barbalho, pelo PMDB, vota "sim".

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF) – O PTB, Sr. Presidente, vota "sim".

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
– O PTB vota "sim".

Os Srs. Senadores já podem votar.

A Mesa será tolerante com o tempo até que haja o número regimental indispensável à aprovação do projeto.

(Procede-se à votação.)

VOTAÇÃO NOMINAL

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 157,
DE 1996 - COMPLEMENTAR (SUBSTITUTIVO)**

VEDA A CONTRATAÇÃO POR ENTES PÚBLICOS DOS
SERVIÇOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Nº Sessão: 1

Nº Vot.: 1

Data Início: 13/08/1997

Hora Início: 16:48:54

Data Sessão: 13/08/1997

Data Fim: 13/08/1997

Hora Fim: 17:01:33

Partido	UF	Nome do Senador	Voto	Partido	UF	Nome do Senador	Voto
BLOCO	RJ	ABDIAS NASCIMENTO	SIM	PMDB	GO	ONOFRE QUINAN	SIM
BLOCO	PA	ADEMIR ANDRADE	SIM	PSDB	PR	OSMAR DIAS	SIM
BLOCO	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM	PMDB	GO	OTONIEL MACHADO	SIM
PFL	MA	BELLO PARGA	SIM	PMDB	MS	RAMEZ TEBET	SIM
BLOCO	RJ	BENEDITA DA SILVA	SIM	PTB	MG	REGINA ASSUMPÇÃO	SIM
PSDB	CE	BENI VERAS	SIM	PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PFL	AM	BERNARDO CABRAL	SIM	BLOCO	PE	ROBERTO FREIRE	SIM
PMDB	MT	CARLOS BEZERRA	SIM	PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	SIM
PFL	TO	CARLOS PATROCÍNIO	SIM	PFL	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSDB	PE	CARLOS WILSON	SIM	PFL	SP	ROMEU TUMA	SIM
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	SIM	PMDB	PB	RONALDO CUNHA LIMA	SIM
PSDB	PA	COUTINHO JORGE	SIM	BLOCO	AP	SEBASTIÃO ROCHA	SIM
PFL	MA	EDISON LOBÃO	SIM	PSDB	CE	SERGIO MACHADO	SIM
BLOCO	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM	PSDB	AL	TEOTÔNIO VILELA FILHO	SIM
PFL	ES	ÉLCIO ALVARES	SIM	PTB	DF	VALMIR CAMPELO	SIM
	RS	EMÍLIA FERNANDES	SIM	PFL	SC	VILSON KLEINÜBING	SIM
PPB	RO	ERNANDES AMORIM	SIM	PFL	BA	WALDECK ORNELAS	SIM
PPB	SC	ESPERIDIÃO AMIN	SIM				
PMDB	RN	FERNANDO BEZERRA	SIM				
PMDB	AC	FLAVIANO MELO	SIM				
PFL	MG	FRANCELINO PEREIRA	SIM				
PFL	PI	FREITAS NETO	SIM				
PMDB	ES	GERSON CAMATA	SIM				
PFL	AM	GILBERTO MIRANDA	SIM				
PFL	AL	GUILHERME PALMEIRA	SIM				
PFL	PI	HUGO NAPOLEÃO	SIM				
PMDB	PA	JADER BARBALHO	SIM				
PSDB	AM	JEFFERSON PERES	SIM				
PMDB	RR	JOÃO FRANCA	SIM				
PFL	TO	JOÃO ROCHA	SIM				
PFL	PE	JOEL DE HOLLANDA	SIM				
PFL	MT	JONAS PINHEIRO	SIM				
PFL	BA	JOSAPHAT MARINHO	SIM				
PFL	RN	JOSÉ AGRIPINO	SIM				
PFL	SE	JOSÉ ALVES	SIM				
PFL	RO	JOSÉ BIANCO	SIM				
PTB	PR	JOSÉ EDUARDO	SIM				
BLOCO	SE	JOSÉ EDUARDO DUTRA	SIM				
PMDB	RS	JOSÉ FOGAÇA	SIM				
PSDB	ES	JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	SIM				
PSDB	DF	JOSÉ ROBERTO ARRUDA	SIM				
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM				
PSDB	SP	JOSÉ SERRA	SIM				
PFL	MT	JÚLIO CAMPOS	SIM				
BLOCO	MG	JÚNIA MARISE	SIM				
BLOCO	DF	LAURO CAMPOS	SIM				
PPB	TO	LEOMAR QUINTANILHA	SIM				
PPB	MS	LEVY DIAS	SIM				
PPB	PI	LUCÍDIO PORTELLA	SIM				
BLOCO	AC	MARINA SILVA	SIM				
PMDB	RR	MARLUCE PINTO	SIM				
PMDB	GO	MAURO MIRANDA	SIM				
PMDB	AC	NABOR JÚNIOR	SIM				
PMDB	PB	NEY SUASSUNA	SIM				
PFL	RO	ODACIR SOARES	SIM				

Presid.: ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

1º Sec.: *

2º Sec.: *

3º Sec.: *

4º Sec.: *

Votos Sim: 72

Votos Não: 0

Total: 72

Votos Abst: 0

Operad.: HÉLIO F. LIMA

Emissão em: 13/08/97 - 17:01

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador.

O SR. LEVY DIAS (PPB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme V. Ex^a afirmou, a Comissão de Educação está com a vice-Presidência vaga, e o nosso Presidente encontra-se com problemas de saúde. Estou dando esta informação a título de contribuição.

São membros titulares da Comissão de Educação os Senadores: Júlio Campos, Hugo Napoleão, Joel de Hollanda, Elcio Alvares e João Rocha, havendo três cargos vagos do PFL; José Fogaça, Fernando Bezerra, Roberto Requião, Gerson Camata, José Sarney, João França e um cargo vago, do PMDB; Artur da Távola, Coutinho Jorge, Sérgio Machado, Teotônio Vilela Filho e Beni Veras, do PSDB; Lauro Campos, Marina Silva, Sebastião Rocha, Abdias Nascimento, do Bloco; e Levy Dias e Leomar Quintanilha, do PPB.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sou membro da Comissão e parece-me que, pelo Regimento Interno, cabe convocar o Senador mais idoso. Pela minha relação, o mais idoso é o Senador Lauro Campos. Não sei se S. Ex^a se encontra presente neste plenário. Mas, que se faça esta convocação, hoje ainda, conforme solicita V. Ex^a, para que a Comissão de Educação possa se desincumbir, como sempre o fez, de suas tarefas.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Peço ao Senador Hugo Napoleão que faça as indicações que cabe ao PFL na Comissão de Educação.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI) – Sr. Presidente, promoverei as indicações. O único esclarecimento que gostaria de prestar é que, como pelo Regimento cada Senador é titular de duas Comissões, foram preenchidas todas as Comissões de acordo com as preferências dos Srs. Senadores, e houve uma vaga na Comissão de Educação e outra na Comissão de Assuntos Sociais.

Terei que consultar novamente a Bancada para verificar quais Senadores gostariam de participar de uma terceira Comissão, se a Mesa entender que isso é possível.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em caso assim, a Mesa não pode proibir que o Senador participe de três comissões. O importante é que a Comissão funcione; é mais importante do que não ter um membro ou cumprir o Regimento, de certa forma.

Faço um apelo ao Senador Levy Dias que, apesar de não ser o mais velho, é o mais antigo dos Parlamentares, para que convoque a Comissão de Educação para escolher o vice-Presidente.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI) – Sr. Presidente, se V. Ex^a me permite um esclarecimento, desejo apenas aduzir ao que vinha dizendo que também ficamos na eventualidade de ceder uma vaga para o PTB, que é o Partido que tem direito à indicação do vice-Presidente da Comissão. Por isso, até o momento não havíamos feito o preenchimento. Vamos acatar a decisão da Mesa e, sem dúvida nenhuma, tomar as providências para que, já na próxima semana, o quadro esteja completo.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço muito a V. Ex^a.

O SR. VALMIR CAMPELO – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – É sobre o mesmo assunto?

O SR. VALMIR CAMPELO – É sobre o mesmo assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. VALMIR CAMPELO (PTB-DF. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a vice-Presidência da Comissão de Educação realmente coube ao meu Partido, pela composição dos membros da Comissão. Entretanto, por ter havido essa acumulação, como foi tão bem esclarecido pelo nobre Senador Hugo Napoleão, estamos dispostos a, até a próxima semana, ouvindo e cumprindo a determinação de V. Ex^a, encaminhar um nome para a vice-Presidência daquela Comissão, que passará a funcionar a todo vapor.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Ex^a. A indicação de V. Ex^a até seria boa, embora muito temporária.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, apenas para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra a Senadora Marina Silva, posteriormente, V. Ex^a.

A SRA. MARINA SILVA – Sr. Presidente, sugiro aos membros da Comissão que amanhã, às 10 horas, já possamos fazer a reunião e escolher o vice-Presidente. Assim, já se dá praticidade aos encaminhamentos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – A sugestão de V. Ex^a já foi aceita pela Comissão.

Amanhã, às 10 horas, a Comissão, presidida pelo Senador Levy Dias, escolherá o vice-Presidente.

O SR. LEVY DIAS – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O art. 88 do Regimento Interno, no seu § 2º, estabelece que cabe ao mais idoso convocar essa reunião. O mais idoso é o Senador Lauro Campos.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Como o mais idoso não estava no plenário, coloquei o mais experiente. Mas, Senador Lauro Campos, peço a V. Exª a gentileza de convocar para amanhã a reunião da Comissão de Educação e presidir a eleição do vice-Presidente.

O SR. LEVY DIAS – Muito agradecido, Sr. Presidente.

O SR. LAURO CAMPOS – Como o menos jovem da Comissão, convoco os demais membros a comparecerem amanhã, às 10 horas, para a eleição do vice-Presidente da Comissão, que será escolhido entre os Pares.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Agradeço a V. Exª. Já determinei à Secretaria Geral da Mesa que tome as providências burocráticas para a convocação dos membros da Comissão, solicitando ao Senador Hugo Napoleão que faça a indicação ainda hoje.

O SR. HUGO NAPOLEÃO – Sr. Presidente, peço a palavra para um esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) Tem V. Exª a palavra.

O SR. HUGO NAPOLEÃO (PFL-PI. Para um esclarecimento) – Sr. Presidente, estamos indicando os Senadores Romero Jucá e Romeu Tuma. Com isso, está cumprida a tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Vamos fazer a apuração, tendo em vista que todos os Senadores já votaram.

Votaram SIM 72 Senadores; NÃO, 0.

Não houve abstenção.

Total de votos: 72

Aprovado por unanimidade.

A matéria vai à Comissão Diretora a fim de redigir o vencido para o turno suplementar.

É o seguinte o substitutivo aprovado:

EMENDA Nº 1-CCJ (SUBSTITUTIVO)

**AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 157, DE 1996-COMPLEMENTAR**

Proíbe os atos administrativos de gestão que menciona e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Na execução financeira e orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios são vedados atos de gestão que tenham por objeto a contratação ou o pagamento de serviços destinados à prestação de consultoria, assessoramento ou qualquer outra forma de intermediação na liberação de verbas públicas.

Parágrafo único. A proibição estabelecida neste artigo aplica-se também às entidades das administrações fundacional e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 2º A infração do disposto nesta lei constitui ato de improbidade administrativa do tipo definido no art. 10 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, sujeitando-se o infrator às cominações estabelecidas no inciso II do art. 12 da mesma lei.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – As matérias constantes dos Itens nºs 5 e 6 da Ordem do Dia da presente sessão, nos termos do art. 383 do Regimento Interno, deverão ser apreciadas em sessão secreta.

Solicito aos Srs. funcionários as providências necessárias, a fim de ser respeitado o dispositivo regimental.

(A sessão transforma-se em secreta às 17h02min e volta a ser pública às 17h20min.)

SÃO OS SEGUINTE OS ITENS APRECIADOS EM SESSÃO SECRETA:

– 5 –

MENSAGEM Nº 125, DE 1997

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional sobre a Mensagem nº 125, de 1997 (nº 759/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Bassul Athuil Netto**, Ministro de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República do Cameroun.

– 6 –

MENSAGEM Nº 129, DE 1997

Escolha de Chefe de Missão Diplomática

Discussão, em turno único, do Parecer da Comissão de Relações Exteriores e De-

fesa Nacional sobre a Mensagem nº 129, de 1997 (nº 812/97, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do Senhor **Luciano Ozorio Rosa**, Ministro de Primeira Classe do Quadro Permanente da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Hungria.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— A sessão volta a ser pública a partir deste momento.

Esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

REQUERIMENTO Nº 570, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 336, alínea b, do Regimento Interno, requeremos urgência para o Ofício "S" nº 58, de 1997, do Banco Central do Brasil, relativo à solicitação do Governo do Estado do Rio Grande do Sul para a emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul — LFTRS, cujos recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no segundo semestre de 1997. A matéria foi aprovada na sessão ordinária da Comissão de Assuntos Econômicos do dia 12 do corrente, estando, portanto, perfeitamente instruída, e sua urgência se justifica tendo em vista que parte dessa dívida vence no próximo dia 15.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. — **Jáder Barbalho — Osmar Dias — Valmir Campelo — Hugo Napoleão.**

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Há processos iguais a este do Estado do Rio Grande do Sul, que pedem tramitação urgente, hoje, conforme foi acordado pelos Líderes de Partidos. Assim, também o do Rio Grande do Sul poderá ser votado hoje.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Projeto de Resolução nº 93, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento

do Estado do Rio Grande do Sul, para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Estado, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão a matéria em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)
— Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

PARECER Nº 401, DE 1997

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 93, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Rio Grande do Sul para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro Nacional do Estado do Rio Grande do Sul — LFTRS, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de agosto de 1997. — **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente. **Júnia Marise**, Relatora. **Carlos Patrocínio — Lucídio Portella.**

ANEXO AO PARECER Nº 401, DE 1997

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , de 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do

Rio Grande do Sul, para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O Senado Federal, resolve:

Art. 1º É o Estado do Rio Grande do Sul autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul – LFTRS, cujos recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível no segundo semestre de 1997;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) Prazo: cinco anos;

e) Valor nominal: R\$1,00 (SELIC);

f) Características dos títulos a serem substituídos:

SELIC

Título	Vencimento	Quantidade
531824	15-08-1997	378.766.386.827
531838	15-08-1997	36.116.183.339
531825	15-11-1997	672.079.732.128
531838	15-11-1997	432.596.902.439

g) Previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-08-1997	15-08-2002	531826	15-08-1997
17-11-1997	15-11-2002	531824	17-11-1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização Legislativa: Leis nºs 6.465, de 15 de dezembro de 1972, e 8.822, de 15 de fevereiro de 1989, e Decreto nº 37.189, de 3 de fevereiro de 1997.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Governo do Estado do Rio Grande do Sul encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º No prazo máximo de catorze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 561, de 1997, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 95, que trata de matéria relativa à dívida de Alagoas.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Projeto de Resolução nº 95, que aprova o terceiro termo aditivo de rratificação ao contrato de abertura de crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica, em 10/12/96, relativo ao

Programa de Apoio à Reestruturação do Ajuste Fiscal dos Estados.

A Presidência esclarece que poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto em turno único. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

PARECER Nº 402, DE 1997
(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 95, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 95, de 1997, que aprova o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal – CEF, em 10 de dezembro de 1996, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

Sala de Reuniões da Comissão, de agosto de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Júnia Marise**, Relator – **Carlos Patrocínio** – **Lucídio Portella**.

ANEXO AO PARECER Nº 402, DE 1997

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº _____, DE 1997

Aprova o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal – CEF, em 10 de dezembro de 1996, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos re-

ursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É aprovado o Terceiro Termo Aditivo de Rerratificação ao Contrato de Abertura de Crédito celebrado entre o Estado de Alagoas e a Caixa Econômica Federal – CEF, em 10 de dezembro de 1996, relativo ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados e cujos recursos são destinados ao Programa de Desligamento Voluntário – PDV.

Art. 2º A operação de que trata o artigo anterior deverá ter as seguintes condições, devendo o Termo Aditivo ser a elas ajustado:

a) valor: acréscimo de R\$ 165.000.000,00 (cento e sessenta e cinco milhões de reais), perfazendo um valor total de crédito de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);

b) condições de pagamento: parcela única, nos termos da rolagem global da dívida;

c) encargos financeiros:

– sobre o saldo devedor incidirá encargos financeiros de 2,2402% a.m. (dois inteiros e dois mil, quatrocentos e dois décimos de milésimos por cento ao mês), equivalentes, em 10 de dezembro de 1996, ao custo de captação médio da Caixa Econômica Federal – CEF, acrescido de juros de 0,5% a.m. (cinco décimos por cento ao mês), calculados sobre o saldo devedor atualizado e capitalizado mensalmente;

– os encargos serão repactuados trimestralmente com base no último balancete da Caixa Econômica Federal – CEF;

– a Caixa Econômica Federal – CEF, fará jus a comissão de abertura de crédito, incidente no ato de liberação de cada parcela;

d) destinação dos recursos: financiar o programa de incentivo à exoneração voluntária para os servidores da administração direta autárquica e fundacional do Estado de Alagoas.

Art. 3º A autorização concedida por esta resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º A contratação desta operação de crédito é condicionada ao cumprimento do disposto no art. 4º da Resolução nº 37, de 1997, do Senado Federal, bem como do encaminhamento ao Senado Federal da relação dos servidores alcançados pelas autorizações anteriores, devidamente acompanhada da comprovação de suas respectivas remunerações e indenizações recebidas.

Art. 5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o projeto e estando a matéria em regime de urgência, passa-se à imediata apreciação da redação final.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se, agora, à apreciação do Requerimento nº 560, de 1997 de urgência, lido no Expediente, para o Projeto e Resolução nº 94, de 1997.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Projeto de Resolução nº 94, de 1997. É Relator o Senador Jonas Pinheiro.

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso, para emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso, destinando-se os recursos à dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Passa-se à discussão do projeto em turno único.

Sobre a mesa, emenda que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte

EMENDA Nº 1 – PLEN

Dê-se a alínea **a**, do art. 2º, do Projeto de Resolução do Senado Federal nº 94, de 1997, a seguinte redação:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, sem deduções.

Justificação

A situação financeira do Estado de Mato Grosso é grave, apesar dos enormes esforços empreendidos pelo governo estadual através de redução de pessoal, corte de salários, liquidação de órgãos públicos e privatização de outros.

Vale ainda ressaltar, o engajamento do Estado ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste

Fiscal proposto pela União, inclusive, com a assinatura em 11 de julho passado de contrato para refinanciamento total da dívida mobiliária, cuja legalidade depende ainda, de aprovação desta Casa, conforme exige a Resolução nº 12/97, e aprovação de suplementação orçamentária para que a União possa emitir títulos federais e assumir esta dívida.

Essas são razões que fundamentam a rolagem integral da dívida mobiliária do Estado de Mato Grosso, já que sua assunção pela União é uma questão de dias, além de ser procedimento idêntico ao adotado por esta Casa quando examinou casos similares de outras Unidades da Federação.

Sala das Sessões, 13 de agosto de 1997. – Senador **Carlos Bezerra**, PMDB – MT.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro, para emitir parecer.

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL-MT. Para emitir parecer.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, a emenda apresentada neste instante a esta Casa foi discutida pelo Senador Carlos Bezerra na Comissão.

A emenda tem por finalidade fazer com que a rolagem da dívida não se limite a 98%, mas que atinja 100%. Dada a situação do Estado do Mato Grosso, o Banco Central recomendou que a rolagem da dívida do meu Estado fosse de 100%, porque não havia margem para que se resgatasse título por conta do Estado.

Evidentemente, em função da orientação do Banco Central, somos favoráveis à emenda.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – O parecer é favorável. Completada a instrução da matéria, passa-se à sua imediata apreciação.

Em discussão o projeto e a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação o projeto, sem prejuízo da emenda.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Em votação a emenda.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada, contra o voto dos Senadores José Eduardo Dutra e Eduardo Suplicy.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer oferecido a redação final que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

PARECER Nº 403, DE 1997

COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de
Resolução nº 94, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 94, de 1997, que *autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTENT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 13 de agosto de 1997.

ANTONIO CARLOS MACIEL

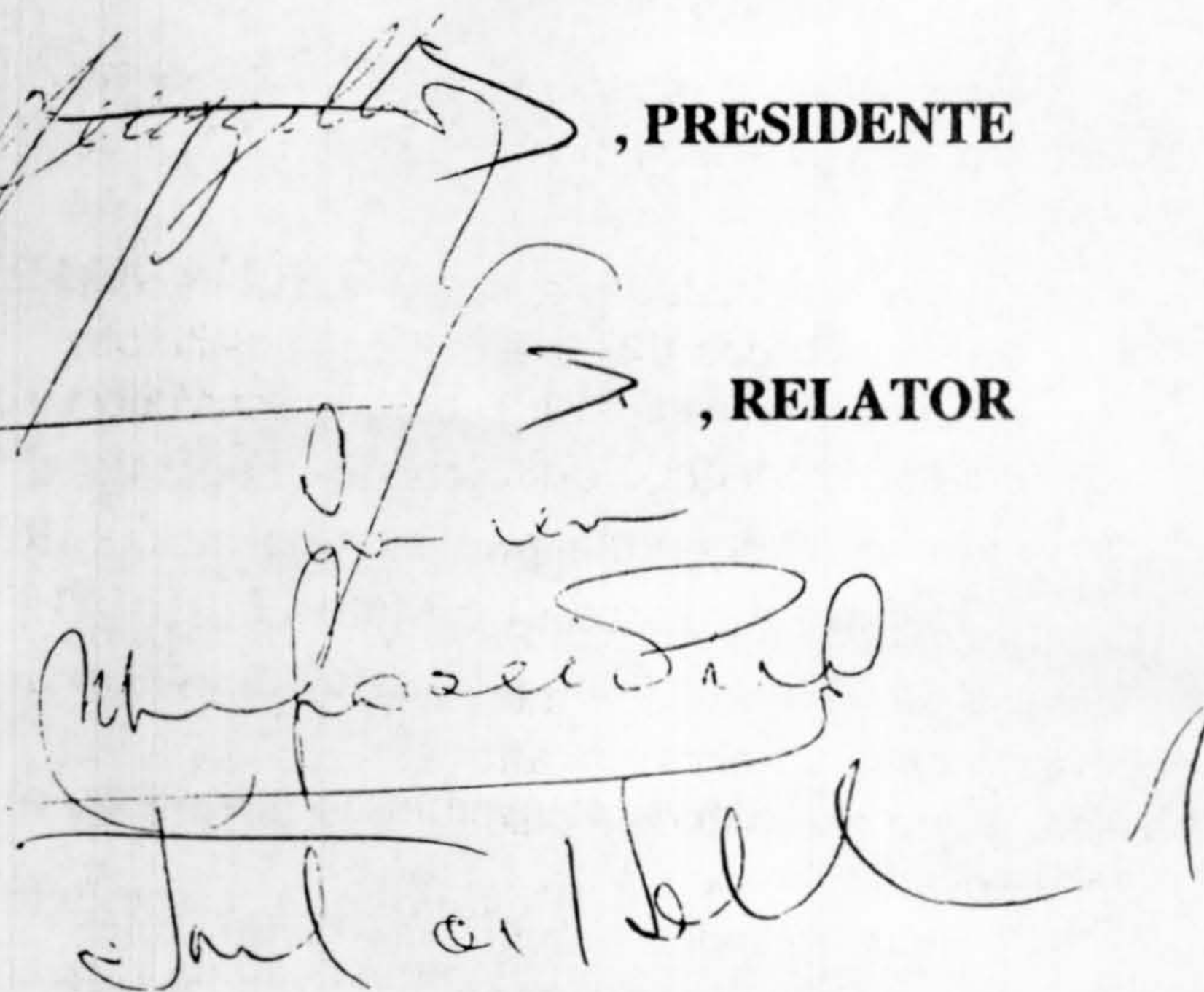
, PRESIDENTE

RAUL NATHALINO

, RELATOR

MAURICE ALMEIDA

JOEL DE HOLANDA



ANEXO AO PARECER Nº 403, DE 1997.

Redação final do Projeto de
Resolução nº 94, de 1997.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu,
_____, Presidente, nos termos do
art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a
seguinte

RESOLUÇÃO
Nº , DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado do Mato Grosso para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Estado do Mato Grosso autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e comprometimento previstos na mesma Resolução, para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Mato Grosso - LFTEMT, cujos recursos serão destinados ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 2º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) *quantidade*: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, sem deduções;

- b) modalidade:* nominativa-transferível;
- c) rendimento:* igual ao das Letras Financeiras do Tesouro - LFT, criadas pelo Decreto-lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;
- d) prazo:* até cinco anos;
- e) valor nominal:* R\$ 1,00 (um real);
- f) características dos títulos a serem substituídos:*

SELIC		
TÍTULO	VENCIMENTO	QUANTIDADE
640365	01.08.1997	385.868
640456	01.08.1997	374.384
640547	01.08.1997	379.508
640639	01.08.1997	384.666
640731	01.08.1997	324.391
640365	15.08.1997	3.335.747
640457	15.08.1997	3.223.572
640547	15.08.1997	2.871.336
640638	15.08.1997	2.533.918
640731	15.08.1997	1.924.909
640364	01.09.1997	1.833.899
640455	01.09.1997	2.047.568
640549	01.09.1997	1.441.418
640640	01.09.1997	1.394.008
640731	01.09.1997	894.434
640365	01.11.1997	393.908
640457	01.11.1997	385.868
640548	01.11.1997	374.384
640639	01.11.1997	379.508
640731	01.11.1997	384.670
640362	15.11.1997	3.474.828
640457	15.11.1997	3.335.747
640549	15.11.1997	3.223.572

640639	15.11.1997	2.871.336
640730	15.11.1997	2.533.922
640364	01.12.1997	2.212.325
640455	01.12.1997	1.833.899
640546	01.12.1997	2.047.568
640640	01.12.1997	1.441.418
640731	01.12.1997	1.394.009

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC			
COLOCAÇÃO	VENCIMENTO	TÍTULO	DATA-BASE
01.08.1997	01.08.1998	640365	01.08.1997
01.08.1997	01.11.1998	640457	01.08.1997
01.08.1997	01.02.1999	640549	01.08.1997
01.08.1997	01.05.1999	640638	01.08.1997
01.08.1997	01.08.1999	640730	01.08.1997
15.08.1997	15.08.1998	640365	15.08.1997
15.08.1997	15.11.1998	640457	15.08.1997
15.08.1997	15.02.1999	640549	15.08.1997
15.08.1997	15.05.1999	640638	15.08.1997
15.08.1997	15.08.1999	640730	15.08.1997
01.09.1997	01.09.1998	640365	01.09.1997
01.09.1997	01.12.1998	640456	01.09.1997
01.09.1997	01.03.1999	640546	01.09.1997
01.09.1997	01.06.1999	640638	01.09.1997
01.09.1997	01.09.1999	640730	01.09.1997
03.11.1997	01.11.1998	640363	03.11.1997
03.11.1997	01.02.1999	640455	03.11.1997
03.11.1997	01.05.1999	640544	03.11.1997
03.11.1997	01.08.1999	640636	03.11.1997

03.11.1997	01.11.1999	640728	03.11.1997
17.11.1997	15.11.1998	640363	17.11.1997
17.11.1997	15.02.1999	640455	17.11.1997
17.11.1997	15.05.1999	640544	17.11.1997
17.11.1997	15.08.1999	640636	17.11.1997
17.11.1997	15.11.1999	640728	17.11.1997
01.12.1997	01.12.1998	640365	01.12.1997
01.12.1997	01.03.1999	640455	01.12.1997
01.12.1997	01.06.1999	640547	01.12.1997
01.12.1997	01.09.1999	640639	01.12.1997
01.12.1997	01.12.1999	640730	01.12.1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 4.660, de 7 de fevereiro de 1984, e Decretos nºs 1.605, de 19 de junho de 1989, e 1.564, de 9 de julho de 1997.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para oferta dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado do Mato Grosso encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 3º No prazo máximo de catorze dias, após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame na Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda dos títulos, até o tomador final.

Art. 4º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo máximo de duzentos e setenta dias, contado a partir de sua publicação.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em votação o Requerimento nº 559, de 1997, de urgência para o Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o requerimento, passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, da Comissão de Assuntos Econômicos, com parecer do Senador Waldeck Ornelas, que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado, com o voto contrário do Bloco, traduzido pelo Líder, Senador José Eduardo Dutra.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Sobre a mesa, redação final que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lida a seguinte

PARECER Nº 404, DE 1997

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 61, de 1997, que aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de agosto de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Carlos Patrocínio**, Relator – **Marluce Pinto** – **Joel de Holanda**.

ANEXO AO PARECER Nº 404, DE 1997

Aprova a programação monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária relativa ao terceiro trimestre de 1997, com as metas indicativas da evolução dos principais agregados monetários.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

O Projeto vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Passa-se à apreciação do Requerimento nº 563, de 1997, de urgência, lido no Expediente, para o Projeto de Resolução nº 92, de 1997.

Em votação o requerimento.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães)

– Aprovado o requerimento, passa-se à apreciação da matéria.

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 92, de 1997, cujo Relator é o Senador Francelino Pereira, que autoriza a elevação temporária dos limites da dívida do Estado de Minas Gerais, para que possa emitir, por intermédio de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro, destinando-se os recursos à rolagem de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

A Presidência esclarece ao Plenário que poderão ser oferecidas emendas à matéria até o encerramento da discussão.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à Comissão Diretora para redação final. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Sobre a mesa, parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação final, que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte

PARECER Nº 405, DE 1997

(Da Comissão Diretora)

Redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1997.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 92, de 1997, que autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Sala de Reuniões da Comissão, 13 de agosto de 1997. – **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente – **Júnia Marise**, Relatora – **Carlos Patrocínio** – **Marluce Pinto** – **Joel de Hollanda**.

ANEXO AO PARECER Nº 405, DE 1997

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Presidente, nos termos do art. 48, item 28, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO Nº , DE 1997

Autoriza a elevação temporária dos limites de endividamento do Estado de Minas Gerais para que possa emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Estado de Minas Gerais autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a elevar os limites de endividamento e com-

prometimento previstos na mesma Resolução, para efetivar a operação de crédito autorizada no art. 2º desta Resolução.

Art. 2º É o Estado de Minas Gerais autorizado, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado Federal, a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Minas Gerais – LFTMG, para giro de sua dívida mobiliária com vencimento no segundo semestre de 1997.

Art. 3º A emissão deverá ser realizada nas seguintes condições:

a) quantidade: a ser definida na data de resgate dos títulos a serem substituídos, mediante aplicação da Emenda Constitucional nº 3, equivalente à rolagem de 98% (noventa e oito por cento) da dívida mobiliária do Estado vencível no segundo semestre de 1997;

b) modalidade: nominativa-transferível;

c) rendimentos: igual ao das Letras Financeiras do Tesouro – LFT, criadas pelo Decreto-Lei nº 2.376, de 25 de novembro de 1987;

d) prazo: cinco anos;

e) valor nominal: R\$1,00 (um real) – SELIC;

f) características dos títulos a serem substituídos:

SELIC

Título	Vencimento	Quantidade
511824	15-8-97	161.982.570.742
511826	1º-9-97	188.539.645.745
511826	1º-10-97	240.885.980.783
511824	1º-11-97	456.958.481.253
511826	1º-12-97	550.693.136.802

g) previsão de colocação e vencimento dos títulos a serem emitidos:

SELIC

Colocação	Vencimento	Título	Data-Base
15-8-1997	1º-8-2002	511812	15-8-1997
1º-9-1997	1º-9-2002	511826	1º-9-1997
1º-10-1997	1º-10-2002	511826	1º-10-1997
3-11-1997	1º-11-2002	511824	3-11-1997
1º-12-1997	1º-12-2002	511826	1º-12-1997

h) forma de colocação: através de ofertas públicas, nos termos da Resolução nº 565, de 20 de setembro de 1979, do Banco Central do Brasil;

i) autorização legislativa: Lei nº 9.589, de 9 de junho de 1988, Decreto nº 29.200, de 19 de janeiro de 1989, e Resolução nº 1.837, de 23 de janeiro de 1989.

§ 1º A publicação do anúncio do leilão para ofertas dos títulos referidos neste artigo será feita com antecedência mínima de três dias de sua realização.

§ 2º O Estado de Minas Gerais encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, toda a documentação referente à oferta dos títulos emitidos ao amparo desta Resolução.

Art. 4º No prazo máximo de catorze dias após concluída a operação de emissão dos títulos autorizada nesta Resolução, o Banco Central do Brasil encaminhará ao Senado Federal, para exame da Comissão de Assuntos Econômicos, todos os registros de compra e venda de títulos, até o tomador final.

Art. 5º A autorização concedida por esta Resolução deverá ser exercida no prazo de duzentos e setenta dias, a contar de sua publicação.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem peça a palavra, encerro a discussão.

Em votação.

Os Srs. Senadores que a aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Sr. Presidente, peço a palavra para uma breve comunicação.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda, por cinco minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Para uma breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 13 de agosto de 1956, há exatos 41 anos, o então Deputado Emival Caiado proferiu um discurso na Câmara dos Deputados que passou para a história do País. Desse discurso nasceu a transferência da Capital do Brasil do Rio de Janeiro para Brasília.

O então Deputado Emival Caiado, à época da Bancada da UDN de Goiás, foi designado, exatamente em função da grande repercussão desse seu pronunciamento, como relator do projeto de lei que havia sido enviado pelo Presidente Juscelino Kubitschek ao Congresso Nacional para a criação da Novacap e a mudança da Capital.

O Deputado Emival Caiado – que conviveu com V. Ex^a, Sr. Presidente, e com alguns dos Srs. Senadores -, foi Deputado Federal por três legislaturas e Senador da República e está hoje com 79 anos – graças a Deus, no gozo de ótima saúde -, fora da vida pública.

Como Senador de Brasília, gostaria de lembrar desta tribuna que a mudança da Capital do País efetivamente só começou a ser concretizada com a aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 3.273, chamada Lei Emival Caiado, que, em seu art. 1º, estabelecia que a Capital do Brasil seria transferida no dia 21 de abril de 1960 para o novo Distrito Federal, já delimitado no Planalto Central do País.

O Deputado Emival Caiado passou à história pelo papel relevante que cumpriu na viabilização da transferência da Capital do Rio de Janeiro para o Planalto Central.

O Dr. Emival Caiado esteve presente, neste plenário, como ex-Deputado e ex-Senador, com toda a sua humildade, mas também com toda a sua importância histórica, celebrando, com seus amigos e sua família, 41 anos do histórico discurso que iniciou, de fato, a transferência da Capital do País.

O Deputado Emival Caiado, Relator-Geral do projeto de lei, foi quem apresentou um substitutivo à mensagem do Presidente Juscelino Kubitschek e, pela sua habilidade política, pela negociação que fez no Congresso, possibilitou a sua aprovação.

Esse registro, Sr. Presidente, parece-me fundamental, não só como uma homenagem ao ex-Deputado e ex-Senador Emival Caiado, mas a todos os brasileiros que acreditaram, naquela época, na possibilidade de transferência da Capital do Brasil e, mais do que isso, na possibilidade de que se interiorizasse, a partir de Brasília, o desenvolvimento econômico brasileiro.

Até os anos 50, o Brasil era demográfica e economicamente litorâneo. E foi a partir dessa iniciativa do Presidente Juscelino Kubitschek e dos Congressistas que aprovaram a Lei Emival Caiado, que o Brasil se interiorizou, conquistou o seu próprio território.

Quarenta e um anos depois do histórico 13 de agosto de 1956, tenho a honra, Sr. Presidente, de vir a esta tribuna, como Senador por Brasília, para fazer este registro e esta homenagem ao Dr. Emival Caiaido e a todos os pioneiros que possibilitaram a construção de Brasília.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao Senador Ademir Andrade, como Líder.

O SR. ADEMIR ANDRADE (BLOCO- PSB-PA. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, no início da atual legislatura, fiz um longo pronunciamento desta tribuna, reivindicando para o Estado do Pará a implantação de uma refinaria da Petrobrás, prevista nos planos de expansão daquela estatal como a estratégia destinada a ampliar a atuação da empresa para as Regiões Norte e Nordeste do País.

Naquela ocasião, mencionava as peculiares condições favoráveis para a implantação da refinaria no distrito industrial do Município de Barcarena, cujas facilidades de infra-estrutura portuária e proximidade com dois grandes projetos industriais (Albrás e Alunorte) indicavam, naquela época, como indicam até hoje, todas as possibilidades para a implantação do empreendimento.

Acredito ser absolutamente dispensável mencionar as repercussões positivas que tal empreendimento traria para o Estado do Pará em particular e para a Amazônia em geral, não só no que respeita à geração de emprego e renda e à verticalização do setor produtivo local, como no que tange à diversificação de toda a economia da Região Amazônica.

Continuo convencido, como estava há cerca de dois anos e meio, de que a implantação de uma refinaria da Petrobrás no Estado do Pará transformaria-se em um marco de desenvolvimento para a Região Norte. Infelizmente, no entanto, essa tem sido uma expectativa vaga e, ao que tudo indica, cada vez mais distante de se tornar realidade...

A partir da quebra do monopólio estatal do petróleo e, agora, com a regulamentação da abertura do setor aos investimentos da iniciativa privada, que, como se sabe, em nível mundial, obedece aos ditames de um verdadeiro cartel de empresas multinacionais que domina esse mercado, tornou-se praticamente inalcançável a concretização desse projeto.

Tem-se notícia, Sr. Presidente, de que o Governo Federal simplesmente afastou a Petrobrás do projeto de implantação de uma nova refinaria no Norte ou Nordeste.

Como se vê, de nada adiantou a pressão política de Governadores, Parlamentares e outras Lideranças de expressão nacional, que reivindicavam a implantação da nova refinaria na Região Norte – como tem sido a nossa pretensão – ou em algum Estado do Nordeste. O discurso do Governo, que faz eco ao processo de desestatização do setor, indica agora no sentido de que tais interesses sejam direcionados à atração de investimentos privados que justifiquem e sejam convincentes quanto às possibilidades para a implantação do novo empreendimento.

Essa diretriz, anunciada pelo Governo por intermédio do Ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, sem dúvida se coloca na contramão do debate político acerca dos interesses das Regiões Norte ou Nordeste do País em dinamizar suas economias. Isto, no entanto, não nos surpreende... Infelizmente, essa parece ser a prática comum desse Governo: tomar decisões à revelia dos interesses do País e de seus setores representativos.

O argumento apresentado pelo Ministro, para afastar definitivamente a Petrobrás do projeto de implantação de uma nova refinaria, indica que não faz sentido o Governo desencadear uma política de privatizações no setor e, ao mesmo tempo, fomentar a participação da estatal na área de refino. Esta seria uma justificativa até plausível, não fosse a contradição que a quebra do monopólio estatal do petróleo, por si só, encerra.

É interessante destacar, Sr^{as} e Srs. Senadores, que o Governo parece mesmo ter uma atitude discricionária quanto aos interesses desenvolvimentistas dos Estados do Norte e do Nordeste do País.

Se, por um lado, o Ministério das Minas e Energia sinaliza, de modo vago e sem consistência, que o Governo poderá até se dispor a analisar qualquer projeto da iniciativa privada que venha a ser apresentado quanto à implantação de uma refinaria na Região Norte, podendo ceder aos interessados, mediante ressarcimento, os estudos de viabilidade técnica e econômica já elaborados, por outro lado, apressa-se em anunciar relevantes investimentos na Região Centro-Sul do País.

A exemplo dessa discriminação, convém citar o projeto de implantação de um novo pólo petroquímico

co paulista, a ser instalado próximo à refinaria de Paulínia e que custará cerca de R\$1,8 bilhão, valor este que prevê, inclusive, a implantação de uma termoeletrica acoplada ao projeto. Os investimentos para a ampliação de rede de dutos deverão consumir entre R\$3 e R\$4 bilhões nos próximos três anos; e a ampliação do pólo petroquímico de Camaçari, visando a auto-suficiência daquele empreendimento na produção de nafta e óleo combustível, custará mais de R\$800 milhões.

É lamentável constatar que o Governo Federal trata os interesses deste País com vários pesos e várias medidas. Registro essas atitudes discricionárias do Governo Federal, no caso específico que envolve o setor de petróleo, reiterando a luta do Partido Socialista Brasileiro para que se encerre essa visão compartimentalizada de desenvolvimento que privilegia alguns em detrimento do abandono a que são relegados tantos outros.

Reitero também meus posicionamentos quanto à necessária implantação de uma política desenvolvimentista séria para este País, que leve em conta a imprescindível reestruturação de sua base produtiva, principalmente nos Estados que fazem parte da região amazônica, de modo a permitir a tão sonhada verticalização do processo produtivo naquela região que, historicamente, tem sido tratada tão-somente como mera fornecedora de matérias-primas semi-elaboradas.

Por fim, considero importante destacar que, dentre tantas outras iniciativas de interesse para a região amazônica, a implantação de uma refinaria de petróleo na Região Norte – de preferência no Estado do Pará e no distrito industrial do Município de Barcarena – está entre os assuntos que deveremos debater no seminário que a Comissão Especial para o Desenvolvimento da Amazônia realizará nos próximos dias 25 e 26 no auditório da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia em Belém – PA.

Espero que lá estejam presentes o Ministro do Planejamento, Antonio Kandir, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, e o Ministro do Meio Ambiente, Gustavo Krause. Haveremos de discutir todos os nossos problemas, além desse que aponto nesse momento e que considero um dos mais importantes para a integração de nossa região ao desenvolvimento do País e para seu próprio desenvolvimento.

Era esta a manifestação que tinha a fazer.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, o Sr. Antonio Carlos Magalhães, Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Carlos Bezerra, por permuta com o Senador Júlio Campos.

O SR. CARLOS BEZERRA (PMDB – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quando no exercício do Governo de Mato Grosso, adotamos programa direcionado à definição e à implantação de política de integração desse Estado com os países vizinhos. Naquele contexto, a hidrovia Paraguai-Paraná mostrava-se fundamental ao crescimento dos países da Bacia do Prata – Brasil, Argentina, Paraguai, Uruguai e Bolívia, decisiva para a consolidação da unidade latino-americana e de notável importância para nosso Estado, na medida em que se intensificassem as relações comerciais, tecnológicas e sócio-culturais na região.

É com grande satisfação, portanto, que acolhemos a decisão do Governo Federal de retomar esse projeto, aliando o propósito do desenvolvimento econômico aos benefícios sociais que ele pode gerar, obtendo, finalmente, a almejada união regional. Compondo a nova matriz dos transportes no continente, a hidrovia, amparada em mecanismos de proteção do meio ambiente, garante a redução das despesas de frete, acelera a competitividade dos produtos regionais e dinamiza a economia das pré-faladas nações.

Dessa forma, já a partir de 1998, o transporte hidroviário poderá ser utilizado em larga escala, trazendo, mensalmente, pelo menos 12 mil toneladas de trigo argentino para as empresas de beneficiamento que estão se instalando em Cuiabá, visando à produção de farinha, ração e massas alimentícias, destinadas ao mercado interno e à exportação.

Nesse último caso, grupos industriais empenhados em atividades como plantio e beneficiamento de algodão – fiação, tecelagem, tinturaria e confecções -, além da criação e engorda de gado bovino, vêm usando cada vez mais essa via de transporte. Até junho último, seguiram pelo rio Paraguai até o porto de Nueva Palmira, no Uruguai – uma distância de mais de 3.400 quilômetros -, 40 mil toneladas de soja, prevendo-se que, até o final do ano, a quantidade transportada possa chegar a 200 mil toneladas.

O potencial de utilização da hidrovia não fica a isso limitado. Ao contrário, o mesmo Uruguai também necessita importar açúcar e madeira de Mato Grosso, vendendo ao nosso Estado arroz, grãos e produtos lácteos. A Argentina, que no ano passado recepcionou embarques de um milhão e meio de toneladas de minério de ferro, beneficiando-se das facilidades desse meio de transporte que propicia o aproveitamento do porto de Rosário, na Província de Santa Fé, pretende aumentar a importação de frutas tropicais e madeiras de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, e exportar trigo, milho, sal e fertilizantes.

Pesquisas promovidas pelo Comitê Intergovernamental da hidrovia Paraguai-Paraná, criado, em 1989, pelos chanceleres dos países da Bacia do Prata, comprovaram que, no lugar de um comboio fluvial de apenas 18 chatas, os 4 mil caminhões que transportam 50 mil toneladas de grãos, manganês e minério de ferro, de Mato Grosso para os terminais de Santos e Paranaguá, no Atlântico, utilizam a mão-de-obra de 8 mil homens, consomem 20 mil pneumáticos e incalculável quantidade de combustível e peças de reposição. Isso significa que, em longa distância, a hidrovia reduz pela metade o custo do transporte rodoviário. Além disso, representando a saída natural para o Cone Sul pelo Atlântico, promove o intercâmbio entre as nações e a redução do consumo de combustível, assegurando competitividade à produção nacional.

Ante essas felizes perspectivas, não se pode opor qualquer tipo de obstáculo ao futuro de grandeza de um Estado cuja produção de soja, no Chapadão dos Parecis, alcança 2,7 mil quilos por hectare – superando a média registrada pelos plantadores do meio oeste norte-americano –, produz 7 milhões de toneladas de grãos; tem um rebanho de 15 milhões de cabeças de gado; pratica suinocultura equivalente à do Primeiro Mundo e fruticultura tecnicamente atualizada, ainda preservando altíssima capacidade produtiva, a ser oportunamente explorada.

Decerto, não se desconhece que o transporte de carga na região do Pantanal mato-grossense, pela preocupação que desperta em setores governamentais, empresariais e de entidades preservacionistas, é singularmente polêmico. Essa não é, porém, uma dificuldade intransponível e muito menos inédita em nações em desenvolvimento, que necessitam encontrar o ponto de equilíbrio entre a necessidade de crescimento econômico e a observância dos limites ditados pela irrecusável defesa do meio ambiente.

No entanto, algumas organizações de ecologistas vêm procurando dificultar a completa implantação da hidrovia Paraguai-Paraná, desconhecendo que esse projeto não determina interferência no ecossistema. É falsa, por isso, a alegação de que se pretende retificar trechos do rio Paraguai para facilitar a navegação de maiores embarcações, porquanto não há impedimento para o trânsito de comboios de até duas colunas de três barcas de 500 toneladas, dispensando, assim, as supostas correções.

As autoridades brasileiras, assim também as dos demais países, objetivam consolidar a integração latino-americana a partir da utilização do sistema hidroviário e do transporte intermodal, sob a garantia de rigoroso monitoramento do meio ambiente, que há de ser sempre resguardado.

Como se vê, alguns poucos passionais da ecologia ainda condenam a existência de hidrovias, como a ignorar que, em cinco séculos de utilização, o crescente movimento de barcos não produziu danos aos rios ou ao Pantanal. Essa visão retrógrada do que seja uma verdadeira política preservacionista, e que assim tende para a construção de barreiras ao desenvolvimento, por variados e inconsistentes motivos levou a hidrovia Araguaia-Tocantins à paralisação, determinada por sentença judicial de primeira instância, atendendo a pedido de uma organização não-governamental – ONG.

Daí concluirmos, Srs. Senadores, pela impossibilidade de se deter, de forma contínua, o progresso econômico em marcha, sobretudo se ele vem adicionado de correto programa de preservação do meio ambiente e se promove benefícios para todos – como vem sendo o caso das hidrovias referenciadas – ainda quando rejeitado por grupos de ativistas, em nome de uma utópica intocabilidade da natureza, que nesse caso não existiria para usufruto do homem, mas apenas e tão-somente para sua contemplação.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Jefferson Péres. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (Bloco/PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de me manifestar neste dia, porque, de hoje até o dia 24 do corrente mês, a cidade do Rio de Janeiro estará vivenciando sua 8ª Edição da Bienal do Livro. O Estado do Rio de Janeiro tem marcado presença nacional nas iniciativas em relação às atividades dessa natureza. O crescente número de visitantes é outra prova irrefutável desse sucesso.

A dimensão e os benefícios econômico-sociais advindos de tal evento, e de similares, levam-me a registrar aqui, neste plenário, sua realização.

Estatísticas do IBGE comprovam que a oferta de emprego está diretamente relacionada com o nível de instrução e com a capacitação para o cargo ou função. No período de 1995/1996, a oferta de empregos para os sem-instrução caiu para 10,9%; para os que têm o 1º grau completo, cresceu 2,4%; para os que possuem o 2º grau completo, subiu 5,7%; e, finalmente, para aqueles com curso superior, aumentou 4,6%.

Sempre soubemos que há mão-de-obra brasileira desqualificada. Mesmo no nível de 3º grau, raramente se encontra quem redija, com clareza, objetividade e de acordo com as regras gramaticais, um simples relatório, parecer ou outro documento oficial qualquer. Faltou-lhes, indubitavelmente, cultivar o hábito da leitura.

O fenômeno da globalização acentuou o despreparo em vários níveis, seja de trabalhadores, empresários ou industriários. Os que não investiram na atualização profissional, no conhecimento das novas técnicas e das novas tecnologias, foram e estão sendo cada vez mais marginalizados pelo mercado econômico.

O hábito da leitura poderia e pode ajudar na capacitação profissional, na integração do ser humano com o mundo, com o ambiente em que vive, e no seu crescimento social. A leitura amplia os horizontes de qualquer pessoa, em todos os sentidos: é por meio dela que se descobrem os diferentes países, povos e costumes, as diversas filosofias e religiões, os desiguais sistemas políticos e econômicos.

Vários programas e campanhas têm sido desenvolvidos na conscientização da importância do hábito de ler. Os resultados desse trabalho já se fazem sentir: dados do Ministério da Educação demonstram que o índice de repetência dos alunos da

1ª Série do 1º grau, que em 1981, era de 57%, em 1995 e 1996 baixou para 44%; o dos alunos da 1ª série do 2º grau, que em 1990 era de 42%, caiu para 34%. A Câmara Brasileira do Livro ratifica, com os seus dados, essa correlação: em 1995 foram vendidos 2,4 exemplares por habitante; em 1996 o volume total de vendas cresceu para 2,57 exemplares por habitante.

As feiras de livros representam, pois, oportunidades imperdíveis de aprimoramento do ser humano, colocando à sua disposição, por preços mais acessíveis, todas as novidades do Planeta.

Isso posto, não posso deixar de enfatizar, igualmente, a importância das medidas e implementações adotadas pela Secretaria de Comunicação Social desta Casa, sob a direção de Fernando César Mesquita, no intuito de aperfeiçoar não só a imagem da Instituição e dos Parlamentares mas, principalmente, de melhor divulgar seus trabalhos junto à população brasileira. Desde 1995, sob a Presidência do Senador José Sarney, hoje sob a Presidência do Senador Antonio Carlos Magalhães, foram e continuam sendo implantados vários serviços nesse sentido: a **Agência Senado**, a **Central de Vídeo**, o **Congresso Hoje**, o **Jornal do Senado**, o **Senado em Linha Direta**, a **TV Senado**, a **Voz do Brasil**, entre outros.

Com tais serviços, o Brasil inteiro tem condições de acompanhar o que acontece no plenário, nas comissões, na Mesa Diretora, nos gabinetes dos parlamentares, bem como de conhecer o funcionamento da Casa e o seu papel institucional. Tal acompanhamento se dá por meio da rede de informática, da Radiobrás e das TVs educativas nos Estados, de todas as emissoras do País, por TV a cabo e, até mesmo, nos vôos das companhias aéreas que saem de Brasília.

Apesar de ainda não terem adequada infraestrutura para tal fim, as equipes das Secretarias de Comunicação Social e de Documentação e Informação desta Casa estão ampliando e aprofundando, ainda mais, as relações com a sociedade brasileira. Senão, vejamos: desde o ano passado, o Senado vem participando de algumas das diversas feiras do livro realizadas pelos diferentes Estados da Federação.

Conseguiram resultados significativos nesses eventos, principalmente na I Feira Interamericana do Livro, realizada em maio do corrente, em Curitiba, e na Feira Internacional do Livro, realizada em junho próximo passado, em Recife.

Pesquisa realizada com as pessoas que visitaram o estande do Senado, nessas duas feiras, obteve os seguintes resultados que fiz questão de trazer a esta tribuna:

89% dos pesquisados não esperavam encontrar um estande do Senado Federal;

52% não sabiam que o Senado tem uma editora;

51% tiveram interesse em conhecer o material em exposição e o trabalho do Senado;

92,5% afirmaram que a participação do Senado, nessas feiras, aproxima esta Instituição do cidadão.

Reproduzo, aqui, algumas das assertivas e sugestões que fizeram, no intuito de melhor ilustrar a importância dessa divulgação:

1ª) "achei interessante essa aproximação com o público, desperta interesse";

2ª) "gostaríamos que o Senado ficasse mais próximo de nós";

3ª) "gostei de conhecer as obras publicadas, pois explicam qual a função do Senado";

4ª) "poderiam fazer um trabalho parecido nas escolas, pois nós estudantes não temos nenhuma visão do Governo, a não ser a que a imprensa passa"; e, por fim,

5ª) "com este trabalho começamos a perceber que a democracia está sendo exercida em sua plenitude".

Essas opiniões, emitidas pelo nosso povo, acredito, dispensam quaisquer outras palavras ou considerações sobre a necessidade de esta Casa divulgar, sempre mais, e de todas as formas possíveis, os trabalhos que realiza.

Quero, como representante do Estado do Rio de Janeiro, convidar todos os meus nobres colegas a participarem da 8ª Bienal do Livro. Suas presenças, além de abrilhantarem ainda mais tão importante evento, em muito contribuirão para maior conscientização do seu significado e para demonstrar o real interesse de V. Ex^{as} de integração com os demais cidadãos.

Faço isso porque tenho tido todo cuidado e apreço ao acompanhar o esforço que o Senado tem desempenhado no setor da comunicação. Talvez para alguns a **TV Senado** não signifique muito pelo fato de terem acesso à grande mídia e poderem passar as suas mensagens, mas, para outros que não têm essa oportunidade, esse canal tem-se tornado altamente relevante. Reconheço que ele ainda pode-

rá crescer muito e quero acompanhar seu crescimento.

Ainda que muitas vezes, desta tribuna, falemos apenas para a Assessoria de Comunicação, para a Presidência da Mesa e para alguns poucos Parlamentares, sabemos que a equipe de comunicação desta Casa cuida de levar à população brasileira as mensagens, as ideologias, as filosofias e o comportamento de cada um de nós, assim como nossos trabalhos nas comissões, em seminários, em plenário e, às vezes, até nosso trabalho no Estado, como acontecerá na Bienal que será realizada no Rio de Janeiro, quando será apresentada a biografia dos Senadores do Estado do Rio de Janeiro: Artur da Tavola, Abdias Nascimento e Benedita da Silva.

Além disso, há muito eu também desejo fazer aqui um elogio muito grande a esse serviço que está democratizando o espaço que se chama Parlamento. É por meio da comunicação e do trabalho desenvolvido por esses servidores dedicados que temos recebido várias contribuições que o povo nos tem dado, seja criticando o nosso comportamento e o nosso trabalho, seja contribuindo para que possamos desempenhar nossa função com maior presteza.

Sr. Presidente, quero, neste momento, até chamar a atenção para um acontecimento muito interessante. Alguém me disse o seguinte: "Diga aos Srs. Senadores que estamos acompanhando. Peça-lhes que não façam discursos muito longos, para que nós possamos acompanhar princípio, meio e fim".

A partir desse fato, comecei a fazer algo que não fazia até então, que é pedir a palavra para uma comunicação inadiável, quando só disponho de cinco minutos. Assim, nós nos educamos. Quando estamos discorrendo sobre algum tema, às vezes nos prolongamos além dos vinte minutos que nos são dados antes da Ordem do Dia e dos cinquenta minutos que nos são dados depois dela.

Esse comentário chamou-me a atenção, e estou fazendo esse registro para chamar a atenção também dos Srs. Parlamentares para o fato de que o povo brasileiro está vendo a **TV Senado**. O povo brasileiro está acompanhando, está aprovando, está apoiando esse trabalho da comunicação que aqui está sendo feito. Para não cometer erros ao citar nomes — poderia omitir alguns —, menciono apenas o nome de Fernando Mesquita ao fazer esta homenagem ao serviço de comunicação da Casa. Ao citar Fernando Mesquita, homenageio essa equipe de de-

dicados servidores da Secretaria de Comunicação e, ao mesmo tempo, a Bienal do Livro, no Estado do Rio de Janeiro, meu Estado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero dedicar-me a uma reflexão sobre a decisão, extremamente difícil, dolorosa, tomada pelo Governador do Estado do Espírito Santo, Vitor Buaiz, na última segunda-feira, quando se desligou do PT.

Ainda ontem, o Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, por ocasião do lançamento de sua candidatura à Presidência do Partido dos Trabalhadores, realizada no Sindicato dos Bancários, em Brasília, expressou a dificuldade por que passou o partido diante da saída de Vitor Buaiz, ressaltando que S. Ex^a é uma pessoa extremamente ética, que teve divergências com deputados estaduais, com segmentos do PT no Estado do Espírito Santo, que o levaram a sair.

Eu disse ao Presidente José Dirceu e a tantos que ali estavam, e o mesmo faço da tribuna do Senado Federal, que nós do PT precisamos criar as condições para que Vitor Buaiz retorne ao seio do Partido que ajudou a formar nos últimos 17 anos. Vitor Buaiz começou a se destacar entre nós, companheiros de PT, quando era Presidente do Sindicato dos Médicos. Uma figura extremamente respeitável até por sua forma de viver e de se relacionar com as pessoas, por suas excepcionais qualidades, foi eleito Deputado Federal, o primeiro de nosso Partido, pelo Estado do Espírito Santo. Na Constituinte, destacou-se sobremaneira.

Tinha iniciativas pioneiras, até mesmo sobre formas de viver. Dentre outros aspectos interessantes, vou citar um de que me lembro. Como médico, preocupado com a saúde das pessoas e com a sua própria saúde, Vitor Buaiz preferia a alimentação vegetariana, que recomendava às pessoas. Entretanto, aqui no Congresso Nacional, não havia um restaurante vegetariano. Foi ele quem procurou organizar os seus pares para que a Mesa da Câmara dos Deputados se convencesse dessa necessidade e, portanto, graças a ele, todos aqueles que preferem esse tipo de alimentação podem hoje fazer uso do restaurante vegetariano que existe na Câmara dos Deputados, que inclusive serve aos funcionários do Senado e a nós Senadores. Esse é um pequeno exemplo.

Vitor Buaiz foi eleito, junto com Luiza Erundina e Olívio Dutra, em 1988, para Prefeito de Vitória. Eram os três prefeitos de capitais do PT: Vitória, São Paulo e Porto Alegre. Em Vitória, como os demais prefeitos de capitais eleitos pelo nosso Partido fizeram, ele introduziu o orçamento participativo. Teve inúmeras iniciativas interessantes no sentido de tornar a administração pública mais transparente e mais participativa. Teve algumas desavenças com pessoas dentro do PT, mas de tal maneira conduziu-se bem que tornou-se o nome mais forte para a sucessão ainda mais difícil – a de ser Governador do Estado do Espírito Santo. Em que pese a pequenas rugas aqui e acolá, ele conseguiu eleger-se Governador daquele Estado, mas num momento extremamente difícil, em que os governos estaduais se viram diante de barreiras extraordinárias.

Vitor Buaiz, por exemplo, avaliou que havia ocorrido um certo arrocho de salário na gestão anterior e que poderia conceder um aumento de 25% na remuneração dos servidores. Isso aconteceu no mesmo ano que se implantou o Plano Real, que acabou diminuindo significativamente os preços. Aquele aumento dos funcionários guardava relação com uma situação inflacionária, e as consequências do aumento acabaram dificultando, porque aumentou sobremaneira o peso dos salários no Orçamento, uma vez que a arrecadação não cresceu na mesma proporção. Assim, as dificuldades começaram a ser cada vez maiores. O Governador se viu obrigado a pensar numa maneira de enxugar as despesas, e, a partir daí, cresceram os conflitos naturais entre as organizações representativas dos médicos, dos professores, dos servidores em geral e a administração.

No curso dessas dificuldades, o Governador precisou recorrer, por exemplo, à Caixa Econômica Federal e a outras instituições financeiras da União, e os responsáveis pelo Governo da União acabaram exigindo ora a privatização da Escelsa, ora medidas de enxugamento, tais como programas de demissão voluntária e assim por diante, o que veio a acirrar os ânimos dentro do PT.

Não conheço tanto os detalhes e, por isso mesmo, tive hoje uma conversa com o Deputado Federal João Carlos Coser, que muitas vezes foi um aliado e muitas vezes um discordante de Vitor Buaiz. Pedi a ele que me explicasse um pouco o problema e falei ao Deputado que hoje faria uma reflexão da tribuna do Senado em sinal de respeito a esse companheiro.

Quero transmitir aos companheiros do PT, mesmo àqueles que discordam de Vitor Buaiz num ou noutro aspecto, que o considero um valor muito tão significativo na história do PT, uma pessoa que sempre se apresentou com valores éticos muito próximos daqueles que julgo importantes na defesa do interesse público. Seus adversários não mencionaram qualquer quebra da ética pessoal e consideram que seus procedimentos foram realizados com a devida probidade. Não há registro de acusação de denúncias sobre suas atitudes no que diz respeito à seriedade no trato da coisa pública.

Apesar das divergências, quero registrar o respeito que tenho por Vitor Buaiz e dizer que me coloco à disposição para com ele dialogar e também com o Partido, porque gostaria, num espaço de tempo não muito longo, ao examinar as diversas opções de partido, ao examinar a sua própria história e inclusive as palavras de Vitor Buaiz na sua carta à Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, instrumento com o qual se desligou, eu gostaria, repito, de lhe dizer: suas palavras são próprias de quem ainda poderá vir a dar extraordinária contribuição ao Partido dos Trabalhadores. Seus dezessete anos entregues à causa do PT, que você ajudou a construir por acreditar na utopia de uma relação política para uma nova sociedade, exercendo os cargos que exerceu, mostram que você tem muito ainda a contribuir para que venhamos a construir uma Nação justa.

Num trecho de sua carta, diz que "não faz sentido ignorar que o fenômeno multifacetado da globalização nos coloca diante de um desafio gigantesco: como conciliar as necessidades de reduzir custos e se tornar competitivo com as carências de grandes contingentes da população que, já destituídos dos ingredientes mínimos da cidadania, estão sendo lançados no submundo do desemprego ou lutam pela sobrevivência na selva da economia informal?"

Será que há solução para isso? Há sim, Vitor. Podemos assegurar a todos os brasileiros o direito à riqueza da Nação e à sobrevivência; podemos assegurar a todas as crianças do Brasil pertencentes a famílias de pouca posse ou muito carentes o suficiente para não precisarem estar trabalhando tão precocemente. E mediante que instrumento? Por exemplo, a renda de cidadania, uma renda garantida, que deve ser prioritária. Se governos, como o de Fernando Henrique Cardoso, colocam como prioridade ora criar o Proer para ajudar instituições financeiras, ora criar condições para a privatização de empresas como a Excelsa e outras, ora criar instru-

mentos para dinamizar a economia aqui e acolá, nós, do PT, podemos mostrar, com clareza, que há caminhos.

Sr. Presidente, requeiro que seja anexada ao meu pronunciamento a carta de Vitor Buaiz ao PT, para que possamos todos refletir sobre esse documento. Na forma do Regimento, arco com eventuais despesas de publicação.

Será importante criarmos as condições para que ele e o Partido reflitam, a fim de que possa retornar um dia a nossa Casa.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. EDUARDO SUPPLY EM SEU DIS- CURSO:

CARTA À DIREÇÃO NACIONAL DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

Depois de 17 anos entregues à causa do Partido dos Trabalhadores, que ajudei a construir, por acreditar na utopia de uma relação política para uma nova sociedade, exercendo mandatos políticos – primeiro como Deputado Federal, depois como Prefeito de Vitória e agora como Governador do Espírito Santo –, chegou a hora de tomar a decisão que venho adiando em nome da esperança, enfim frustrada, de que a disputa entre as correntes internas do Partido pudesse gerar um projeto democrático de desenvolvimento para o Brasil e o Espírito Santo, incluindo novas formas de relação entre o Estado e a Sociedade. No entanto, esta disputa transformou-se em uma luta fratricida para afirmar ou negar velhos dogmas da esquerda, dissociados da realidade brasileira e dos interesses maiores da população hoje.

Na década de 70, entrei na vida pública, a partir da minha vivência como médico, professor e líder sindical, comprometido com a necessidade de alterar o quadro social da época. Aprendi a fazer política com compromisso, no meio do povo sofrido e esperançoso, ao lado de companheiros alimentados por princípios de fé e coerência de vida. No contexto da América Latina dominada por governos militares, cusamos sonhar com a libertação desse povo, o que exigiu sacrifícios profundos de cada um que apostou neste sonho.

A realidade da década de 80 mostrou que era possível ser uma alternativa. Credibilizado pela grande mobilização nacional e pela adesão massiva de segmentos mais comprometidos com um projeto maior para o País, o PT cumpriu o simbolismo de sua estrela: sinalizou os caminhos para a transformação social. E foi no bojo desta luta, vislumbrando a perspectiva de uma nova trincheira no combate às desigualdades sociais, dentro de um patamar mais elevado da política que ingressei na vida pública, sacrificando minha profissão de médico e de profissional da área de saúde.

Na Constituinte, integrei a bancada petista de 16 Deputados, representando 5 Estados (ES, SP, MG, RJ, RS), que defendeu os interesses de milhões de excluídos. Como Prefeito de Vitória, juntamente com Luísa Erundina em São Paulo e Olívio Dutra em Porto Alegre – sustentados por outras prefeituras petistas em cidades de pequeno e médio porte –, deixamos marcas importantes para a administração pública, dentre elas o Orçamento Participativo e políticas salariais dignas e criamos a Frente Nacional dos Prefeitos (fórum coletivo de discussão dos grandes problemas nacionais).

Esta trajetória de vida, aliada à garra da militância, levou-me a ser o primeiro governador do PT, juntamente com o companheiro Cristóvam Buarque, no DF. Graças ao nosso empenho, conseguimos, a duras penas, reunir os demais governadores – fato histórico – para debatermos a crise brasileira, forçando o governo federal a uma negociação coletiva que inclui os pequenos Estados do Nordeste. Os companheiros sabem que não é fácil fazer uma articulação política como esta quando se é minoria, pois a cultura tradicional sempre apontou para o individualismo; no entanto os primeiros passos foram dados.

Sempre me orgulhei de participar de todos os momentos da história do PT, mas a minha disposição para a convivência partidária esgotou-se diante da intolerância de grupos secretários que se consideram donos da "verdade revolucionária", se eximindo de elaborar propostas coerentes e viáveis para os desafios que nos foram colocados no exercício do governo.

Essa situação de conflito permanente chegou a um limite, que se traduz na seguinte constatação: meus maiores opositores são os deputados do meu próprio partido na Assembléia Legislativa do Espírito Santo.

O alarme da profundidade da crise interna do PT soou para mim na reunião do diretório nacional em maio passado, quando, na ânsia de resolver as dificuldades de governar o meu Estado, acatei a decisão de me submeter a um conselho partidário estadual que – sem ouvir as razões que me levaram a adotar certas medidas em relação aos servidores e às finanças públicas – condenou-me sumariamente como "neo-liberal"...

A população capixaba, que tem dado tantas provas de maturidade em sua consciência civil, não merece continuar assistindo a esse espetáculo de degradação política. Lamento profundamente que o Espírito Santo tenha sido o palco de cenas deploráveis para um partido "movido a utopia, generosidade e luta", como disse o companheiro Patrus Ananias em sua recente Carta aos Petistas.

O partido está em crise e não será negando-a que vamos resolvê-la. Não quero ser responsabilizado, no próximo encontro nacional, por dificuldades que, o Partido como um todo não tem conseguido superar. O Espírito Santo, que foi o primeiro Estado, ao lado do Distrito Federal, a ter um governador do PT, não quer continuar sendo o bode expiatório das lutas internas do partido.

Será possível que, depois de tanto sofrimento, não conseguimos chegar a uma convivência mais fraterna e civilizada? O que aprendemos com tantos episódios representativos da luta das esquerdas no Brasil e na América Latina? De que nos valem as lições deixadas por militantes como Che Guevara, cujo exemplo de vida reverenciamos 30 anos depois? Bom seria que nos lembrássemos dos primeiros tempos, ainda durante o regime militar, quando Henfil sintetizou o espírito da nossa luta numa frase memorável: "Eu vim para dividir o Poder – com o povo".

Em fevereiro de 1997, quando reunimos algumas lideranças da esquerda brasileira em Vitória, expressei a angústia do governante consciente dos limites de sua ação num contexto de mudanças globais. Aquele encontro nos propiciou o primeiro vislumbre de que, à esquerda, não basta resistir às tentações do voluntarismo ou às simplificações maniqueístas. Nós temos a obrigação de pensar seriamente e formular propostas alternativas ao projeto neo-liberal que campeia pelo mundo e vem ganhando espaço no Brasil.

Desde que fui eleito governador, em 1994, após ferrenho combate nas urnas, contando com aliado no campo de centro-esquerda, venho dizendo que o partido deveria se debruçar sobre a complexa problemática que desafiava todos os governos estaduais: máquina sucateada; grande número de funcionários desmotivados; fim do "imposto inflacionário" que garantia o pagamento dos salários mais ou menos em dia; juros altíssimos aumentando assustadoramente a dívida pública.

A existência de matéria-prima tão rica não foi o suficiente para evitar que o partido consumisse suas melhores energias em disputas internas que, além de tudo, passam à população uma imagem equivocada da vida partidária. A luta burocrática das tendências, num simulacro de democracia, corroeu a credibilidade partidária e minou o que o PT tinha de melhor – a garra da militância, forjada na denúncia do autoritarismo e em campanhas como as Diretas Já e o Fora Collor. No Espírito Santo, que tinha tudo para ser um grande exemplo do Modo Petista de Governar – já provado, com sucesso, na Prefeitura de Vitória no período 89/92 –, a irracionalidade de uma esquerda ultrapassada e o oportunismo da direita chegaram a confluir para um mesmo objetivo: queriam o impeachment do governador. Nas ruas de Vitória, os sindicatos faziam a festa com passeatas de protesto contra o governo. A população, confusa e decepcionada, desistiu de encontrar sentido. E, o que é pior, passou a encarar o governo como refém do sectarismo esquerdista e da incoerência do sindicalismo numa demonstração deplorável da falta de conteúdo político no discurso, e de práticas oportunistas.

Na campanha que me levou à vitória no segundo turno de 1994, ficou claro o compromisso de fazer um governo para todos os capixabas. Não medi esforços para respeitar esse acordo feito em nome da governabilidade. Na reunião do partido em maio, fiz um longo relatório sobre os esforços do meu governo no sentido e promover a integração social, o saneamento das finanças públicas, a democratização das oportunidades, a reforma da máquina do estado e o desenvolvimento da economia.

Quando há sectarismo, todos perdem: Partido, Governo e Sociedade. Mas não podemos desistir e eu repito: é preciso concentrar esforços na construção de um projeto novo para o Brasil e a América Latina – um projeto à altura de um novo milênio. A precária estabilidade da economia, que é um fato real, não oferece garantia de resgate da dívida com a maioria da população.

Também não faz sentido ignorar que o fenômeno multifacetado da globalização nos coloca diante de um desafio gigantesco: como conciliar as necessidades de reduzir custos e se tornar competitivo com as carências de grandes contingentes da população que, já destituídos dos ingredientes mínimos da cidadania, estão sendo lançados no submundo do desemprego ou lutam pela sobrevivência na selva da economia informal?

Reconheço que alguns companheiros de Partido vêm contribuindo com reflexões importantes sobre esse momento de transição. Mantenho minha admiração pelo companheiro Lula, que vem captando as mudanças que estão ocorrendo, como é o caso de sua entrevista após o Fórum de São Paulo, em que declara "a globalização tem que ter uma face humana", e por centenas de outros companheiros e companheiras que compartilharam comigo ao longo de 17 anos de convivência fraterna e solidária, o compromisso de construção de um projeto que sirva de alicerce a nova sociedade. Minha expectativa é que o PT redirecione o eixo do debate político interno e volte a ser referência para a atualização da esquerda brasileira.

Não tenho dúvidas de que, apesar das dificuldades, nós no Espírito Santo estamos dando nossa quota de contribuição a esse esforço. Avançamos bastante num salutar e pioneiro programa de reformas que se baseia no enxugamento da máquina governamental. E definimos uma política de desenvolvimento – mais do que estadual, regional – para os próximos anos. Sim, o Espírito Santo, em plena crise financeira, está encarando sem subterfúgios o desafio trazido pela globalização. Além de dotar o estado de instrumentos modernos de gestão – o que inclui a reciclagem dos recursos humanos contratados pelos órgãos públicos –, estamos trabalhando no sentido de suprir as necessidades básicas em termos de saneamento, energia, transportes e logística portuária.

Como democrata, eu jamais chegaria ao extremo de dizer que perdi tempo em algum debate. Lamentavelmente, porém, tenho de reconhecer que gastamos um tempo precioso demais na luta para convencer democraticamente todos os segmentos da sociedade da relevância de dar os primeiros passos para a modernização das relações entre o estado e a população. O debate foi extremamente prejudicado pela visão estreita de grupos que, movidos por interesses imediatos, acabaram se tornando defensores de privilégios, assumindo posições distantes dos interesses da maioria da população – objetivo central de um governo democrático.

Nós sabíamos que a decisão de realizar uma reforma transparente encontraria resistências, de certa forma naturais num ambiente deturpado pelo paternalismo e o clientelismo tão comuns na máquina de governo. Entretanto, não podemos mais aceitar a intolerância de algumas entidades sindicais de servidores públicos que perderam o senso da realidade e que, apesar do discurso de melhoria do serviço público, atuam de fato no sentido de manterem privilégios no aparelho estatal.

Resta a certeza de saber que não perdemos tempo mas, sim, avançamos na percepção de um outro caminho. Diante de tanto desgaste, tornou-se evidente para a sociedade capixaba que a criação de novas formas de participação e de relações do Estado com a sociedade é condição básica para a montagem de um novo modelo de desenvolvimento que se sustente mais na iniciativa responsável dos cidadãos e menos na vontade política dos governantes do momento. Ao governo cabe gerir de forma eficiente os recursos públicos, cuja escassez recomenda uma concentração nos setores de educação, saúde e segurança – os itens mais reclamados pela população que precisa da assistência do Estado. Fora daí, compete ao governo organizar parcerias, viabilizar projetos e criar um ambiente favorável ao desenvolvimento sustentável – sem hipotecar o futuro do Estado por meio de concessões irresponsáveis a grupos nacionais ou estrangeiros detentores de capital e tecnologia.

Como governante, cidadão e ser humano tenho um compromisso claro com a ética, tanto na vida pessoal, quanto na gestão da coisa pública. E, por acreditar na importância dessas novas relações do Estado com a sociedade para o efetivo exercício da cidadania é que neste momento estou me desligando do Partido dos Trabalhadores que, no Espírito Santo, pela ação de grupos sectários vem bloqueando a possibilidade de concretização desse projeto. Orientado pelos interesses da maioria e não pelo atendimento de reivindicações de ocasião, estou convencido de que a sociedade saberá cobrar a responsabilidade dos políticos que estão se omitindo nesta hora grave.

Acreditei, idealisticamente, que certas lideranças partidárias fossem capazes de discernir entre as exigências de um governo democrático e os interesses do partido. Chegamos assim a um impasse. Ou concluo a obra de governo que as circunstâncias me impõem, estabelecendo uma nova concepção de Estado ou estaremos retardando a cada dia a execução das medidas necessárias. É meu empenho mostrar que o governante não pode se conformar em "passar adiante" os problemas administrativos do Estado. Preocupo-me, especialmente, com a governabilidade do Espírito Santo, freqüentemente colocado numa situação difícil entre o Sudeste, o Nordeste e o Centro-Oeste.

Procurarei ampliar as relações do governo com a sociedade, com os partidos e lideranças políticas, bem como os demais poderes constituídos visando definir uma cooperação que possibilite o desenvolvimento do Estado e a prestação de serviços de qualidade à maioria da população.

A busca de contribuir na construção de um novo projeto para o desenvolvimento do país, e a necessidade de avançar na superação da crise no Espírito Santo levam-me ao afastamento do Partido que ajudei a fundar. Embora saiba que minha decisão terá reflexos na vida política do Estado e do País, a opção pelo desligamento do PT é estritamente individual. Mesmo saindo, não perco a identidade com os princípios que me motivaram a ter uma participação decisiva na construção de um Partido de massas, democrático, e socialista. Fico na expectativa de que após o XI

Encontro Nacional do PT, o partido estabeleça um amplo debate interno para formular políticas de governo que enfrentem a crise do Estado brasileiro e defina um novo padrão de relacionamento com seus representantes em cargos executivos.

Os companheiros poderão continuar contando com a minha militância, onde quer que esteja, em defesa da ética e dos direitos humanos, construindo um estado e uma sociedade mais democráticos, e na luta pela cidadania plena para todos os brasileiros.

Saudações fraternas, Vitor Buaiz.

Vitória ES, 11 de agosto de 1997.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Carlos Wilson. V. Ex^a dispõe de 8 minutos, mas poderemos prorrogar a sessão, caso haja necessidade.

O SR. CARLOS WILSON (PSDB-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 7 deste mês, fui recebido em audiência pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, juntamente com o Deputado Federal Luiz Piauhyli-no, na qual tive oportunidade de debater com S. Ex^a problemas de relevância para Pernambuco, todos constituindo velhas reivindicações de meu Estado.

Foi um encontro bastante proveitoso em que tratamos de assuntos sobre os quais o Presidente da República demonstrou conhecimento, garantindo que o Governo Federal vai-se empenhar na rápida concretização de antigos projetos do povo de Pernambuco.

Há muito o Nordeste vem desenvolvendo persistente esforço para articular sua economia com as demais regiões do País, por meio de significativas transformações na estrutura produtiva e de ajustamento interregional. Programas de investimentos no Norte e no Centro-Oeste do Brasil e a integração dessas regiões com o Nordeste propiciarão o desenvolvimento de extensas áreas com enorme potencial de exploração econômica, desde que atrelados à disponibilidade de modernos meios de transporte, imprescindíveis para possibilitar a movimentação de grandes volumes de carga com segurança e a baixos custos.

A Ferrovia Transnordestina, idealizada no século passado, com traçado acompanhando a configuração da costa nordestina, há muito não atende às necessidades da região, que hoje clama por desenvolvimento integrado com seu interior. Daí a urgência da recuperação e implantação de novos trechos ferroviários, sobretudo daqueles componentes da ligação norte-sul da Transnordestina, capazes de assegurar o transporte necessário aos programas regionais de desenvolvimento. Pernambuco tem es-

pecial interesse na articulação do sistema ferroviário regional, com prioridade para as ligações Petrolina-Salgueiro-Ingazeiras-Missão Velha, pelos efeitos dela decorrentes para a economia regional, resultantes da maior integração da região com o dinâmico pólo nacional. Objetivando modernização e racionalização do sistema, o Governo do meu Estado quer implantar terminais intermodais de cargas, centrais de frete, dinamizando o uso do porto fluvial de Petrolina, bem como do porto marítimo de Suape, alcançando o Mercosul e mercados internacionais.

Reconhecendo a importância decisiva do problema para todo o Nordeste, o Presidente Fernando Henrique Cardoso mostrou todo o interesse para a definição de um cronograma realista e o imediato reinício da mais antiga obra paralisada no Brasil, que é a Ferrovia Transnordestina – iniciada ainda por D. Pedro II -, cuja desestatização abre novas perspectivas para a concretização rápida de tão velha aspiração do povo pernambucano.

Sr. Presidente, aproveitando a receptividade por parte do Presidente da República, abordei na audiência que tive com Sua Excelência outros problemas, também de relevância, que exigem rápida decisão para a expansão econômica em meu Estado e em todo o Nordeste. Informei que os Srs. Eliezer Batista e Benjamin Steinbruch consideram Suape o lugar ideal para a construção de uma usina siderúrgica. O empreendimento é viável ainda porque Pernambuco já dispõe de um gasoduto e tem adequado fornecimento de energia elétrica, por estar o porto de Suape consolidado há mais de dez anos, e, ainda, porque Suape dispõe de água em abundância.

Com empenho, expressei ao Presidente da República a convicção pernambucana de que o Estado será escolhido para a construção de nova montadora da General Motors, para fabricação de jipes, com tecnologia japonesa, como se faz no Canadá. Para concretização desse empreendimento, esperamos, se necessário, o apoio presidencial. Solicitei, ainda, auxílio do Governo Federal para Pernambuco sediar uma unidade de laminação, empreendimento em estudo pelo Estado com a Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, CST e Grupo Gerdau. Tal projeto está em fase final de elaboração. Finalmente, expus ao Presidente a necessidade de decisão urgente sobre a implantação de uma usina termoeletrica em Suape, em face de sua localização excepcionalmente favorável ao empreendimento, conforme constatado por empresas do porte da Shell, Mobil e Amoco, projeto no qual a Petrobrás tem, também, interesse de participar. É esse mais um assunto que

requer célere decisão, a fim de que a região não venha a sofrer falta de energia, diante das incertezas que ainda existem sobre o aproveitamento do potencial hidrelétrico da Amazônia.

Encontrei sempre, Sr. Presidente, da parte do Presidente Fernando Henrique Cardoso receptividade no exame desses assuntos, em face do interesse, afirmado por Sua Excelência, de tudo empreender para que o pleno desenvolvimento nordestino se concretize rapidamente, em condições de sua integração com as demais regiões brasileiras. Esse o empenho de Pernambuco, correspondendo a secular anseio do povo para cuja concretização o Presidente da República assegurou integral apoio.

Esperemos, pois, que se concretizem esses esforços, todos voltados à eliminação das desigualdades regionais, desafio ao qual atribuo a máxima prioridade.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Os Srs. Senadores Gilberto Miranda, Odacir Soares, Gilvam Borges e Guilherme Palmeira enviaram discursos à Mesa para serem publicados, na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. GILBERTO MIRANDA (PFL-AM) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho a esta tribuna expressar minha grata satisfação por constatar que só se tem valorizado e, cada vez mais, nos últimos tempos, o precioso patrimônio institucional brasileiro que é sua diplomacia.

De fato, a qualidade da diplomacia brasileira vem de uma longa e sólida tradição, de defesa de nossas aspirações, de promoção da harmonia com nossos vizinhos e com nossos parceiros internacionais.

Nascida com a independência, a diplomacia brasileira é quase duas vezes secular. Sua grande figurasímbolo, seu patrono, o Barão do Rio Branco, servelhe de inspiração. De geração em geração, nossos diplomatas interpretam o sentido das mudanças históricas no Brasil e no mundo, e projetam os interesses de nossa sociedade, cada vez mais complexa, na forma das muitas pontes e muitas vias que são nossas relações exteriores, sempre a serviço do País.

Com talento, profissionalismo e espírito público, a diplomacia brasileira tem sabido responder aos desafios de cada hora histórica, promovendo as mudanças necessárias em sua atuação e usando a nosso favor as oportunidades internacionais. Foi as-

sim, há um século, quando foi assegurada a formidável empreitada da construção de nossas fronteiras, estáveis e seguras, da paz com nossos muitos vizinhos e da credibilidade junto a eles. É assim, hoje, quando o mundo se vai tomando, cada vez mais, algo como um único e compacto continente, e a era da globalização vem sendo enfrentada pela nossa diplomacia com sua tradicional habilidade, com alto nível de percepção das novas realidades e com notável agudeza e dinamismo nas correspondentes novas ações e iniciativas.

Os diplomatas brasileiros formulam as alternativas de nossa política externa e a executam. É uma política externa, a de hoje, que reflete o Brasil e seus anseios. Que reconhece nossas deficiências, mas também nossos rápidos progressos em todos os setores. Que leva em conta nossa pujança e a renovação do nosso prestígio, que adveio com a estabilização econômica. Que espelha nossa riqueza e diversidade cultural. Não é uma política externa de gabinetes fechados. Atende ao cotidiano das cidades, dos campos, das regiões, dos cidadãos, dos agentes econômicos.

Nos dias que vivemos, a política externa afeta diretamente a sociedade. Podese mesmo dizer: diz respeito ao que se encontra nas prateleiras dos supermercados. E a sociedade deve dela tomar conhecimento, deve acompanhá-la, por meio da opinião pública em geral, da imprensa, do Congresso, das entidades empresariais e sindicais, dos núcleos de estudo especializado das universidades. O Itamaraty tem plena consciência e sensibilidade quanto a esses aspectos inovadores de interação político-social, atua em conformidade com eles, como não pode deixar de ser em uma democracia que se vai afirmando cada vez mais amadurecida.

O que mais caracteriza a política externa brasileira, atualmente, é a ampla gama de seu alcance, a sua horizontalidade. O Brasil interage com todos os continentes, com todos os blocos, procura ativamente uma grande diversidade de parcerias: regionais, bilaterais, multilaterais. A recémreadquirida credibilidade e confiabilidade do Brasil no cenário internacional, por força de sua evolução interna e por ação da diplomacia brasileira, produz também uma dinâmica de retorno: o Brasil desperta interesse, é procurado para parcerias políticas e econômicas, para investimentos. Tudo isso contribui para nosso desenvolvimento econômico e social.

Não se pode deixar de lembrar, a propósito, o sucesso e a dinâmica que marcam o Mercosul. O sucesso do Mercosul reforça o prestígio e os ganhos

de cada um de seus parceiros e, certamente, realça o prestígio do Brasil. Dos bons resultados do Mercosul derivam uma série de ações diplomáticas positivas, que nossa diplomacia tem sabido muito bem gerir e aprofundar. O Mercosul gera comércio com outras regiões do mundo e fortalece a democracia em nossa região. E, segundo a firme posição do Itamaraty, o Mercosul deverá ser o canal de inserção de seus participantes na futura Área de Livre Comércio das Américas, a ALCA. O estabelecimento da Alca deverá se dar nos termos definidos por nossa política externa: no ritmo e gradação conveniente aos membros do Mercosul.

As ações da diplomacia brasileira, a nossa nova realidade interna, tudo isso tem levado, no mundo todo, ao surgimento de uma confiança renovada no Brasil. Isso é fator de acesso do País a mercados diversificados, a novas tecnologias, a investimentos, tudo redundando a favor de nossa prosperidade.

Nossa diplomacia se apóia em firmes diretrizes, em comunhão com os diversos pólos dinâmicos internacionais: a democracia, a liberdade econômica, os direitos humanos, o desenvolvimento sustentado que implica cuidados com o meio ambiente, a não-proliferação de armas de destruição em massa. Mas a variedade, a agilidade e a habilidade nas ações da diplomacia brasileira, sua capacidade de agir com eficácia, de aproveitar as novas realidades do País e do mundo, devem-se às qualidades tradicionalmente cultivadas nos quadros do Itamaraty: a valorização do mérito, da hierarquia, do senso do dever, do sentido de serviço público, da lealdade e fidelidade ao Brasil.

Sr. Presidente, de há muito, muito tempo o Itamaraty deixou de ser o "de punhos de renda". Hoje, ele é o Itamaraty de mangas arregaçadas, trabalhando, com afinco e com altos resultados, para o bem do Brasil e para o progresso da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O SR. ODACIR SOARES (PFL-RO) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje ocupo a tribuna dessa Casa para tecer comentários a respeito da autorização do Senado Federal a União para a contratação de operação de crédito externo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento-BIRD, no valor equivalente de até noventa milhões de dólares americanos, destinada a financiar, parcialmente, o Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária".

Esse Projeto, se inclui entre os que compõem o Programa do Governo "Brasil em Ação", tem por escopo complementar as políticas e ações de reforma agrária implementadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, objetivando avaliar a viabilidade da descentralização permitindo aos beneficiários dos Estados eleitos: Bahia, Ceará, Maranhão, Minas Gerais e Pernambuco, desde a identificação e obtenção da terra até o desenvolvimento, exploração e gestão dos assentados.

Os beneficiários do empréstimo externo serão as associações civis, localizadas nas áreas do projeto em cada Estado, que correspondem às áreas do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PAPP Reformulado), e que vierem a adquirir terras por meio de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil-BNB. Os recursos externos serão utilizados pelas comunidades rurais para financiar os investimentos de interesse coletivo: infra-estrutura, produtivos e sociais.

O Banco Central do Brasil, por meio do expediente FIRCE/DIAUT/SUCRE-97/309, de 10 de julho de 1997, informou que a operação em tela tem as seguintes condições financeiras:

devedor. República Federativa do Brasil;

executor. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA;

credor. Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD;

valor. equivalente a US\$90.000.000,00 (noventa milhões de dólares norte-americanos), de principal;

juros. sobre os saldos devedores do Empréstimo a uma taxa para cada

Período de Juros igual ao Custo de Empréstimos Qualificados determinado para o semestre anterior acrescida de 0,5% a.a.;

commitment charge (Comissão de Compromisso): 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano sobre o montante não desembolsado.

É importante aduzir que o custo total do "Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária" foi estimado em US\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de dólares norte-americanos) a serem desembolsados no prazo de três anos, sendo que US\$90.000.000,00 (Noventa milhões de dólares norte-americanos), financiados com recursos do BIRD e o restante aportados pelo INCRA US\$45.000.000,00 (Quarenta e cinco milhões de dólares norte-americanos), pelos Estados participantes DS\$6.000.000,00 (Seis milhões de dólares

norte-americanos) e pelos beneficiários US\$9.000.000,00 (Nove milhões de dólares norte-americanos).

A ampliação do programa de reforma agrária brasileiro, além de se constituir na estratégia mais adequada, a curto e médio prazo, para a geração de postos de trabalho no campo, a mais baixo custo aliviando a pressão por empregos nas cidades, significa ademais o atendimento da demanda por equidade, necessária para que o Brasil combine crescimento econômico com desenvolvimento humano.

A manutenção do ritmo atual do programa da reforma agrária, com a previsão de assentar 80 mil famílias este ano, até atingir o patamar de 100 mil famílias em 1998, fará com que somente no ano 2012 se chegue ao atendimento acumulado de dois milhões de famílias, estimativa conservadora da demanda social mais crítica por terra.

O ritmo atual do programa de reforma agrária,, Senhor Presidente, apesar de ser, historicamente, o mais elevado dos últimos governos federais, não tem aliviado a tensão no campo. A conjugação de uma conjuntura de taxas de crescimento da economia mais baixas, com um processo de reestruturação dos setores industrial e de serviços, levou a uma desproporcional contração do mercado de trabalho urbano, aumentando as mobilizações sociais e a reivindicação por terra nas regiões mais desenvolvidas do País. Haja visto o movimento organizado, contínuo, forte e radical, como o registrado no Pontal do Paranapanema, em São Paulo.

A idéia de buscar alternativas e novos instrumentos para o programa de reforma agrária, além de trazer enormes benefícios ao projeto de desenvolvimento social no campo, onde o assentamento de trabalhadores e o programa nacional de apoio à agricultura familiar são destaques, tem a importância estratégica de encaminhar a solução do desafio atual de criar novos postos de trabalho.

A iniciativa diferenciada que identifiquei no "Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária", é o de tentar a descentralização da reforma agrária envolvendo os Estados, Municípios e mais importante, as associações de produtores rurais. Uma segunda particularidade, seria o de recorrer a empréstimo internacional, via BIRD, para complementariedade de recursos, e sinalizar a opinião pública internacional o firme propósito de fazer realizar a reforma agrária.

Na semana passada, Sr. Presidente, o jornal **O GLOBO** anunciou em sua edição de sexta-feira, 25

de julho, "...Governo prepara programa de crédito da Caixa Econômica Federal para financiar a compra de terras". No corpo da notícia obtém-se o detalhe de que o Governo vai lançar um programa de crédito para financiar a compra de terra por pequenos e médios agricultores. A Caixa Econômica Federal deve iniciar o projeto, que mais tarde seria incorporado a um mercado de capitais mais amplo de compra e venda de terra, incluindo outros agentes financeiros.

Acredita-se existir um grande mercado de pequenos e médios fazendeiros, com três ou quatro filhos, que não poderiam ser atendidos só com a herança. A idéia é criar um instrumento de mercado de financiamento de longo prazo para atender essa demanda reprimida por terra.

O programa será voltado para o financiamento de agricultores que tenham entre 50 e 80 hectares de terra. Pela proposta o pretendente ao financiamento poderá optar por dar uma entrada e, a partir do valor pago, fixar com o agente financeiro o prazo do financiamento. Outra alternativa seria o proprietário da terra entrar como avalista do candidato ao financiamento. A renda do dono da terra seria a garantia exigida para conceder o empréstimo.

"O pai pode não ter o dinheiro para comprar a terra, mas pode ser o avalista na aquisição de uma área de 50 hectares, por exemplo, onde o filho vai começar um sítio. Esse tipo de financiamento é mais importante do que crédito subsidiado", explica uma autoridade do Governo.

É claro, Sr. Presidente que não se deve confundir a proposta do "Projeto Piloto de Alívio à Pobreza e Reforma Agrária" com o apoio do BIRD, Governo Federal, Governos Estaduais e associações de produtores rurais com a proposta que surge da volta do crédito fundiário que já existiu no Brasil e, que financiou a tantos e tantos pequenos produtores, com a proposta da Caixa Econômica Federal. As duas medidas são bastante diferentes no atingimento de públicos diferenciados, mas que de toda a forma, induz a promover a volta de pessoas, com um certo conteúdo atávico de terra (os filhos de agricultores, de pecuaristas) que poderão vir a ter o seu pedaço de terra, a produzir alimentos e a gerar empregos.

Essas providências, Sr. Presidente, precisam ser urgenciadas, como precisam ser rapidamente atendidas as propostas encaminhadas por nós ao Ministro Extraordinário para Assuntos Fundiários, Dr. Raul Belens Jungmann Pinto e mais recentemente

ao Dr. Milton Seligmann, Presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, relativas a Rondônia.

As propostas que volta a explicitar, Sr. Presidente, são a retomada da Gleba de Licitação "Buraireiro", com uma área de 90 mil hectares de terras, situada no município de Ariquemes, aonde poderiam ser assentadas 1.800 famílias em lotes individuais de 50 hectares; e o atendimento da proposta do Prefeito do Município de Ouro Preto do Oeste, para a criação da Agrovila Ouro Preto, aonde seriam assentadas 200 famílias, em lotes de terras desapropriados pelo Incra, no município de Ouro Preto do Oeste.

Para concluir meu discurso permito-me citar uma frase do documento Informe sobre Desarrollo Humano, PNUD, 1996, página 109:

"Em uma situação em que o predomínio de grandes imóveis na distribuição de terra é tão forte, não há nenhuma manipulação de preços relativos ou de impostos que possam modificar o perfil fundiário".

Muito Obrigado

O SR. GILVAM BORGES (PMDB-AP) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos em vias de assistir à votação, na Câmara dos Deputados, da nova Lei Eleitoral que presidirá às eleições de 1998.

É essencial, para o país, aprovar regras claras e democráticas para o pleito que se avizinha, e fazê-lo com a máxima urgência, pois o prazo constitucional para qualquer alteração na Legislação Eleitoral expira em 03 de outubro próximo, e o Projeto, vindo da Câmara, ainda terá de sofrer a revisão pelo Senado Federal.

Oportuna, portanto, a manifestação da Presidência desta Casa, instando os colegas Deputados a agilizarem o trâmite da matéria, apresentada na Casa de origem em 08 de janeiro de 1997.

Antes de comentar os pontos mais importantes contemplados no Projeto ora em discussão, é necessário ressaltar a importância do assunto e lamentar o fato de a matéria eleitoral ser sempre tratada através de diplomas legais transitórios e preordenados à regulação de pleitos específicos.

O adequado seria a existência de uma Lei Eleitoral única e estável, resultante de uma ampla reforma em nosso Código Eleitoral, velho de quase meio século.

Nunca é demais sublinhar que a falta de normas eleitorais e partidárias sólidas e respeitáveis têm contribuído para a situação de desprestígio da

classe política, apontada, com frequência, na mídia, como preocupada apenas com interesses pessoais e de grupos, de modo casuístico, e sem dar a devida atenção à construção de instituições políticas permanentes.

Assim, entre as reformas sempre referidas como estratégicas para racionalizar o funcionamento do Estado Brasileiro, tais como, a Administrativa, a Previdenciária, a Tributária, deveria ter precedência a Reforma Política, através de mudanças de maior fôlego que as ora apresentadas e submetidas ao voto dos Parlamentares.

Entre as alterações reclamadas pela Nação no sentido de estabelecer no País um quadro político-partidário saneado, e imune a manipulações, estão, ao meu ver, a fidelidade partidária e a restrição ao número de agremiações partidárias, vinculado ao desempenho do respectivo partido nas eleições anteriores.

Estas propostas constituem singelo mas relevante adinículo ao fortalecimento dos partidos em nosso País, penalizando os trãsfugas e arrivistas com a perda do mandato, que não é patrimônio pessoal e sim do partido, mormente num sistema eleitoral proporcional como o praticado no Brasil.

"Poucos, mas bons" é o aforismo latino que serve, à perfeição, como mote da reformulação partidária que advogamos: é mister pôr fim à pulverização de legendas que tanto descrédito tem merecido, e com justiça, da opinião pública nacional.

Quanto à Legislação ora proposta, gostaríamos de emprestar nosso apoio à grande maioria dos dispositivos contidos no Substitutivo do relator da Comissão Especial da Câmara Deputado Carlos Apolinário.

Itens, como o alongamento do prazo para filiação partidária e para fixação do domicílio eleitoral em um ano antes do pleito, a destinação de, pelo menos, 25% das vagas de cada partido ou coligação à candidaturas do sexo feminino e a garantia de legenda aos exercentes atuais de mandatos, nos parecem perfeitamente dignos de aprovação.

Dê-se, igualmente destaque positivo à proibição extensiva a todos os candidatos ocupantes de cargos executivos de inaugurar obras públicas noventa dias antes da eleição, como garantia inibitória da intromissão indevida da máquina administrativa no processo eleitoral.

Uma inovação que representa notável auxílio ao processo de controle dos eventuais abusos de poder econômico, principal ameaça para a lisura dos certames eleitorais, é a sugestão do Relator de instituir um financiamento público para as campanhas.

É uma fórmula da maior pureza republicana e democrática, já adotada, por sinal, por inúmeras sociedades de maior maturidade política; e experiência civilizatória, e que significa um golpe de morte no ambiente de suspeição que sempre precede nossos pleitos, através das famigeradas "caixinhas eleitorais".

Esta cumplicidade reprovável entre o interesse privado e o interesse público, além de imoral, costuma ser mais onerosa aos cofres públicos, na forma de favorecimentos, pelos mandatários eleitos em tais esquemas, aos seus benfeitores, que o financiamento prévio, transparente e exclusivo das campanhas por toda a sociedade, mecanismo alvitado, em boa hora, pelo relator.

Trata-se de salomônica providência, destinada a promover, também no campo eleitoral uma separação mais nítida entre esfera pública e esfera privada, elementar ao regime republicano de Governo, adotado, como cláusula pétrea, em nosso ordenamento constitucional, há mais de um século.

Algumas questões menores, constantes do relatório, podem ensejar pequenos reparos ao substitutivo a ser apreciado na Câmara, como por exemplo, a data-limite para as convenções partidárias e o conseqüente início das campanhas eleitorais propostas para trinta de junho de 1998, quando este prazo poderia ser prorrogado, como quer o Presidente da República, para 31 de julho, dada a evidente impossibilidade prática de realizar campanha em plena Copa do Mundo de Futebol.

Do mesmo modo, não deve criar celeuma a questão do número atribuído aos candidatos majoritários de coligação, que, conforme o texto do Substitutivo, deve ser novo e diverso do dos partidos que a compõem, e não, como manda o bom senso, que seja definido de comum acordo entre os interessados.

Quanto ao espaço no horário gratuito no rádio e televisão, parece suficiente o critério adotado pelo Relator, de duas horas e dez minutos distribuídos aos partidos, através de dois programas diários de cinquenta minutos contínuos cada um, e trinta minutos apresentados na forma de pequenas inserções diárias.

Estas, enfim, as considerações que me cabia fazer sobre tal matéria, insistindo, de novo, na exi-

güidade de tempo disponível para o aprofundamento de sua discussão, o que nos leva a somar nossa voz ao apelo feito pela direção desta Casa ao membros da Câmara dos Deputados para sua pronta votação e remessa da decisão afinal tomada a esta Casa do Congresso Nacional.

Era o que tínhamos a dizer Senhor Presidente.

O SR. GUILHERME PALMEIRA (PFL – AL) –

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não posso deixar de registrar meus profundos sentimentos de solidariedade e tristeza em face do falecimento do sociólogo Herbert de Souza, cuja trajetória de vida o terminou identificando não só com as mais admiradas qualidades de homem público, intelectual e pessoa de extraordinária sensibilidade, mas sobretudo como símbolo da cidadania em nosso país. Ele merece a reverência de todos nós, mas é credor, antes de mais nada, da admiração, do respeito e do tributo de todos os brasileiros nos quais fez despertar, pelo exemplo, pela ação e pôr uma incansável pregação, a consciência da solidariedade, da fraternidade, da cidadania e dos deveres cívicos sem os quais não existe coesão social.

Este ano de 1997 tem sido trágico para o país, pela perda sucessiva de três grandes personalidades que marcaram a vida brasileira contemporânea, a que agora vem se juntar a de Betinho síntese, exemplo e paradigma das qualidades dos que se foram antes dele, como Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Antônio Calado. Ele era, na expressão apaixonada de seu devotamento ao Brasil, tão admirador de seu país como Darcy Ribeiro. Na contribuição que deu à permanência e à importância dos problemas sociais brasileiros, tão-lúcido e empolgado quanto Paulo Freire. E no descortino de nossos desafios, tão visionário quanto Antônio Calado. Os quatro, Senhor Presidente, curtiram as agruras do exílio, o padecimento da discriminação e a incompreensão da intolerância. Mas em todos eles, e em ninguém mais do que em Betinho, a adversidade aguçou a consciência, despertou os sentimentos éticos e o agigantou como uma das melhores expressões brasileiras deste século.

Vítima como seus irmãos de nossa incúria, de nosso descaso para com a vida humana, nos precários procedimentos relativos à saúde, não foi um mártir da liberdade, mas um servidor atento, permanente e devotado de seu papel de líder, capaz de galvanizar a consciência do país, numa de suas mais perenes obras, a Campanha pela Cidadania contra a Violência e a Fome. Ninguém como ele sou-

be mobilizar a consciência nacional para as responsabilidades coletivas. Foi sonhador, sem dúvida, mas foi um realizador extraordinário. Foi um pensador, mas foi um santo agitador, no melhor sentido que se pode atribuir a essa palavra. Foi um intelectual e um homem de ação. Foi, em suma, capaz de dar a seu país, aos deserdados, aos pobres e marginalizados, por sua entrega à Nação, muito mais do que todos nós seríamos capazes de lhe devolver em alegria e no reconhecimento do dever que cumpriu como poucos.

Não é o Brasil só que está de luto, Senhor Presidente. É a consciência da Nação que se sente entristecida, por não ter sido capaz de dar a Betinho a única recompensa a que ele em vida aspirou: ver eradicada a fome da terra farta e opulenta que ele cultivou como ninguém, e a que serviu com o mais admirável espírito público de que qualquer outro brasileiro seria capaz. À sua memória, portanto, o nosso respeito e nossa enternecida gratidão.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – O Sr. Senador José Serra enviou à Mesa projeto cuja tramitação, de acordo com o disposto no art. 235, III, a, Item 3, do Regimento Interno, deve ter início na Hora do Expediente.

A proposição será anunciada na próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, designando para a sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14h30, a seguinte

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 19, DE 1996

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Waldeck Ornelas, que dispõe sobre os benefícios fiscais referentes ao ICMS, tendo

Parecer sob nº 274, de 1997, da Comissão

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Lúcio Alcântara, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta.

– 2 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996 (nº 33/95, na Câmara dos Deputados), de iniciativa do Presidente da República, que modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências, tendo

Parecer sob nº 390, de 1997, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Beni Veras, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (substitutivo) que oferece, com voto em separado do Senador Antonio Carlos Valadares.

– 3 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 14, DE 1996

(Tramitando em conjunto com a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 1996)

Terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 1996, tendo como primeiro signatário o Senador Roberto Freire e outros senhores Senadores, que modifica o sistema de previdência social instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre regime complementar público e privado, estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18h30min)

(O.S. Nº 14.917/97)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. ROBERTO FREIRE NA SESSÃO DE
12/08/97, E QUE ENTREGUE Á REVISÃO
DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTE-
RIORMENTE.

O SR. ROBERTO FREIRE (Bloco/PPS-PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, vou discutir pontualmente algo que tem gerado grande polêmica e controvérsia. Acredito que caberia uma discussão mais geral sobre esse projeto. Como a polêmica diz respeito diretamente a uma emenda por mim apresentada e aprovada na Comissão de Constituição e Justiça, vou, pontualmente, discuti-la.

Trata-se da emenda que torna a atual Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza

Financeira (CPMF) um tributo permanente, vinculando sua arrecadação integral aos custeios da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social.)

Em nenhum lugar do mundo os impostos são populares. Não são no Brasil, na França, na Alemanha, na Suíça e em outros países. Mas se esquecem seus críticos mais agudos de que foi graças às contribuições obrigatórias que se construiu naqueles países de capitalismo avançado um Estado de bem-estar que, apesar das falhas, muito fez pelos trabalhadores. Foi graças aos impostos que se procedeu à universalização da educação e da saúde, que se construiu um sistema de solidariedade social, e de grande solidariedade previdenciária capaz de compensar aqueles indivíduos afastados do processo produtivo, seja por invalidez, seja por velhice, seja por desemprego, seja pela maternidade. Sem impostos, sem um Estado forte e instituições organizadas que atendessem às demandas dos cidadãos, o capitalismo seria ainda mais predatório e perverso.

No Brasil, não conseguimos alcançar senão o Estado do mal-estar social, em que, curiosamente, os que conseguem mais recursos indiretos, traduzidos em serviços, são os já privilegiados. No Brasil, cidadão não é quem nasce aqui, mas quem tem carteira assinada, trabalha e contribui: cidadão é o incluído, quando deveriam ser todos. Ainda entre os incluídos, numa situação de escassez de recursos, quem ganha são os organizados no aparelho estatal, no empresariado e nas corporações, e que, com sua capacidade de mobilização, pressão e poder, subvertem o princípio da universalidade e conseguem chamar a si ainda mais benefícios do que os já acumulados.

É óbvia a assertiva de que os impostos são impopulares – o próprio nome indica: é uma imposição –, como é óbvio o fato de que são essenciais para a sociedade. São necessários por duas razões básicas: primeiro, por sua funcionalidade, pois fazem possível o Estado funcionar e atender às demandas dos cidadãos; segundo, por seu caráter solidário e redistributivo. Essas são as grandes questões postas em xeque pela Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, e que cabe aqui discutir.

Alguns poderiam achar um exagero dizer que a CPMF contribui para a consolidação democrática no País, mas é a mais pura verdade. A democracia não se constrói com base somente em eleições periódicas, livre associação, liberdade de imprensa, sufrágio universal, procedimentos necessários, essenciais, mas insuficientes. Democracia de verdade não

se casa com miséria humana e exclusão social. Ela se consubstancia sobre uma sociedade em que todos tenham, além de seus direitos essenciais de liberdade e participação, direitos sociais amparados por lei e oportunidades iguais para todos: é somente com a garantia ao trabalho, à educação, à moradia, à saúde e à liberdade que se pode falar em avanço do regime democrático.

Todos esses argumentos podem ser bem aceitos. De fato o são, até porque discurso não muda a situação real de ninguém. Entretanto, quando se tenta promover mudanças qualitativas na sociedade, apresentando políticas de fato redistributivas, surgem "cidadãos" bradando pelo seu direito de não pagar mais um imposto "extorsivo" e "aviltante". Com caras de liberais, assumem a postura indignada de quem é constantemente atazanado por um Estado ineficaz e gastador. Talvez tal postura, em muitos casos, corresponda a algo verdadeiro, mas a solução é reformar o Estado e lutar pela mudança do Governo, e não deixar de pagar e cobrar imposto. Desfilam inúmeros argumentos contra esta que seria a mais nova "invenção" dos políticos e dos governantes: a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira. Na maior parte dos casos, as críticas partem de uma visão ingênua (ou ignorante?) do imposto e mostram o desconhecimento total de como funciona o tributo e a quem ele atinge.

Segundo estudos da Deputada Maria da Conceição Tavares (PT-RJ), em documento interno para discussão do Partido dos Trabalhadores, 70,6% da população com mais de dez anos de idade, economicamente ativa e com rendimentos não é atingida pelo tributo, simplesmente porque não utiliza o sistema bancário. Creio que é bom enfatizar: 70% da população economicamente ativa brasileira não é atingida por esse imposto.

Diferentemente de outros tributos, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira, que tem caráter progressivo, não penaliza o setor produtivo nem segmentos sociais já desprivilegiados. Estão também excluídos da tributação, mesmo movimentando contas bancárias, trabalhadores e servidores públicos que recebam até três salários mínimos, aposentados, inativos e pensionistas. Esse piso será elevado para dez salários mínimos – automaticamente, se o aprovarmos na Constituição – exatamente para não caracterizar a bitributação, tornando o tributo ainda mais seletivo. Como se vê, o imposto não tira de quem não tem.

A crítica que anda na boca do povo de que a CPMF arrocha a classe média é um engodo. Dos

29,4% da população-referência restantes que operam no sistema bancário, 26% ganham até 20 salários mínimos, ou seja, R\$2.400,00, restando apenas 3,4% que ganham acima disso (e que contribuem com 65% da arrecadação).

Seria interessante analisarmos isto: com uma renda de R\$2.000,00, o contribuinte será "penalizado" em R\$5,00 no final do mês. Quem ganha e movimenta R\$4.000,00 será "extorquido" em, precisamente, R\$10,00. Ampliando para uma camada inexpressiva da população, classe média-alta, que ganhe e movimente R\$8.000,00, o "aviltante" tributo será o equivalente a apenas R\$20,00. Dizer, portanto, que o imposto estrangula a classe média é fruto da ingenuidade ou do anti-estatismo de muitos ou da má-fé de quem pode e não quer contribuir para uma sociedade melhor.

A CPMF não penaliza assalariado ou classe média. Ela, de fato, só atinge quem faz da especulação financeira sua fonte de renda e que, com esse imposto, fica impedido de sonegar. Além da especulação, a contribuição taxa o chamado "caixa-dois" de empresas pouco honestas e atividades ilícitas, como o contrabando de armas, a lavagem de dinheiro, o tráfico de drogas, totalmente inalcançáveis pelo sistema atual de tributação. Poder-se-ia até dizer que "laranjas de precatórios" são alcançados. Atinge, também, a "economia informal", que engloba, hoje, uma parcela considerável da população que usa e utiliza a Seguridade Social e que foge completamente ao controle do fisco, impedindo o Estado de cumprir suas tarefas legitimadoras.

É fundamental, portanto, que se diga, em favor da Contribuição, que sua incidência é aproveitada para continuar atingindo esse mercado informal. Estima-se que ele movimente cerca de US\$490 bilhões/ano, e esses valores passam ao largo da tributação. Além do mercado informal, outro setor amplamente atingido pela Contribuição é o sistema financeiro, setor que, apesar de responsável por grandes movimentações e altíssimos lucros, é ainda pouco atingido pela regulamentação e pela tributação. É preciso utilizar o potencial de aumento da receita pública que as transações financeiras representam, reconhecendo sobretudo que a destinação deste imposto deva ter um fim social. Numa análise limite, poderíamos dizer que, com a instituição de um tributo que atinja indistintamente todas as transações e fluxos financeiros, estaríamos dando à globalização uma face mais solidária e socialmente mais responsável.

Não é estranho dizer-se inclusive que talvez este imposto seja um imposto internacional, num futuro não muito distante para tributar os fluxos financeiros, que foi a primeira peça do processo intensivo de globalização.

Não é à-toa que o fisco a considera o imposto perfeito, porque insonegável: é retido na fonte em sua integralidade. Qualquer que seja a atividade financeira, lícita ou não, clandestina ou semi-clandestina, regular ou irregular, todos os que se utilizam do sistema bancário são alcançados. Além disso, não há para o contribuinte o ônus de declaração nem para o Estado o ônus da fiscalização e da conferência: nada de livros a preencher, declarações a entregar, contadores a contratar, prazos a observar, multas a pagar. É um mero programa de computador.

Uma última vantagem a ser apontada em relação à CPMF é que por meio dela se podem acessar informações bancárias, até o momento negadas ao fisco. É possível se confrontar os rendimentos declarados com o fluxo financeiro tributado, o que permite a recuperação da base do Imposto de Renda. Para os que não apresentam declaração, mesmo estando obrigados, a contribuição é útil como indício para embasar lançamentos de ofício. Como se trata de uma contribuição cuja arrecadação é automática, as autoridades fazendárias dela têm se servido para romper com o sigilo bancário de muita gente.

É bom que se lembre sempre: sigilo bancário, que parecia ser garantia de privacidade, garantia democrática, tem se transformado na arena fácil dos negócios escusos.

Mas, perguntam-se os cidadãos: para onde irá a CMF? Nossa proposta é que se destine, integral e permanentemente, ao financiamento da Seguridade Social (saúde, previdência e assistência social). Com ele, os 29,4% dos brasileiros que podem contribuir para a construção de uma sociedade menos perversa e para o fortalecimento de nossa ordem democrática. Veja-se que, no primeiro semestre, a receita gerada pela CPMF foi de R\$2,9 bilhões (5,3% do total das receitas), número que, anualizado, deverá oferecer ao governo recursos da ordem de R\$6,6 bilhões. Trata-se de uma receita maior do que a do IOF (R\$1,364 bilhão nos cinco primeiros meses) e do Imposto de Renda das Pessoas Físicas (R\$1,312 bilhão). Foi uma arrecadação acima das expectativas, sem que o crescimento da base monetária pressionasse o consumo ou os índices inflacionários. Esses recursos, canalizados para a seguridade, serão capazes de manter operante um sistema mais justo e menos hierárquico, responsável pela

dignidade de milhões de brasileiros que estão afastados do processo produtivo, ou excluídos.

Não vale aqui apelar para o argumento de que o Estado é reconhecidamente mal gastador, campeão dos desperdícios, além de possuir uma burocracia discricionária que faz o que quer sem o controle da população. Nem vale falar da sonegação e corrupção iminentes, infelizmente, nos processos decisórios e na aplicação dos recursos. O que cabe à sociedade é fiscalizar a atuação do Estado e exigir transparência e responsabilidade dos governos e dos indivíduos que neles atuam como intermediários – políticos e burocratas. Não queremos negar as denúncias que lotam os jornais diariamente sobre os casos de sonegação, desvio, desperdício e mal aplicação. Queremos que os processos tornem-se visíveis e, portanto, controláveis pelos cidadãos. O remédio contra a discricionariedade do Estado não é a corrosão de sua base tributária ou o Estado mínimo, como prega o neoliberalismo. A solução é, no mundo inteiro, o controle social e a ampliação dos espaços públicos de ação da cidadania.

Não se enganem, nem se deixem enganar pelos que se opõem aos impostos, e que são os mesmos que se opuseram ao IPMF e à CPMF. Não se pode aqui deixar de citar as lideranças do setor empresarial, capitaneadas pela Federação Brasileira das Associações de Bancos – FEBRABAN, pela FIESP, pela CNI – que tem como presidente um membro desta Casa – e outras. A elas se somam os empresários, os especuladores do mercado financeiro e aqueles de altíssimas rendas, habituados aos incentivos, subsídios, renúncias, isenções e às benemerências fiscais da baixa tributação. Pior ainda, habituados à sonegação absoluta ou parcial do imposto, que não é devido ao Estado, mas à sociedade.

Entretanto, não são, infelizmente, apenas esses os que se opõem aos impostos. Recentemente, li uma matéria vinda de Minas, em que a Central Única de Trabalhadores daquele Estado tentava fazer uma mobilização contra a permanência deste imposto, argumentando como argumenta a classe dominante, a elite brasileira: que não quer pagar imposto porque o Governo aplica mal.

Eu pergunto ao trabalhadores: como vamos construir o Estado do bem-estar social, com seguridade social, como vamos enfrentar as mazelas da iníqua sociedade brasileira, das crianças de rua, dos idosos sem amparo, dos portadores de deficiência recebendo indignidade; como vamos ter programas completos de assistência social e previdência, sem cortar custos nem benefícios, sem que a previdência

e assistência social sejam financiadas para atender melhor aos que estão saindo do processo produtivo e precisam viver com dignidade?

Vamos resolver isso como? Com o discurso fácil das nossas elites, que não precisam de estado de seguridade social? Será esse o caminho? Talvez o que eles façam não seja diferente daquilo de que começo a ter medo: de o Brasil ser o País dos pobres que lutam para que os ricos não paguem imposto, servindo de massa de manobra, de inocente útil, exatamente para que essas entidades, para que os grandes investidores, os financistas penhoradamente agradeçam, porque não precisam fazer nada. Os trabalhadores da CUT estão equivocados, suas lideranças também estão profundamente equivocadas, como equivocado está o PT em não assumir aquilo que a Deputada Maria da Conceição Tavares indica – imposto relevante, progressivo, distribuidor de renda e, portanto, algo que deve ser aprovado por quem pretende transformar a sociedade brasileira.

É preciso entender que uma sociedade melhor só se fará se houver um Estado forte, capaz de ampliar investimentos, regulamentar mercados e ampliar seu espaço público. Alcançar esse objetivo impõe como pressuposto a fixação de diretrizes políticas e programáticas para o seu financiamento, implicando a discussão de uma profunda reforma fiscal que privilegie os impostos diretos sobre as altas rendas e o patrimônio exatamente daqueles que têm capacidade contributiva. Hoje, esses estão escassamente tributados e, compulsoriamente, só pagam os piores dos impostos: o do medo da violência e o da insegurança, gerados por uma sociedade injusta, desigual e socialmente perversa para a grande maioria da população. Esse é o imposto que se paga, pelas seguranças privadas dos condomínios fechados, pelos circuitos internos de televisão, pelos carros blindados, pelo medo dos seqüestros. É exatamente o imposto que pagam por não quererem o Estado do bem-estar social, da seguridade social, porque não querem contribuir, com o pagamento de impostos, para a melhoria da sociedade.

Para finalizar, Sr. Presidente, a redução pura e simples de impostos, infelizmente, é um discurso apropriado pelos setores assalariados, pela classe média, e que interessa apenas a nossa elite. É hoje aceito, à esquerda ou à direita, porque essas têm apenas os olhos voltados para o senso comum de que imposto é antipático e – pior – por mover-se pelo oportunismo eleitoral.

Temos que superar a visão conservadora de que "imposto bom é o imposto velho" e de que se

deve diminuir impostos e a carga fiscal dos contribuintes. A carga tributária no Brasil é baixa, insuficiente e, pior, mal-distribuída, penalizando assalariados de renda média e a produção. Reforma tributária para mudar essa situação é algo com que, infelizmente, este Governo não se preocupou e não tomou nenhuma das medidas, não deu ênfase, não mobilizou sua base de sustentação. Ela continua engavetada na Câmara dos Deputados.

Se quisermos superar a pobreza e a exclusão social, integrarmos-nos no mundo globalizado, precisaremos de um Estado forte e presente e com capacidade de investimento. A contribuição financeira certamente contribuirá para a sua construção.

**DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. JOEL DE HOLLANDA NA SESSÃO DE
20.05.96, QUE SE REPUBLICA POR SOLI-
CITAÇÃO DO ORADOR:**

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, há temas que precisam ser trazidos à tona para discussão e debate. São tão importantes e tão presentes em nosso dia-a-dia que dispensam uma desculpa para figurar nos pronunciamentos dos representantes nesta Casa Legislativa. A sua própria natureza substantiva justifica-lhes a presença, sempre oportuna.

Um desses temas, Sr. Presidente, é a educação. Em nosso País – custa-me dizê-lo – a situação do ensino público causa profunda consternação e vergonha. Aqui, a educação está de cabeça para baixo. O ensino básico, que em qualquer país civilizado é prioridade nacional, só apresenta qualidade nas escolas privadas, inacessíveis à maior parte da população. O bom ensino superior, por sua vez, está ao alcance dos privilegiados. É inatingível aos pobres.

Registra-se aí a grande distorção. Neste país, com 18 milhões de analfabetos, só metade dos alunos matriculados no I grau da escola pública conclui a oitava série. Deles, grande parte é incapaz de resolver problemas elementares de Matemática, de entender o que leu e de escrever uma redação com começo, meio e fim.

Os que conseguem ultrapassar a barreira do primeiro e segundo graus têm formação de má qualidade. Dificilmente chegarão aos bons cursos superiores, que são públicos. Cito exemplo da Universidade de São Paulo, das melhores do país: setenta por cento dos alunos que logram entrar em um de seus cursos vêm de escolas particulares.

Os mais pobres, com formação básica deficiente, terão que se contentar com uma faculdade priva-

da que, além de cara, em geral oferece cursos de baixa qualidade.

Com isso, Sr. Presidente, amplia-se o fosso social. Os pobres estão condenados a continuar pobres, sem nenhum preparo para enfrentar com êxito os bons concursos ou lograr bons empregos no setor privado. Na prática, os cargos qualificados são destinados a quem pôde pagar por boa formação no I e II graus e teve acesso ao ensino superior gratuito. São negados a quem só pôde contar com a educação oferecida pelo Estado, ou seja, a escola pública, que deveria servir-lhes de redenção, que deveria ser a porta de entrada para uma vida melhor, condena-os à eterna exclusão. A escola, que deveria ser a propulsora da mobilidade social e da correção das desigualdades, tornou-se perpetuadora da iniquidade e do privilégio. Tira do pobre a única chance de progresso individual e social.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é hora de mudar, de dar um basta ao ensino deficiente, à má remuneração do professor, aos índices altíssimos de evasão escolar, à repetência generalizada.

O ensino público deve ser de boa qualidade e servir à maioria da população, não à elite. Hoje, o País gasta muito com educação, mas gasta mal.

É indispensável corrigir a perversidade do gasto público com educação.

Estudo do Banco Mundial mostra a distorção do investimento no setor. O método foi o seguinte: o banco dividiu a população brasileira em cinco grupos, de acordo com a renda. A mais pobre ficou com 16% dos gastos; a segunda, com 18%; a terceira, com 20%; a quarta, com 22%; e a mais rica, com 24%.

A título de comparação, Sr. Presidente, lembro os números do nosso vizinho Chile. Lá, aos 20% mais pobres cabem 35% dos gastos. Aos 20% mais ricos, 7%.

Estamos a menos de quatro anos do novo milênio. Nosso Presidente da República e nosso Ministro da Educação são conceituados professores. Certamente sabem o que fazer. O que falta? Ouso dizer que falta vontade política. Falta a decisão de assumir o desafio de tornar a escola a redenção dos pobres.

Claro que alguém perderá. Mas esse alguém tem condições de não prejudicar-se. Precisa apenas devolver a fatia que não lhe pertence e que aprendeu a devorar com crescente voracidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

Agenda cumprida pelo Presidente Antonio Carlos Magalhães

**13/08/97
Quarta-feira**

10:00 - Concede entrevista ao jornalista Roberto D'Avila

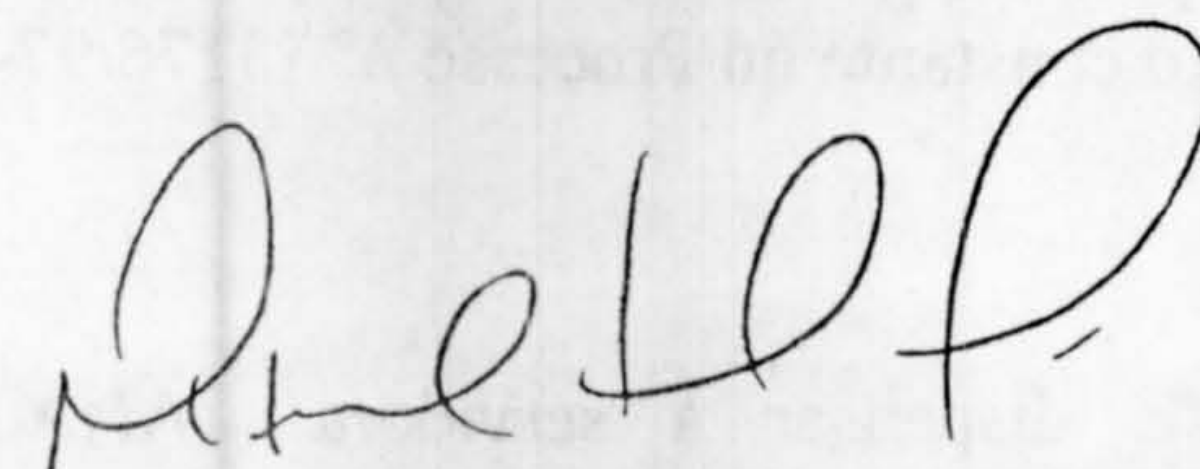
15:30 - Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal

ATOS DO DIRETOR-GERAL

APOSTILA

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pela Resolução do Senado Federal nº 9, de 1997, Resolve APOSTILAR o fundamento legal da aposentadoria do servidor ALCIDES JOSÉ KRONEMBERGER, matrícula 0247, do Quadro da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal, para excluir a vantagem prevista na Resolução do Senado Federal nº 87/89 e incluir a vantagem do artigo 193, da Lei 8.112, de 1990.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.623, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12956/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora **MARIA ANGELA GUIRELLI**, matrícula 1649, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 8 - Especialidade de Comunicação Social, da Função Comissionada de Secretário de Consultoria, Símbolo FC-05, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 18 de julho de 1997, e lotá-la na Secretaria de Comunicação Social a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

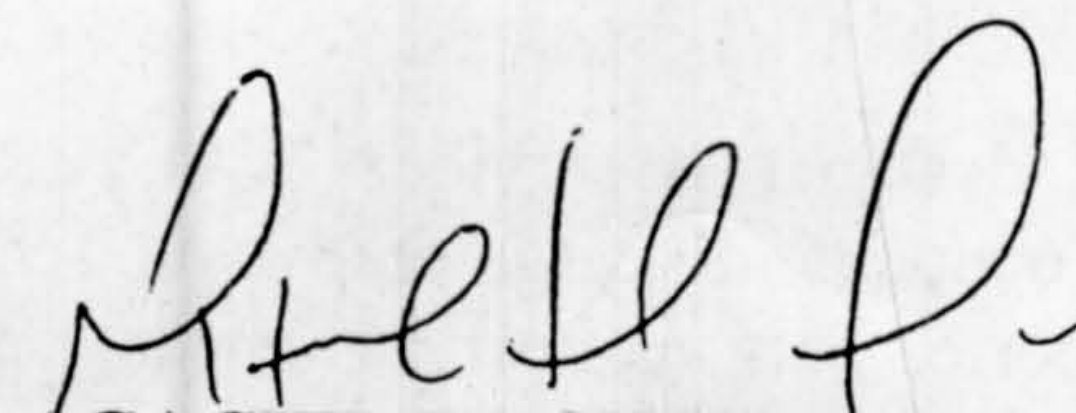
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.624, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13176/97-8,

RESOLVE dispensar a servidora **ANA MARIA GIOVENARDI**, matrícula 3830, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social,

com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997, e lotá-la no Gabinete do Senador Osmar Dias a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



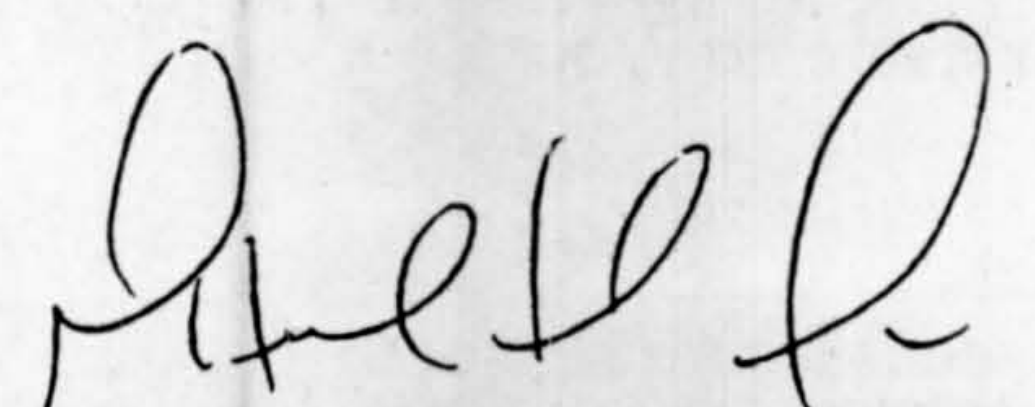
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.625, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13176/97-8,

RESOLVE designar a servidora ANA MARIA GIOVENARDI, matrícula 3830, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Osmar Dias, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



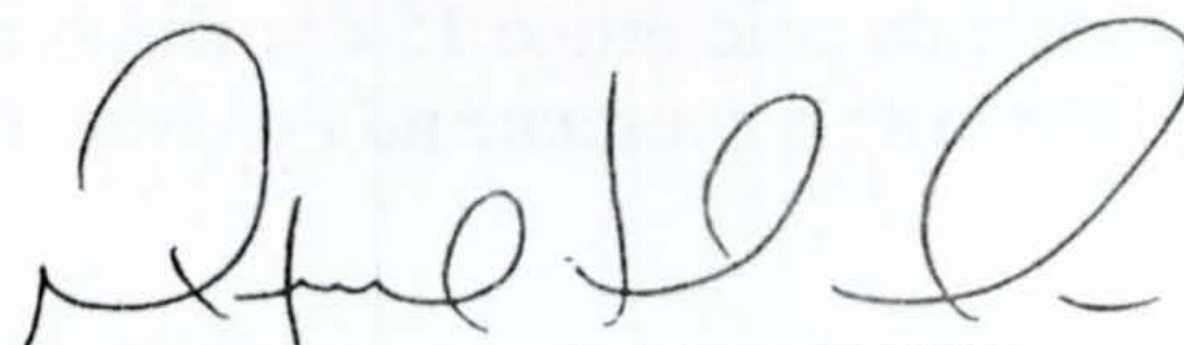
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.626, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13036/97-1,

RESOLVE designar o servidor WALTER AIRES DE ALENCAR FILHO, matrícula 5032, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC-01, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

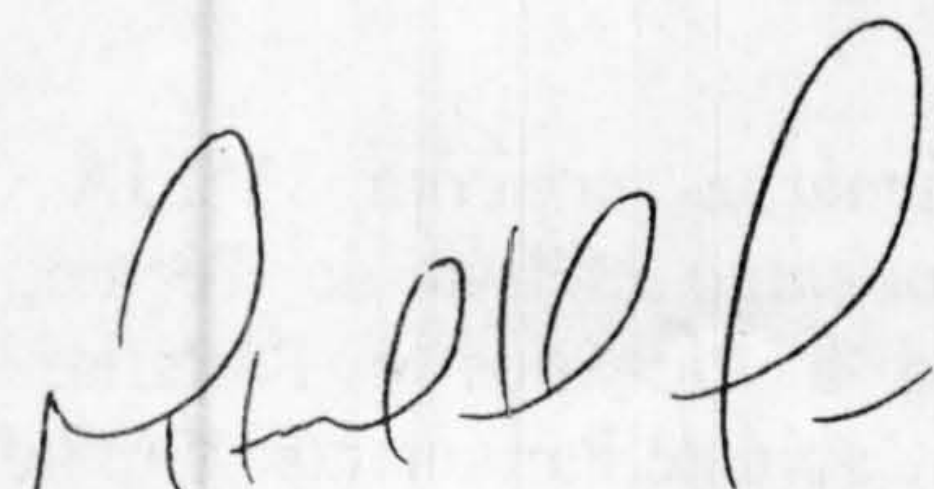
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.627, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13203/97-5,

RESOLVE dispensar a servidora GIDÁLIA SOARES, matrícula 1830, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete,

Símbolo FC-03, da Consultoria Legislativa, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997, e lotá-la no Gabinete da Senadora Marina Silva a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



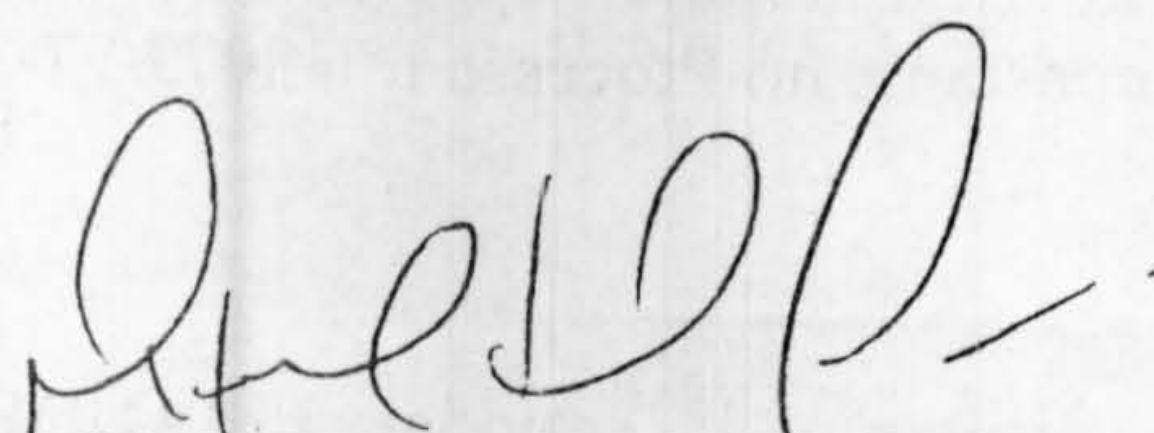
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.628, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13203/97-5,

RESOLVE designar a servidora GIDÁLIA SOARES, matrícula 1830, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete da Senadora Marina Silva, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.629, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13080/97-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA CLEONICE DA SILVA, matrícula 1781, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Assistência a Plenários e Portaria, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador José Agripino, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

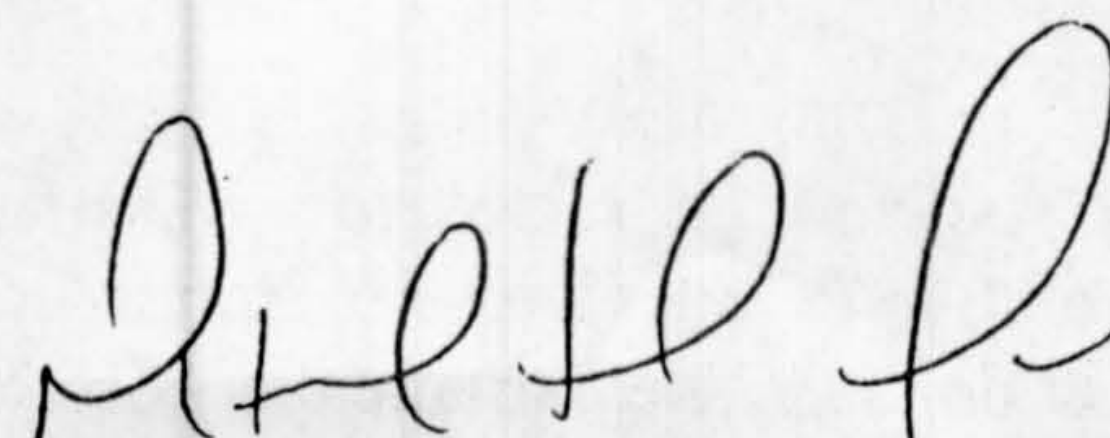
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.630, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13079/97-2,

RESOLVE dispensar o servidor EMANOEL LEMOS FERREIRA, matrícula 1688, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do

Gabinete do Senador José Agripino, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997

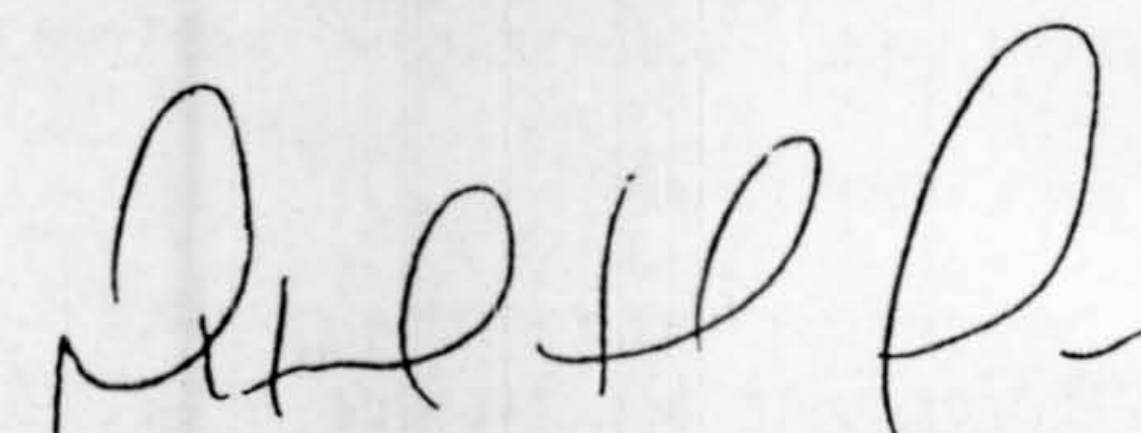

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.631, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13079/97-2,

RESOLVE designar o servidor EMANOEL LEMOS FERREIRA, matrícula 1688, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador José Agripino, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997

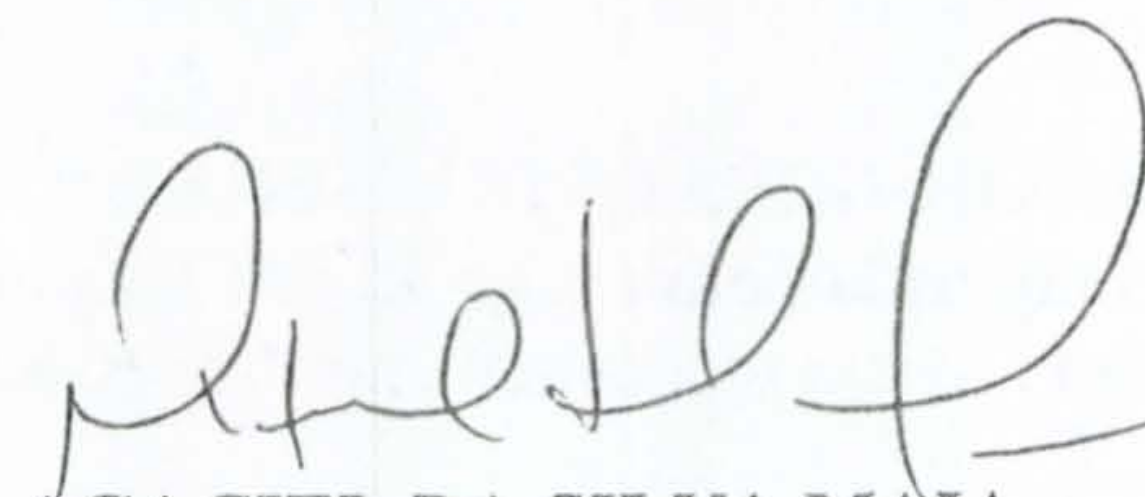

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.632, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12715/97-2,

RESOLVE dispensar a servidora **MARISLEY PEREIRA**, matrícula 2114, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 16 de julho de 1997, e lotá-la no Gabinete da Senadora Marina Silva a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

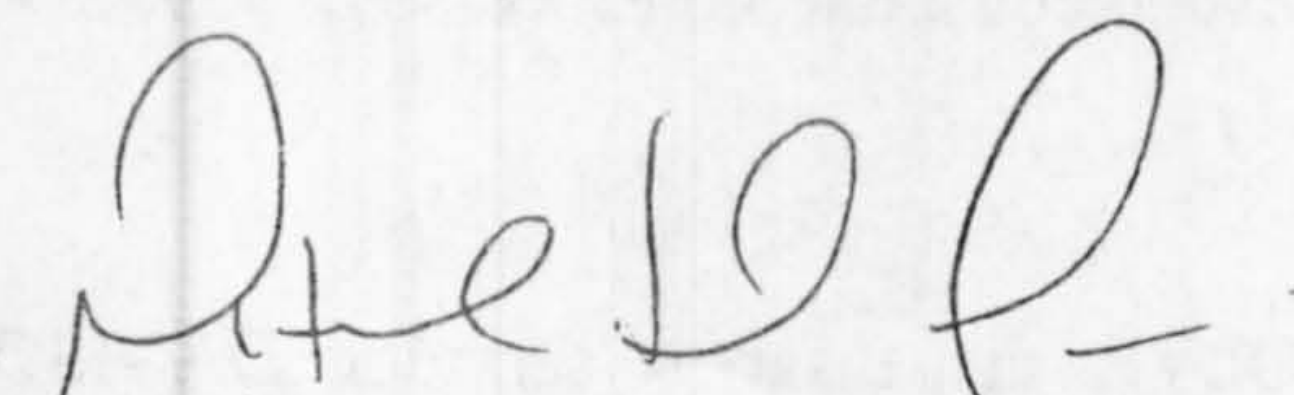
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.633, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12715/97-2,

RESOLVE designar a servidora **MARISLEY PEREIRA**, matrícula 2114, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do

Gabinete da Senadora Marina Silva, com efeitos financeiros a partir de 16 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997

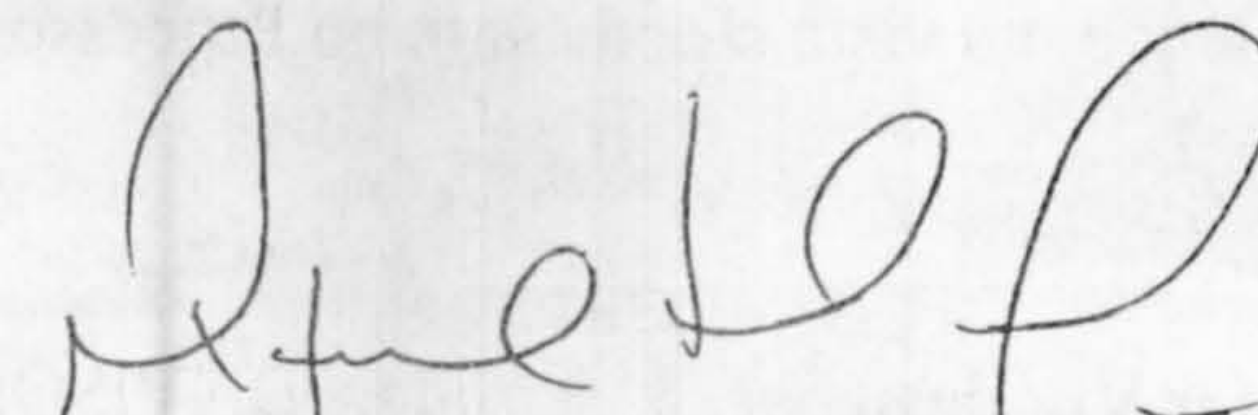

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.634, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13150/97-9,

RESOLVE designar o servidor **JOSÉ EDMILSON GOMES FIGUEIREDO**, matrícula 1338, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.635, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12752/97-5,

RESOLVE dispensar o servidor DAVISON BANDEIRA BARROS, matrícula 3927, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Expediente, com efeitos financeiros a partir de 16 de julho de 1997, e lotá-lo no Gabinete da Liderança do PT a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

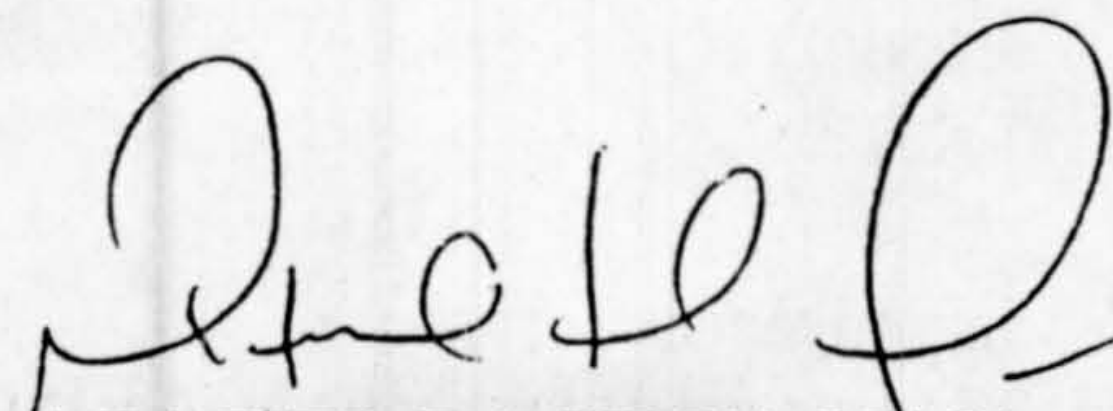
**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.636, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12752/97-5,

RESOLVE designar o servidor DAVISON BANDEIRA BARROS, matrícula 3927, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de

Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete da Liderança do PT ,
com efeitos financeiros a partir de 16 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



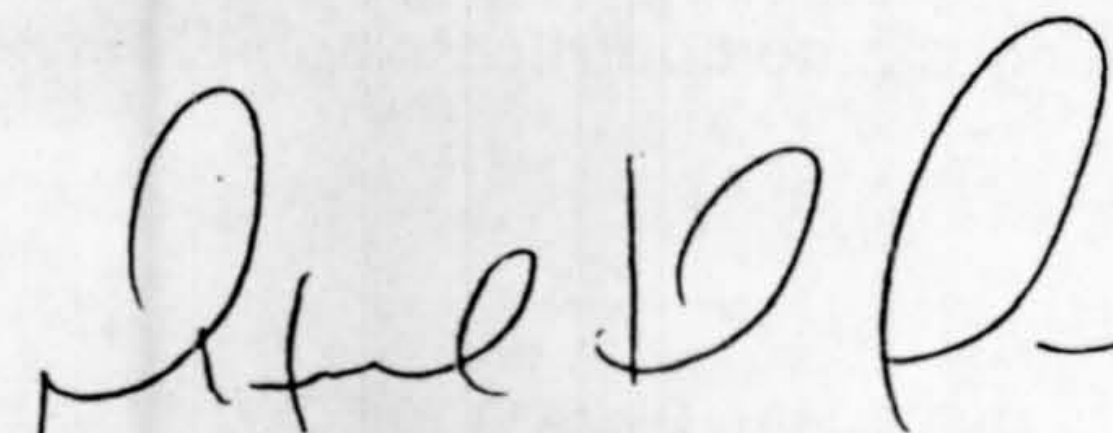
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.637, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12911/97-6,

RESOLVE dispensar o servidor CARLOS EDUARDO FERNANDES COSTA, matrícula 3888, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Antonio Carlos Magalhães, com efeitos financeiros a partir de 18 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



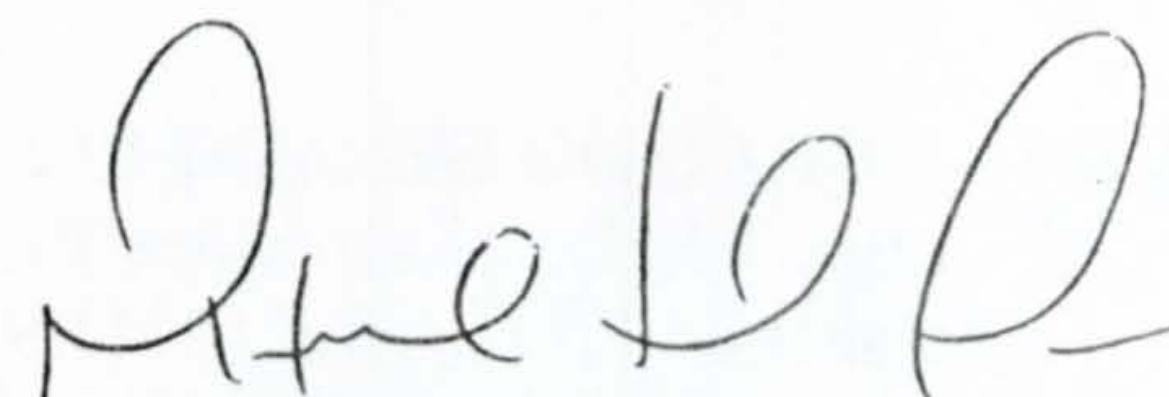
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.638, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13200/97-6,

RESOLVE dispensar a servidora GLAUCENI NUNES DE SOUSA HOFFMANN, matrícula 2944, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

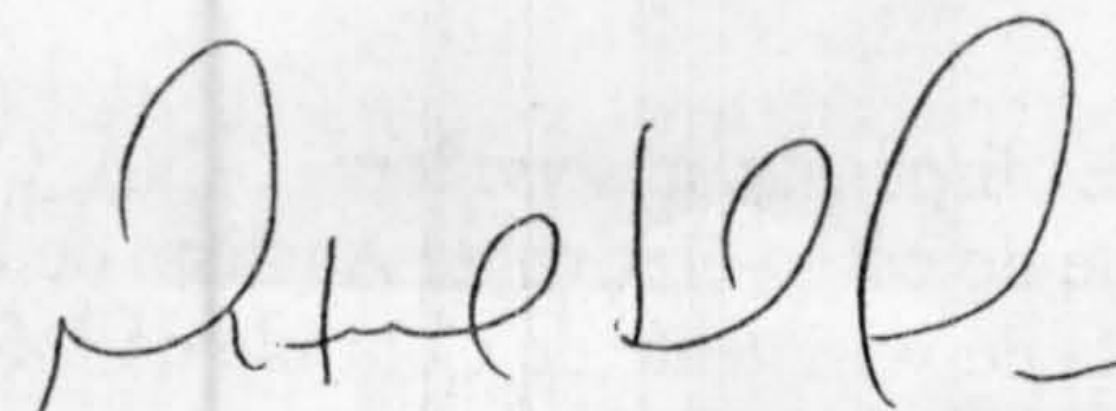
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.639, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13198/97-1,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO HÉLIO CARVALHO ROCHA, matrícula 1528, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente

Administrativo, Símbolo FC-05, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997

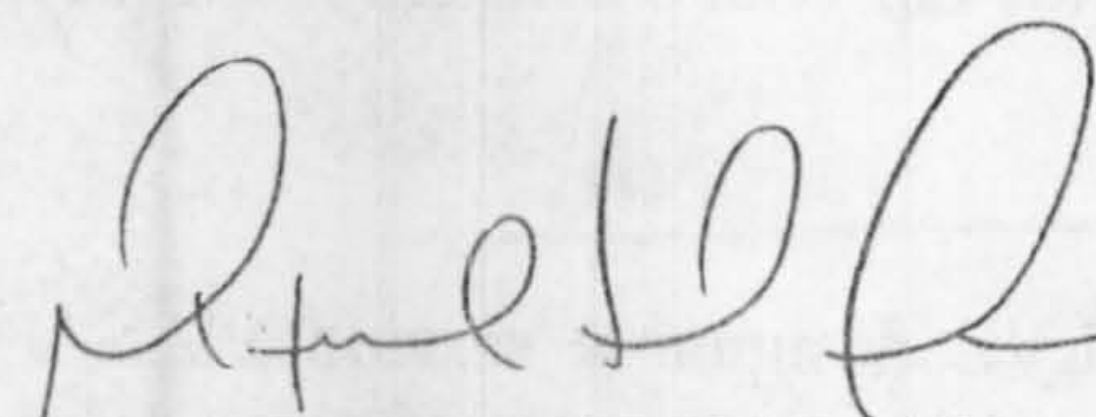

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.640, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13198/97-1,

RESOLVE designar o servidor JOÃO HÉLIO CARVALHO ROCHA, matrícula 1528, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - "Área 2" - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.641, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13199/97-8,

RESOLVE dispensar a servidora ANA CLÁUDIA CEOLIN SILVA, matrícula 1741, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

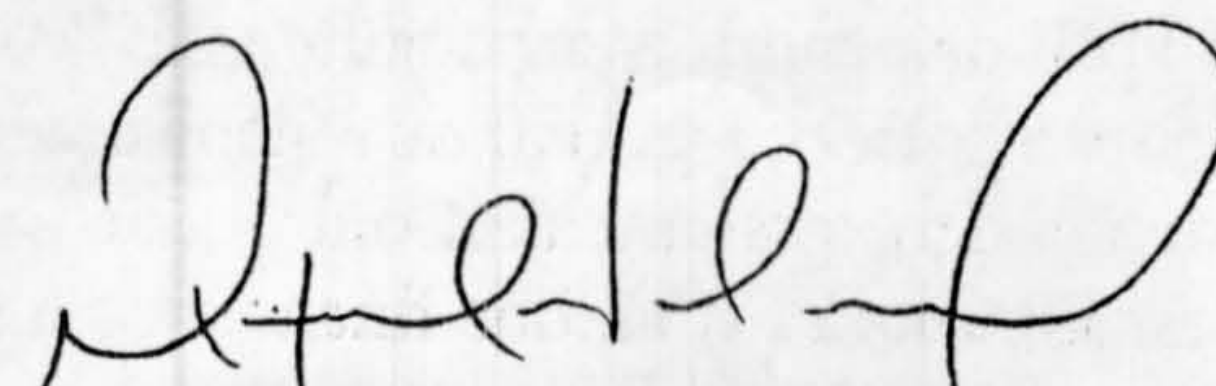
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.642, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13199/97-8,

RESOLVE designar a servidora ANA CLÁUDIA CEOLIN SILVA, matrícula 1741, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo,

Símbolo FC-05, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



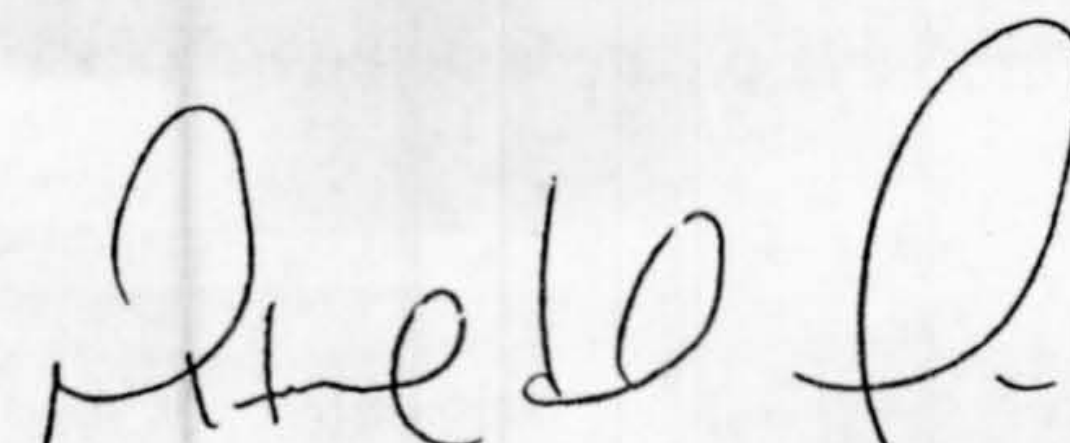
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.643, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12714/97-6,

RESOLVE designar o servidor CARLOS ALDALBERTO DE SOUSA LACERDA, matrícula 4024, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Segurança, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Senadora Benedita da Silva, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



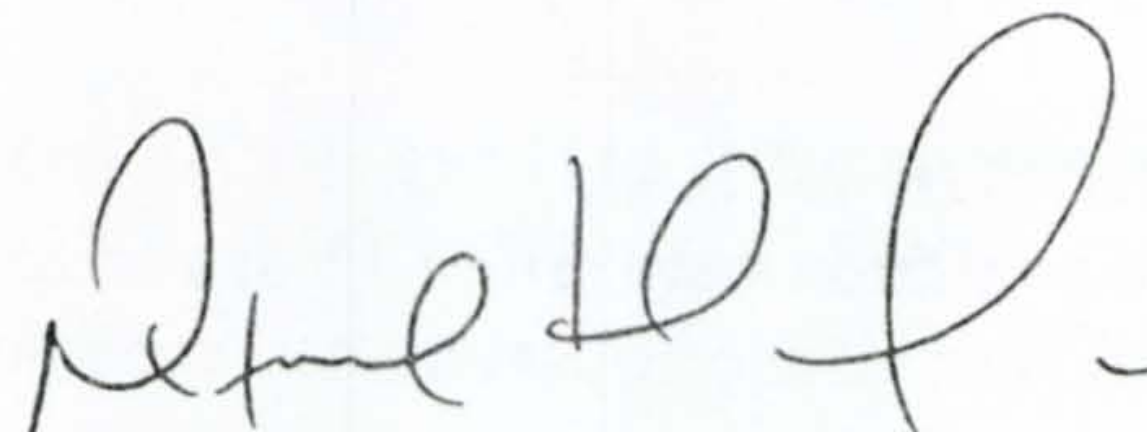
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.644, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12465/97-6,

RESOLVE designar o servidor JOAQUIM LUIZ LAMEU MOREIRA, matrícula 2600, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC04, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

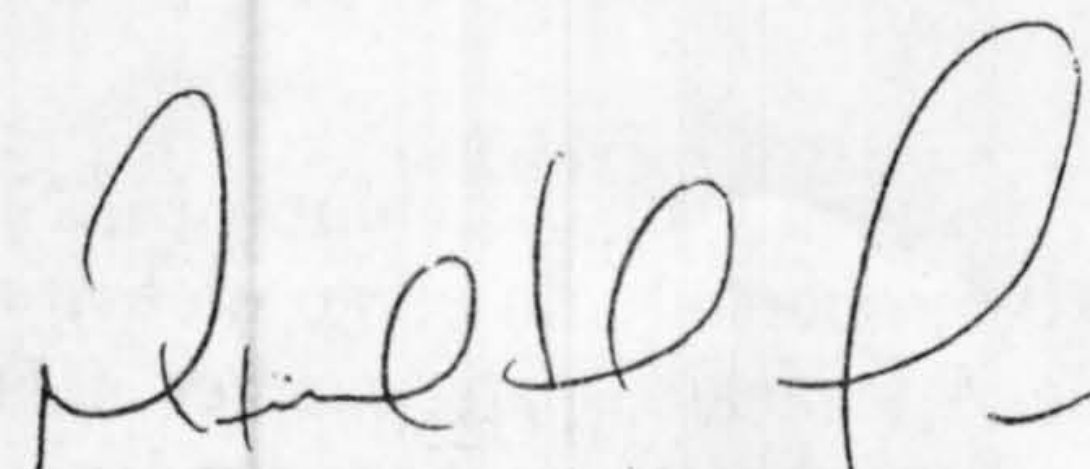
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.645, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12440/97-3 ,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ ANTONIO VALADÃO, matrícula 3288, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de

Plenário, Símbolo FC02, da Secretaria - Greal da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



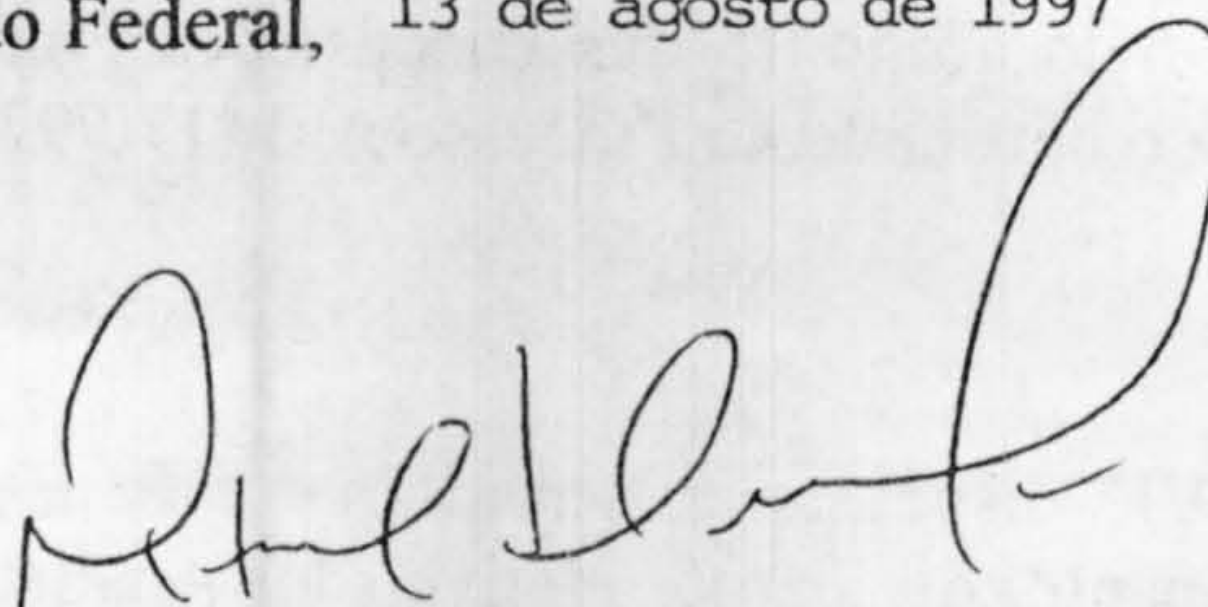
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.646, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12449/97-0,

RESOLVE designar o servidor MANOEL LOPES CANÇADO SOBRINHO, matrícula 4679, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 7 - Especialidade de Transporte, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Ademir Andrade, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



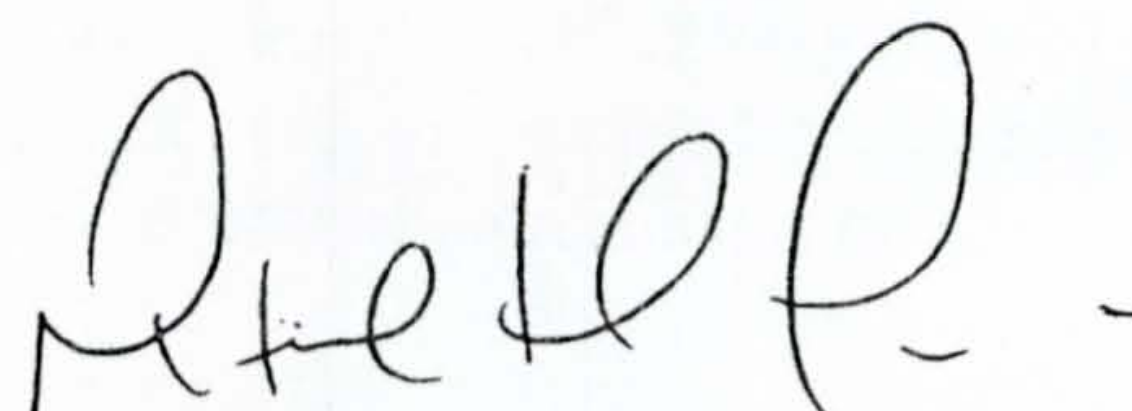
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.647, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12853/97-6,

RESOLVE designar o servidor MANOEL ANTONIO DE CARVALHO, matrícula 3146, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Motorista, Símbolo FC03, do Gabinete do Senador Hugo Napoleão, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

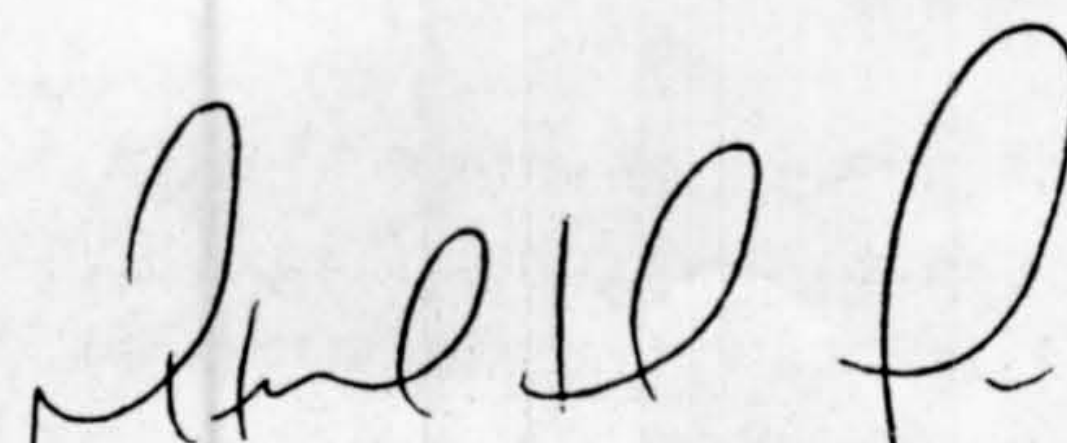
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.648, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14170/97-3,

RESOLVE dispensar a servidora SIRLEY ALMEIDA DA SILVA, matrícula 2922, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Auditoria, Símbolo FC-06, da Secretaria de Controle Interno, com efeitos financeiros a

partir de 08 de agosto de 1997, e lotá-la no Instituto Legislativo Brasileiro a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997

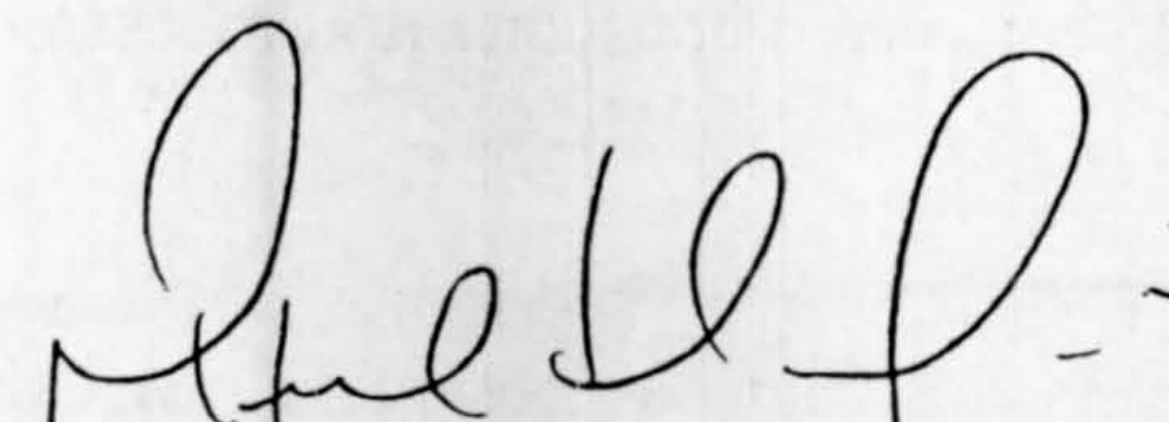

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.649, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14170/97-3,

RESOLVE designar a servidora SIRLEY ALMEIDA DA SILVA, matrícula 2922, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 08 de agosto de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997

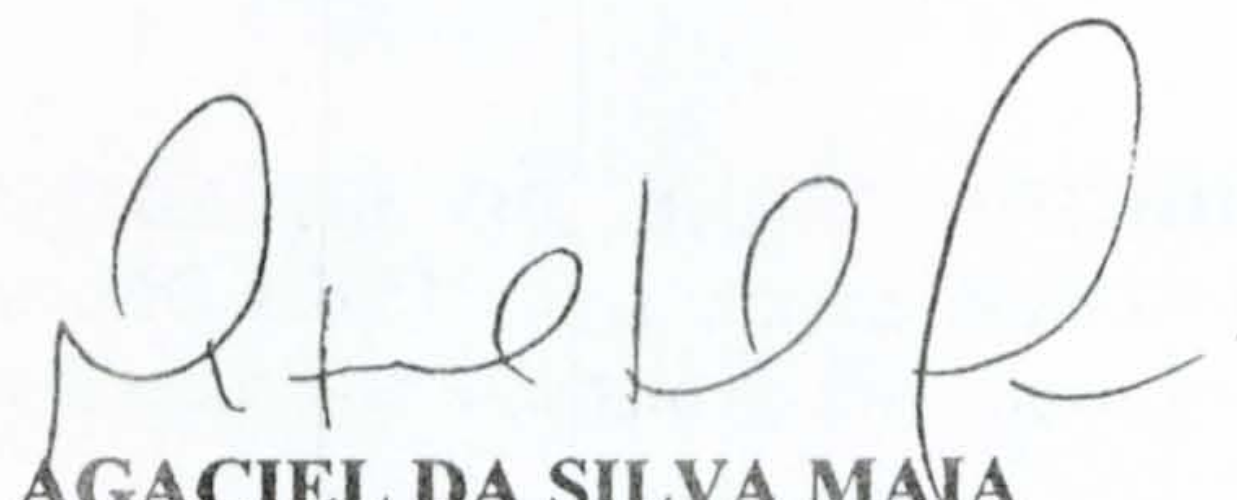

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.650, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13179/97-7,

RESOLVE dispensar a servidora MARIA APARECIDA DIAS, matrícula 1890, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

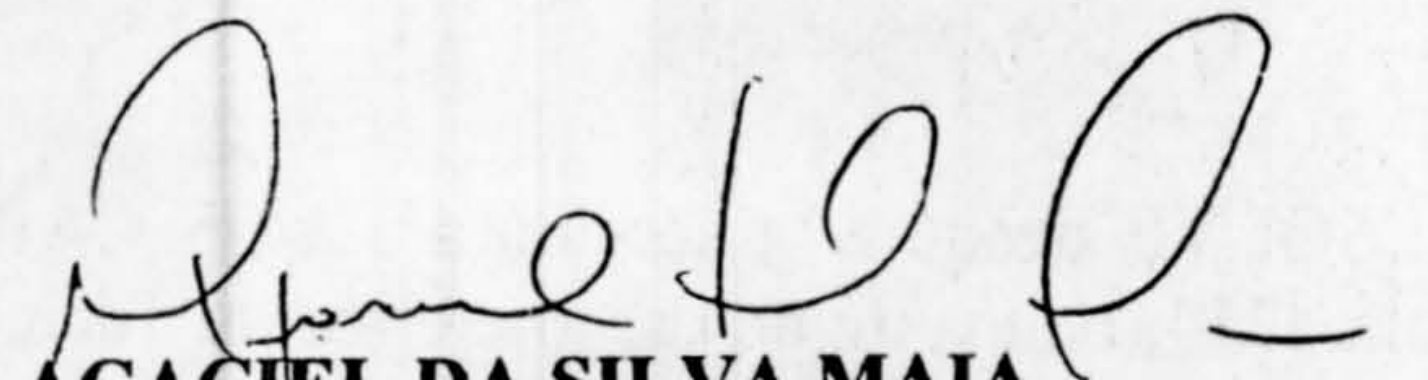
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.651, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13179/97-7,

RESOLVE designar a servidora MARIA APARECIDA DIAS, matrícula 1890, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de

Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



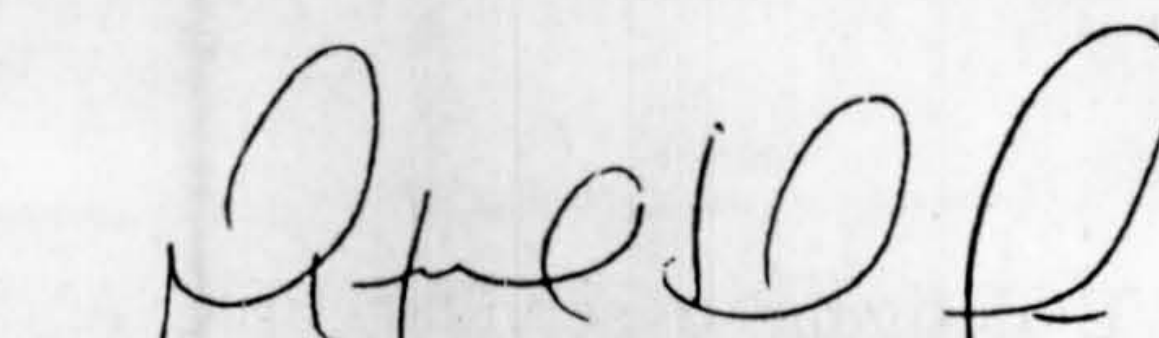
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.652, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13056/97-2,

RESOLVE dispensar a servidora **THAIS CARUSO AMAZONAS DA SILVA**, matrícula 4715, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, da Secretaria de Assistência Médica e Social, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997, e lotá-la no Gabinete do Senador Abdias Nascimento a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



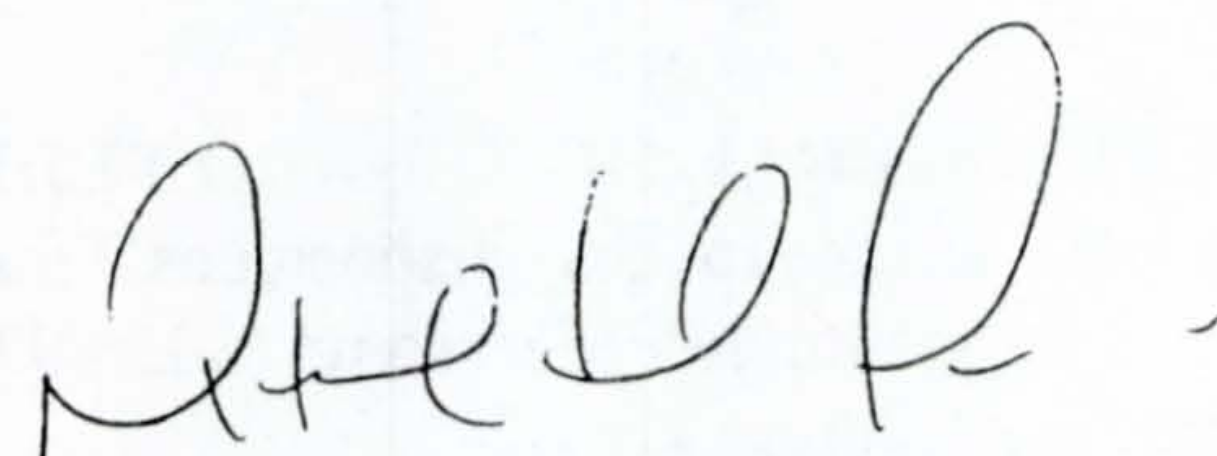
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.653, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13056/97-2,

RESOLVE designar a servidora THAIS CARUSO AMAZONAS DA SILVA, matrícula 4715, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador Abdias Nascimento, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

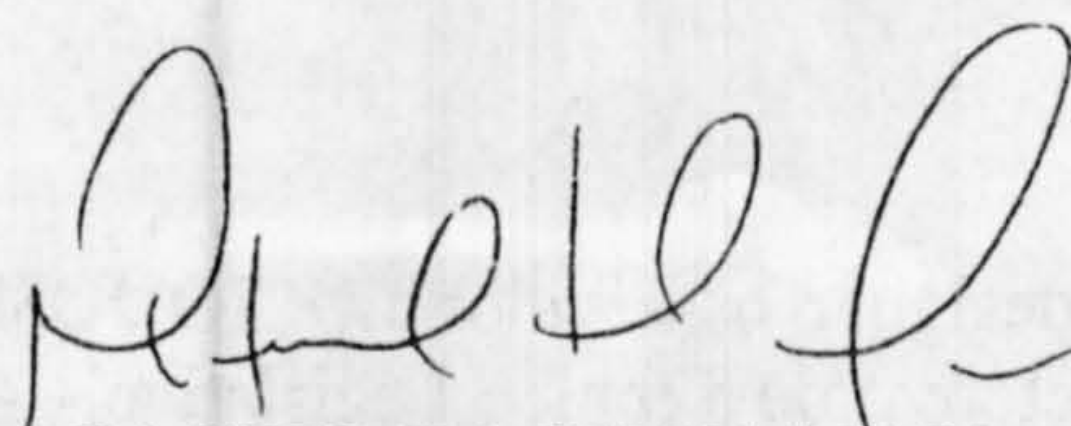
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.654, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13153/97-8,

RESOLVE designar o servidor FERNANDO LUIZ ORTEGA DE PAULA CUNHA, matrícula 1140, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de

Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



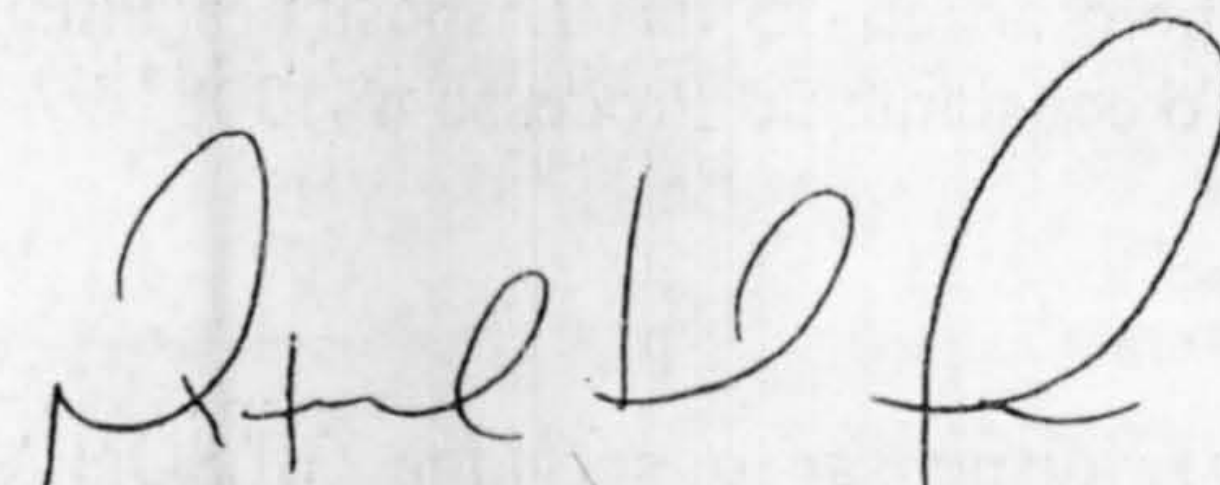
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.655, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12944/97-1,

RESOLVE designar a servidora CREMILDA PILOTO SOUZA, matrícula 1285, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Carlos Bezerra, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



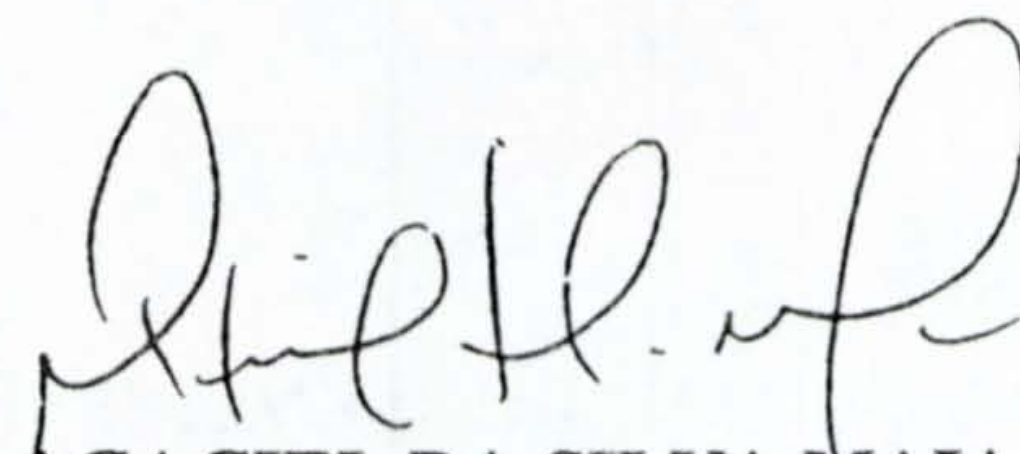
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.656, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13152/97-1,

RESOLVE designar o servidor LÚCIO JOSÉ DA SILVA, matrícula 2088, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 6 - Especialidade de Artesanato, para exercer a Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamenar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

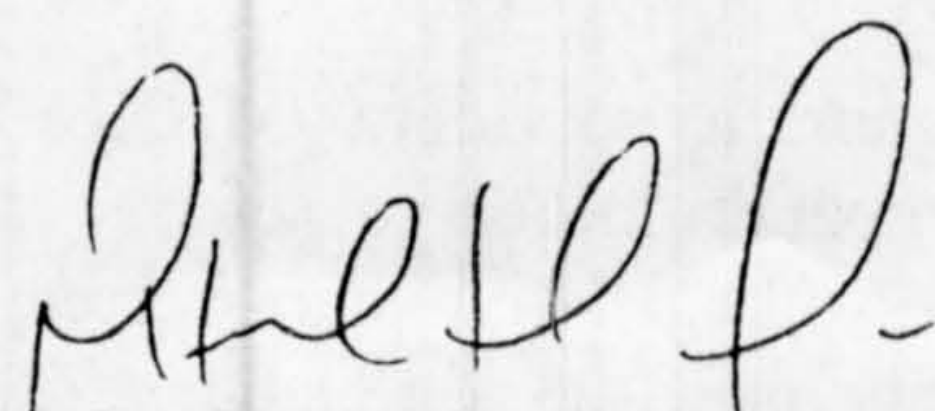
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.657, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13081/97-7,

RESOLVE dispensar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 3974, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo

FC-04, do Gabinete do Senador Abdias Nascimento, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



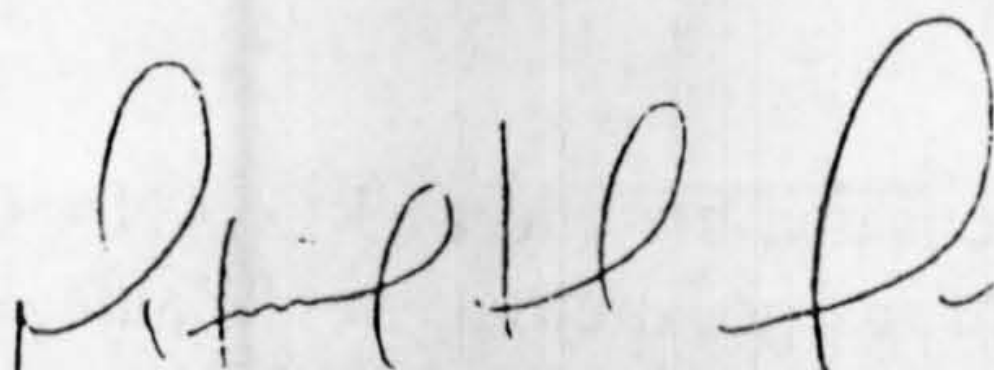
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.658, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13081/97-7,

RESOLVE designar o servidor GILSON CINTRA, matrícula 3974, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Abdias Nascimento, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.659, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13149/97-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA DE FÁTIMA MELO PEREIRA, matrícula 3340, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Nabor Júnior, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

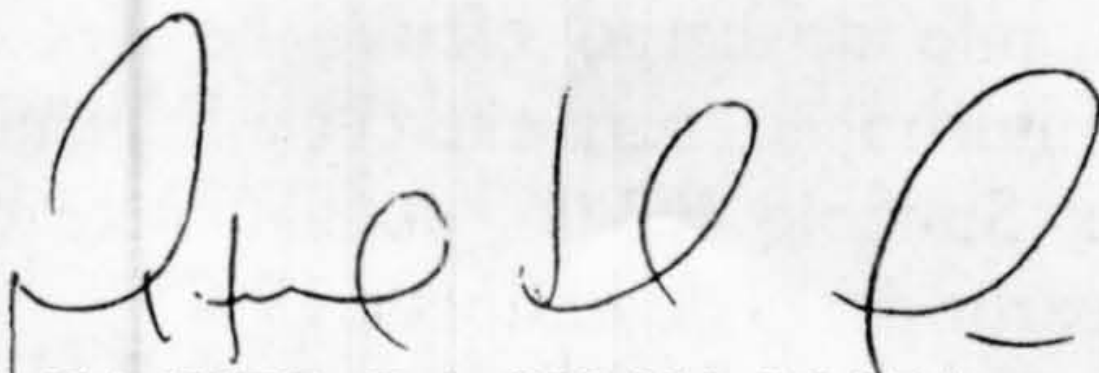
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.660, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12843/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora ROSANA COSTA SILVA JARDIM, matrícula 3906, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Controle Interno, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Administração Financeira, com

efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997, e lotá-la na Subsecretaria de Comissões a partir da mesma data.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



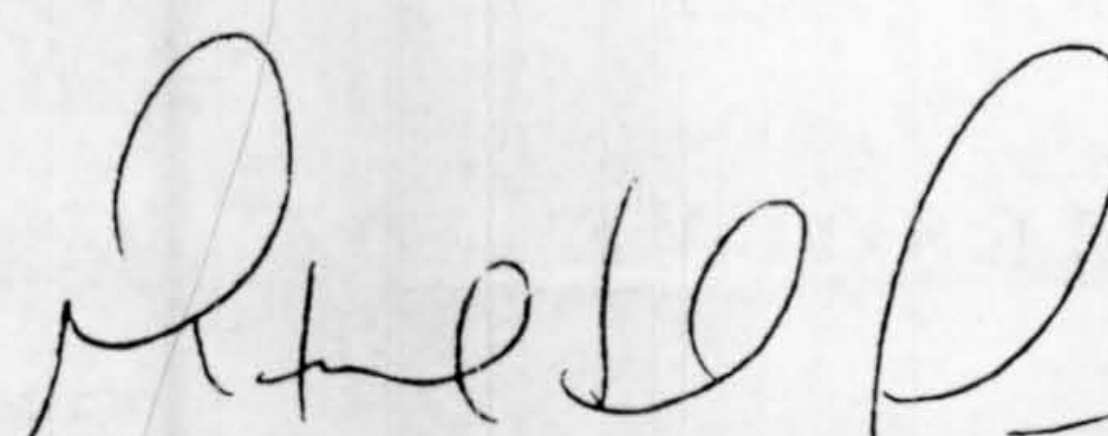
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.661, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 12843/97-0,

RESOLVE designar a servidora ROSANA COSTA SILVA JARDIM, matrícula 3906, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Comissão, Símbolo FC04, da Subsecretaria de Comissões, com efeitos financeiros a partir de 17 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



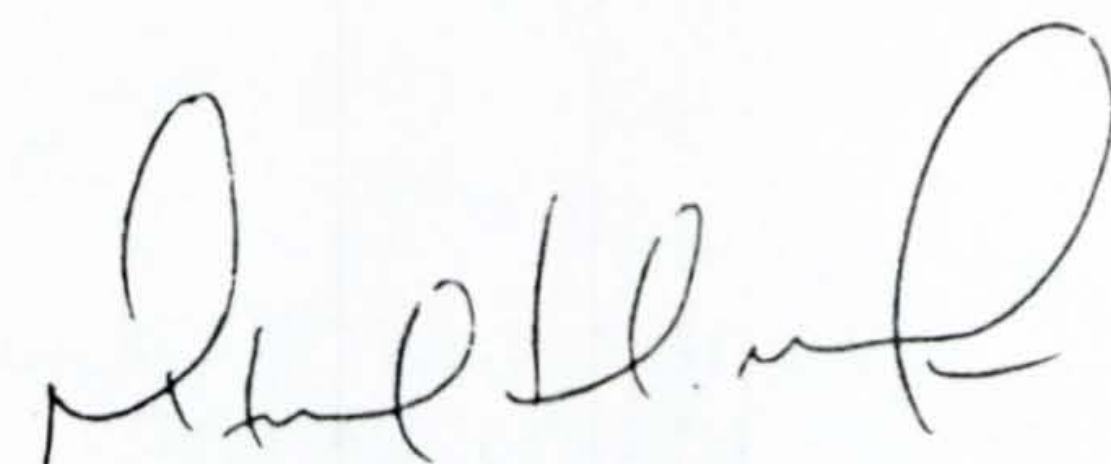
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.662, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 12893/97-8,

RESOLVE designar a servidora MARISE CRISTINA TAVARES, matrícula 3515, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Gabinete, Símbolo FC-06, do Gabinete do Senador José Serra, com efeitos financeiros a partir de 18 de julho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.663, DE 1997

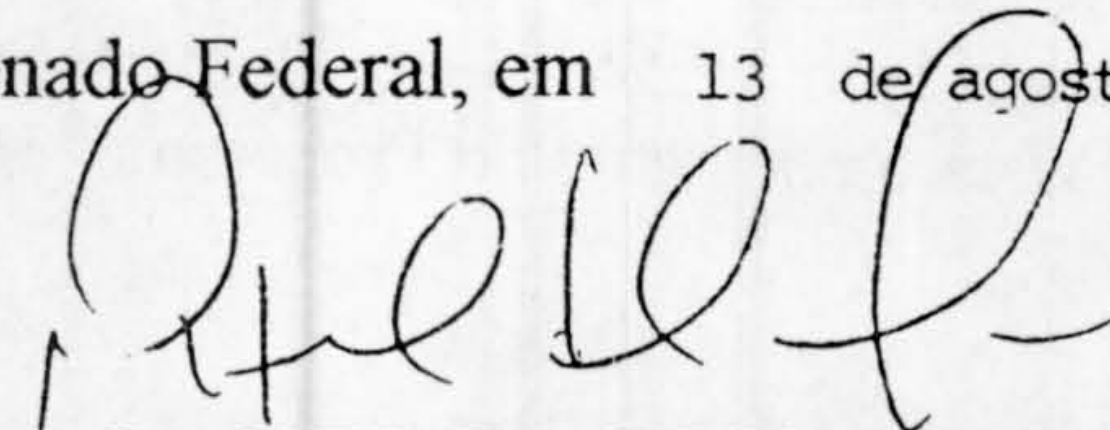
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato n.º 181, de 1997, do Presidente do Senado, e tendo em vista o disposto no art. 34, "caput", da Lei n.º 8.112, de 1990, e no Processo n.º 13476/97-1,

RESOLVE

Exonerar, a pedido, o servidor EDISON DIAS DE ALMEIDA do cargo de Analista Legislativo, Área de Controle Interno,

Especialidade de Contabilidade, Nível III, Padrão 31, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com efeitos a partir de 31 de julho de 1997.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

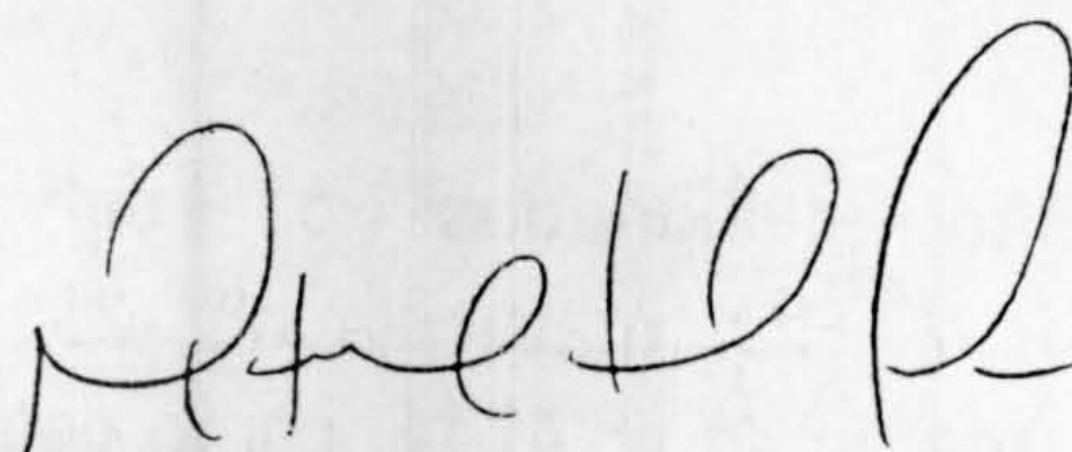
ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.664, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 13129/97-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA GORETTI DE OLIVEIRA ROCHA, matrícula 1834, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Romeu Tuma, com efeitos financeiros a partir de 27 de junho de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA

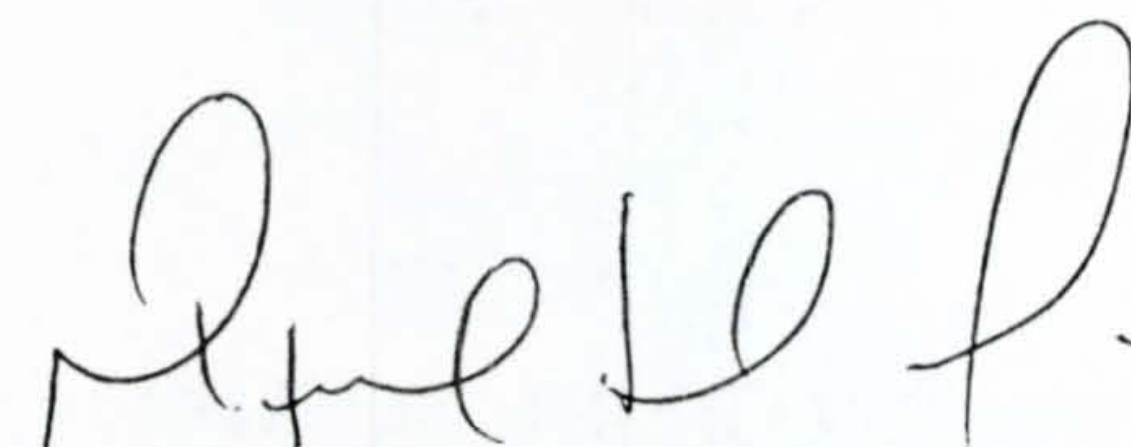
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.665, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 14426/97-8,

RESOLVE designar o servidor RICARDO VARGAS, matrícula 2301, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete da Senadora Emília Fernandes, com efeitos financeiros a partir de 13 de agosto de 1997.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.666, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

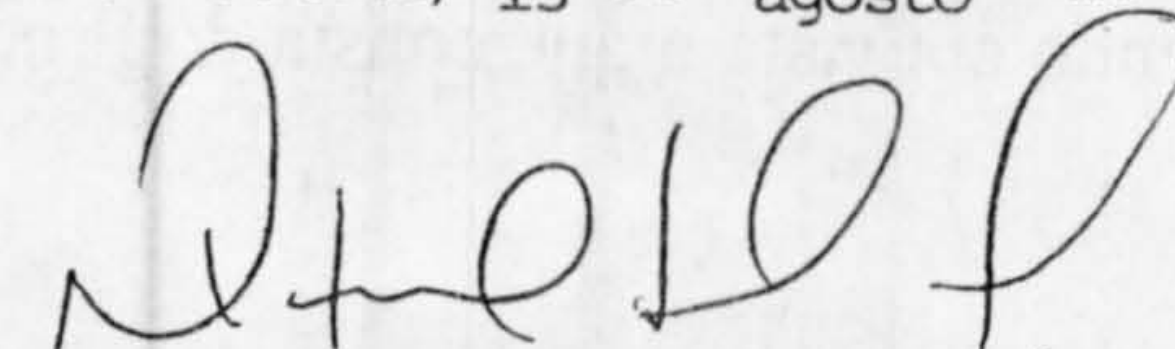
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores SYLVIA DE ALBUQUERQUE CARVALHO, matrícula nº 2913, e JOÃO CARLOS MOREIRA CORRÊA, matrícula nº 4741, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 100/97, celebrado entre o Senado Federal e NASTEC, SERVIÇOS, MATERIAIS E MÁQUINAS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.667, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

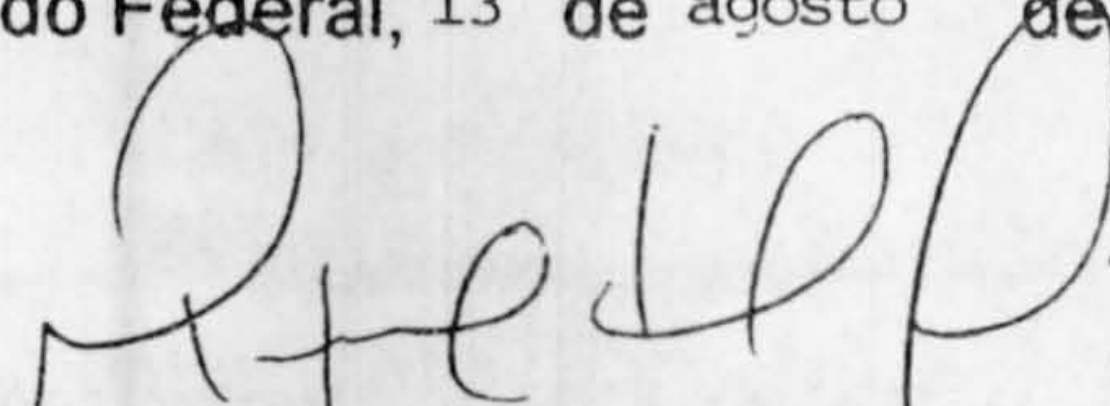
RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores PATRÍCIA SAINT'CLAIR DA SILVEIRA, matrícula nº 3950, e VALÉRIA RODRIGUES GUEDES, matrícula nº 2895, como gestor titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 117/97, celebrado entre o Senado Federal e ORBEL - ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, 13 de agosto de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.668, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.465/97-3,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JUCÉLIA MARIA DA SILVA COSTA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Odacir Soares.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.669, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.467/97-6,

R E S O L V E tornar sem efeito o Ato do Diretor-Geral nº 2.515, de 1997, que nomeou **ADUILSON DE JESUS SANTOS**

para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar do Gabinete do Senador Antônio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



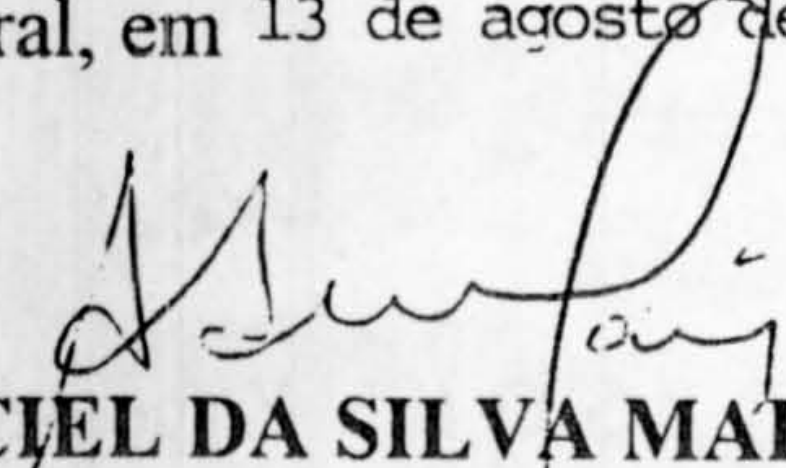
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.670, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.467/97-6,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ADILMA BATISTA DE MENEZES**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Antonio Carlos Valadares.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



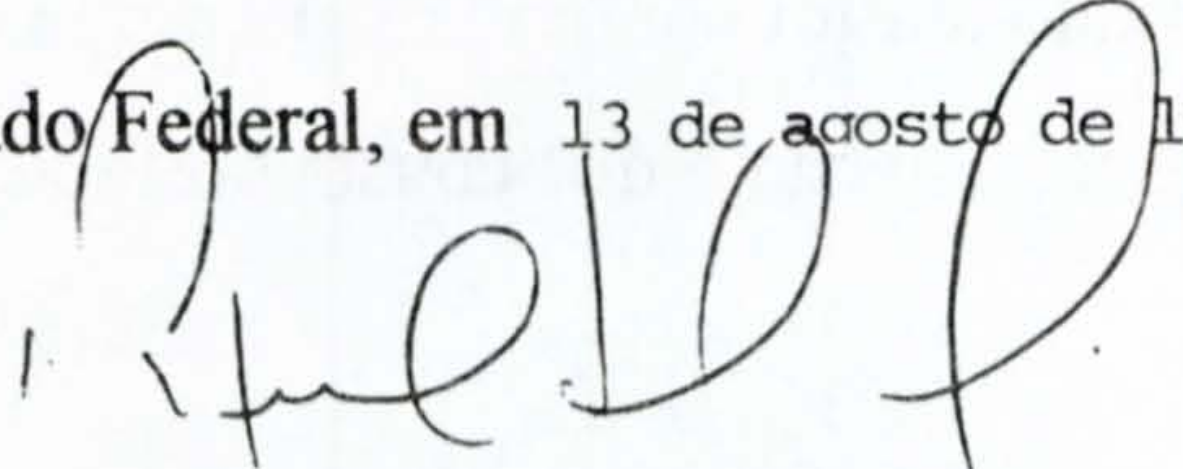
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.671, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução n.º 63 de 1997, e de acordo com o que consta do Processo nº 014.418/97-5,

R E S O L V E exonerar **DEVAIR ROSA DE LIMA**, Matrícula nº 5701, do cargo de Assistente Parlamentar, AP-2, do Gabinete da Senador Júnia Marise, e nomeá-lo, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Segunda Vice-Presidência.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

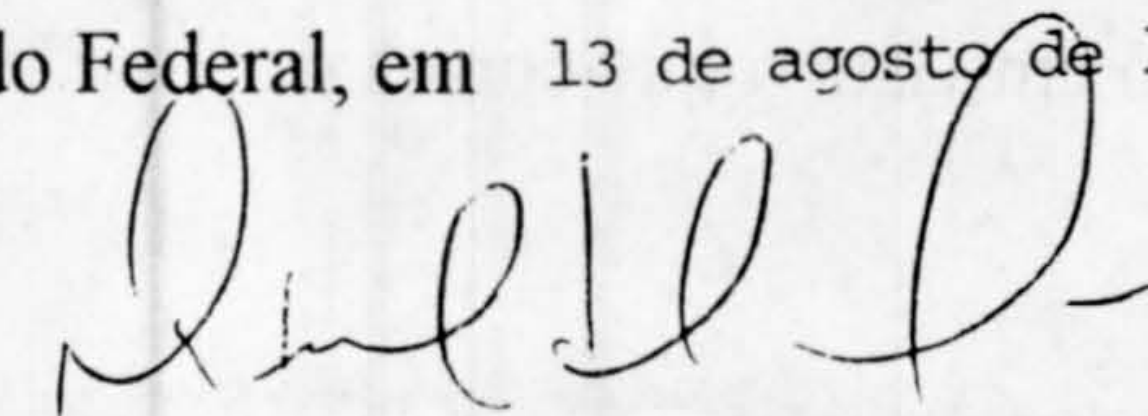
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.672, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.322/97-8,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JOSÉ ROBERTO COELHO**

LIMA, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hugo Napoleão.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



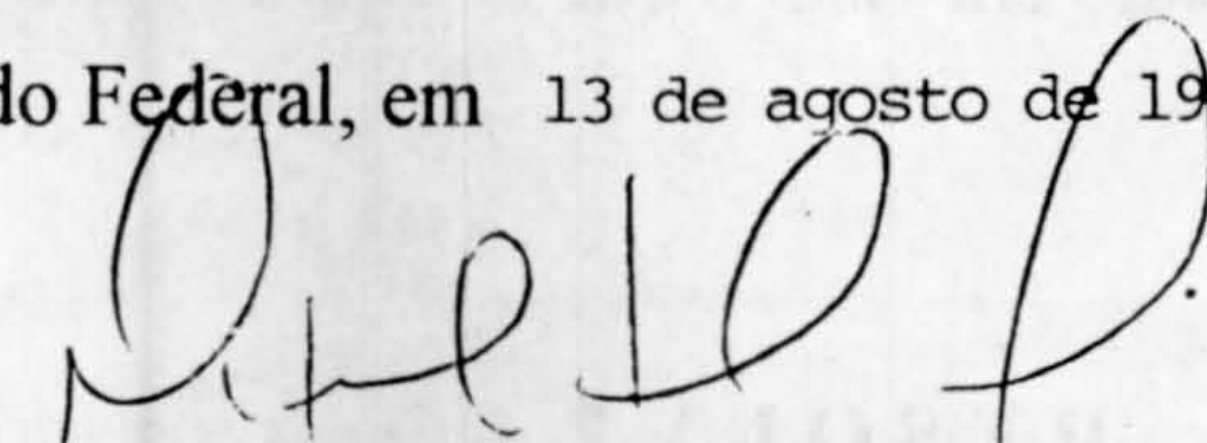
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.673, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.322/97-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **MAURICIO ALBUQUERQUE BRAGA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hugo Napoleão.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



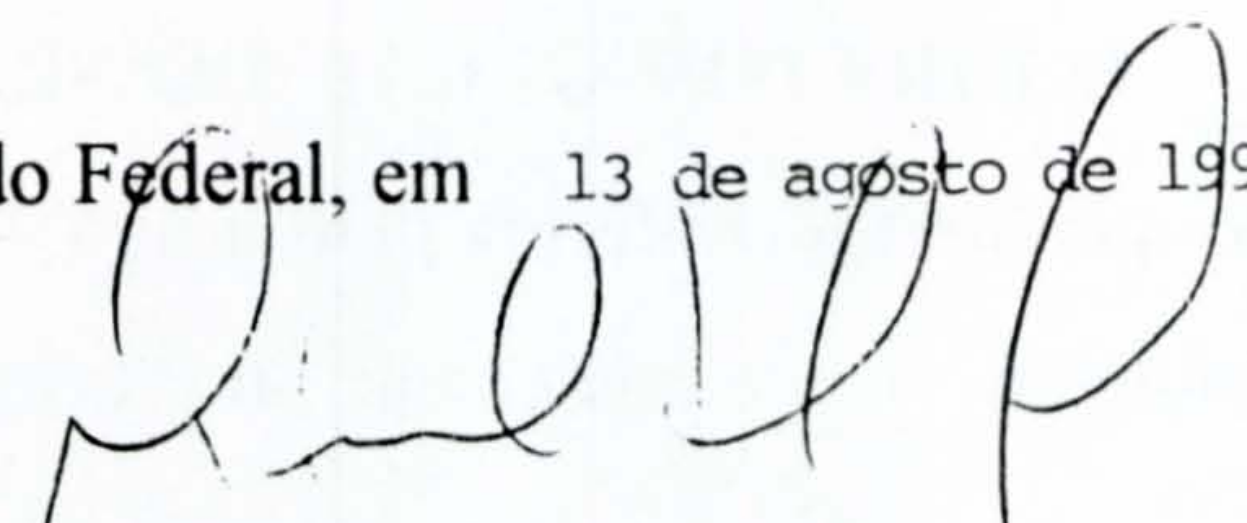
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.674, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.322/97-8,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **ROBERT PAULO PAES LANDIM**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Hugo Napoleão.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.675, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 013.854/97-6,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **RICARDO SOARES DE**

CARVALHO, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete da Primeira-Secretaria.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



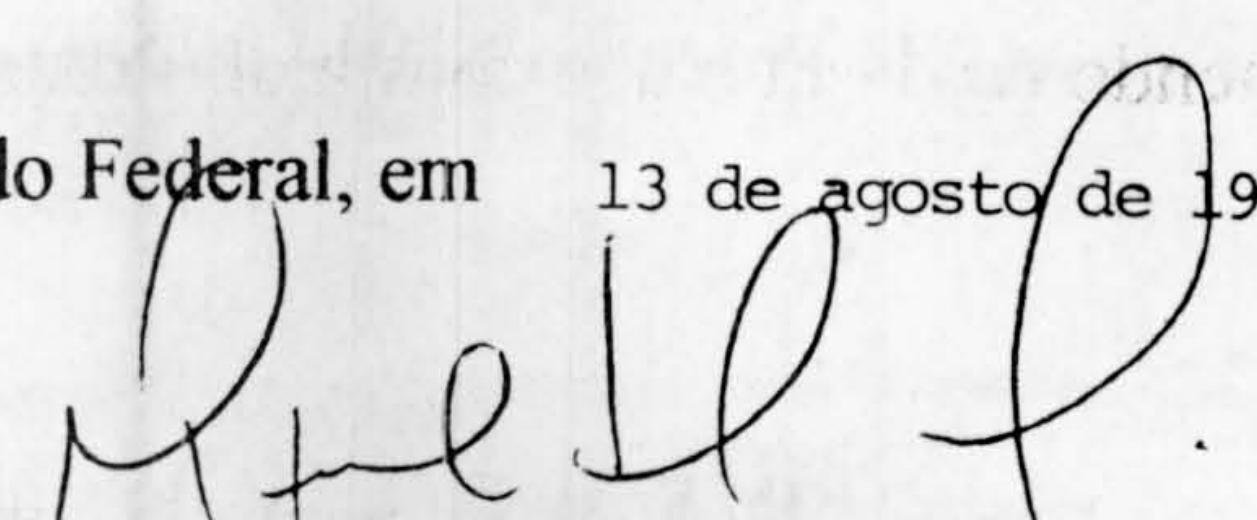
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.676, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.431/97-1

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **LUCIA HELENA PINHEIRO DE OLIVEIRA**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Ademir Andrade.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



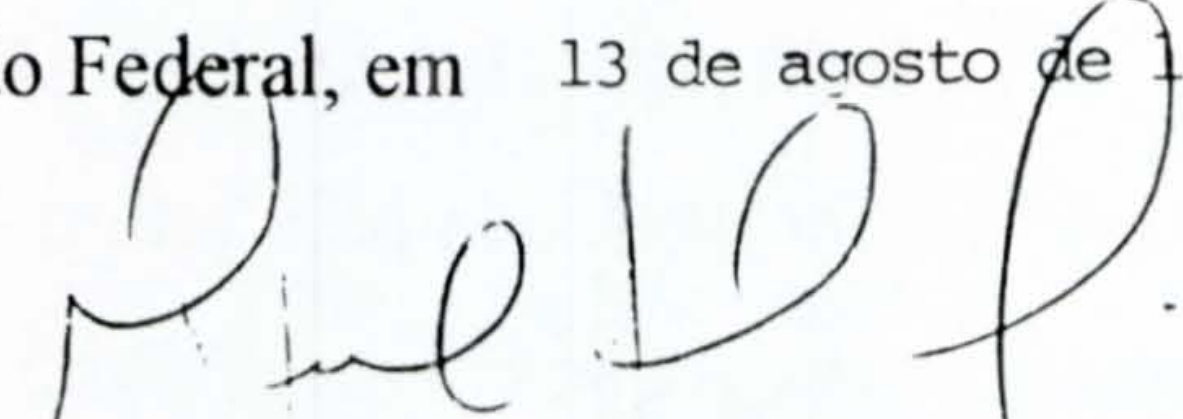
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.677, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.395/97-5,

R E S O L V E nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **JONAS ZANETE**, para exercer o cargo, em comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Elcio Alvares.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.678, DE 1997**

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 7º, § 2º, da Resolução nº 42, de 1993, e de acordo com o que consta do Processo nº 014.175/97-5,

R E S O L V E alterar a lotação do servidor **RENATO ASFORA OLIVEIRA**, matrícula nº 5528, ocupante do cargo, em

comissão, de Assistente Parlamentar, AP-3, da Liderança do PDT, nomeado pelo Ato do Diretor-Geral nº 1733, de 1997, passando a ter exercício no Gabinete do Senador Sebastião Rocha.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



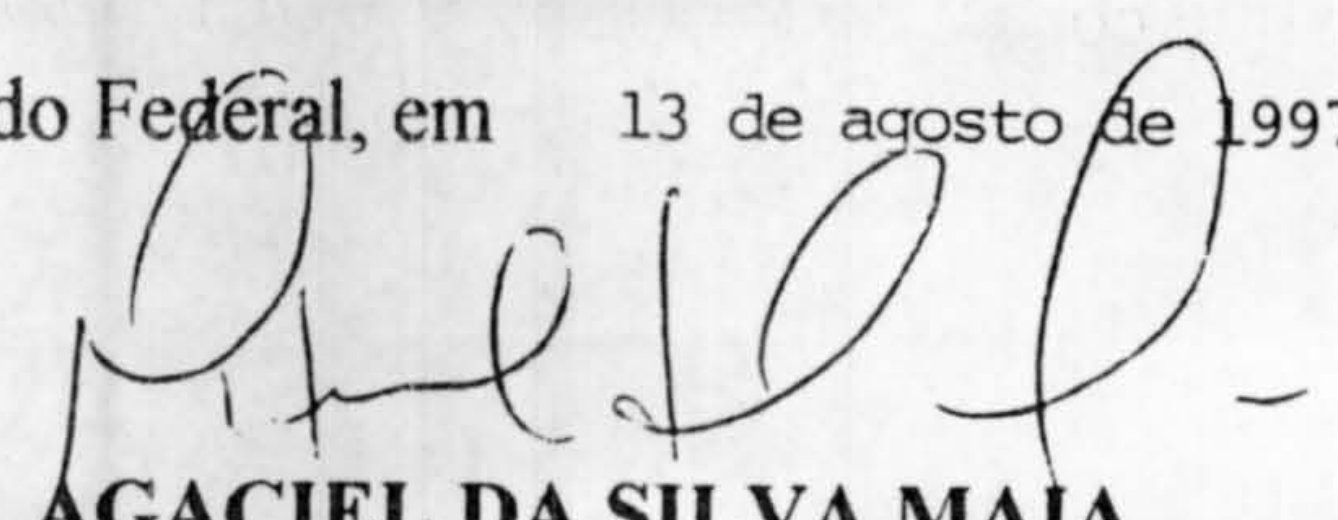
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.679, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 4º, § 1º, da Resolução nº 63, de 1997, e tendo em vista o que consta do Proc. nº 014.364/97-2,

RESOLVE nomear, na forma do disposto no inciso II do art. 9º da Lei nº 8.112, de 1990, **EDNA MARTINS**, para exercer o cargo, em comissão, de Secretário Parlamentar, do Quadro de Pessoal do Senado Federal, com lotação e exercício no Gabinete do Senador Otoniel Machado.

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

**ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.680, DE 1997**

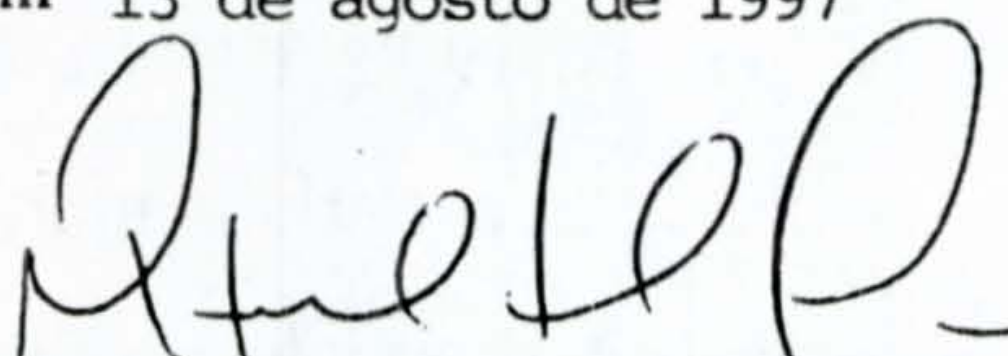
O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 10 do Ato do Presidente n.º 252, de 1993, e tendo em vista o que consta do Processo n.º 002.010/93-3,

RESOLVE:

Homologar, para fins do disposto no artigo 20 da Lei n.º 8.112, de 1990, a avaliação de desempenho dos seguintes servidores em Estágio Probatório:

NOME DO(A) SERVIDOR(A)	MATRÍCULA	MÉDIA FINAL
MARCUS VINICIUS PESSANHA GONÇALVES	05271	188
MARCINO MARTINS DE PAULA	05261	188
CHRISTIANE CARVALHO DE ALENCAR	05256	188
MARTA LUCIA PONTE DE ALBUQUERQUE	05258	188
IDALINA MARIA ROCHA MELO	05268	188
EDUARDO BAUMGRATZ VIOTTI	05276	188
MARCELO PUGET MONTEIRO	05269	188
WELLINGTON CARAM JUNIOR	05273	188
JACINTO MUROWANIECKI	05274	188
ADRIANO FERNANDES GOMES	05277	188
EDSON JORGE DA CRUZ COELHO	05278	188
DIVINO ROCHA GONÇALVES DE ALCÂNTARA	05266	188
////////////////////////////////////	////////////////////////////////////	////////////////////////////////////

Senado Federal, em 13 de agosto de 1997


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – (*) – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Reeleito em 2-4-97)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Reeleitos em 2-4-97)

1º – Ramez Tebet – PMDB – MS

2º – Joel de Hollanda – PFL – PE

3º – Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – (*) – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Péres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitacio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

(*) Sem Partido

Atualizada em 8-8-97.

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Péres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. (Vago)

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)
CELSON ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-SÉRGIO MACHADO	CE- 2281/85
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSBT	SE-2201/02 -
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 10/06/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES**

PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	

PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	8-VAGO	

PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67

PPB			
ERNANDES AMORIM	RQ-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06

PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES(*)	RS-2331/37

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-OSMAR DIAS	PR-2124/25

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2051/57	7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
ATUALIZADO EM 13/8/97			
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32
VAGO		7-VAGO	
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
VAGO			
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: (HORÁRIO A SER FIXADO)
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 18/07/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)**TITULARES****SUPLENTEs****PFL**

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2751/57
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
OTONIEL MACHADO	GO-2031/32	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6- VAGO	

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPPLY (PT)	DF-2341/47
VAGO *1		3- LAURO CAMPOS (PT)	

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/37
------------------	--------------	------------------------	------------

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-OTONIEL MACHADO	GO-2031/32

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES (*)	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
----------------------	------------	--------------------	--------------

(*) Desfilou-se do PTB em 5/08/97

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 7/08/97

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
Vilson Kleinübing	PFL	Joel de Hollanda	Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Romero Jucá		Júlio Campos		PMDB	Elias Abrahão
Lúdio Coelho	PSDB	Geraldo Melo	Paulo Ritzel		Rivaldo Macari
Esperidião Amin			Valdir Colatto		
Emília Fernandes(5)	PPB		Franco Montoro	PSDB	Yeda Crusius
Osmar Dias(2)			Fetter Júnior(3,4)	PPB	João Pizzolatti
	PTB		Dilceu Sperafico	PP	Augustinho Freitas
			Miguel Rossetto	PT	Luiz Mainardi
	PP				
	PT	Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

- 1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
 2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
 3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
 4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96
 5 Desfilou-se do PTB em 5-8-97

SENADO
FEDERAL



SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 184 PÁGINAS